

CONJUNTURA ECONÔMICA

RETROSPECTO 1961
ACELERA-SE A TAXA
DE DESENVOLVIMENTO

FEVEREIRO, 1962

**PRODUÇÃO RURAL - Boa a taxa
de aumento**

★
**INDÚSTRIA - Continua rápido
seu crescimento**

★
**COMÉRCIO EXTERIOR - Recupe-
ram-se as exportações**

★
FINANÇAS - Desequilíbrio recorde

RIO DE JANEIRO
BRASIL

ANO XVI

N.º 2

Cr\$ 50,00



Na Fábrica de
AÇO PAULISTA

Menor
custo
e melhor
usinagem
com

PASTILHAS DE METAL DURO

FIRTHITE

Fábrica de Aço Paulista S. A. - mais de 40 anos de experiência em fundição, mecânica e usinagem! Fabricante do renomado material ferroviário "National" e dos britadores FAÇO! Uma firma com ligações internacionais, amplamente acessorada por técnicos europeus e americanos, Fábrica de Aço Paulista S. A. opera num mercado altamente competitivo. Por isso luta por qualidade e baixo custo. Esta é uma das razões porque seus engenheiros preferem FIRTHITE. Eles dizem "Com Firthite alcançamos o mais reduzido custo por peça usinada"!

FIRTHITE

Também FIRTHITE para: mineração • matrizes de estiramento e trefilação • aplicações especiais



PRODUTO DA

BRASSINTER S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

EMPREENHIMENTO APOIADO PELO B.N.D.E.

SÃO PAULO: Av. Marginal, 726 - Sto. Amaro - Tel.: 61-2118 - Caixa Postal. 1234

RIO DE JANEIRO: Av. Graça Aranha, 182 - 7.º - Tel.: 52-7005

PÓRTO ALEGRE: R. Voluntários da Pátria, 323 - 2.º - s/ 225/9 - Tel.: 4288

PASSE COLA DENTRO DESTA ÁREA

QUARTA DOBRA

À FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

SOLICITO UMA ASSINATURA ANUAL DE

porte simples

registrado

aéreo

- ☐ REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS
- ☐ CONJUNTURA ECONÔMICA-EDIÇÃO BRASILEIRA
- ☐ CONJUNTURA ECONÔMICA-INTERNATIONAL EDITION
- ☐ REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA
- ☐ REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO
- ☐ REVISTA DE DIREITO PÚBLICO E CIÊNCIA POLÍTICA
- ☐ ARQUIVOS BRASILEIROS DE PSICOTÉCNICA

CR\$ 250,00	CR\$ 300,00	CR\$ 500,00
500,00	800,00	1.000,00
500,00	800,00	1.000,00
500,00	600,00	800,00
1.400,00	1.500,00	2.600,00
400,00	500,00	600,00
500,00	600,00	800,00

nome _____

enderço _____

Estou anexando a quantia de CR\$ _____, referente a minha (s) assinatura (s) em cheque, vale postal ou ordem bancária, em favor de FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, serviço de publicações.

TERCEIRA DOBRA

PASSE COLA DENTRO DESTA ÁREA



PASSE COLA DENTRO DESTA ÁREA

MARQUE COM X

PRIMEIRA DOBRA

SEGUNDA DOBRA

CARTA

Autorização N.º 479

RIO DE JANEIRO

ENVELOPE RESPOSTA COMERCIAL

Não é necessário selar este envelope

O SÊLO SERÁ PAGO POR

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

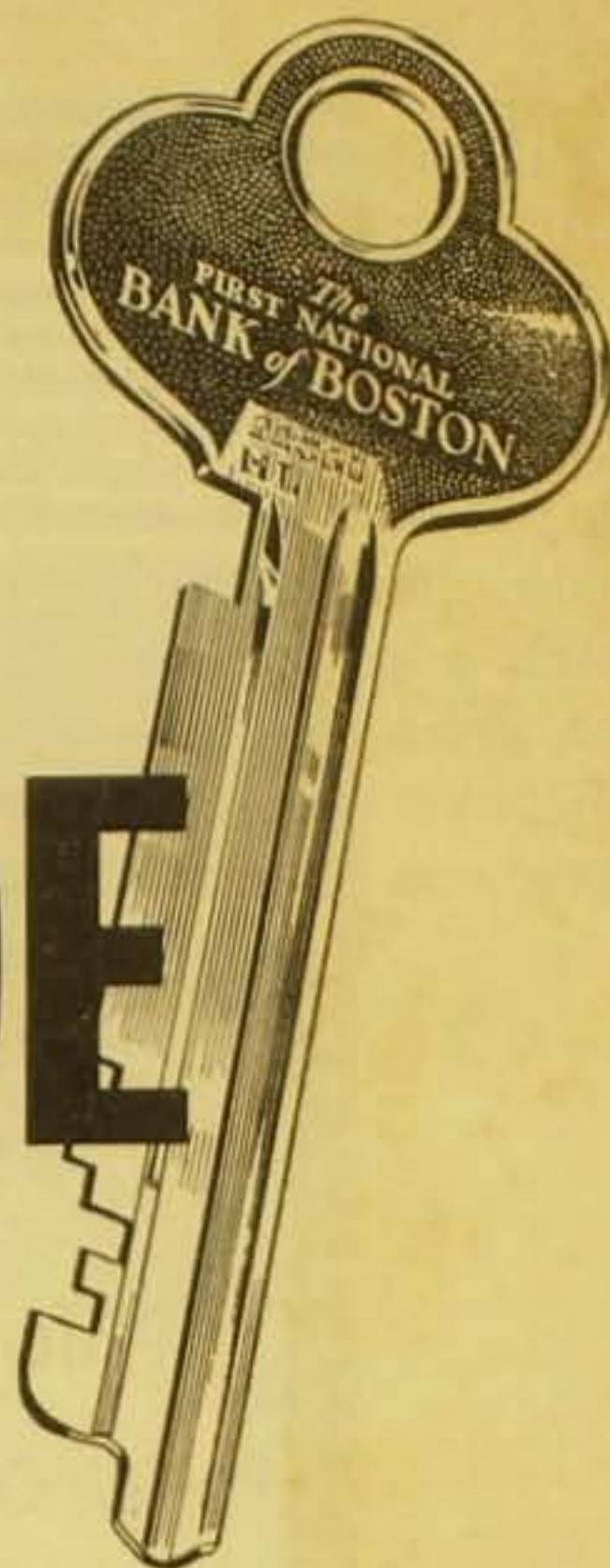
**PRAIA DE BOTAFOGO 186
CAIXA POSTAL 4081**

**RIO DE JANEIRO
GUANABARA**

Gráfica Muniz - Rio

Seus valores estão seguros em

NOSSOS COFRES DE ALUGUEL

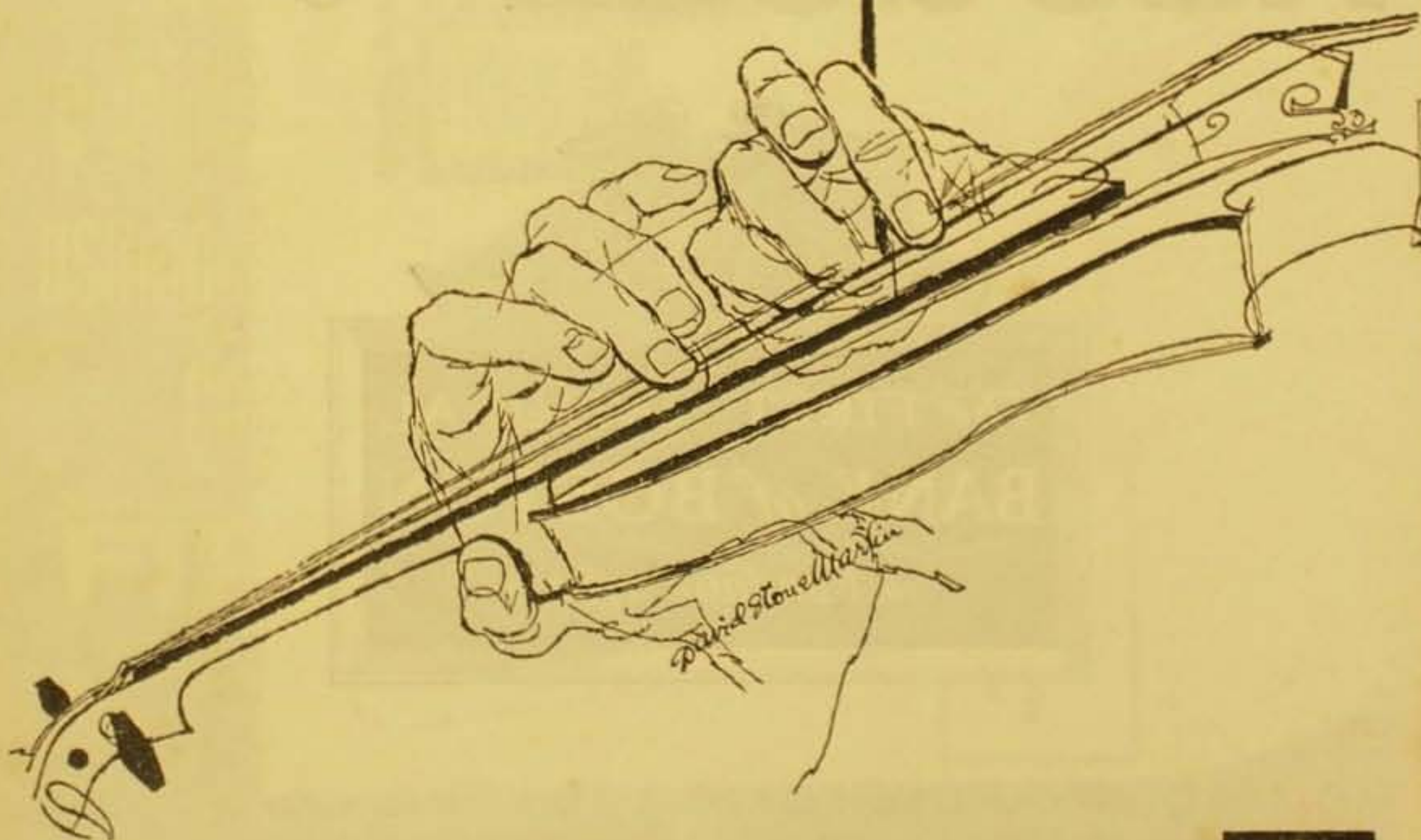


Rio de Janeiro: Av. Rio Branco, 18
São Paulo: Rua Líbero Badaró, 487

CORTESIA ■ SEGURANÇA ■ EXPERIÊNCIA

O prazer que lhe proporciona a sua peça musical favorita nasce do gênio inventivo do compositor... da perfeita execução dos intérpretes... enfim, da *alta qualidade* do todo. Alta qualidade é o que lhe oferecem, também, os técnicos e cientistas da Shell, regendo, diariamente, o afinado conjunto que marca o compasso do progresso, através de uma linha completa de combustíveis e lubrificantes automotivos e industriais, cuja excelência é mundialmente reconhecida.

No compasso
do progresso...



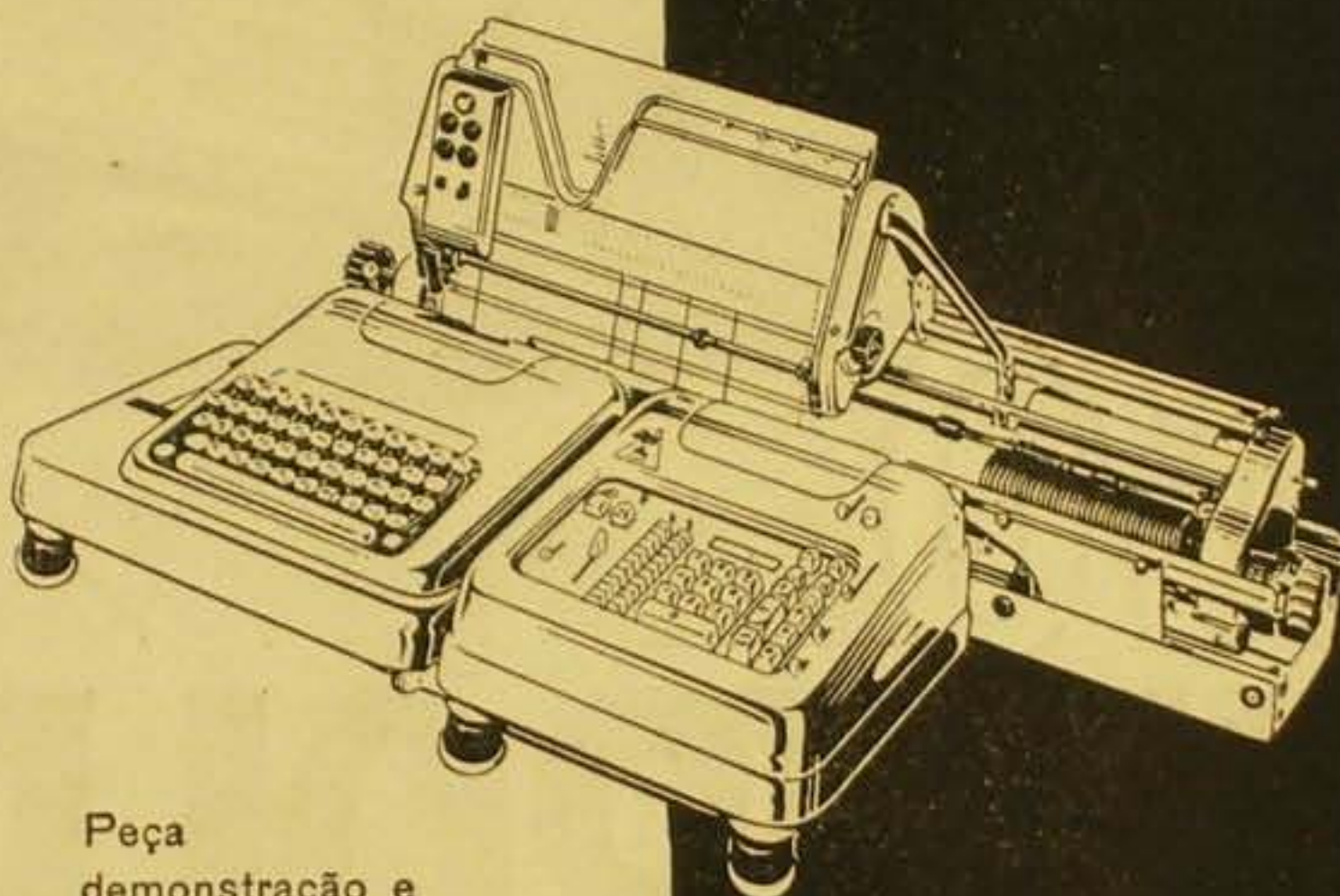
VOCÊ PODE CONFIAR NA



RUF

INTRACONT-ME

— a máquina de
CONTABILIDADE
super automática e
ultra-rápida com
símbolos e texto -
até 25 somadores.



Peça
demonstração e
folhetos à

ORGANIZAÇÃO

Ruf S. A.

Rio de Janeiro: Rua Debret, 79 - A	—	Tel. *32-6767
São Paulo: Rua da Consolação, 41	—	Tel. *33-9136
Curitiba: Rua 15 de Novembro, 567	—	Tel. 4-6822
Belo Horizonte: Av. Afonso Pena, 941	—	Tel. 2-1902
Porto Alegre: Av. Alberto Bins, 669	—	Tel. 5886
Recife: Rua da Concórdia, 382 - 1º	—	Tel. 6182

com
este —
v. conta
sempre!



NÔVO CHEVROLET

AMAZONA

Veículo de responsabilidade para serviços de responsabilidade! Completamente novo, com vantagens extraordinárias, o Novo Chevrolet Amazona é o carro de confiança para o transporte de passageiros! Possante, de construção robustíssima, resiste aos mais duros solavancos. Não da oficina, é mais econômico - seu motor, com potência de reserva, nunca precisa ser forçado, reduzindo o desgaste e o gasto de gasolina! Bem mais confortável - tem 8 lugares e é o único com 3 portas para facilitar a entrada e saída dos passageiros! Famoso Motor CHEVROLET de 142 H.P. e

6 cilindros - possante, econômico e durável! De grande força de torção - é tão poderoso como motores de mais H.P.! Por ser de baixa rotação, realiza os mais duros serviços sem dar tudo! Com apenas 6 cilindros, funcionando a baixa rotação e com carburador dotado de purificador de ar a banho de óleo, consome tão pouca gasolina quanto veículos de menos H.P.! **A melhor assistência técnica!** Mais de 320 concessionários em todo o País asseguram pronta reposição de peças. Mecânicos especializados, treinados na própria GM, cuidam eficientemente do seu CHEVROLET AMAZONA.



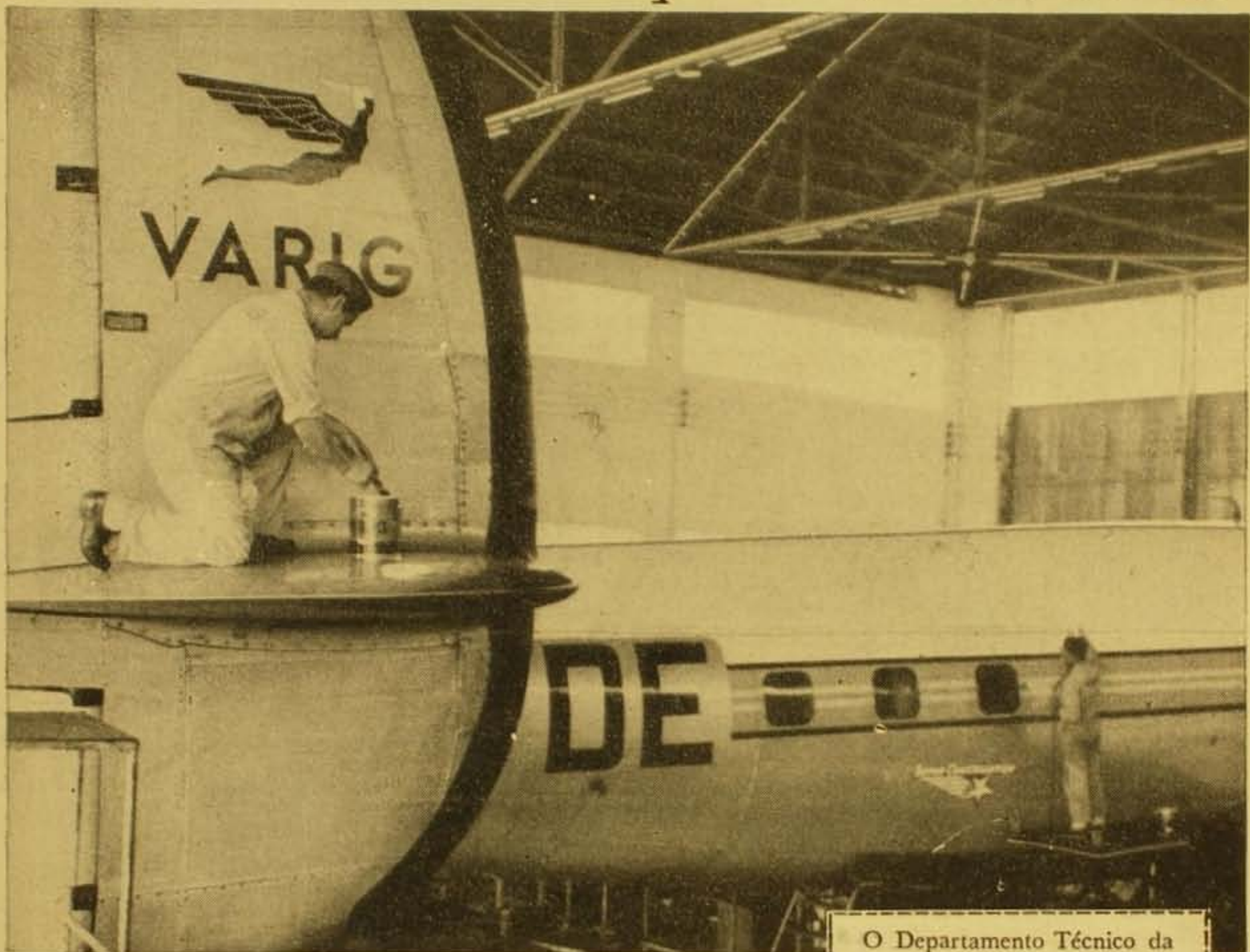
PRODUTO DA

GENERAL MOTORS DO BRASIL S.A.

VISITE O CONCESSIONÁRIO CHEVROLET AUTORIZADO DE SUA CIDADE

TINTAS YPIRANGA

— escolhidas pela **VARIG**



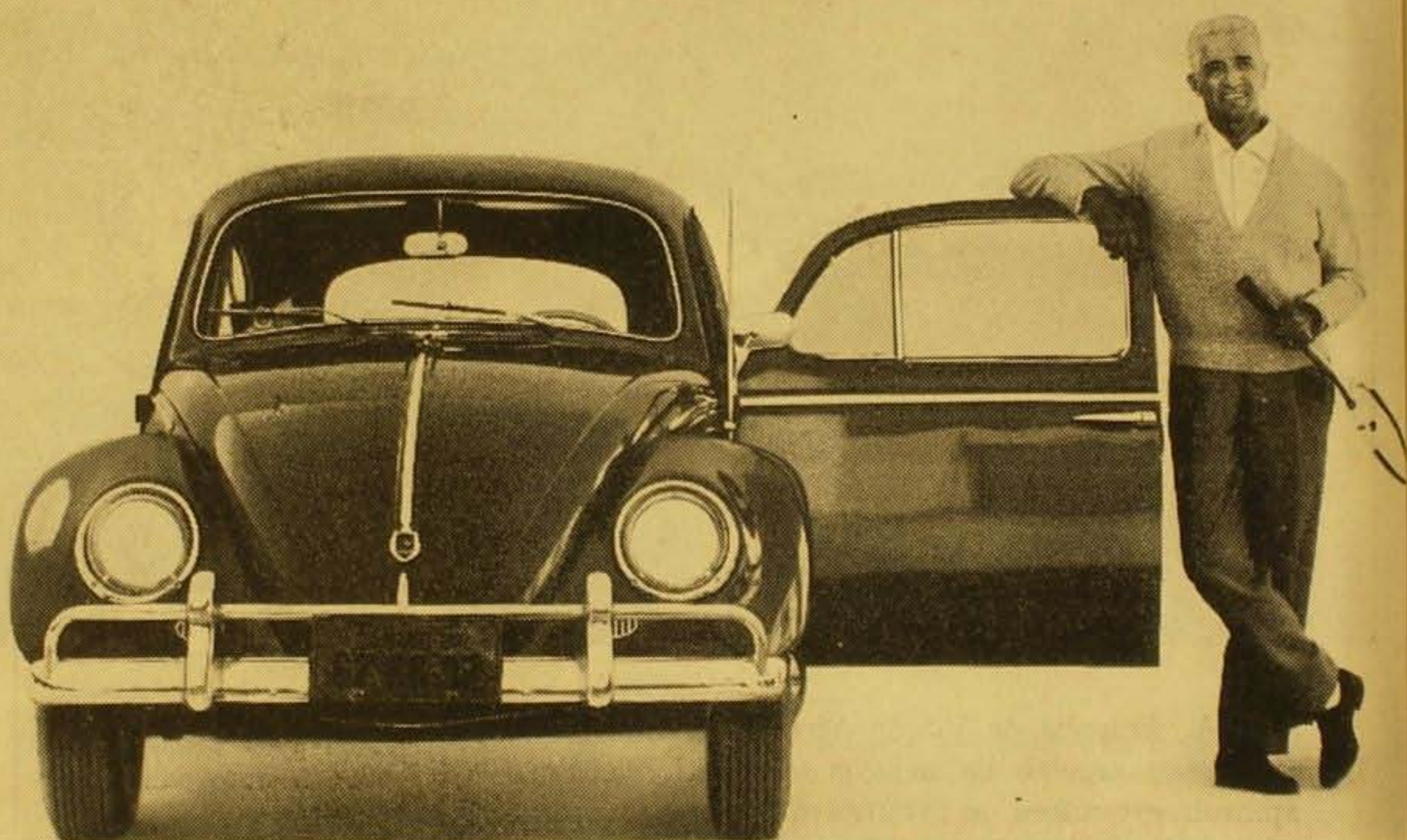
A S. A. Empresa de Viação Aérea Rio Grandense, verdadeiro orgulho da aviação comercial brasileira, aprovou e escolheu as TINTAS YPIRANGA para a pintura de suas aeronaves. Destacando-se os Aerodopes incolores e pigmentados, Primer Cromato de Zinco, para superfícies de alumínio, Vitrolack Sintético de grande resistência às intempéries, Autolack-Nitro-celulose, Ferrolack e mais uma série de produtos de alta classe, destinados à proteção e embelezamento dos materiais de voo e de terra.

TINTAS YPIRANGA

AS MAIS VENDIDAS NO BRASIL

O Departamento Técnico da CONDOROIL TINTAS S. A., está sempre à sua disposição para resolver quaisquer problemas sobre pinturas e se sentirá honrado com a sua consulta.





Jovem aos 200.000 km

Quantos quilômetros pode viver um Volkswagen? Ninguém sabe ao certo, pois os primeiros fabricados ainda estão rodando e gozando de boa saúde. É muito comum um Volkswagen atingir 100.000 km sem que o motor tenha jamais sido aberto. E sabemos de muitos em perfeitas condições à idade de 200.000 km.

O segredo da longevidade do Volkswagen

decorre, principalmente, da própria concepção de sua mecânica simples e robusta: desde o motor refrigerado a ar até a suspensão por fortes barras de torção, independente nas quatro rodas.

Os princípios básicos de sua construção, bem como as linhas externas, não mudam: não há modelos antigos. Mas há um rejuvenescimento constante através de

aperfeiçoamentos (mais de 2.000 desde o início da fabricação), que objetivam tornar o Volkswagen cada vez mais útil.

Alegra-nos ver o exército dos vovô Volkswagen, em excelente estado de saúde, aumentar a cada dia que passa. Eles são nossa melhor recomendação. Procure o seu Revendedor Autorizado Volkswagen.

VOLKSWAGEN DO BRASIL S.A. — S. Bernardo do Campo - S. P.



o bom senso em automóvel

*4500 Juntas
elásticas de 600 mm.*



Trecho da Adutora de Cabo Frio, 25.000 metros de tubos de ferro fundido de 600 mm. — 4.500 juntas elásticas

ELASTYJUNTA

ECONOMIA e RAPIDEZ — Duas características que valorizam ainda mais os tradicionais fatores de **RESISTÊNCIA, SEGURANÇA, LONGEVIDADE**, que fazem do tubo de ferro fundido material **INSUPERÁVEL e INSUBSTITUÍVEL**



CIA. FERRO BRASILEIRO S. A.

CAPITAL: Cr\$ 800.000.000,00

RIO DE JANEIRO

AVENIDA NILO PEÇANHA, 26-6.º
Tel. 32-8011

BELO HORIZONTE

RUA GOITACAZES, 15 - 5.º
Tel. 2-5333

SÃO PAULO

RUA LIBERO BADARÓ, 293
Tel. 37-4536

RECIFE

CONDE DE BOA VISTA, 45
Tel. 4342

End. Telegr.: "FERROBRASIL"



Aprendemos muito em 42 anos...

...sim, êste é o tempo de vida da KLM, mais do que qualquer outra linha aérea. Neste longo período aprendemos a agradar nossos passageiros, adivinhar-lhes os desejos, criando um "Serviço Pessoal", conhecido no mundo inteiro.

Além disso, soubemos escolher os destinos que mais interessam — 114 cidades em 80 países — e tivemos oportunidade de treinar nosso pessoal de acôrdo com as características regionais. Na sua próxima viagem voe pela KLM.

Consulte sempre o seu Agente de Viagens ou os escritórios da KLM:
Rio — Av. Rio Branco, 311-A Loja — Tels.: 52-4654 e 52-4853
S. Paulo — Rua São Luiz, 120 — Tel.: 37-2555



A CONJUNTURA EM INSTANTÂNEOS

A taxa de crescimento da economia brasileira em 1961 superou a de 1960 em cerca de 3%. Excluídas as depreciações, a produção nacional ultrapassou em 7,2% a de 1960 que, por sua vez, foi maior que a de 1959 em 4%. Em 1961, ao contrário do que ocorreu em 1960, a contribuição do café para a formação do produto nacional foi bastante elevada, ao passo que em 1960, ela havia sido negativa. Se excluirmos do cômputo do PN a contribuição do café, a taxa de crescimento relativa aos dois últimos anos seria da mesma ordem de grandeza, isto é, 6,3% em 1961, contra 6,0% em 1960 (ver pág. 11).

* * *

A atividade agropecuária em 1961 acusou notável aumento. O "quantum" global produzido por este setor foi cerca de 10,2% superior ao de 1960. Entretanto, se retirarmos do "quantum" global a volumosa produção de café, verificamos que a taxa de aumento da atividade agrícola em 1961, relativamente a 1960, passa a ser de 6,4%, contra 8,5% no período anterior. Os produtos de consumo interno aumentaram de 5,5%, contra 7,9% em 1960 (ver pág. 17).

* * *

Os primeiros dados disponíveis para a avaliação do comportamento da produção industrial parecem indicar para esse setor a mesma taxa de crescimento observada em 1960. A atividade da indústria manufatureira continuou apresentando taxa de crescimento decrescente. O ritmo das construções civis superou o de 1960 em cerca de 10%; a indústria extrativa mineral acusou um aumento recorde de 19%, a produção de energia elétrica manteve praticamente a mesma taxa de incremento dos últimos anos (ver pág. 31).

* * *

Em relação ao ano de 1960, o balanço de pagamentos, em 1961, apresentou uma melhoria de mais de 400 milhões de dólares. A orientação ditada pelas instruções 204, 205 e 208 da SUMOC, bem como o inusitado ingresso de capitais financeiros, foram os responsáveis pelo bom resultado obtido. Também contribuíram para o surpreendente equilíbrio do balanço de pagamentos a melhoria da receita das exportações e a diminuição dos gastos "invisíveis" (ver pág. 59).

* * *

Agravou-se sobremaneira, em 1961, o processo inflacionário. O saldo do papel-moeda emitido cresceu em 52,3%, contra 33,3% em 1960. Subiram sensivelmente o saldo dos empréstimos ao setor privado e os dos depósitos à vista dos bancos comerciais. O deficit de caixa do Tesouro Nacional atingiu cerca de 130,0 bilhões de cruzeiros. A grande disparidade entre a expansão monetária e a da produção fez com que os preços reagissem violentamente. O custo da vida na Guanabara aumentou de 43,1%, contra 23,7% em 1960, os preços por atacado de 47,2% e o índice geral de preços de 45,7% (ver pág. 69).

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Instituto Brasileiro de Economia
Centro de Análise da Conjuntura
Econômica

SUMÁRIO

A CONJUNTURA EM INSTANTÂNEOS	9
EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS	
Panorama do ano	11
AGRICULTURA	
Balanço agropecuário de 1961 ...	17
INDÚSTRIA	
Continua rápido o seu crescimento	31
COMÉRCIO	
Recuperam-se as exportações	41
TRABALHO	
Recessão no mercado de trabalho?	53
FINANÇAS	
Balanço de pagamentos	59
Moeda e crédito	69
Finanças públicas	81
Mercado de capitais	105
Insolvências	119
Mercado imobiliário	135
Resultados das sociedades anônimas	147
A CONJUNTURA NO ESTRANGEIRO	
Insegura a economia mundial em 1961	157
ESCREVE O LEITOR	169
VÁRIAS NOTÍCIAS	172
RELAÇÃO DE ANUNCIANTES	172
ÍNDICES ECONÔMICOS	177 a 185

CONJUNTURA ECONÔMICA

Fundador — RICHARD LEWINSOHN
PUBLICAÇÃO MENSAL

Redação:
Avenida 13 de Maio, 23 — Salas 1221/24
Fone: 52-4601 — Rio de Janeiro

■
Diretor
JOSÉ GARRIDO TORRES

■
Redator-Chefe
DÊNIO NOGUEIRA

■
Secretário
NEWTON LUIZ DO REGO

■
Corpo Redatorial
ALEXANDRE KAFKA, ALUIZIO B. PEIXOTO, ANTONIO DE ABREU COUTINHO, BASÍLIO MARTINS, CELME RAMOS VIEIRA, EDISON CÉZAR DE CARVALHO, EDUARDO S. GOMES JÚNIOR, ERNST MUHR, ESTANISLAU FISCHLOWITZ, FELISBERTO CAMARGO, HELIO M. ESCOBAR, HENRIQUE DE CARVALHO GOMES, HERBERT FRIEDMANN, JOHN O. SCHROY, JORGE KINGSTON, OSWALDO RIBEIRO FRANCO, TUPY C. PORTO

■
Correspondentes no Exterior:
Europa — RICHARD LEWINSOHN
EE. UU. — JORDAN YOUNG

■
EDIÇÃO EM PORTUGUÊS
ou
EDIÇÃO INTERNACIONAL
Assinatura Cr\$ 500,00 — Avulso Cr\$ 50,00
SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
DIRETOR: LEOSTHENES CHRISTINO
PUBLICIDADE: MAURÍCIO PINHEIRO
VENDAS E ASSINATURAS: ARY CALDEIRA

PEDIDOS A:

Fundação Getúlio Vargas — Serviço de Publicações

Praia de Botafogo, 186 — Caixa Postal 4081 — Rio-GB — Tel.: 46-4010 — Ramais 15 e 17
Pósto no Darke: Av. Treze de Maio, 23 — 12.º — s/1240 — Tel.: 52-4601
Brasília — D.F. — SQ 104, Bloco A, Lote 11 — Tel.: 2-4689
REPRESENTANTES NOS ESTADOS: São Paulo: — Fornecedora de Publicações Técnicas — Rua Quirino de Andrade, 193 — Conj. 71 — Tel.: 36-1187 — Belo Horizonte: Sociedade Importadora Ltda. — SOCIMP — Rua Espírito Santo, 341 — s/305 — Tel.: 4-5083 — Porto Alegre: Organização Sulina de Representações Ltda. — Av. Borges de Medeiros, 1 030/1 036 — Caixa Postal 357 — Tel.: 9-1087

EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS



PANORAMA DO ANO

ACELERA-SE A TAXA DE CRESCIMENTO

Como de hábito, divulgamos neste número um retrospecto da atividade econômica do país no ano recém findo, com base nos dados disponíveis até o presente. Ao mesmo tempo, com as naturais limitações impostas pela inexistência de dados definitivos para os principais setores da vida econômica nacional, tentamos dar aos nossos leitores uma idéia do ritmo de crescimento do país, medido através do Produto Nacional Líquido. A confirmarem-se as estimativas que realizamos, a taxa de crescimento econômico do país em 1961 teria superado a de 1960 em cerca de 3%. No ano passado, excluídas as depreciações, a produção nacional superou em 7,2% a de 1960 que, por sua vez, fôra maior que a de 1959 em 4%.

Foi, porém, extremamente diverso o comportamento dos setores em que se divide a atividade econômica do país em 1960 e 1961. No ano passado, ao contrário do que ocorrera em 1960, a contribuição do café para a formação do produto nacional foi bastante elevada ao passo que em 1960 — ver "Conjuntura Econômica", fevereiro de 1961 — se revelou negativa. Em virtude disso, as duas taxas de crescimento

PRODUTO NACIONAL LÍQUIDO - 1960/61
(Estimativa Preliminar em
Bilhões de Cruzeiros)

SETOR	1960	1961	
		Valor aos preços de 1960	Variação Percentual
Agropecuária..	453,2	499,4	+ 10,2
Indústria.....	521,3	566,1	+ 8,6
Outros (A)....	923,6	968,9	+ 4,9
TOTAL.....	1 898,1	2 034,4	+ 7,2

Fonte: "Conjuntura Econômica".
(A) Inclui Comércio, Serviços, Transportes e Comunicações, Governo, Aluguéis e Intermediários Financeiros.

a que nos referimos não são comparáveis em toda a sua extensão.

Em 1960 a safra de café apresentara volume consentâneo com a capacidade interna de consumo e com as possibilidades de colocação no mercado internacional. Já em 1961, com a previsão de cerca de 37 milhões de sacas, pelo menos 10 milhões se destinarão a aumentar os estoques em poder do Governo, sem

que resultem em aumento efetivo do padrão de vida dos consumidores.

Nestas condições, se excluíssemos do cômputo a contribuição do café, com vistas a eliminar as distorções causadas pelas fortes oscilações das duas últimas safras, a taxa de crescimento relativa aos dois anos considerados seria da mesma ordem de grandeza: 6,3% em 1961 contra 6,0% em 1960.

ATIVIDADE RURAL — Predominância dos produtos exportados

O ritmo de crescimento da atividade rural do país foi, como dissemos, fortemente afetado pelo aumento previsto para a safra de café cuja colheita se iniciou em meados de 1961. Estima-se que, ao terminar o ano agrícola, ter-se-ão colhido cerca de 37 milhões de sacas do produto, contra menos de 28 milhões no ano agrícola iniciado em 1960. Por este motivo, se dividirmos a produção rural em dois grupos, conforme o seu destino predominante (mercado interno ou mercado externo), teremos para o primeiro grupo um aumento de apenas 5,5% em 1961, contra 7,9% em 1960.

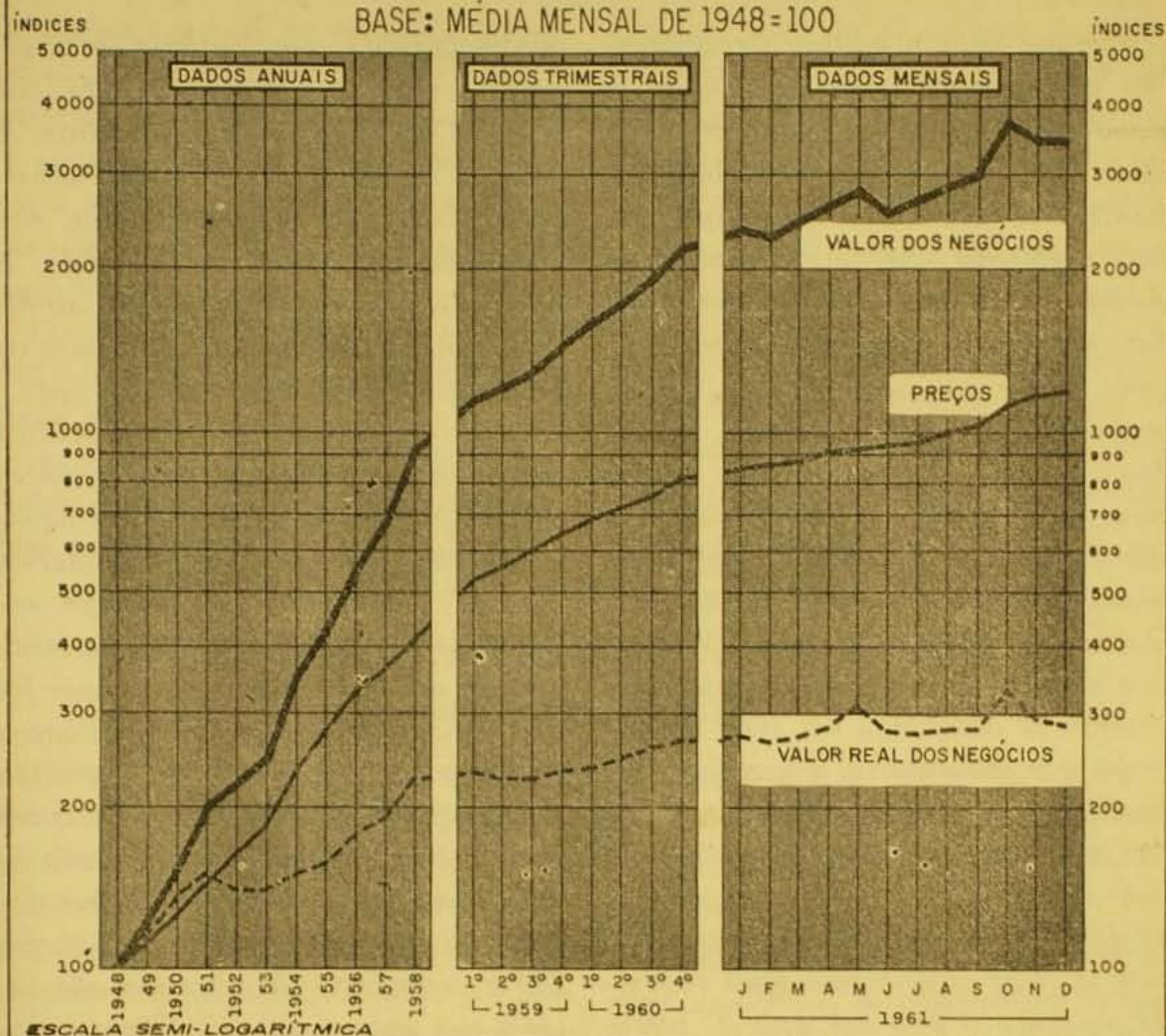
Já a produção, destinada principalmente ao mercado internacional e influenciada que é pela posi-

ção do café, terá acusado um aumento da ordem de 25% (somente o café contribui com 37%), contra uma redução de 21% em 1960.

Entre os produtos que contribuíram mais decididamente para o crescimento da produção rural em 1961, além do café, destacam-se entre os predominantemente destinados à exportação: mamona (+ 23,8%), algodão (+ 13,9%) e carnaúba (+ 9,1%). Quanto aos destinados ao mercado interno, os que acusaram maior aumento foram os seguintes: chá (+ 85,2%), juta (+ 22,6%), amendoim (+ 13,3%), cevada (+ 13,2%), tungue (+ 12,0%) e arroz, banha, carne de porco, toucinho, lã, laticínios, trigo, babaçu e casulo, todos com incremento que oscilam entre 8 e 10%.

EVOLUÇÃO DA CONJUNTURA ECONÔMICA

BASE: MÉDIA MENSAL DE 1948 = 100



Para êsses resultados favoráveis concorreram principalmente a expansão da área cultivada (cêrca de 2%), as condições climáticas boas no primeiro semestre do ano — a sêca do segundo semestre deverá afetar mais as colheitas do corren-

te ano — e a atitude do Governo Federal em relação à agricultura, atualizando de maneira mais efetiva os preços mínimos a vigorarem para as safras cujo plantio se iniciou no primeiro semestre de 1961.

CONJUNTURA ECONÔMICA, através de sua Edição Internacional, em inglês, lançada em 1954, circula em 55 países, entre os quais se incluem, por exemplo, Japão, China Continental, Corêia, União Soviética, Índia etc.

INDÚSTRIA — Mantém-se elevado o ritmo de crescimento

Em que pese a natural desaceleração dos setores mais dinâmicos da atividade industrial do país, como é o caso da indústria automobilística, manteve-se em 1961 o mesmo ritmo acelerado de crescimento da indústria nacional nos últimos anos. Ao mesmo tempo que êsses setores novos vão atingindo a fase de sedimentação que caracteriza as indústrias mais antigas, outros grupos mais novos ainda ou mesmo os tradicionais, passam a comandar em dinamismo a atividade secundária do país. Dai ter-se repetido, em nossa estimativa para 1961, a mesma taxa de crescimento já observada em 1960 (9%).

Ao que tudo indica, a produção industrial em 1961 não foi afetada pela crise política de agosto do ano passado. É o que se depreende do fato de os setores que apresentaram taxa de crescimento mais reduzida, durante o ano em análise, terem outros motivos que o justifiquem. Este é o caso, por exemplo, da indústria

automobilística, que continua em atividade acelerada no que respeita aos veículos utilitários e de passageiros. A redução do ritmo de produção é sensível apenas nos setores em que nos aproximamos, ou já foi atingido, o ponto de saturação do mercado, ao nível de preços em que são oferecidos os produtos: caminhões pesados e jipes.

Se de alguma forma a crise política que o país enfrentou com a renúncia do Presidente da República em agosto de 1961 afetou a indústria nacional, os seus efeitos só deverão ser notados no transcurso do corrente ano ou nos próximos. Isto porque foi provavelmente nos novos investimentos, isto é, nos planos de expansão da capacidade produtiva, que se fizeram sentir de maneira pronunciada os dois acontecimentos negativos que dominaram o cenário político do país em 1961: a renúncia do primeiro mandatário e a aprovação pela Câmara dos Deputados do chamado "projeto de remessa de lucros".

CÂMBIO — Extraordinária a recuperação

O aspecto mais favorável da conjuntura econômica do país em 1961 foi, indiscutivelmente, o que caracterizou o setor de nossas transações comerciais e financeiras com o exterior. De uma situação extremamente difícil em 1960, passou-se a uma recuperação quase total em 1961. Não fôssem os acon-

tecimentos que se seguiram à renúncia do Presidente da República e talvez se pudesse afirmar que o Brasil não tinha mais problemas do lado do balanço de pagamentos.

Essa rápida recuperação se deve às medidas tão decididas quanto corajosas tomadas pelo Governo, a partir

da Instrução 204, de março de 1961. Com a eliminação do subsídio cambial às importações, à custa das exportações, não só se recuperaram as transações correntes do país com o exterior, como foi aberto o caminho à consolidação da dívida externa a curto e médio prazos, cujo peso excedia de muito nossa capacidade de amortização.

Dai se ter encerrado o exercício de 1961 com um deficit de apenas 14 milhões de dólares em nossas transações internacionais, contra mais de 430 milhões de dólares de descoberto cambial em 1960.

Para isso contribuíram de forma decisiva a extraordinária melhoria da balança comercial, encerrada em 1961 com um saldo de 30 milhões de dólares, contra 24 milhões de deficit em 1960, coadjuvada pela redução do deficit de serviços em 1961, relativamente a 1960 (127 milhões de dólares). A isso se deve acrescentar uma entrada líquida de capitais autônomos de 180 milhões de dólares (apenas 53 milhões em 1960), que se originou da extraordinária confiança que a política cambial do país impunha ao mercado financeiro internacional.

FINANÇAS INTERNAS – Extremamente desequilibradas

Contrastando com a extraordinária recuperação das finanças internacionais, a política monetária e fiscal do Brasil foi o aspecto mais negativo da conjuntura econômica do ano recém-findo. O saldo do papel-moeda em circulação aumentou de mais de 50%, os empréstimos ao setor privado de quase 30%, e os depósitos à vista de quase 37%. Não admira, pois, que os preços no atacado se hajam elevado de 47,2%, o custo da vida no Rio de Janeiro de 43,1% e o índice geral de preços de "Conjuntura Econômica", de 45,7%.

Para isso contribuíram, principalmente, o deficit de caixa, jamais igualado, de 130 bilhões de cruzei-

ros do orçamento federal, e a insegurança política que se originou da renúncia do Presidente da República.

Esses dois fatores, juntamente com a política de crédito do Banco do Brasil relativamente ao setor privado, levaram a que a expansão das transações daquele estabelecimento de crédito atingisse 360 bilhões de cruzeiros em 1961, ou seja, mais do dobro da ocorrida em 1960.

Só o setor governamental foi diretamente responsável pela expansão de 134 bilhões de cruzeiros e indiretamente (através da política cambial) pela de 108 bilhões de cruzeiros. Os restantes 118 bilhões foram despendidos com a política

de crédito agrícola (67 bilhões) e outras atividades financeiras do Banco do Brasil (inclusive crédito comercial e industrial).

A falta de recursos normais para financiar montante tão elevado de

transações obrigou o Banco do Brasil a recorrer à Carteira de Redescontos, que lhe adiantou 94,4 bilhões de cruzeiros, além de 9,8 bilhões aos bancos particulares. Daí terem as emissões atingido 107,8 bilhões em 1961.



**Resolva os seus problemas
de**

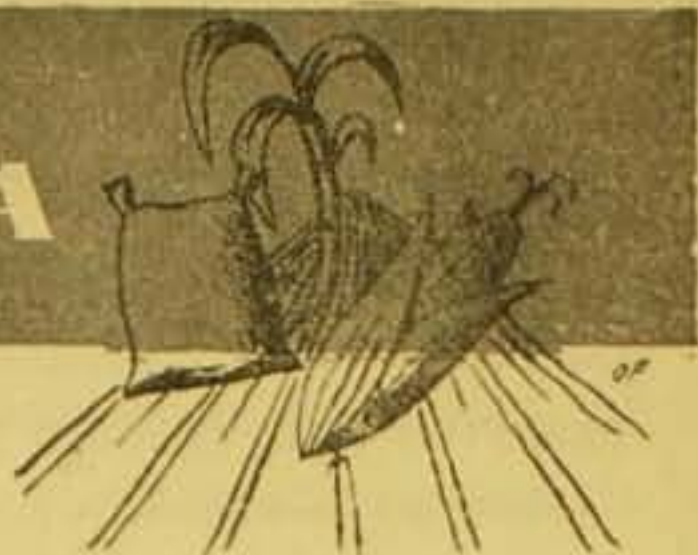
CÂMBIO

**no
BANCO
HOLANDÊS UNIDO**

O Pioneiro dos Bons Serviços

RIO DE JANEIRO: Rua Buenos Aires, 11/13
SANTOS: Rua 15 de Novembro, 157/159
S. PAULO: Rua 15 de Novembro, 150

A maioria das grandes firmas nacionais e estrangeiras operando no Brasil assina e recomenda às suas filiais ou matrizes no exterior a leitura de **CONJUNTURA ECONÔMICA**. Isto constitui para nós motivo de satisfação, pois estamos colaborando para tornar o nosso país mais conhecido no exterior.



Balanço agropecuário de 1960

FAVORÁVEL A TAXA DE CRESCIMENTO

A produção agropecuária em 1961, relativamente à de 1960, acusou notável aumento. Entretanto, algumas observações precisam ser feitas ao desenvolvimento das safras quando visto em seu conjunto. E isso faremos no desenrolar deste artigo. Por enquanto, ficamos com os grandes agregados e voltamos a salientar que o "quantum" produzido pela agropecuária — formado pela agricultura, produção de origem animal e extrativa vegetal — acusou um incremento de 10,2% (*ver QUADRO I*). Essa favorável taxa de crescimento de nossas atividades rurais foi devida principalmente ao setor agrícola, cuja produção, segundo as estimativas do Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura, apresenta um aumento real da ordem de 11,5%.

Tanto o "quantum" global da agropecuária, como o da agricultura, em particular, tiveram, em 1961, seus níveis de produção ressaltados pelo fato de, em 1960, haverem acusado ligeiras diminuições — o "quantum" global caía de 1,6% em relação a 1959 e o das safras agrícolas de ... 2,1%. Os demais setores da atividade rural — produção de origem animal e extrativa vegetal — também

assinalaram, em 1961, resultados satisfatórios. O primeiro aumentou de 7,2% (—0,8% em 1960) e o outro de 4,4% (+11,9% em 1960). Os índices relativos a estes dois últimos setores foram construídos com base em informações parciais e esparsas, pois ainda não são conhecidas as estimativas globais de produção.

Vários fatos e ocorrências registrados no último período agropecuário

1 - PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA - "QUANTUM" PRODUZIDO

Índice: 1948 = 100

ESPECIFICAÇÃO	1958	1959	1960	1961 ^A	% + OU -		
					1959/58	1960/59	1961/60
PRODUTOS PARA CONSUMO INTERNO...	148,7	152,1	164,1	173,2	+ 2,3	+ 7,9	+ 5,5
Para alimentação.....	149,3	152,7	165,0	174,6	+ 2,3	+ 8,1	+ 5,8
Para indústria.....	142,3	146,3	155,6	159,8	+ 2,8	+ 6,4	+ 2,7
PRODUTOS PARA EXPORTAÇÃO.....	142,7	206,3	163,0	203,1	+44,6	-21,0	+24,6
Café.....	126,1	252,7	156,1	214,0	+20,2	-38,2	+37,1
Cacau.....	169,5	183,5	168,4	173,7	+ 8,3	- 8,2	+ 3,1
T O T A L G E R A L	148,5	165,9	163,3	180,0	+11,5	- 1,6	+10,2
Sem café.....	147,2	152,1	165,0	175,5	+ 3,3	+ 8,5	+ 6,4

(A) Dados sujeitos a retificação.

Fonte dos dados originais: S.E.P., I.B.C. e S.E.T.

contribuíram para o referido crescimento da produção. Entre eles, três merecem relêvo especial, porquanto imprimiram traços marcantes à conjuntura agrícola: a enorme safra cafeeira, os estímulos proporcionados pela política cambial, e as inovações introduzidas na política agrícola.

A influência da volumosa produção de café é revelada quando se eliminam do "quantum" global os quantitativos da colheita de café (*ver QUADRO I*). Feito isso, verifica-se que a taxa de aumento da atividade agrícola em 1961, relativamente a 1960, passa a ser de 6,4%, contra 8,5% no período anterior. Já o "quantum" produzido pela agropecuária, analisado sob o prisma de sua comercialização, mostra tendência inteiramente diversa. Os produtos de consumo interno aumentaram, no ano passado, de 5,5%, contra 7,9% em 1960. As colheitas de exportação, devido quase exclusiva-

mente ao aumento da produção cafeeira — da ordem de 37%, em confronto com uma redução de 38% na safra precedente — evoluíram de cerca de 25%, contrastando fortemente com a diminuição de 21% em 1960.

Conquanto a revisão na política de preços mínimos e as novas facilidades de crédito proporcionadas aos pequenos lavradores não tenham alcançado a época da semeadura, tais medidas beneficiaram consideravelmente as colheitas, de vez que determinaram maiores cuidados nas apanhas, o que não só acarretou melhoria nos tipos produzidos, como também, em muitos casos, rendimentos maiores.

ANÁLISE SETORIAL

Os índices do "quantum" da produção agropecuária, distribuída pelos diferentes setores — agricultura, produção de origem animal e extrativa ve-

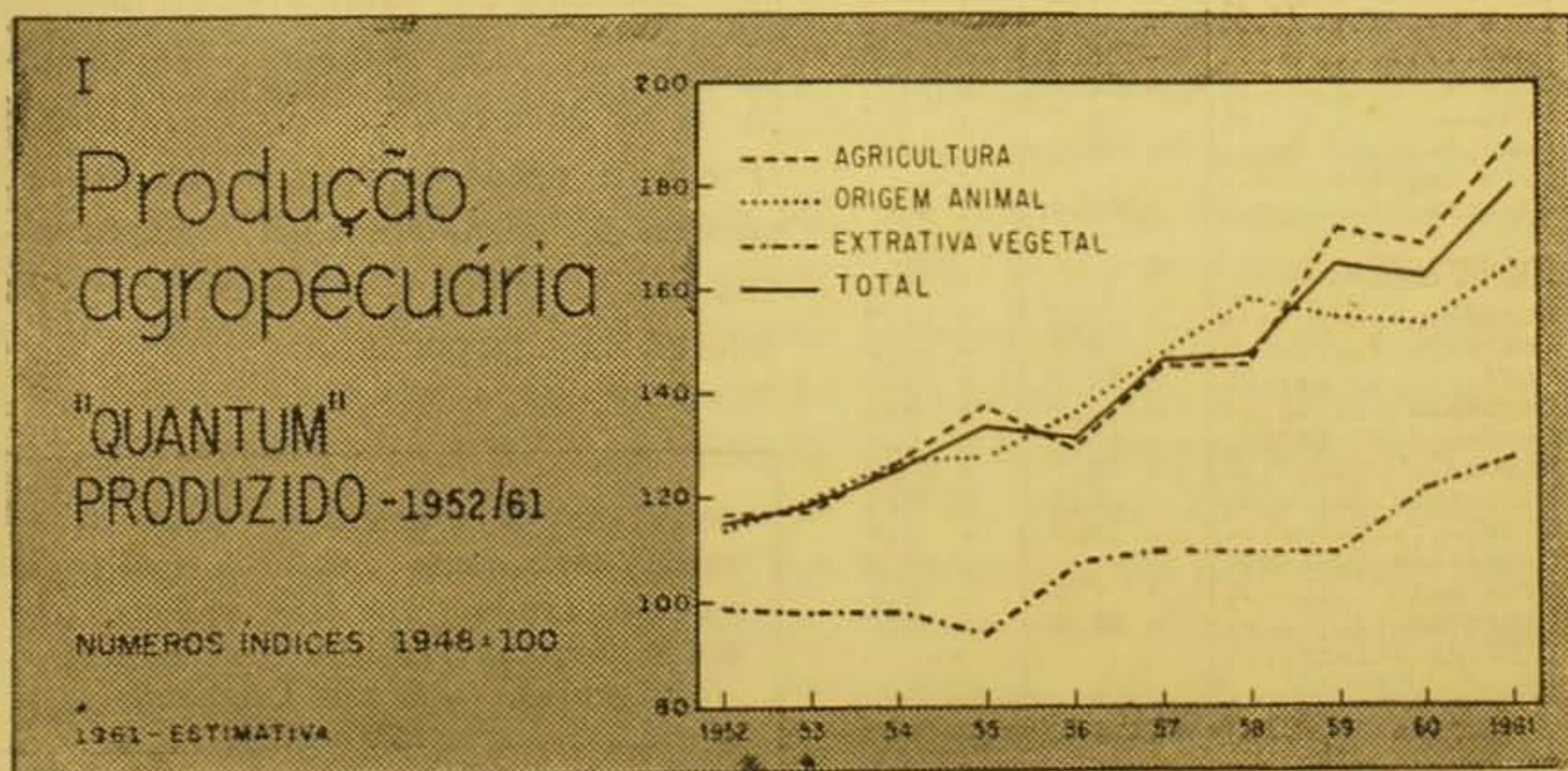
getal — relativos ao ano de 1961, não só estão sujeitos a posterior confirmação, como algumas cifras de importantes produtos são suscetíveis de críticas. A evolução desses índices, no último decênio, é mostrada no *GRÁFICO I*. Cumpre lembrar que os índices (base: 1948 = 100) foram construídos partindo-se das apurações feitas pelo Serviço de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura, utilizando-se, no cálculo, o critério estatístico de Laspeyres.

O aumento do "quantum" global, em 1961, referido no início (+10,2%), foi motivado, como vimos, por uma expansão de 11,5% nas colheitas agrícolas, que participam com 70% no total, de 7,2% na produção de origem animal (28% do total) e de 4,4% na produção extrativa vegetal, que contribui com apenas 2% para o agregado agropecuário. Como se vê, todos os setores integrantes do índice apresentaram evolução satisfatória no último

ano, pois os diversos incrementos se situaram em níveis bem acima da média de cada um dos setores no decênio.

Note-se que o setor agrícola, cujo índice foi calculado com base nas 32 maiores culturas, que representam mais de 90% do valor das 50 colheitas arroladas nas estatísticas do SEP, foi enormemente afetado pelo aumento da colheita cafeeira. Cabe aqui mais um esclarecimento: a safra de café 1961/62 foi computada no índice com um volume de 37 milhões de sacas, média entre as duas últimas estimativas conhecidas: a avaliação definitiva, divulgada no "Diário do Paraná", de 5-5-61, da ordem de 36,6 milhões de sacas, e a segunda estimativa, do Departamento da Agricultura dos Estados Unidos, com um volume de 37,4 milhões de sacas.

Essa estimativa da produção cafeeira supera de quase 10 milhões de sacas a safra de 1960/61, que atingiu pouco mais de 27 milhões de sacas.



II - VARIAÇÕES PERCENTUAIS DO VOLUME
DOS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS DE CONSUMO
INTERNO E DE EXPORTAÇÃO

DISCRIMINAÇÃO	1960/1959	1961/1960
CONSUMO INTERNO:		
PARA ALIMENTAÇÃO:		
Abacaxi.....	+ 8,0	+ 1,1
Alfafa.....	+ 4,5	+ 1,7
Arroz.....	+ 16,9	+ 10,8
Aveia.....	+ 6,9	+ 1,1
Banana.....	+ 13,2	+ 3,6
Banha.....	+ 12,1	+ 10,0
Batata doce.....	+ 8,1	+ 4,8
Cana de açúcar....	+ 6,4	+ 3,2
Carne bovina.....	- 5,1	+ 5,0
Carne caprina.....	+ 4,3	+ 5,0
Carne ovina.....	+ 0,5	+ 5,0
Carne suína.....	- 0,2	+ 10,0
Cevada.....	- 0,7	+ 13,2
Chá da Índia.....	- 34,1	+ 85,2
Côco da Bahia.....	+ 0,9	+ 2,6
Fava.....	+ 14,3	+ 2,6
Feijão.....	+ 11,7	+ 5,3
Laranja.....	+ 4,7	+ 5,4
Laticínios.....	+ 6,4	+ 9,1
Mandioca.....	+ 6,0	+ 3,9
Milho.....	+ 11,3	+ 3,8
Ovos.....	+ 5,1	+ 6,4
Tomate.....	- 3,0	+ 0,3
Toucinho.....	- 0,7	+ 10,2
Trigo.....	+ 58,5	+ 8,9
Batata inglesa....	+ 8,5	- 2,9
Cebola.....	+ 13,4	- 11,9
Centeio.....	- 1,0	- 0,5
Alho.....	+ 5,4	-
PARA INDÚSTRIA:		
Amendoim.....	+ 14,3	+ 13,3
Babaçu.....	+ 18,3	+ 9,2
Borracha.....	- 1,0	+ 3,6
Caroá.....	+ 13,2	+ 6,1
Casulo.....	-	+ 9,1
Couro de boi.....	- 7,6	+ 5,0
Couro suíno.....	+ 13,7	+ 6,9
Juta.....	+ 20,4	+ 22,6
Lã.....	- 25,3	+ 10,1
Pele ovina.....	- 5,0	+ 5,3
Sebo.....	- 8,8	+ 4,8
Tungue.....	+ 25,8	+ 12,0
Uva.....	+ 4,3	+ 5,7
Fumo.....	+ 40,7	- 17,5
Pele caprina.....	-	-
Guaraná.....	+100,0	-
EXPORTAÇÃO:		
Algodão.....	+ 15,7	+ 13,9
Cacau.....	- 8,2	+ 3,1
Café.....	- 38,2	+ 37,0
Carnaúba.....	+ 7,8	+ 9,1
Castanha do Pará..	+ 81,6	+ 6,6
Mamona.....	+ 24,7	+ 23,8
Piaçava.....	- 2,5	+ 2,6
Sisal.....	+ 16,0	+ 0,9
Coquilhos de licuri	-	- 10,3
Erva mate.....	+ 7,3	- 5,1
Oiticica.....	+ 53,4	- 7,7
Cera de licuri....	-	-

Fonte: S.E.P. e estimativas diversas.

O aumento da safra de café foi acompanhado de incrementos menores nas demais colheitas, pois dos 32 produtos agrícolas que compõem o "quantum" da agricultura, somente quatro — batata inglesa, cebola, fumo e centeio — apresentaram quantitativos inferiores aos de 1960.

No que respeita à produção de origem animal, tanto as carnes como os demais produtos que integram o setor acusaram incrementos apreciáveis. As carnes bovinas aumentaram de 5%, mas os produtos suínos, a lã e os laticínios assinalaram os melhores níveis de produção, estimados em torno de 10% de acréscimo, relativamente a 1960.

Do lado da produção extrativa vegetal, conquanto alguns produtos tenham acusado incrementos ligeiramente menores que em 1960, parece que foi a diminuição da produção de erva-mate e oiticica o fator de maior influência no comportamento global do setor. Além disso, é preciso lembrar que enquanto a produção de castanhas-do-pará, em 1960, cresceu de ... 81,6%, na última colheita o incremento foi de apenas 6%. O QUADRO II mostra, produto por produto, os aumentos de safras em 1961, comparativamente a 1960, e relativos aos três setores da agropecuária.

Se V. Sa. já é assinante desta Revista, certamente far-lhe-á justiça, recomendando-a aos seus amigos. — Estes, por sua vez, lhe ficarão muito gratos. — E nós também.

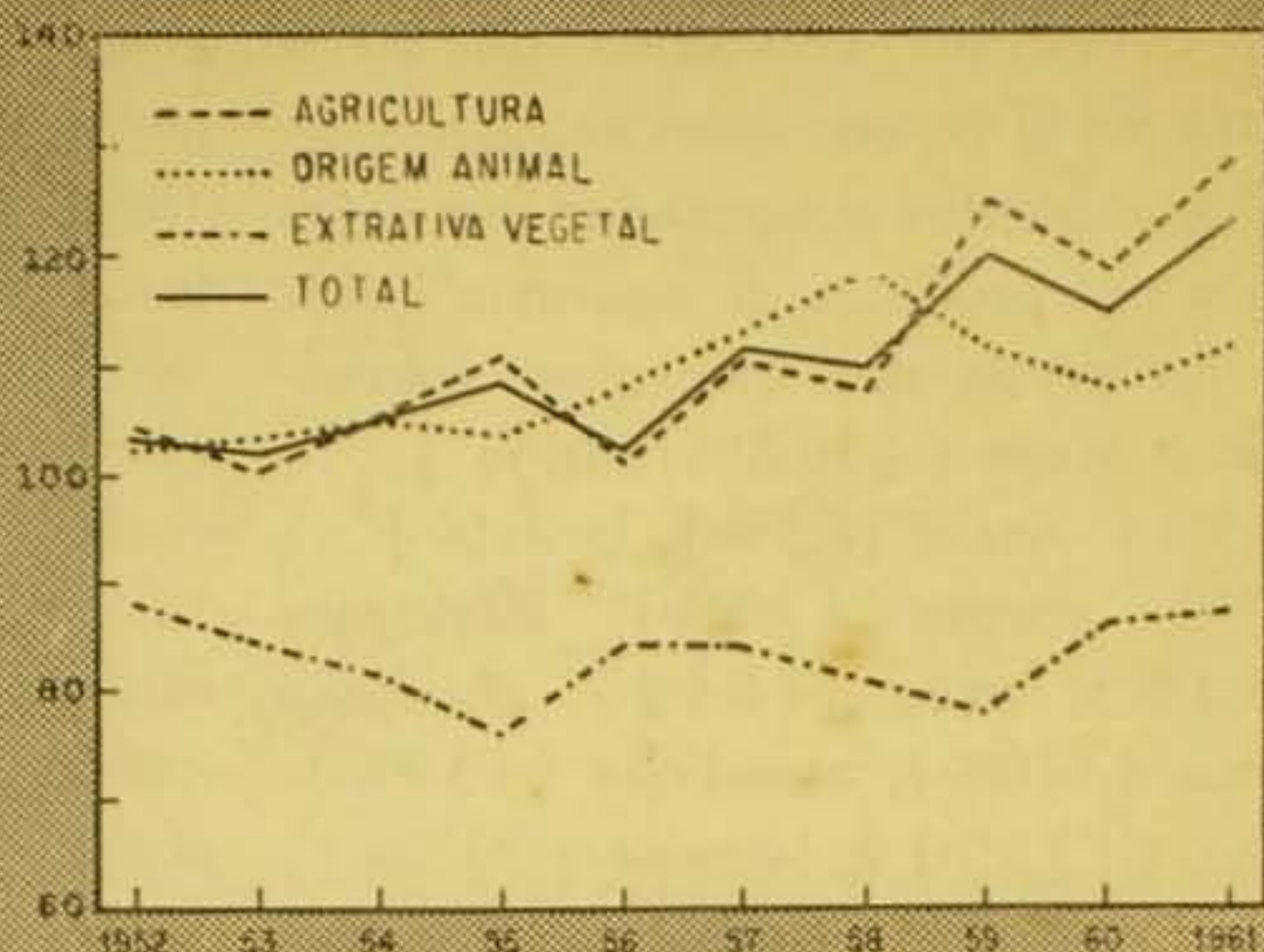
II

Produção agropecuária

"QUANTUM
PER CAPITA" - 1952/61

NÚMEROS ÍNDICES 1948=100

* 1961 - ESTIMATIVA



O GRÁFICO II apresenta, para o último decênio, o comportamento per capita da agropecuária nacional, cuja taxa de expansão foi de 18,7%, ou seja, menos de 2% ao ano. Embora o crescimento da produção rural no período tenha superado a pressão demográfica, ele não se deu em condições de atender com folga a maior procura interna de alimentos e matérias-primas, resultante da melhoria de padrão de vida do povo brasileiro (notadamente nos grandes centros urbanos) e da industrialização acelerada de nossa economia.

O exame dos índices per capita relativos às últimas safras mostra que, em 1961, o "quantum" agropecuário aumentou vantajosamente, alcançando a taxa de 7,1%, contra uma redução de 4,5% em 1960. Esse incremento per capita global foi proporcionado em 1961 por uma expansão na agricultura da ordem de 8,2% (—5% em 1960), um aumento na produção de

origem animal de 4,0% (—3,7% no ano anterior) e uma melhoria de 1,4% na produção extrativa vegetal (+8,5% nas safras precedentes).

DESTINO COMERCIAL DA AGROPECUÁRIA

O QUADRO I a que nos referimos no início apresenta o índice do "quantum" da produção agropecuária distribuído segundo o seu destino comercial — produtos para consumo interno e produtos para exportação. Os primeiros ainda se subdividem em alimentos e matérias-primas e nos segundos, além do total, destacou-se a posição representada pelo café e cacau. Os produtos rurais destinados ao mercado interno aumentaram, em 1961, de 5,5%, contra 7,9% em 1960. Este incremento foi determinado principalmente pelos gêneros alimentícios que, detendo parcela consideravelmente maior do total, evoluíram de 5,8%

(8,1% em 1960). As matérias-primas industriais cresceram de 2,7% contra 6,4% no ano anterior.

Nos aumentos computados com referência aos produtos de consumo interno, no grupo dos alimentos, sobressaem o arroz (+10,8%), trigo (... +8,9%), feijão (5,3%), laranja (... 5,4%), carnes (+5%), laticínios (+9,1%), ovos (+6,4%), produtos suínos (+10%), mandioca (+3,9%), milho (+3,8%) e banana (+3,6%). Nesse grupo de produtos cumpre destacar apenas a redução das safras de cebola (-11,9%) e batata inglesa (-2,9%). Quanto às matérias-primas industriais, não obstante se haverem registrado aumentos, alguns substanciais, na quase totalidade desses produtos, somente a redução de 17,5% na colheita de fumo foi suficiente para fazer com que o índice conjunto do grupo não evoluísse de maneira mais rápida.

Prosseguindo na análise do QUA-

DRO I, verifica-se que os produtos de exportação comandaram o aumento geral do "quantum" agropecuário em 1961. Compulsando-se estatísticas mais recuadas, parece claro que em 1961 se repetiu uma conjuntura semelhante à de 1959, quando a produção rural brasileira acusou um aumento de 11,5%. Como naquele ano, o acontecimento mais relevante das últimas safras foi um aumento considerável na colheita cafeeira. O fato exige, portanto, algumas observações complementares, conforme já tivemos oportunidade de fazer em "Conjuntura Econômica" de agosto de 1961.

Nota-se, inicialmente, que em 1959 a safra cafeeira ainda foi maior que a presente (44,7 milhões, 27,3 milhões e 37 milhões de sacas, respectivamente, em 1959, 1960 e 1961), o que explica, provavelmente, a pequena diferença entre as taxas de crescimento do "quantum" global de 1959 a 1961, respectivamente: 11,5% e 10,2%. Tam-

III - PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA - "QUANTUM PER CAPITA"

Índice: 1948 = 100

ESPECIFICAÇÃO	1958	1959	1960	1961 ^a	% + OU -		
					1959/58	1960/59	1961/60
PRODUTOS PARA CONSUMO INTERNO...	110,6	109,9	115,1	117,9	- 0,6	+ 4,7	+ 2,4
Para alimentação.....	111,1	110,3	115,7	118,9	- 0,7	+ 4,9	+ 2,8
Para indústria.....	105,9	105,7	109,1	108,8	- 0,2	+ 3,2	- 0,3
PRODUTOS PARA EXPORTAÇÃO.....	106,2	149,1	114,3	138,3	+40,4	-23,3	+21,0
Café.....	93,8	182,6	109,5	145,7	+94,7	-40,0	+33,1
Cacau.....	126,1	132,6	118,1	118,2	+ 5,2	-10,9	+ 0,1
T O T A L G E R A L	110,5	119,9	114,5	122,5	+ 8,5	- 4,5	+ 7,0
Sem café.....	109,5	109,9	115,7	119,5	+ 0,4	+ 5,3	+ 3,3

(a) Dados sujeitos a retificação.

Fonte dos dados originais: S.E.P., I.B.C. e S.E.T.

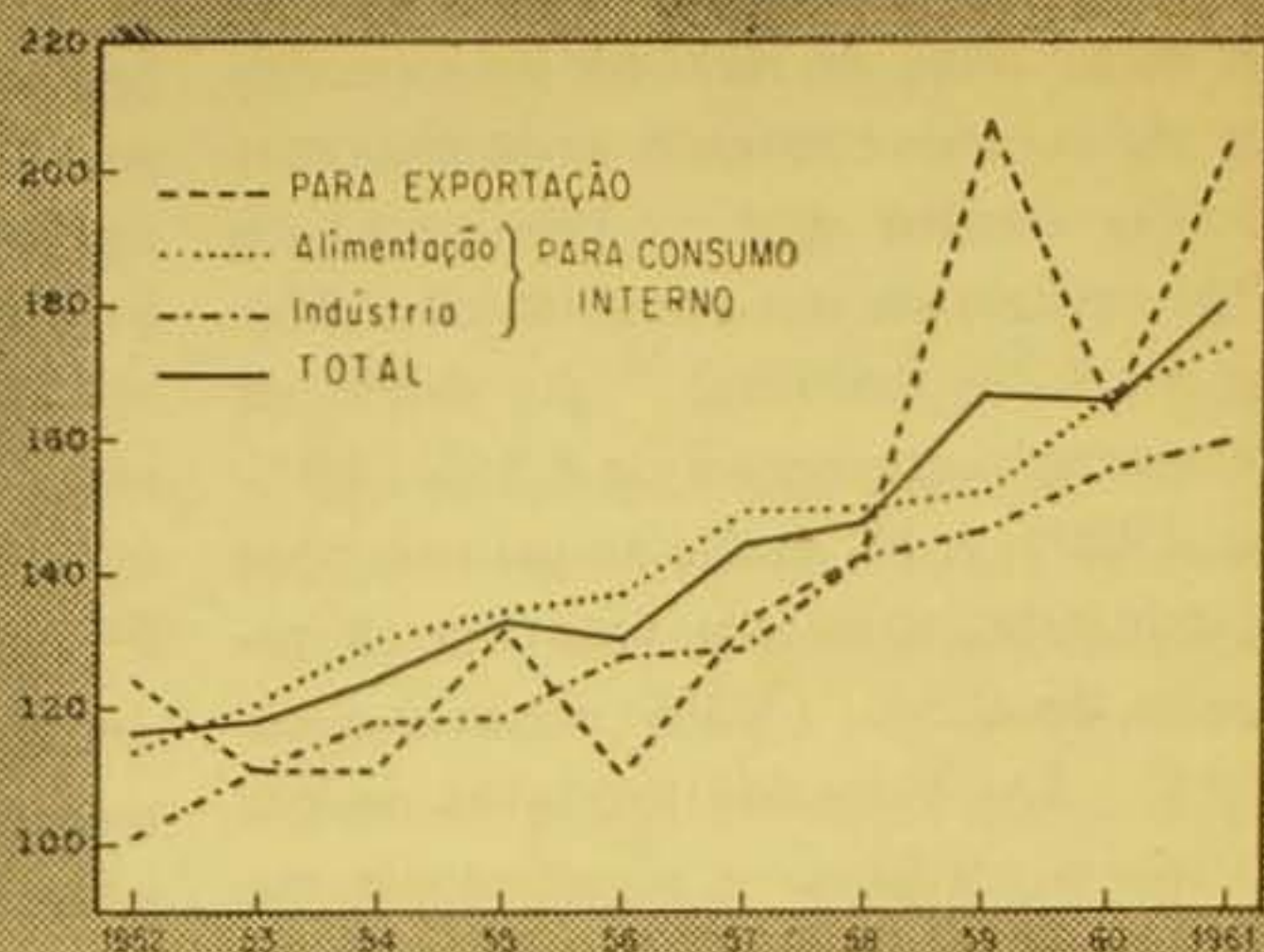
III

Produção agropecuária

"QUANTUM"
PRODUZIDO - 1952/61

NÚMEROS ÍNDICES: 1948=100

* 1961 - ESTIMATIVA



bém parece certo que as demais colheitas, além do café, tiveram em 1961 melhores repercussões no conjunto.

Tendo em vista esses aspectos, é razoável que se analise a produção agropecuária em 1961, afastando-se as influências da produção cafeeira. Feito isso, constata-se que o "quantum" global cresceu, no ano passado, de apenas 6,4%, contra 8,5% em 1960 e 3,3% em 1959. É importante ainda que da safra cafeeira de 1961/62 — 37 milhões de sacas — somente 25 milhões deverão ser comercializadas (17 milhões de sacas para o exterior e 8 milhões para o mercado interno), restando cerca de 12 milhões, que passarão aos estoques.

Embora o presente plano de safra preconize o auto-financiamento desses estoques, não necessitando, por isso, de uma tomada de recursos junto ao Tesouro Nacional, mesmo assim o fenômeno não deixa de ter repercussões desfavoráveis, uma vez que se tradu-

zirá num acréscimo dos meios de pagamento no setor rural, sem a devida utilização do produto correspondente. O aumento da colheita cafeeira, em 1961, como vimos, representa boa parcela de produto monetário distribuído entre os lavradores, que poderá ser estimada em 30 bilhões de cruzeiros (tomando-se o preço da saca de café estocado à razão de 2.500 cruzeiros), ou seja, cerca de 3,3% do produto das atividades agropecuárias, avaliado em 900 bilhões de cruzeiros.

Além do café, vários produtos rurais voltados para os mercados externos apresentaram aumentos substanciais, cabendo destacar os das safras de algodão (+13,9%), mamona (... +23,8%), carnaúba (+9,1%), castanha-do-pará (+6,6%) e cacau (... +3,1%). Ainda nesse grupo, tiveram safras reduzidas, em 1961, a erva-mate (—5,1%), coquilhos de licuri (—10,3%) e oiticica (—7,7%).

O QUADRO II, com os índices per

capita da agropecuária distribuídos pelas duas áreas de mercados — produtos de consumo interno e de exportação — mostra que os primeiros, em 1961, acusaram um aumento de 2,4%, contra 4,7% em 1960. As safras de alimentação cresceram de 2,8% (4,9% em 1960) e as matérias-primas para a indústria acusaram uma ligeira redução de 0,3% (3,2% no ano anterior). Do lado dos produtos de exportação verificou-se significativo aumento per capita de 21%, no ano passado, contra uma redução no período anterior de —23,3%. As razões do incremento nos produtos voltados para o mercado externo já foram antes discutidas. Em termos globais, o "quantum per capita" da produção agropecuária em 1961 aumentou de 7%, comparativamente à sensível diminuição de 4,5% em 1960. Entretanto, quando eliminada do índice total a safra cafeeira, o incremento de 1961 se reduz a 3,3%, contra a expansão significativa de 5,3% no ano anterior.

A exportação dos produtos rurais foi fortemente incrementada em 1961, principalmente graças aos estímulos proporcionados pela liberação cambial, circunstâncias que serão analisadas no capítulo referente ao comércio exterior. O mercado interno para esses produtos mostrou-se firme, não havendo grandes problemas de abastecimento de gêneros de primeira necessidade. Os preços permaneceram em constante alta, o que se comprova com a elevação da ordem de 52,4% no

custo da alimentação do Estado da Guanabara e um acréscimo de 48,5% nos preços por atacado dos produtos agrícolas. Eliminando-se destes os preços do café, a alta dos preços por atacado dos produtos agrícolas situou-se, em 1961, na taxa de 54,5% — ligeiramente acima da assinalada nos preços pagos pelos consumidores.

Os produtos da pecuária, notadamente as carnes, contrariamente ao que se verificou em anos anteriores, tiveram o seu mercado em processamento regular, embora a alta de preços tenha freado ligeiramente o consumo. Os preços, que evoluíram mais agudamente no período da entre-safra, não desceram, como se esperava, no fim do ano, quando a pecuária de corte ingressava em plena safra. O preço do boi em pé, pôsto frigorífico, aumento de 1.350 cruzeiros por arroba, em junho de 1961, para 2.100 cruzeiros em dezembro. Assinale-se que em novembro, quando atingia 2.050 cruzeiros por arroba, e se aguardava uma baixa, registrou-se, em seguida, mais uma alta de 50 cruzeiros por arroba no último mês do ano. Dessa forma, os preços dos consumidores não foram melhorados.

FATORES INFLUENTES NA PRODUÇÃO

A expansão da área cultivada com as 50 safras agrícolas em 1961 foi, sem dúvida, a principal responsável pelo incremento registrado no "quantum" da agricultura. A superfície

plantada, segundo as apurações do SEP, alcançou a cifra de 26,835 mil hectares, contra 26,379 mil em 1960, acusando um incremento de aproximadamente 2%. Havendo o "quantum" da agricultura aumentado de 11,5%, parece evidente ter-se presenciado razoável melhoria do rendimento das culturas. Entretanto, é sabido que considerável parcela do aumento do "quantum" das safras se deve ao acréscimo da produção cafeeira, nem sempre acompanhado de um correspondente aumento da área de cultivo. Assim, para melhor aquilatar o grau de progresso do rendimento agrícola, eliminamos dos totais da área plantada e do "quantum" produzido os valores respectivos da lavoura cafeeira. Isso feito, constata-se uma expansão da superfície ocupada com as 49 culturas restantes também de 2%, para um acréscimo do "quantum" produzido de 6,1%, ficando, enfim, ressaltada sensível melhoria de rendimento.

Considere-se ainda que as safras, em 1961, dispuseram de condições climáticas favoráveis. Não se verificaram irregularidades no período de chuvas; mesmo no Nordeste as condições climáticas não foram tão adversas como costumam. Sòmente nos últimos meses do ano foi que se registrou uma

sêca mais prolongada, tanto no Nordeste como no Sul do país, cujas repercussões só se farão sentir nas safras que estão tendo andamento, ou seja, naquelas que serão computadas em 1962.

Na realidade, não obstante os resultados menores em 1961, relativamente a 1960, nos produtos destinados ao mercado interno, os rendimentos auferidos pela lavoura brasileira são consequência do progresso que se vem observando nas técnicas mais avançadas de tratamento do solo. Ao mesmo tempo, a mecanização da lavoura se expande razoavelmente, em particular na região Centro-Sul. O mesmo acontece com o uso de fertilizantes e inseticidas. A produção interna de implementos agrícolas e de adubos para a lavoura também fez progressos nos últimos tempos. A conjugação de todos êsses fatores tem contribuído, de certa forma, para a melhoria de rendimento em destacadas lavouras de consumo interno e de exportação.

É importante salientar o papel que vem desempenhando o crédito agrícola nos últimos anos, bem como as realizações ainda modestas no campo da extensão rural e do crédito supervisionado. Tudo isso tem ajudado o rendimento cultural médio da lavoura bra-

Se V. S.^a se interessa pela Edição Internacional (em inglês), também mensal, desta Revista, queira fazer seu pedido à **FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS**, Praia de Botafogo, 186, tel. 46-4010 (no Rio), ou ao nosso Agente Local.

IV - INCREMENTOS TRIMESTRAIS NOS EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS À LAVOURA
E À PECUÁRIA PELA REDE BANCÁRIA BRASILEIRA
(Em milhões de Cr\$)

PERÍODO	BANCO DO BRASIL			TODOS OS BANCOS		
	Lavoura	Pecuária	Total	Lavoura	Pecuária	Total
<u>1 9 5 9 :</u>						
Janeiro a março.....	1 328	170	1 498	2 414	524	2 938
Abril a junho.....	5 851	596	6 447	7 351	159	7 510
Julho a setembro.....	-1 436	274	-1 162	1 557	586	2 143
Outubro a dezembro...	1 856	896	2 752	3 249	1 386	4 635
<u>1 9 6 0 :</u>						
Janeiro a março.....	3 493	1 111	4 604	5 326	2 052	7 378
Abril a junho.....	6 686	1 597	8 283	7 924	2 094	9 018
Julho a setembro.....	2 056	1 890	3 946	4 207	2 053	6 260
Outubro a dezembro...	1 370	2 128	3 498	4 045	2 846	6 891
<u>1 9 6 1 :</u>						
Janeiro a março.....	3 818	- 284	3 534	3 420	631	4 051
Abril a junho.....	4 913	- 210	4 703	6 283	786	7 069
Julho a setembro.....	10 894	1 067	11 961	15 301	211	15 512
Outubro a dezembro...

Fonte: S.E.E.F.

sileira e constitui eloqüente indício do que poderão proporcionar essas atividades assistenciais à nossa agricultura.

Considerando o total dos empréstimos distribuídos pela rede bancária nacional à agricultura e à pecuária (ver *QUADRO IV*), verifica-se que a posição do saldo desses empréstimos (em conta corrente e em títulos descontados) em setembro de 1961 era de 15,5 bilhões de cruzeiros, contra 6,3 bilhões em igual período de 1960. Nesse total de empréstimos as lavouras usufruíram 15,3 bilhões de cruzeiros e a pecuária 0,2 bilhão. Assinale-se, ainda, que quase 80% desses empréstimos eram fornecidos pelo Banco do Brasil, a quem sempre coube a grande

tarefa de realizar o grosso dos financiamentos agropecuários.

O Banco do Brasil, através de sua carteira especializada — Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI) — dedicou às atividades rurais, nos 9 primeiros meses de 1961, 140.757 empréstimos, perfazendo 41,1

Organizações internacionais, como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e outras, utilizam freqüentemente os dados de CONJUNTURA ECONÔMICA em seus estudos e relatórios.

bilhões de cruzeiros, contra 102.247 empréstimos, no valor de 34,9 bilhões de cruzeiros, em igual período de 1960. Registrou-se, portanto, um aumento, entre os dois períodos, de 38.510 empréstimos e de 6,2 bilhões de cruzeiros nos financiamentos distribuídos. A estrutura da distribuição desses créditos, tanto no que respeita aos produtos, como no que tange às unidades

da Federação mais beneficiadas, continua sem alteração, sendo válidas as observações a propósito feitas em idênticas oportunidades por "Conjuntura Econômica" (ver *QUADRO V*).

A política de preços mínimos (ver "Conjuntura Econômica", outubro de 1961) vem se tornando mais eficaz, notadamente se se consideram as providências adotadas pelo Decreto n.º

V - CRÉDITOS CONCEDIDOS À AGRICULTURA E À PECUÁRIA

ESPECIFICAÇÃO	JANEIRO/SETEMBRO 1960		JANEIRO/SETEMBRO 1961		VARIAÇÃO	
	Nº	Cr\$ milhões	Nº	Cr\$ milhões	Nº	Cr\$ milhões
À AGRICULTURA:						
Custeio de entressafra:						
Algodão.....	14 471	1 556	21 564	3 478	7 093	1 922
Arroz.....	9 487	2 626	12 899	5 042	3 412	2 416
Cacau.....	1 549	426	2 253	1 130	704	704
Café.....	5 222	2 678	5 727	3 036	505	358
Cana de açúcar.....	1 269	2 991	1 659	1 040	390	-1 951
Mandioca.....	3 302	218	7 770	642	4 468	424
Milho.....	7 887	1 106	12 407	2 048	4 520	942
Trigo.....	6 006	4 229	4 644	2 650	-1 362	-1 579
Outros.....	11 997	1 180	19 318	2 429	7 321	1 249
Custeio da extração de produtos ve getais.....	251	88	542	212	291	124
Fundação de lavouras.....	379	75	757	117	378	42
Melhoramentos das explorações agrí colas.....	5 182	1 528	9 583	2 429	4 401	901
Aquisição de máquinas, veículos e utensílios agrícolas.....	10 326	4 742	-	-	-	-
Aplicações diversas.....	5 985	2 718	-	-	-	-
TOTAL DA AGRICULTURA.....	83 872	26 283	121 450	34 893	37 578	8 610
À PECUÁRIA:						
Aquisição de animais.....	11 658	5 993	10 552	3 380	- 1 106	- 2 613
Melhoramentos das explorações pas toris.....	3 240	1 132	4 928	1 454	1 688	322
Aplicações diversas.....	3 592	1 561	2 866	623	- 726	- 938
TOTAL DA PECUÁRIA.....	18 375	8 601	19 307	6 226	932	- 2 375
T O T A L G E R A L	102 247	34 884	140 757	41 118	38 510	6 234

Fonte: CREAÍ.

50.411, de 5 de abril de 1961, majorando os níveis de preços fixados para os remanescentes das safras de 1960/61 e para as safras em processamento de 1961/62. Procurou-se, com essa majoração, aproximar os preços garantidos dos prevalecentes no mercado.

CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

A contribuição da agropecuária para a formação da renda interna ainda ocupa primeiro lugar, com taxas de participação que têm flutuado em torno de 27%, enquanto a indústria, colocada em 2.º lugar, vem contribuindo com aproximadamente 25%. Admite-se, que, em 1961, o produto das atividades rurais brasileiras deva ter alcançado 900 bilhões de cruzeiros correntes, num produto interno bruto de quase 3,4 trilhões de cruzeiros.

Embora muita coisa venha influenciando favoravelmente o desenvolvimento da agropecuária nacional, esta ainda se mostra, face ao crescimento dos últimos anos das atividades secundárias e terciárias, em relativo

atraso, sem poder acompanhar em muitos casos, a constante pressão da demanda interna e externa de seus produtos. Tem contribuído para esse desequilíbrio a remuneração dos lavradores, incapaz de manter estável o poder de compra dos que trabalham a terra, conforme "Conjuntura Econômica" tem focalizado em diversas ocasiões.

Acredita-se que, durante as safras em curso, prossigam os estímulos registrados nas últimas colheitas, embora as condições climáticas se venham processando com alguma irregularidade. As perspectivas que se esboçam para este ano agropecuário, conquanto não sejam de progressos invulgares, serão, pelo menos, de expansão capaz de cobrir a taxa de crescimento demográfico e de atender alguma melhora da procura interna, notadamente nos centros urbanos mais desenvolvidos do país. Do lado dos produtos de exportação, é provável que as condições cambiais prevalecentes continuem estimulando a produção, desde que a procura estrangeira pelos nossos produtos prossiga revelando a mesma tendência ascendente registrada em 1960.



EUROPA
PELO DC-8
DA SAS



16.036-C



Banco do Estado da Guanabara

Os estabelecimentos que exibem este selo, aceitam CHEQUE-VERDE com muito prazer. O Banco do Estado da Guanabara garante seu desconto até Cr\$ 10.000,00 (dez mil cruzeiros) cada um.

Amigo! Procure-nos para ser um correntista de CHEQUE-VERDE. Lembre-se: gente de crédito paga com CHEQUE-VERDE do Banco do Estado da Guanabara.



Banco do Estado da Guanabara
MATRIZ: Av. Rio Branco, 39-41 — Tel. 23-8370



A S S I N E:

CONJUNTURA ECONÔMICA — REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA —
REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO — ARQUIVOS BRASILEIROS
DE PSICOTÉCNICA — REVISTA DE DIREITO PÚBLICO E
CIÊNCIA POLÍTICA

EDITADAS PELA
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Pedidos à FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES;
PRAIA DE BOTAFOGO, 186 - FONE: 46-4010 - RAMAL 15
RIO DE JANEIRO

NOSSA DISTRIBUIÇÃO

“Revista Internacional de Ciências Administrativas”

O Serviço de Publicações da Fundação Getúlio Vargas comunica que está aceitando pedidos de assinaturas da *Revista Internacional de Ciências Administrativas*, publicada trimestralmente pelo Instituto Internacional de Ciências Administrativas, com sede em Bruxelas.

Trata-se de conceituado periódico, excelentemente apresentado e impresso, no formato 20x27cm, tendo em média 120 páginas de texto, destinado a propagar a mais atualizada matéria sobre Administração Pública, mercê dos contatos oficiais que aquele Instituto mantém com 70 países e da sua qualidade de órgão consultivo junto à UNESCO e ao Conselho Econômico e Social da ONU.

Seus artigos, a cargo de reputados autores, aparecem, conforme o caso, em espanhol, francês ou inglês, sendo que para êsses dois últimos idiomas apresenta resumos em espanhol, com o que amplia consideravelmente o número de interessados.

PEDIDOS

AO

SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Praia de Botafogo, 186 — Rio de Janeiro, G.B. — (Cx. Postal, 4081)

e

PÔSTO DE VENDAS NO EDIFÍCIO DARKE

Av. 13 de Maio, 23 — 12.º — S/1240 — Rio de Janeiro, G.B.

ONDE OS ÚLTIMOS NÚMEROS PODERÃO SER EXAMINADOS

ASSINATURA ANUAL:	US\$ 8,00
NÚMERO ATRASADO:	US\$ 2,50



CONTINUA RÁPIDO SEU CRESCIMENTO

Os primeiros dados disponíveis para a avaliação do comportamento da atividade industrial do país parecem indicar que se repetiu em 1961 a taxa de crescimento de 1960, quando o volume físico da produção no setor secundário, estimado pelo consumo de energia elétrica na região Rio—S. Paulo (servida pelo Sistema Light) e por informações diretas das maiores unidades progressivamente menores, a medida que se acentua a natural desaceleração. Manteve-se, outrossim, a tendência dos últimos anos no sentido da redução paulatina da contribuição da indústria manufatureira para esse crescimento global. Com efeito, desde 1959, o setor manufatureiro, cujo peso conjunto perfaz 83,8% de toda a atividade industrial do país, acusa taxas de crescimento progressivamente menores, à medida que se acentua a natural desaceleração no ritmo de expansão de algumas indústrias implantadas mais recentemente no país.

Como seria de esperar, ao aproximar-se a fase de consolidação do progresso que se seguiu à sua instalação, o ritmo de desenvolvimento tende a tornar-se mais lento, porém mais significativo em termos de capacidade produtiva. A esse respeito, releva salientar o caso da indústria automobilística, cujo volume físico

produzido acusou, nos últimos 3 anos, taxas de aumento paulatinamente menores: 46%, 36% e 11%, respectivamente, em 1959, 1960 e 1961.

Em 1961, a atividade da indústria manufatureira, estimada como a seguir descreveremos, teria acusado um aumento de 8% (10% em 1960). O ritmo das construções civis, calculado

I - CONSUMO DE ELETRICIDADE NA REGIÃO RIO-SÃO PAULO - 1960/61
(Média mensal em 1 000 kWh)

INDÚSTRIA	1960			1961 [★]			VARIAÇÃO (%)
	S. Paulo	Rio	Total	S. Paulo	Rio	Total	
Automóveis.....	12 139	520	12 659	16 863	1 254	18 117	+ 43,1
Bebidas.....	2 574	2 159	4 733	3 081	2 402	5 487	+ 15,9
Cimento.....	9 396	1 761	11 157	10 358	2 036	12 394	+ 7,1
Produtos químicos.....	36 501	9 163	45 664	41 793	9 577	51 370	+ 12,5
Produtos de argila.....	6 613	2 184	8 797	7 085	1 993	9 078	+ 3,2
Equipamento elétrico.....	12 744	2 041	14 785	15 755	2 509	18 274	+ 23,6
Produtos alimentícios....	15 040	2 953	17 993	16 304	3 120	19 424	+ 8,0
Vidros.....	7 072	1 802	8 874	7 875	2 074	9 949	+ 12,1
Cortumes.....	1 171	836	2 007	1 262	886	2 148	+ 7,0
Metalurgia.....	25 295	3 444	28 739	29 199	3 263	32 462	+ 13,0
Farinha de trigo.....	3 557	3 620	7 177	3 910	3 154	7 064	- 1,6
Minas e pedreiras.....	1 697	1 428	3 125	1 956	1 424	3 380	+ 8,2
Óleos e lubrificantes....	4 517	394	4 911	3 973	462	4 435	- 9,7
Papéis e artes gráficas..	22 334	5 968	28 302	23 469	6 477	29 946	+ 5,7
Borracha.....	9 513	724	10 237	9 886	1 167	11 053	+ 8,0
Siderurgia.....	46 558	20 601	67 159	50 173	23 562	73 735	+ 9,7
Têxtil.....	68 779	9 402	78 181	73 741	10 251	83 992	+ 7,4
Fumo.....	342	173	515	377	213	590	+ 14,6
Madeiras.....	4 509	697	5 206	5 041	736	5 777	+ 11,0
Diversos.....	3 690	4 137	7 827	2 073	4 644	6 717	- 14,2
T O T A L	294 041	74 007	368 048	324 184	81 204	405 388	+ 10,1

Fonte: Dados básicos da COBAST.
(★) Média janeiro-outubro.

com base nos dados disponíveis para as principais cidades do país, em períodos que oscilam entre 3 e 6 meses, teria superado o de 1960 em cerca de 10%, contra uma redução de 4% em 1960, relativamente a 1959. O setor industrial produtor de energia elétrica manteve praticamente o mesmo ritmo de crescimento dos últimos anos, durante os quais vem oscilando em torno de 10%. Finalmente, a indústria extrativa mineral acusou um crescimento recorde (19%), ou seja, mais do

dôbro do de 1960, quando já fôra extremamente dinâmico.

O processo de estimativa de que somos forçados a nos valer nesta altura do ano, para quantificar a atividade industrial do país, impõe que se façam as necessárias ressalvas no que respeita à acuidade das cifras utilizadas. Na falta dos levantamentos (Inquéritos Econômicos) do IBGE, interrompidos desde 1960 e ainda não reiniciados, em que baseávamos parte

II - ATIVIDADE INDUSTRIAL - 1960/61
VARIAÇÕES PERCENTUAIS NO PRODUTO REAL,
SEGUNDO O RAMO DE ATIVIDADE

ESPECIFICAÇÃO	PÊSO RELA TIVO (%)	VARIAÇÕES PERCEN- TUAIS	
		1960	1961
INDÚSTRIA MANUFATUREIRA	83,8	+ 10	+ 8
Alimentação.....	12,9	+ 6	+ 5
Têxtil.....	12,7	+ 9	+ 7
Siderurgia e Metalurgia	9,8	+ 5	+ 11
Cimento, Cerâmica e Vi- dros.....	5,8	+ 7	+ 7
Petróleo.....	5,5	+ 19	+ 22
Química e Farmacêutica.	5,5	+ 14	+ 10
Material Elétrico.....	3,4	+ 23	+ 24
Automobilística.....	3,3	+ 36	+ 11
Bebidas.....	2,9	- 3	+ 16
Editorial e Gráfica....	2,7	+ 9	+ 6
Borracha.....	1,9	+ 2	- 13
Fumo.....	1,3	+ 3	+ 15
Couros.....	1,0	+ 11	+ 7
Outras indústrias.....	15,1	+ 7	- 2
CONSTRUÇÕES CIVIS.....	7,5	- 4	+ 10
ENERGIA ELÉTRICA.....	7,4	+ 10	+ 10
EXTRATIVA MINERAL.....	1,3	+ 9	+ 19
T O T A L	100,0	+ 9	+ 9

Fonte: Conjuntura Econômica.

Nota: Estimativas baseadas no consu-
mo industrial de energia elétrica na
Região Rio-São Paulo, conforme dados
fornecidos pelo Sistema Light, exceto
para as indústrias "siderúrgica e me-
talúrgica", "petróleo", "cimento", "au-
tomobilística", "borracha", "construção
civil" e "extrativa mineral", cujos da-
dos foram estimados diretamente com ba-
se nas maiores unidades produtoras em
atividade no setor.

substancial das estimativas das varia-
ções do produto real da indústria, nos
varemos há cerca de 2 anos de pro-
cessos indiretos de medição, que tor-
nam menos precisas as conclusões.
Assim, por exemplo, as indústrias de
alimentação, têxtil, química e farma-

cêutica, material elétrico, bebidas, edi-
torial e gráfica, couros e outras indús-
trias de transformação, são estimadas
com base no consumo industrial de
energia elétrica, de acordo com dados
fornecidos pela S. Paulo-Light e Rio-
Light.

São evidentes as deficiências de tal
processo de estimativa. Não só deixa
de cobrir parte considerável do ter-
ritório nacional, que cada vez mais
se desenvolve do ponto de vista indus-
trial, como pode ser afetado de manei-
ra sensível pela ampliação da rede dis-
tribuidora, levando a que unidades
produtoras antigas, as quais operam
com base em geradores próprios, pas-
sem a ser incluídas no cômputo.

Mesmo no caso de outros setores
industriais, como o siderúrgico e me-
talúrgico, e o da indústria extrativa
mineral, as estimativas se baseiam em
uma ou poucas unidades produtoras.
No caso da siderurgia e metalurgia, a
base do cálculo é a Companhia Side-

III - PRODUÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES
1960/1961
(Mil unidades)

T I P O	JAN./NOV.	
	1960	1961
Caminhões pesados, mé- dios e ônibus.....	38 544	27 340
Utilitários (inclusive caminhões leves).....	30 229	38 915
Jipes.....	17 695	16 101
Automóveis.....	33 270	50 521
T O T A L	119 738	132 877

Fonte: Secretaria Técnica do GEIA.

IV - PRODUÇÃO E REFINAÇÃO DE PETRÓLEO

1960 / 1961

(Média do período em barris/dia)

ESPECIFICAÇÃO	JAN./OUT.	
	1960	1961
Produção de cru.....	78 300	95 728
Refinação.....	173 131	211 115

Fonte: PETROBRÁS.

rúrgica Nacional que, não obstante ser a maior empresa do ramo, não reflete precisamente o que ocorreu com as demais componentes deste. Já no caso da indústria extrativa mineral, a base de nossa estimativa se compõe de 3 minérios: ferro, carvão e manganês. Quanto ao primeiro, utilizamos dos dados da Cia. Vale do Rio Doce, principal mineradora de ferro do país; os relativos ao carvão se originam da Comissão do Plano do Carvão, cobrindo praticamente todo o setor; quanto ao manganês, valemo-nos dos elementos divulgados pela Indústria e Comércio de Minérios, "ICO-MI" S. A.

Os dados mais precisos de que dispomos são os da indústria do petróleo, que se baseiam nas estatísticas divulgadas pelo Conselho Nacional do Petróleo e Petrobrás, os da indústria automobilística, cuja fonte é o Grupo Executivo da Indústria Automobilística (GEIA), e os da indústria da borracha, que se baseiam no consumo de borracha natural pela indústria, conforme estatísticas divulgadas pela Comissão Executiva de Defesa da Borracha.

ANÁLISE SETORIAL

A julgar pelas informações parciais e com as limitações referidas, o setor que acusou maior ritmo de crescimento em 1961 foi o da indústria de material elétrico, com um incremento da ordem de 24% (23% em 1960). Pela primeira vez nos últimos anos, a indústria automobilística deixa de ocupar o primeiro posto. A confirmarem-se as estimativas em que baseamos estes comentários, o setor automobilístico teria ficado em 4º ou 5º lugar entre as demais indústrias manufatureiras. Deve-se isso à queda na produção de veículos pesados (caminhões e ônibus) e de "jipes", visto como a de veículos utilitários (inclusive caminhões leves) e de automóveis continuou em expansão.

Seguindo-se à indústria de material elétrico, vem em segundo lugar a de petróleo. Nos dez primeiros meses de 1961 foram produzidos mais de 95 mil barris em média por dia, contra 78 mil em igual período de 1960. No que respeita à refinação, até outubro a

V - PRODUÇÃO DE CIMENTO PORTLAND COMUM

1958 / 61

A N O	QUANTIDADE (mil t)
1958.....	3 747
1959.....	3 798
1960.....	4 418
1960 (jan./ago.).....	3 602
1961 (jan./ago.).....	3 854

Fonte: Sindicato Nacional da Indústria de Cimento.

VI - INDÚSTRIA SIDERÚRGICA - 1960/61
(Mil t)

ESPECIFICAÇÃO	1960	1961
Ferro gusa.....	784	816
Aço em lingote....	1 006	1 130
Laminados.....	717	843

Fonte: Cia. Siderúrgica Nacional

média alcançada era de 211 mil barris por dia, contra 173 mil no mesmo período de 1960.

Em terceiro pôsto, praticamente com o mesmo ritmo de expansão colocam-se a indústria de bebidas e a de fumo, ambas tendo enfrentado dificuldades em 1960: a primeira, com diminuição do volume de produção, e a segunda, com um pequeno acréscimo naquele ano. O quinto lugar é ocupado pela indústria automobilística e pela siderúrgica e metalúrgica, tôdas com 11% de acréscimo do volume físico de produção. Com 7% de aumento colocam-se a seguir as indústrias têxtil, de ci-

mento, cerâmica e vidros e de couros. Quanto à de cimento, é interessante assinalar a estabilidade de sua taxa de crescimento, que se mantém em volta de 7% há vários anos.

A indústria de produtos de borracha (pneumáticos e outros) parece não ter ainda solucionado os problemas financeiros com que se defrontou desde o início do ano, em virtude da Instrução 204. A duplicação do capital de giro necessário à manutenção dos estoques de matéria-prima — hoje em grande parte importada do Oriente — parece ser a principal causa da queda do vo-

VII - CONSUMO DE BORRACHA NATURAL
1960/61
(tonelada métrica - peso seco)

A N O S	TONELADAS
1960.....	42 488
1960 (jan./ago.).....	31 079
1961 (jan./ago.).....	27 010

Fonte: Comissão Executiva de Defesa da Borracha.

MINERAÇÃO GERAL DO BRASIL LTDA.

FERROS LAMINADOS EM GERAL

Redondos — Quadrados — Chatos — Cantoneiras — Arames
Vergalhões de tôdas as bitolas para construção

TUBOS COM E SEM COSTURA

FERRO-LIGAS EM GERAL

"Ferro-Manganês" "Ferro-Silício" "Ferro-Silício-Manganês" "Ferro-Cromo"

ESCRITÓRIO: Candelária, 9 — 5.º andar — Tel. 23-1872 — RIO DE JANEIRO

VIII - MINERAÇÃO - PRODUÇÃO
(Mil t)

ESPECIFICAÇÃO	1960	1961
Minérios de ferro...	5 233	5 676
Manganês.....	760	769
Carvão.....	877	1 284

Fontes: Cia. Vale do Rio Doce, Indústria e Comércio de Minérios (ICOMI) e Comissão do Plano do Carvão.

lume físico da produção, estimada em 13%, com base no consumo de borraça natural pelas unidades produtoras.

Quanto aos demais setores da atividade industrial não classificados no

grupo manufatureiro, cabe salientar a estabilidade do crescimento da produção de energia elétrica, que há vários anos se mantém em torno de 10%, e a extraordinária expansão da atividade mineradora, especialmente do carvão e do ferro. No ano passado produziram-se quase 1,3 milhão de t de carvão, contra menos de 900 mil em 1960, e cerca de 5,7 milhões de t de minérios de ferro foram extraídas pela Cia. Vale do Rio Doce — das quais 4,9 milhões exportadas — contra 5,2 milhões em 1960.

Banco do Comércio S. A.

FUNDADO EM 1875

O MAIS ANTIGO DO RIO DE JANEIRO

Aberto das 9 às 17,45 para todos os serviços, inclusive cobranças

CAPITAL E RESERVAS Cr\$ 436.964.000,00

SEDE (provisória): RUA BUENOS AIRES 144/148 - TEL.: 43-8966

AGÊNCIAS METROPOLITANAS NO ESTADO DA GUANABARA

Aeroporto: Av. Franklin Roosevelt, 87-A e Av. Churchill, 94-D.....	Tel.: 22-7387
Botafogo: Rua Martins Ferreira, 88	" 46-8606
Castelo: Av. Graça Aranha, 333-A e B	" 22-5864
Catete: Rua do Catete, 209	" 25-9136
Cinelandia: Rua Senador Dantas, 41 — loja	" 22-6685
Copacabana: Av. N. S. Copacabana, 1155	" 27-6868
Estácio: Rua Machado Coelho, 172	" 32-5882
Grajaú: Praça Edmundo Rêgo, 38-C	" 38-2984
Ipanema: Rua Visconde de Pirajá, 431-B	" 36-5730
Lido: Av. N. S. Copacabana, 115-C	" 57-6971
Madureira: Estrada da Portela, 44	" MH.681
Marechal Floriano: Av. Marechal Floriano, 48	" 23-8785
Méier: Rua 24 de Maio, 1355	" 29-5538
Olaria: Rua Leopoldina Rêgo, 416	" 30-4808
Quitanda: Rua da Quitanda, 67	" 42-0616
Riachuelo: Rua do Riachuelo, 387	" 52-9805
São Cristóvão: Rua São Luiz Gonzaga, 173	" 28-3895
Tijuca: Praça Saenz Peña, 9	" 48-4015
Uruguaiana: Rua Uruguaiana, 7	" 42-2946

SUCURSAIS E AGÊNCIAS EM OUTROS ESTADOS

S. Paulo (Sucursal): Rua Alvaro Penteado, 196/200	" 35-1151
Agência 7 de Abril: Rua 7 de Abril, 199-loja — S. Paulo	" 36-1510
Agência Santa Ifigênia: Av. Ipiranga, 1092 — São Paulo	" 36-9135
Salvador (Sucursal): Rua Conselheiro Dantas, 6/10	" 1009
Agência São Pedro: Av. 7 de Setembro, 65 — Salvador	" 1009

**PAGUE EM NOSSAS CAIXAS — EM QUALQUER
AGÊNCIA — A SUA CONTA DE LUZ, FÔRÇA E GÁS**



**Um
timbre
de
qualidade...**

-garantia da elevada
categoria técnica
de produtos químicos
indispensáveis à
indústria brasileira!

**SODA CÁUSTICA • CLORO
.....DERIVADOS CLORADOS.....**

INORGÂNICOS: Ácido clorídrico - Hipoclorito de Sódio.

ORGÂNICOS: Solventes clorados: Tricloroetileno - Percloroetileno

Plásticos: Cloreto de Polivinila

Indústria eletrolítica nacional, a Elclor opera desde 1948 exclusivamente com matérias-primas brasileiras. Com uma área construída de 70.000 m², em local estratégico (entre São Paulo e Santos), a Elclor está dotada de amplas e completas instalações, com aparelhamento técnico o mais moderno e laboratório de pesquisa, de análise e de experiência, podendo competir com o que há de melhor no mundo na obtenção e manutenção de uma qualidade de categoria internacional.

**NOSSO DEPARTAMENTO COMERCIAL ESTÁ À DISPOSIÇÃO DOS
SENHORES INDUSTRIAIS PARA EXAME E SOLUÇÃO DE QUALQUER
DE SEUS PROBLEMAS RELACIONADOS COM NOSSAS ATIVIDADES**

INDÚSTRIAS QUÍMICAS  **ELETRO CLORO S/A**

A QUÍMICA A SERVIÇO DA INDÚSTRIA

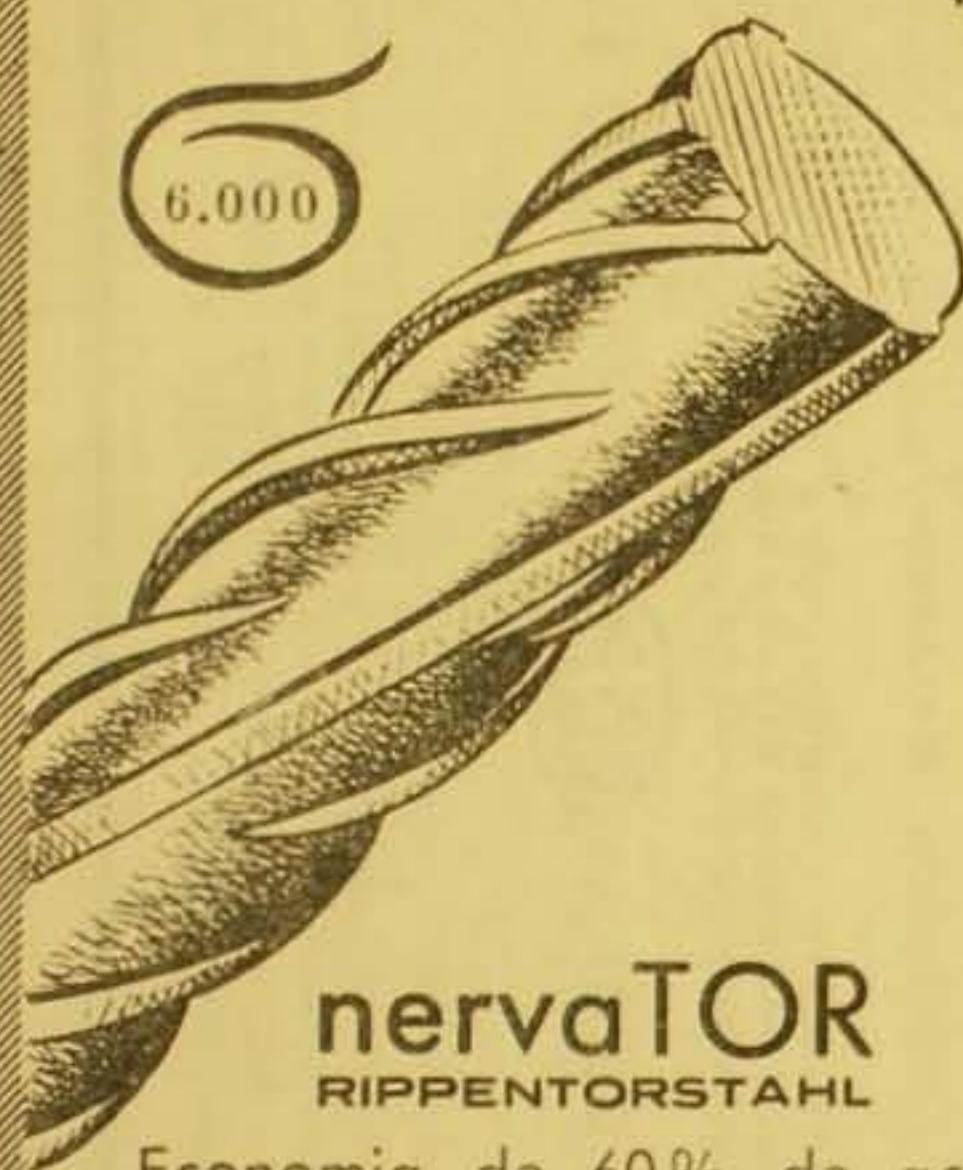
Distribuidores Exclusivos:



COMPANHIA IMPERIAL DE INDÚSTRIAS QUÍMICAS DO BRASIL
São Paulo: Rua Cons. Crispiniano, 72 - Caixa Postal 6980 — Rio de Janeiro: Av. Graça
Aranha, 333 - 9.º andar - Cx. Postal 953 — Filiais: Porto Alegre - Bahia e Recife
Agentes nas principais praças do País

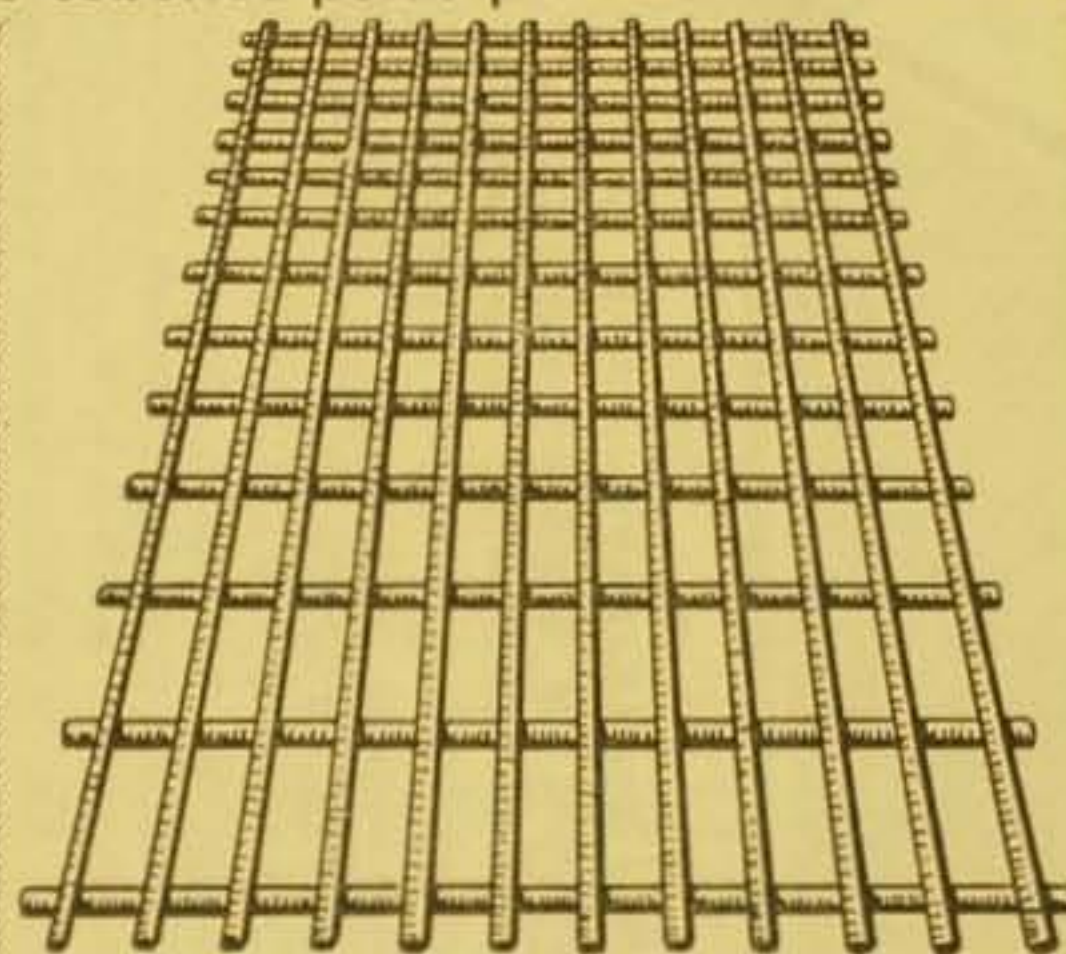
ARMADURAS MAIS ECONÔMICAS COM AÇOS ESPECIAIS PARA CONSTRUÇÃO

Produtos cobertos pelas patentes n.º 59.399 e 57.180



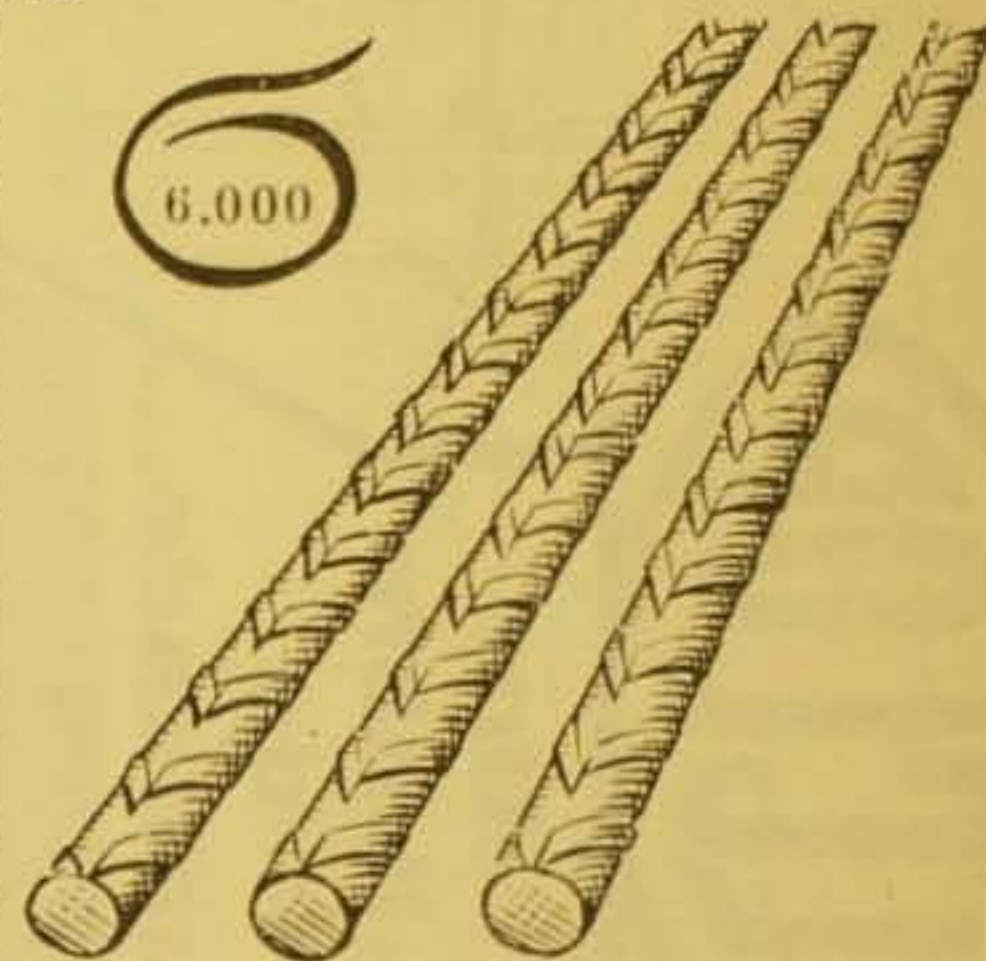
nervaTOR
RIPPENTORSTAHL

Economia de 60% de aço sobre o ferro comum – Dispensa ganchos em tôdas as bitolas.



MALHA SIMA 6.000

Armadura pré-fabricada pronta para colocar. Economiza 95% de mão de obra e 60% de ferro.



SIMA 6To

Aços finos de alta resistência para substituir o ferro comum de 3/16" a 3/8" Em rolos ou em barras.

completam a solução estrutural da obra

AÇO TORSIMA S. A.

MATRIZ: SÃO PAULO – RUA 7 DE ABRIL, 261 – 7.º ANDAR TEL: 36-0175

Prefira camisa **EPSOM** a única com barbatanas permanentes *

* Não precisam ser retiradas
quando vão para lavar ou passar.

* São flexíveis e inquebráveis.

* Feitas de matéria plástica são
inalteráveis à ação da água e
do sabão.

Outras criações Epsom



- SHORTS
- CAMISAS ESPORTE
- PIJAMAS
- CUECAS

EPSOM

uma linha de
artigos finos para homens

à venda na **Casa José Silva**
Serve bem para servir sempre!

Ipanema • Copacabana • Centro • Méier • Madureira



CIA. T. JANÉR

CAPITAL E RESERVAS: Cr\$ 1.000.000.000,00

SEDE: RIO DE JANEIRO

AV. RIO BRANCO, 85 — ED. "CITY" — TEL. 23-5931

CX. POSTAL, 960 — END. TELEG. "JANER"

SEÇÕES ESPECIALIZADAS EM:

- Papel de Imprensa
- Papel em Geral
- Celulose
- Aços de todos os tipos
- Máquinas e Equipamentos Gráficos
- Motores Marítimos e Estacionários
- Grupos Geradores Diesel-Elétricos
- Máquinas e Equipamentos de Lavanderia
- Máquinas e Equipamentos de Refrigeração
- Equipamentos de Raio-X-Industrial
- Perfuração de Poços para captação de água
- Pesquisas Geológicas e Geofísicas
- Projetos e Equipamentos para Indústria Siderúrgica e Metalúrgica
- Projetos e Equipamentos para Indústria de Papel e Celulose
- Turbinas Hidráulicas
- Aviões, Navios
- Máquinas e Equipamentos Industriais
- Equipamento Hospitalar em geral.

FILIAIS:

SÃO PAULO

R. Libero Badaró, 293-28.^a
Prédio Conde de Prates
Tel. 37-1571 — C. P. 3593
End. Tel. "JANER"

SANTOS

R. Marlim Afonso, 34
Tel. 2-8793
End. Tel. "JANER"

CURITIBA

R. José Loureiro, 587
Tel. 4-5045 - C. P. 2712
End. Tel. "JANER"

PÔRTO ALEGRE

R. Ramiro Barcelos, 116
Tel. 8-415 - C. P. 1490
End. Tel. "JANER"

BELO HORIZONTE

R. dos Caetés, 1042/1054
Tel. 4-0020 - C. P. 615
End. Tel. "JANER"

SALVADOR

R. Miguel Calmon, 42-5.^a
Tel. 2-747 - C. P. 338
End. Tel. "TEJANER"

RECIFE

Av. Barbosa Lima, 149
Tel. 9-541 - C. P. 328
End. Tel. "TEJANER"

BELÉM

R. Santo Antônio, 103
Tel. 4-353 - C. P. 479
End. Tel. "TEJANER"



Recuperam-se as exportações

Os dados efetivos do comércio exterior brasileiro expressam para as exportações FOB e importações CIF, no período de janeiro/setembro de 1961, as cifras de respectivamente US\$ 1 023,5 milhões e US\$ 1 095,8 milhões, donde um deficit de US\$ 72 milhões, quase 40% inferior ao observado em face correspondente de 1960. Para os 12 meses de 1961, é válido estimar-se que a receita das exportações se tenha situado em torno de US\$ 1 400 milhões e a despesa com as importações em US\$ 1 460 milhões, com um deficit, portanto, de US\$ 60 milhões, indicando, assim, um resultado superior ao registrado em 1960, da ordem de US\$ 130 milhões. Considerando as importações em bases FOB — estimativa de US\$ 1 370 milhões — o intercâmbio comercial apresentará superavit de aproximadamente US\$ 30 milhões, nível praticamente igual ao que se observou ao fim dos primeiros 9 meses do ano. Assim, registrar-se-á uma melhoria de US\$ 74 milhões para o cotejo exportação-importação FOB, em relação a 1960, no fim do qual se verificou um deficit de US\$ 24 milhões.

Os auspiciosos resultados da balança comercial em 1961 decorreram, assim, exclusivamente do incremento evidenciado pelas exportações, visto como as importações praticamente se estabilizaram no mesmo nível das de 1960 as quais refletiram os efeitos da

Instrução n.º 193, de 25/3/60, da SUMOC, que determinou vendas adicionais triplicadas de moedas conver-síveis, na categoria geral, com ágios controlados, quase invariáveis, cuja liquidação foi transferida para 1961.

Não fôra isto, as importações teriam

acusado total ponderavelmente menor, refletindo as medidas de desestímulo contidas na Instrução n.º 204, de 13/3/61, da SUMOC, norma matriz da unificação do sistema cambial do país.

ESTAGNADAS AS EXPORTAÇÕES DE CAFÉ

Em 1961, os negócios de café no Brasil estiveram sujeitos a influências várias, entre as quais sobrelevam as modificações da política cambial e as perturbações políticas, tôdas elas muito bem conhecidas, pelo que seria ocioso entrar aqui em seus pormenores. Em consequência, os preços nos mercados do exterior baixaram, como se pode ver no QUADRO mais adiante reproduzido. O café Santos do tipo 4, por exemplo, cotado no início do ano a 36,38 centavos de dólar por libra-pêso no mercado do disponível de Nova York, baixou ali a 34,13 centavos no fim do ano, ou seja, diferença para menos de 3 dólares aproximadamente por saca de 60 kg.

Em outubro, países da América Central e o México moveram "guerra de preços" contra o Brasil e a Colômbia, da qual resultou, naquele mês e no seguinte, baixa mais acentuada nas cotações, tendo o café Santos do tipo 4 caído para 33,50 centavos por libra-pêso no mercado disponível de Nova York. Verificando de imediato que os resultados de sua atitude não eram os que esperavam alcançar, os países da América Central e México procuraram

entendimentos com o Brasil e a Colômbia, seguindo-se recuperação parcial dos preços.

Apesar de tôdas essas vicissitudes, o Brasil conseguiu remeter para o exterior 16 964 000 sacas de café. Destarte, mais uma vez não chegou a atingir, com as exportações para a totalidade dos mercados, tanto os tradicionais como os novos, assim definidos no Convênio Internacional do Café, a quota a êle atribuída nesse pacto unicamente para os mercados tradicionais. Êste fato não deve, todavia, desapontar a ninguém, pois as condições em que a competição nos mercados mundiais está a processar-se na safra em curso não são nada favoráveis ao Brasil.

Ao contrário, basta ter em conta o fato de que cêrca de 55% do preço FOB do café brasileiro, ou seja, o equivalente a 22 dólares norte-americanos, por saca, estão sendo utilizados, no interior do país, na correção dos desajustes do funcionamento das atividades cafeeiras, entre os quais sobressai a produção desordenada, sem qualquer relação com as possibilidades reais de colocação nos mercados consumidores.

Com vantagem de tal porte, não é de admirar que nossos concorrentes possam escolher tranqüilamente os níveis de preço mais favoráveis à intensificação de suas vendas aos mercados de consumo e ver avultar sempre mais sua participação nos fornecimentos mundiais.


No QUADRO abaixo, estão alinhadas as exportações brasileiras de café e as importações mundiais nos últimos cinco anos. São obviamente quantidades heterogêneas, porque as importações pelos países consumidores


em um ano não podem corresponder às exportações dos países produtores nesse mesmo ano. O confronto torna-se, no entanto, relativamente aceitável, quando se toma período mais ou menos alongado.

Anos	Importações mundiais (1) (em milhares de sacas de 60 kg)	Exportações brasileiras (2)	(2) Como percentagem de (1)
1957.....	36 735	14 324	38,99
1958.....	37 144	12 883	34,68
1959.....	41 894	17 436	41,61
1960.....	42 635	16 819	39,44
1961.....	44 000 (estimativa)	16 964	38,55

No decorrer de 1961, os preços dos cafés da variedade arábica (despolpados e de terreiro da América Latina e da África) baixaram. A queda foi mais acentuada em outubro, por ocasião da "guerra de preços" antes referida. Ao findar o ano, os preços dos cafés da variedade arábica, no mercado do disponível de Nova York, eram inferiores aos dos primeiros dias do ano. Os cafés da variedade robusta, no fim do ano, cotavam-se a preços ligeiramente maiores que os de janeiro, tendo sofrido também, no entanto, o impacto da baixa de outubro, época em que as cotações deles foram as menores do ano.

FABRICA BANGÚ





EXIJA NA OURELLA

BANGÚ - INDÚSTRIA BRASILEIRA

No QUADRO a seguir alinhamos os preços dos cafés das procedências mais representativas, no mercado do disponível de Nova York, no dia 5 de janeiro e a 28 de dezembro, tais como

reproduzidos na Carta Semanal do Bureau Pan-Americano do Café. Os preços são em centavos de dólar norte-americano por libra-pêso.

MERCADO DO DISPONÍVEL DE NOVA YORK

(cents de dólar por libra-pêso)

PROCEDÊNCIAS	D A T A S	
	5/1/1961	28/12/1961
Brasil		
Santos, tipo 2	36,75	34,50 (26.10 — 33,88)
Santos, tipo 4	36,38	34,13 (26.10 — 33,50)
Colômbia		
Mams	44,50	42,50 (28.12 — 42,50)
El Salvador		
Central Standard	40,50	36,13 (26.10 — 34,88)
México		
Prime Washed	40,63	36,13 (26.10 — 34,88)
Etiópia		
Djimma	35,50	33,88 (27.4 — 33,38)
Angola		
Ambriz n.º 2 AA	21,13	21,50 (26.10 — 19,00)
Uganda		
W & C n.º 10	19,50	20,25 (26.10 — 18,63)
Costa do Marfim		
Superior	19,25	19,50 (26.10 — 18,50)

Ademais da recuperação, embora ligeira, dos preços dos cafés da variedade robusta (Angola, Uganda e Costa do Marfim), o que interessa ao Brasil é a anulação quase completa da diferença entre os preços dos seus cafés de terreiro e os dos despulpados latino-americanos, excetuados os da Co-

lômbia, com o que aumentam as dificuldades do Brasil na competição internacional. A saída óbvia seria a baixa dos preços dos nossos cafés, de modo a ser mantida a diferença tradicional, mas, contra esta solução comercial, esbarra a exigência de um registro mínimo para a liberação da expor-

tação demasiadamente inflexível para adaptar-se às bruscas variações do mercado internacional.

O êxito alcançado pelos cafés da variedade robusta pode ser atribuído com justiça aos esforços da recém-fundada Organização Inter-Africana do Café, cujo presidente, Sr. Charles Donwahi, declarou, por ocasião do encerramento, em Kampala, da primeira reunião anual da Organização, que "a primeira preocupação da Junta de Diretores continuará a ser a estabilização dos preços do café nos mercados mundiais".

A 27 de setembro, o Convênio Internacional do Café foi renovado por mais um ano. As quotas dos países signatários foram fixadas pelo prazo de seis meses em níveis inferiores aos que haviam prevalecido no semestre anterior. A quase totalidade da redução procedida incidirá sobre a quota do Brasil. Em março próximo, as quotas relativas aos seis meses restantes do ano de comercialização serão estabelecidas, caso até essa época não tenha entrado em vigor — o que parece pouco provável — o Convênio a longo prazo, ora em estudos.

A 14 de dezembro, foi distribuído à imprensa o texto do projeto do Convênio a longo prazo. O Dr. João de Oliveira Santos, secretário-geral do Grupo de Estudo de Café, em Washington, fez declarações, na oportunidade, segundo as quais o projeto incorpora uma combinação de quotas de exportação e de mecanismos de preços, ao passo que o atual Convênio a

curto prazo não inclui qualquer cláusula diretamente relacionada com os preços, o que é um dos motivos de sua fraqueza.

O Projeto contempla ademais a participação dos consumidores no Convênio; o ajuste da produção às necessidades do consumo; a fixação pelo Conselho Diretor do nível de estoques mundiais, bem como níveis de estoques nos países produtores; medidas destinadas a alcançar o incremento do consumo (propaganda, promoção de vendas, remoção de obstáculos, como impostos aduaneiros, taxas e impostos internos, contingenciamentos etc.), que impedem a expansão do consumo; instituição do Fundo Internacional do Café, com o propósito de estenderem-se os objetivos da orientação do Convênio e, de maneira específica, de se realizar a cooperação no financiamento da diversificação agrícola nas áreas de produção de café; na redução dos estoques em mãos dos produtores e em outros programas, excluindo-se, no entanto, o financiamento da produção ou o armazenamento de estoques.

O Fundo será constituído com as contribuições provenientes dos cafés exportados pelos países produtores ao comércio internacional.

O projeto está sendo distribuído aos governos para estudo e consideração como base aceitável para as negociações. Nos primeiros dias de março, o Grupo de Estudo de Café de Washington se reunirá novamente para examinar as respostas enviadas pelos governos e reduzir tanto quanto possível

as diferenças que possam existir nessas respostas, antes do início das negociações formais.

Ainda no campo da cooperação internacional, merece registro a decisão tornada pública pelo governo norte-americano de que está preparado, em princípio, para emprestar até 12 milhões de dólares a fim de ajudar certos países latino-americanos em seus esforços para aliviar a pressão estacional sobre os preços, através da comercialização mais ordenada de seus cafés.

Para o governo norte-americano, existem dois elementos principais no caso sob consideração, a saber:

- 1) os países a serem beneficiados serão solicitados a reforçar os controles sobre as exportações, tal como exigido pelo presente Convênio Internacional do Café, bem assim a tomar medidas internas para aliviar a pressão que a superprodução impõe sobre o mercado; e
- 2) se certas condições forem preenchidas, os Estados Unidos estarão preparados a fazer empréstimo a prazo longo de até 12 milhões de dólares para um fundo estacional de comercialização.

O fundo assistiria aos países na retenção de cafés de suas quotas de exportação por tempo suficiente para aliviar a pressão estacional sobre os mercados de café. Os fundos adiantados seriam usados numa base automática

rotativa, através de taxa sobre cada saca de café exportada. Se o programa obtiver o êxito esperado, é inteiramente possível que as somas necessitadas se revelem menores e que os reembolsos possam ser ativados.

Merece registro que o Sr. Teodoro Moscoso, administrador-assistente da Agência para o Desenvolvimento Internacional da América Latina do governo norte-americano, ao anunciar a disposição do seu governo de participar na constituição desse Fundo Estacional de Comercialização, declarou:

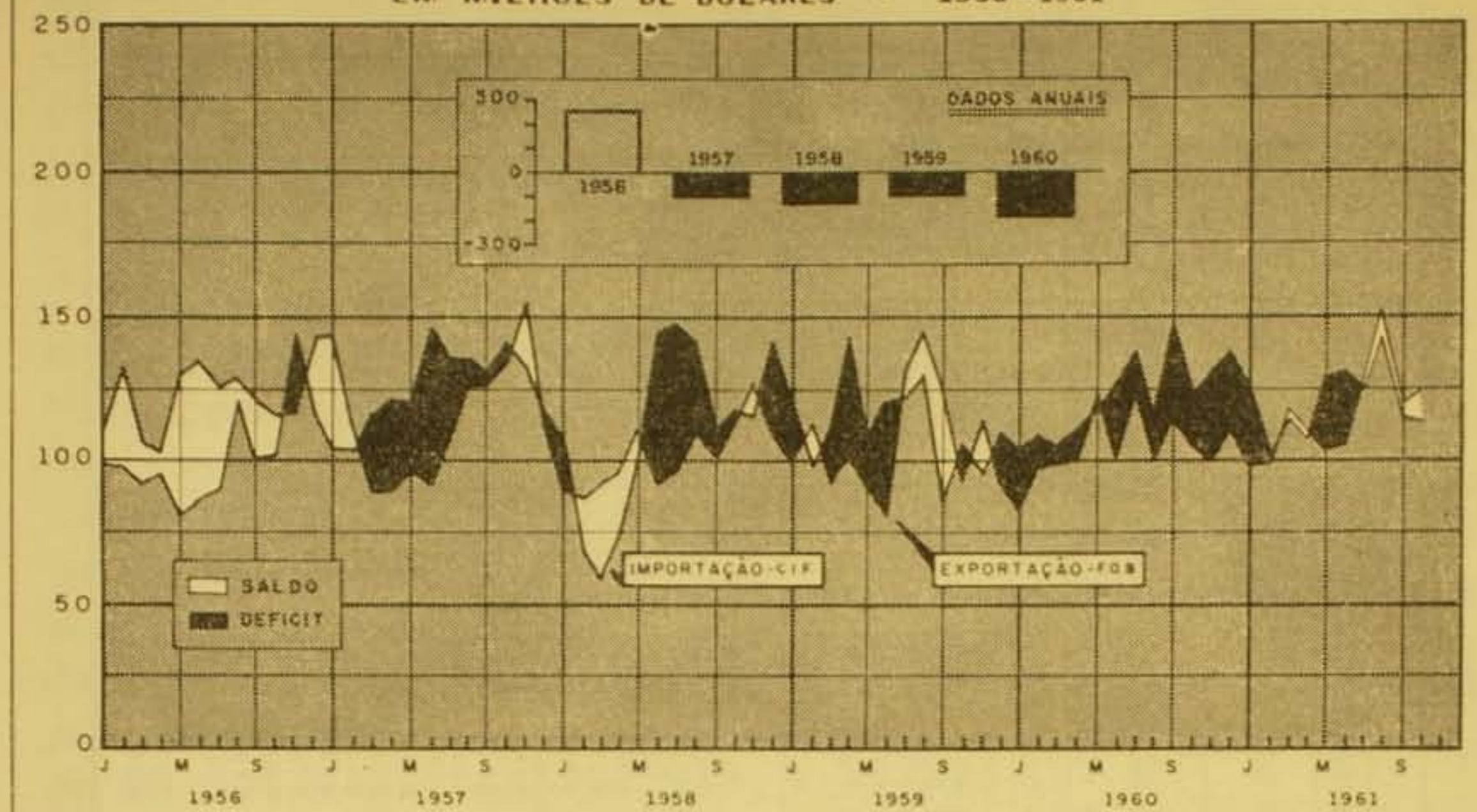
"A fraqueza estacional ocorreu na América Central, porque a colheita de todo o ano é concentrada em curto período de 3 a 4 meses", tendo notado, também, "que a superprodução se tornou agora, pela primeira vez, problema também para aquela área".

Estas observações confirmam o que temos escrito aqui, reiteradamente, a saber, que o problema da superprodução vem sendo suportado pelo Brasil, auxiliado em pequena escala pela Colômbia, não obstante os demais países latino-americanos também participarem dos pactos que estabelecem restrições em suas exportações.

Em 1961, o consumo mundial deve ter aumentado em relação a 1960, a julgar pelas cifras das importações. De modo geral, todavia, o aumento foi pequeno, restando saber se os cafés importados pelos países da área comunista, notadamente a U.R.S.S., foram efetivamente consumidos ou se permanecem armazenados.

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

EM MILHÕES DE DÓLARES • 1956 - 1961



OS DEMAIS GRANDES PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO

Dos outros grandes produtos, como especificado no QUADRO I, cumpre, em primeiro plano, realçar o comportamento dos rendimentos provindos do cacau e derivados, acusando queda excepcional em comparação com 1960. Os fatores determinantes deste fenômeno foram, sem dúvida, o decréscimo acentuado nas cotações internacionais, que acusaram um nível mínimo de aproximadamente 16 cents por libra-pêso, e a falta de maiores disponibilidades exportáveis, motivada por queda ocorrida nas duas últimas safras do produto. Assim, para todo o ano de 1961, pode-se estimar que a receita do produto em questão não supere a casa dos US\$ 58 milhões, contra US\$ 98,1 milhões de 1960.

Contrariamente, a receita do algodão evidenciou crescimento excepcional, tudo levando a crer que para o ano inteiro se tenha um rendimento de cerca de US\$ 85 milhões, comparativamente a US\$ 45,6 milhões, de 1960. Condições sobremodo favoráveis bafejaram o algodão brasileiro na fase em exame. Em 1.º lugar, a obtenção de safra apreciável (aproximadamente 400 mil t), o que possibilitou grandes sobras para comercialização externa, sem qualquer prejuízo do atendimento do mercado doméstico.

Por outro lado, vale destacar as condições propícias de comercialização que prevaleceram no mercado internacional, com os países importadores refazendo totalmente seus estoques, na incerteza de qual seria a política de exportação dos excedentes norte-americanos, que, por sinal, vêm diminuindo.

I - EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS - FOB

DISCRIMINAÇÃO	1 9 6 0								1 9 6 1			
	JANEIRO/ DEZEMBRO				JANEIRO/SETEMBRO				JANEIRO/SETEMBRO			
	Toneladas	US\$ 1 000	%	Valor médio US\$/ t	Toneladas	US\$1000	%	Valor médio US\$/ t	Toneladas	US\$ 1 000	%	Valor médio US\$/ t
TOTAL DA EXPORTAÇÃO.....	10 607 865	1 268 772	100,0	119,6	7 586 238	950 707	100,0	125,3	9 129 379	1 023 457	100,0	112,1
CAFÉ.....	1 009 139	712 714	56,2	706,3	780 547	552 778	58,1	708,2	738 284	524 667	51,3	710,7
TOTAL DE GRANDES PRODUTOS...	7 616 398	326 515	25,7	42,9	5 472 435	234 252	24,7	42,8	6 369 120	266 786	26,1	41,9
Açúcar.....	770 976	57 817	4,6	75,0	471 973	31 900	3,4	67,6	610 899	49 128	4,8	80,4
Algodão em rama.....	95 399	45 586	3,6	477,8	68 969	33 635	3,5	487,7	145 510	77 585	7,6	533,2
Cacau e derivados.....	168 493	98 188	7,7	582,7	131 291	77 485	8,2	590,2	94 541	45 308	4,4	479,2
Minério de ferro.....	5 160 266	53 047	4,2	10,3	3 731 856	38 446	4,1	10,3	4 547 749	43 887	4,3	9,7
Minério de manganês.....	866 318	29 780	2,3	34,4	695 429	23 973	2,5	34,5	544 139	20 255	2,0	37,2
Pinho serrado.....	554 946	42 097	3,3	75,9	372 917	28 813	3,0	77,3	426 282	30 623	3,0	71,8
TOTAL DE PEQUENOS PRODUTOS..	1 982 328	229 543	18,1	115,8	1 333 256	163 677	17,2	122,8	2 021 975	232 004	22,6	114,7
Arroz.....	434	28	-	64,5	87	6	-	69,0	56 457	4 868	0,5	86,2
Alcool etílico.....	71 359	4 424	0,3	62,0	30 942	1 907	0,2	61,6	33 162	2 066	0,2	62,3
Bananas.....	241 945	4 561	0,4	18,8	158 382	3 007	0,3	19,0	188 823	2 945	0,3	15,6
Carne frigorificada.....	8 679	4 153	0,3	478,5	7 566	3 618	0,4	478,2	15 630	7 220	0,7	461,9
Castanha-do-Pará.....	26 394	14 286	1,1	541,3	22 729	11 778	1,2	518,2	32 888	13 734	1,3	417,6
Cêra de carnaúba.....	11 080	17 782	1,4	1 604,9	8 650	13 892	1,5	1 606,0	8 350	11 539	1,1	1 381,9
Erva mate.....	56 130	8 983	0,7	160,0	33 208	5 413	0,6	163,0	42 048	6 556	0,6	155,9
Farelo de amendoim.....	52 494	2 960	0,2	56,4	34 420	1 840	0,2	53,5	97 080	5 739	0,5	59,1
Fécula de mandioca.....	35 258	2 675	0,2	75,9	27 658	2 064	0,2	74,6	13 259	1 068	0,1	80,5
Fumo em folhas.....	31 268	18 579	1,5	594,2	18 077	10 300	1,1	569,8	29 625	16 194	1,6	546,6
Lã.....	1 059	1 065	0,1	1 005,7	1 077	1 033	0,1	1 025,8	345	241	-	698,6
Laranjas.....	112 409	6 089	0,5	54,2	94 408	5 106	0,5	54,1	109 794	5 866	0,6	53,4
Madeiras (exclusive pinho)..	73 574	3 932	0,3	53,4	55 231	2 900	0,3	52,5	61 508	3 733	0,4	60,7
Mentol.....	346	3 986	0,3	11 520,2	284	3 030	0,3	10 669,0	567	7 777	0,8	13 716,0
Óleo de mamona.....	41 856	9 714	0,8	232,1	20 635	4 379	0,5	212,2	66 409	17 021	1,7	256,3
Óleos vegetais (excl.mamona)	10 297	2 461	0,2	239,0	9 680	2 304	0,2	238,0	11 421	3 136	0,3	274,3
Pelas e couros.....	27 062	14 299	1,1	528,4	23 227	11 765	1,2	506,5	10 672	9 239	0,9	865,7
Petróleo e derivados.....	647 363	12 804	1,0	19,8	454 755	8 879	0,9	19,5	852 649	17 607	1,7	20,6
Pimenta em grão e pó.....	1 919	2 500	0,2	1 302,8	1 570	2 000	0,2	1 273,9	1 647	1 787	0,2	1 085,0
Produtos de matadouro.....	9 456	9 564	0,8	1 011,4	8 973	7 449	0,8	830,2	13 483	12 501	1,2	927,2
Sisal.....	107 915	22 347	1,8	207,1	81 387	16 791	1,8	206,3	93 249	18 595	1,8	199,4
Soja (favas).....	-	-	-	-	-	-	-	-	41 719	3 921	0,4	94,0
Tecidos de algodão.....	1 445	3 254	0,2	2 251,9	1 184	2 589	0,3	2 186,7	333	992	0,1	2 979,0
Outros.....	412 586	59 097	4,7	143,2	239 196	41 627	4,4	174,0	240 847	57 659	5,6	239,4

Fonte: S.E.E.F. do Ministério da Fazenda.

do. Finalmente, pôde o produto gozar de taxas realmente livres, o que lhe aumentou o poder de competição, inclusive para o algodão nordestino, de cotação superior, o que implicou, naturalmente, em maior carregamento de divisas.

Também o açúcar desfrutou de condições excepcionais em 1961. O desentendimento de Cuba com os Estados Unidos proporcionou ao Brasil atendimento de boa parte (mais de 300 mil t) do mercado consumidor norte-americano do produto. Assim, o valor das exportações cresceu substancialmente, como o demonstram os dados de janeiro/setembro, tudo levando a crer que para todos os meses do ano obtenha o produto uma receita de cerca de US\$ 70 milhões, sensivelmente superior à de 1960, que foi de US\$ 57,8 milhões. Note-se, no QUADRO I, o grande aumento verificado no valor médio da tonelada exportada deste produto. Tal fato tem explicação na política de compras adotada pelos Estados Unidos — como medida de proteção à sua indústria açucareira — que paga preços bem superiores aos do mercado internacional.

Do mesmo modo, os minérios de ferro (hematita, principalmente) acusaram ascensão de receita, sendo lícito prever-se que para todo o ano de 1961 se obtenha com os embarques deste item o equivalente a US\$ 60 milhões, em comparação com os US\$ 38 milhões de 1960. As exportações do produto devem ter atingido o montante de milhões de t, estando este total dentro

dos níveis previstos pelas autoridades responsáveis no programa de incentivo às exportações da espécie. Os minérios de manganês, por seu turno, denotaram ligeira regressão, com um total estimado de US\$ 24 milhões, em relação a US\$ 30 milhões de 1960.

Recuperação modesta é prevista para a receita do pinho serrado, em decorrência, notadamente, da estabilização das compras da Argentina e, bem assim, em face do decréscimo do valor médio da tonelada exportada, como se vê no QUADRO I. Assim, as vendas deste produto, em 1961, devem alcançar US\$ 46 milhões, no confronto com US\$ 42 milhões do ano precedente.

FORTE REAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTOS

Englobadamente, como se poderá verificar do QUADRO I, a reação principal da pauta exportável está contida na receita dos "pequenos produtos", tanto em termos absolutos, quanto relativos, não obstante ter decrescido, de janeiro/setembro, no confronto com igual fase de 1960, o valor médio da tonelada exportada. Para todo o ano de 1961, prevê-se que a receita deste conjunto chegue a aproximadamente US\$ 354 milhões, isto é, acuse um incremento de US\$ 125 milhões sobre a de 1960, ou seja, mais de 50% de acréscimo.

A liberação efetiva das taxas do mercado livre de câmbio, sistemática vigorante no correr de quase todo o

ano em foco — e só interrompida por força da crise política — e a ação da CACEX, facilitando ao máximo o escoamento dos produtos da pauta, foram, inegavelmente, os principais fatores responsáveis pela ascensão que se obteve na receita dos "pequenos produtos".

MANTÊM-SE ELEVADAS AS IMPORTAÇÕES

Na importação, cujo total CIF estimado para 1961 é de US\$ 1 460 milhões, o petróleo continua liderando a respectiva pauta, com encargos pare-

lhos com os de 1960, isto é, na casa dos US\$ 240 milhões. Essa regularidade explica-se pelo fato de que o crescimento da produção e da refinação internas estarem neutralizando satisfatoriamente apenas o crescimento do consumo. De fato, de um processamento de 200 mil barris diários, em 1960, com a entrada em funcionamento da Refinaria Duque de Caxias, passou-se, em 1961, para 300 mil.

O segundo maior item isolado da pauta é o trigo, que deverá acusar total de dispêndios também praticamente igual ao de 1960, ou seja, de US\$ 143 milhões. Entretanto, aproximadamen-

Banco de Crédito Real de Minas Gerais, S.A.

FUNDADO EM 1889



Matriz: Juiz de Fora — Sucursais: Rio - Belo Horizonte - Juiz de Fora - São Paulo, 148 Agências em todo o País, nos Estados de Minas Gerais — Guanabara - São Paulo - Rio de Janeiro - Espírito Santo - Paraná - Santa Catarina - Rio Grande do Sul - Bahia - Pernambuco - Ceará - Pará - Alagoas - Goiás e em Brasília, D.F.

RESUMO DO BALANCETE DE 30 DE DEZEMBRO DE 1961

A T I V O		P A S S I V O	
Caixa e Banco do Brasil	7.298.336.213,10	Capital e Reservas	2.800.000.000,00
Empréstimos e Descontos	16.403.173.305,10	Depósitos	24.095.151.179,90
Agências e Correspondentes	6.955.154.298,30	Agências e Correspondentes	6.956.606.869,00
Outros Créditos	1.073.319.977,60	Ordens de Pagamento e	
Edifícios Uso do Banco,		Outros Créditos	1.341.622.751,90
Imóveis, Móveis	1.922.081.069,90	Contas de Resultado	259.038.317,60
Títulos e Val. Mobiliários	1.762.373.132,30	Contas de Compensação..	26.757.054.601,00
Contas de Resultado ...	37.981.122,10		
Contas de Compensação..	26.757.054.601,00		
Total	62.209.473.719,40	Total	62.209.473.719,40

PRESIDENTE: Oswaldo Pieruccetti — DIRETORES: Joel de Paiva Côrtes, Daniel Serapião de Carvalho, Jonas Barcellos Corrêa, Gil Vilela.

CONTADOR: G. Mazzoli, CRC. MG. 703

II - IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS - CIF
(Equivalência em US\$ 1 000)

DISCRIMINAÇÃO	1 9 6 0						1 9 6 1		
	JANEIRO / DEZEMBRO			JANEIRO / SETEMBRO			JANEIRO / SETEMBRO		
	Toneladas	US\$ 1 000	%	Toneladas	US\$ 1 000	%	Toneladas	US\$ 1 000	%
TOTAL DAS IMPORTAÇÕES.....	15 609 773	1 462 138	100,0	11 461 388	1 073 601	100,0	11 564 538	1 095 796	100,0
ANIMAIS VIVOS.....	5 341	757	-	1 520	338	-	4 502	996	0,1
MATÉRIAS-PRIMAS.....	11 640 540	404 106	27,6	8 472 572	294 767	27,5	8 902 749	296 544	27,0
Petróleo e derivados.....	9 866 997	244 268	16,7	7 159 276	179 111	16,7	7 680 037	177 778	16,2
Carvão de pedra e coque.....	1 016 632	17 112	1,2	768 140	12 379	1,2	682 499	11 410	1,0
Metais não ferrosos.....	87 206	45 614	3,1	58 897	30 747	2,9	79 447	38 688	3,5
Borracha.....	14 507	12 647	0,8	12 199	10 852	1,0	14 328	8 891	0,8
Celulose p/fabricação de papel..	87 810	12 870	0,9	63 761	9 265	0,9	64 946	9 886	0,9
Ferro e aço.....	29 204	9 455	0,6	22 660	6 555	0,6	29 348	9 274	0,8
Enxofre.....	140 058	3 793	0,3	92 529	2 544	0,2	89 521	2 639	0,3
Outras matérias-primas.....	398 126	58 347	4,0	295 110	43 314	4,0	262 623	37 978	3,5
GÊNEROS ALIMENTÍCIOS.....	2 268 620	198 284	13,6	1 733 724	149 685	13,9	1 504 160	140 171	12,8
Trigo em grão.....	2 032 900	142 656	9,8	1 553 055	108 149	10,1	1 313 396	87 038	7,9
Malte e cevada.....	49 521	8 330	0,6	41 689	7 035	0,6	36 566	6 044	0,6
Bacalhau.....	21 271	12 267	0,8	15 180	8 683	0,8	20 590	12 764	1,2
Frutos.....	70 702	11 640	0,8	49 864	7 330	0,7	49 537	7 273	0,7
Azeite de oliveira.....	12 126	6 950	0,5	10 337	5 910	0,5	5 925	3 358	0,3
Outros gêneros alimentícios.....	82 100	16 441	1,1	63 599	12 578	1,2	78 146	23 694	2,1
MANUFATURAS.....	1 695 272	858 991	58,8	1 253 572	628 811	58,6	1 153 127	658 085	60,1
Máquinas, veículos, s/pert. e acess.	90 633	194 810	13,3	79 040	140 570	13,1	27 368	100 752	9,2
Barrilha.....	70 055	3 375	0,2	58 915	2 779	0,3	57 217	2 505	0,2
Corantes de anilina.....	1 399	5 833	0,4	998	4 047	0,4	1 042	4 284	0,4
Soda cáustica.....	100 620	8 419	0,6	70 387	6 034	0,6	80 586	5 879	0,5
Inseticidas.....	13 866	10 738	0,7	8 168	6 465	0,6	6 731	6 329	0,7
Adubos químicos.....	571 159	26 966	1,8	423 207	20 075	1,9	316 302	16 520	1,5
Arame farpado.....	51 192	10 134	0,7	35 172	6 956	0,6	36 233	7 219	0,7
Folhas de flandres.....	85 275	21 114	1,5	69 791	17 239	1,6	34 499	8 469	0,8
Papel p/jornais.....	164 491	29 403	2,0	116 731	20 788	1,9	108 084	19 164	1,7
Trilhos de ferro e aço.....	134 865	20 369	1,4	113 771	17 836	1,7	42 541	6 299	0,6
Chapas e lâminas de ferro e aço.	79 702	20 486	1,4	56 480	14 606	1,4	69 032	17 581	1,6
Tratores, excl. vapor.....	45 974	57 962	4,0	31 486	38 875	3,6	21 857	31 354	2,9
Máquinas trab. metais.....	18 559	40 188	2,8	15 927	34 407	3,2	14 513	32 172	2,9
Outras manufaturas.....	267 482	409 194	28,0	173 499	298 134	27,7	337 122	399 558	36,4

Fonte: S.E.E.F. do Ministério da Fazenda.

te US\$ 80 milhões das importações do cereal, em 1961, são relativas a financiamentos norte-americanos, para aquisições do produto naquele país. Tais financiamentos, como tem sido amplamente divulgado, serão pagos em cruzeiros no prazo de 40 anos.

A insuficiência progressiva da safra nacional é a principal responsável pelos gastos elevados com esse cereal, eis que o consumo cresce ininterruptamente, havendo estimativas de que as necessidades do mercado interno se situem em torno de 2 500 000 t anuais. Considerando que a importação atingiu ultimamente pouco mais de 2 milhões de t e que a produção interna bruta oscila presentemente entre 300 mil e 150 mil t, pode-se afirmar que já está ocorrendo repressão no consumo interno do produto.

Englobadamente, o setor de manufaturas permanece o de maior expressão da pauta importável, de vez que para ele se estima despesa de US\$ 880 milhões, isto é, mais US\$ 24 milhões

que em 1960. Observe-se naquele aglomerado (ver QUADRO II) o declínio verificado nas entradas de máquinas, veículos s/pertences e acessórios, refletindo o fato preponderantemente os efeitos da fase final da instalação da indústria automobilística no país. Cairam, como não poderia deixar de acontecer, não só os ingressos no país de unidades automotoras, como também os de máquinas e partes complementares para a instalação daquele importante ramo industrial.

O total dos gastos com as matérias-primas é, obviamente, influenciado pelos de petróleo, daí a manutenção de uma estimativa de US\$ 390 milhões, que é praticamente igual à despesa efetiva de 1960 com o grupo. No mesmo caso estão os gêneros alimentícios, em face da manutenção dos dispêndios com o trigo. De US\$ 190 milhões é a previsão para as importações desse conjunto, em 1961, cifra ligeiramente inferior à de 1960.

BANCO BOAVISTA S. A.

UMA COMPLETA ORGANIZAÇÃO BANCÁRIA

*

**DEPÓSITOS — EMPRÉSTIMOS — DESCONTOS E OPERAÇÕES DE
CÂMBIO EM GERAL.**

*

Só opera no Rio de Janeiro

Capital e Reservas Cr\$ 1.274.812.926,80



Recessão no mercado de trabalho?

A situação no mercado de trabalho não se apresentou muito lisongeira em 1961. Isto é o que se depreende da consulta a várias fontes de informação indireta, pois continuam bem deficientes as indicações estatísticas nesse particular, manifestando até lamentável retrocesso, dada a suspensão dos Inquéritos periódicos do IBGE, apenas reiniciados ultimamente. Entre as referidas fontes indiretas atribuímos importância especial à emissão das Carteiras de Trabalho e de Menores, assim como aos dados da estatística previdenciária sobre o número de segurados ativos, apesar de defeitos e algumas inevitáveis distorções. No Estado da Guanabara foram emitidas, em 1961, 82 691 Carteiras de Trabalho (1960 = 73 130) e 25 203 Carteiras de Menores (1960 = 24 206), o que evidencia a crescente demanda de empregos.

Quanto à estatística previdenciária, houve nos últimos 7 anos aumento relativamente reduzido de segurados ativos (em milhares): de 3 744 em 1955 (4 573 em 1960) a 4 757 em 1961. Contudo, é relativamente maior o incremento de segurados no setor terciário da economia, ao passo que o número de industriários subiu de 1 814 em 1955 (2 204 em 1960) a apenas 2 292 em 1961 — e isto a despeito

dos progressos da industrialização no período. Contrariamente ao que se possa esperar, tomando-se em consideração o permanente desenvolvimento da produção manufatureira, não aumentou substancialmente nos últimos anos, inclusive o de 1961, o total de novos empregos oferecidos pela indústria, sobretudo no que diz respeito à mão-de-obra simples.

Continuou, outrossim, em 1961

o grande volume de migrações internas, peculiar aos últimos anos, sem manifestar maiores alterações. Para tanto deve ter contribuído o agudo ciclo de estiagem no Nordeste, ainda agravado nas últimas semanas de 1961 em certas áreas da referida região (Sul da Bahia, Piauí etc.). Pela Hospedaria de Imigrantes de São Paulo haviam passado, até meados de dezembro de 1961, 121 028 flagelados procedentes da Bahia, Pernambuco, Alagoas, Ceará, Sergipe etc., sendo que o total do ano provavelmente igualará o cômputo geral de 1960 (139 277 nordestinos deslocados para os Estados sulinos).

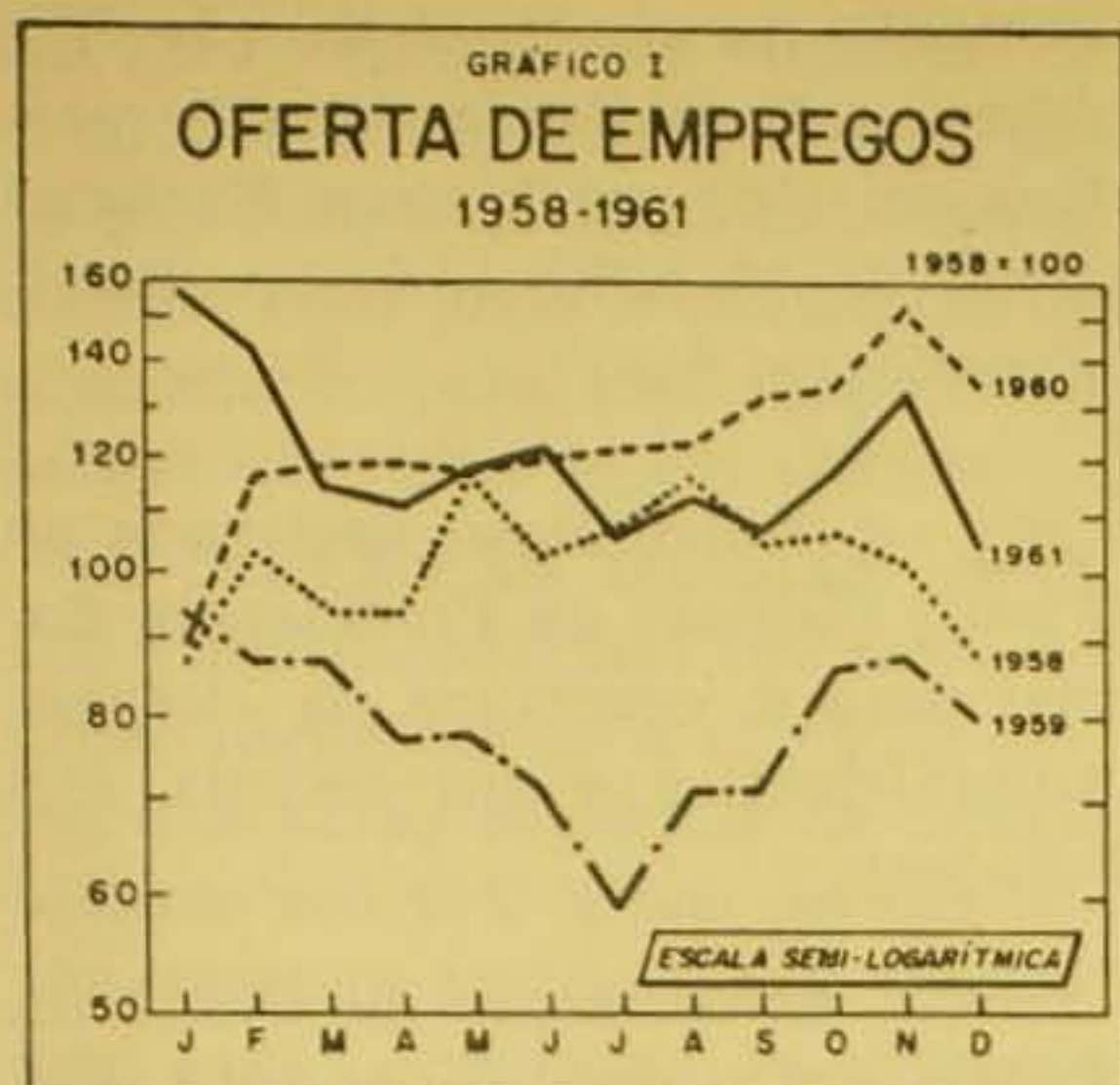
As primeiras apurações do Censo de 1960 manifestaram incremento do êxodo rural no período intercensitário 1950-1960, sob a forma de sensível aumento dos coeficientes de urbanização de todas as Unidades da Federação, sem exceção. No Rio de Janeiro tais correntes encontraram reflexos na duplicação, ocorrida no período, da população de favelas, no sentido limitativamente definido por aquela operação censitária (em 1960 — 337 412 pessoas; na realidade, o número de habitantes de barracos é muito maior). A absorção, pelas cidades, dos excedentes populacionais da zona rural efetua-se, por enquanto, embora já com certas dificuldades, na construção civil e em obras públicas — para homens, e no serviço doméstico — para mu-

lheres. Todavia, encontra sérios obstáculos nos demais setores da economia urbana.

Tudo nos leva a crer que os numerosos contingentes de jovens que, todos os anos, entram no mercado de trabalho, em busca de primeiro emprego remunerado — consequência do crescente aumento demográfico — não conseguem incorporar-se, com facilidade, em setor algum da economia de trabalho (“desemprego inicial”, de predominante origem populacional). Acresce que, ao mesmo tempo, se fazem sentir fatalmente nesse mercado alguns efeitos de certas providências de austeridade (paralisação do ritmo de construção, sobretudo em Brasília, admissão limitada ao serviço público, as demais repercussões de economias orçamentárias etc.), assim como da crise política de agosto de 1961, como já tivemos ensejo de destacar no número de novembro próximo passado.

QUEDA NA OFERTA DE EMPREGO

O ano de 1961 foi marcado por uma queda gradual na oferta de empregos, oferecidos através de anúncios publicados na imprensa paulista. De um ponto alto, em janeiro de 1961, passou-se a um mínimo no terceiro trimestre, havendo ligeira recuperação no fim do ano. Os aumentos salariais que



se registraram no último trimestre e o recrudescimento da inflação parecem ter provocado o estancamento da retração que se vinha observando nas atividades industriais e comerciais, com novo incremento de atividades, que continua a refletir-se no início de 1962.

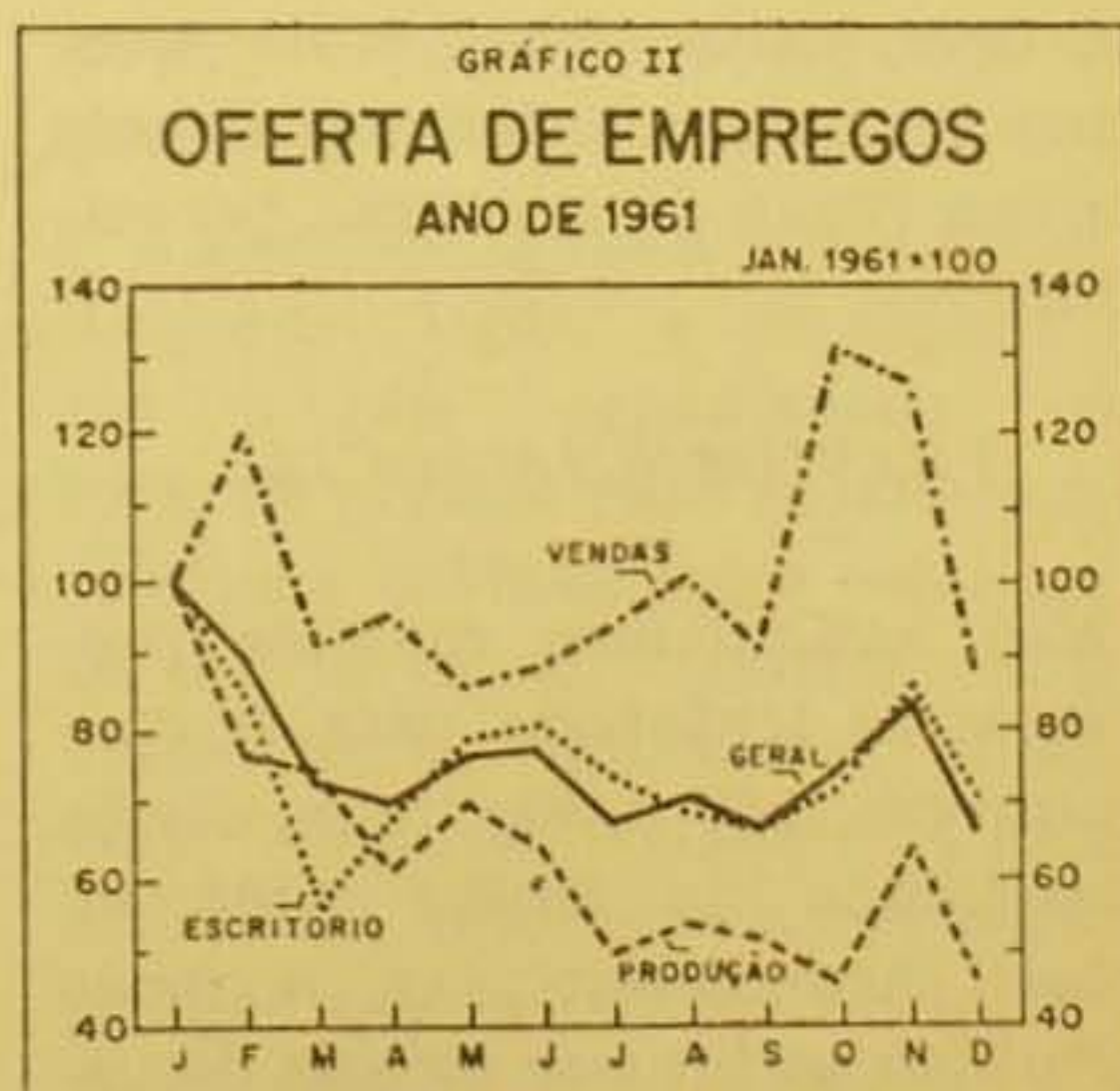
O ano de 1960 havia sido de uma oferta extraordinária de empregos em geral, através de anúncios publicados em São Paulo. Se tomarmos como base 1958 (até então o ano recorde), teremos os seguintes índices para a média de empregos, oferecidos mensalmente:

ANO	ÍNDICE
1958	100
1959	79
1960	119
1961	121

Não há dúvida de que a expansão geral das atividades industriais e comerciais em 1960 foi fielmente espelhada na oferta crescente de empregos, cujo número quase dobrou de janeiro a novembro.

Deixamos de lado os dados de dezembro, que, em virtude das festas de fim de ano e do conseqüente êxodo das grandes capitais, por motivo de férias, não representam a verdadeira situação.

As declarações do então candidato eleito à Presidência da República, quanto às medidas econômicas que pretendia tomar, deveriam ter desencorajado o incremento excessivo das atividades ainda antes de sua posse. Entretanto, o aumento da capacidade aquisitiva da população, em virtude da majoração, talvez excessivo, não só do salário mínimo, como dos salários em geral em São Paulo, antes do fim do ano, deve ter resultado em



tal acúmulo de pedidos, que a indústria e o comércio continuaram a trabalhar a ritmo acelerado, com um novo nível recorde de oferta de empregos, verificado em janeiro de 1961.

Daí em diante, as dificuldades de crédito, conseqüentes e concomitantes com as medidas cambiais tomadas pelo novo governo, e mais o simultâneo aumento do custo da vida, resultariam em diminuição das atividades, que novamente se refletiu, e imediatamente, no mercado de empregos. Não obstante, a estabilização dos índices, nos últimos meses, parece indicar o fim da ligeira crise observada. A incerteza a respeito do futuro, que resulta de uma análise mais profunda de todos os indicadores da situação, não parece estar sendo objeto de maiores cuidados da parte dos produtores e consumidores que, obviamente, estão acreditando que a estabilidade inerente a um mercado de 70 milhões de consumidores (que pouco têm e muito querem) venha a manter a economia em um ritmo de expansão permanente.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Não assinalaram maiores progressos as tentativas para se conseguir em 1960 o resgate da dívida consolidada da União (104 bilhões), nem determinar de modo definitivo as futuras formas de pa-

gamento da sua contribuição. Todavia, a Previdência Social recebeu, em 1961, do Tesouro Nacional cerca de 19 bilhões, assim discriminados:

a) — contribuição destinada ao Fundo Comum da Previdência Social para a cobertura da despesa administrativa e dos deficits (8,8 bilhões);

b) — arrecadação da Quota da União, até novembro de 1961 (9,2 bilhões); e

c) — recursos postos à disposição dos órgãos da Previdência Social para prosseguimento de obras de construção em Brasília (950 milhões).

No que diz respeito ao panorama previdenciário, o total de segurados ativos em 30 de junho de 1961 foi estimado pelo Serviço Atuarial em 4,7 milhões, distribuídos em 6 Institutos, sendo 4 milhões nos 3 principais (IAPL, IAPC e IAPETC). O número de aposentados então era de 550 mil e o de pensionistas 668 mil. O total de pessoas protegidas, isto é, segurados mais dependentes, montava a 13,3 milhões de pessoas, ou seja, parcela substancial da população urbana.

A estimativa da arrecadação integral das três fontes de contribuição para o ano próximo perdeu, até certo ponto, a sua justificação,

em face sobretudo do aumento do salário mínimo, levado a efeito em 13 de outubro de 1961. Entretanto, cumpre mencionar a estimativa da arrecadação para 1962, que deverá oscilar em torno de 104 bilhões.

Os ônus sociais acusaram sensível ritmo ascensional em 1961, especialmente devido à elevação global das taxas regionais de salário mínimo em 40% e aos demais novos encargos salariais, que resultaram tanto dos casos de aumento espontâneo como dos dissídios coletivos, solucionados dentro e fora da Justiça do Trabalho. Impacto relativamente menor exerceu o Decreto n.º 50 423, que impôs às empresas industriais, comerciais e agrícolas com um mínimo de 100 empregados, certos compromissos quanto ao ensino primário para o pessoal a seu serviço.

Vários projetos legislativos, ora em andamento no Congresso Nacional, como o relativo à instituição do salário-família, com despesa anual orçada em 32,6 bilhões, o projeto de lei concernente ao regime jurídico do trabalhador rural ("Lei Ferrari"), aprovado pela Câmara dos Deputados em meados de 1961 e que encerra compromissos extremamente dispendiosos, e várias outras reformas (por exemplo, o projeto n.º 3 030/61, que visa à criação do seguro-desemprego, a extensão da Previdência Social aos trabalhadores domésticos e rurais, assim como vários projetos que de-

terminam a melhoria de alguns benefícios previdenciários etc.) viariam acrescer consideravelmente o total da sobrecarga social, que na prática incidiria quase pela primeira vez não somente sobre as atividades econômicas "urbanas", como sobre a produção agropecuária e mesmo sobre a economia doméstica.

SALÁRIOS

A forte elevação (40%) das taxas de salário-mínimo (Decreto n.º 51 336, de 13 de outubro de 1961), que fez com que o salário mínimo médio atingisse o nível de Cr\$ 10 600,00, desencadeou uma reação em cadeia sob a forma de novo surto de dissídios coletivos, iniciados no propósito de conseguir o simultâneo reajustamento dos padrões médios e relativamente altos de remuneração da mão-de-obra qualificada, inclusive a semi-qualificada, mas também a elevação maior do salário pago à mão-de-obra simples.

Aumentou igualmente o número de greves "legais" e em alguns casos "ilegais", organizadas como meio de pressão para se obterem as referidas reivindicações salariais, e de outros tipos. Todavia, contrariamente às impressões superficiais — mesmo somadas às greves anteriores (inclusive as de caráter político que eclodiram no momento da crise político-militar) — da-

da a sua reduzida duração e limitação a alguns setores, não chegaram elas a paralisar o ritmo normal de atividades econômicas, nem acarretaram prejuízos excessivamente elevados. No ano que passou, as principais greves foram as dos ferroviários (Cia. Paulista), bancários, radialistas, jornalistas, e do pessoal de empresas rodoviárias. Em 1961 houve greve em São Paulo em 980 firmas com 158 891 grevistas; o que importa, porém, é o fato de que a perda de homens-hora (3 067 474) foi bem menor que em 1960, apesar da maior frequência numérica de greves.

Os dissídios coletivos, sem deixar de aumentar substancialmente a folha de salários (aproximadamente em 40-45%, em confronto com os níveis de salários dos meados de 1961) — com repercussões acentuadas nos setores com parcela relativamente maior do custeio de mão-de-obra — encontraram, quase sempre, solução harmoniosa dentro do mecanismo de concilia-

ção administrativa ou na alçada da Justiça do Trabalho.

Infelizmente, faltam levantamentos completos quanto a greves, dissídios e sua solução. Foram celebrados pela DOAS do Ministério do Trabalho 43 acordos e, com ativa co-participação de órgãos superiores do referido Ministério, resolveram-se vários outros dissídios de maior monta (como, por exemplo, do Grupo Luz e Fôrça).

Tôdas as soluções em aprêço, quase sempre com ênfase no atendimento das necessidades dos grupos mais baixos da pirâmide salarial, pouco contribuíram para a ampliação do leque de salários, cuja notória estreiteza constitui ainda um dos consideráveis óbices no caminho da formação profissional em maior escala.

Se V. Sa. já é assinante desta Revista, certamente far-lhe-á justiça, recomendando-a aos seus amigos. — Estes, por sua vez, lhe ficarão muito gratos. — E nós também.



BANCO DA AMÉRICA

Sociedade Anônima

MATRIZ: SÃO PAULO

**UMA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA A SERVIÇO
DA ECONOMIA BRASILEIRA**

No Rio: Rua da Quitanda, 71/75 — Rua da Alfândega, 69
Av. N. S. de Copacabana, 1.120 — Av. Pres. Wilson, 210-B
Av. Marechal Floriano, 13-A



BALANÇO DE PAGAMENTOS —

Extraordinária sua recuperação

O ano de 1961 caracterizou-se, no setor cambial, por três fases distintas. A primeira, até março, refletiu principalmente as medidas que vinham sendo adotadas pelo governo que findou em janeiro. A segunda, de abril a agosto, decorreu sob a orientação que ditou as Instruções 204, 205 e 208 da SUMOC. A terceira, iniciada em setembro, reflete toda a instabilidade política em que viveu o país, como consequência da mudança de governo, pela forma ocorrida em fins de agosto. Daí o deficit da ordem de 14 milhões de dólares com que se encerrou o balanço de nossas transações internacionais, contra 430 milhões em 1960, ou seja, uma melhoria de mais de 400 milhões de dólares em um exercício para o seguinte.

Ao findar o primeiro semestre de 1961, o deficit cambial já se havia reduzido a 90 milhões de dólares, refletindo principalmente a absorção do desequilíbrio potencial pela depreciação das taxas de câmbio. Realmente, as importações e remessas financeiras realizadas à taxa preferencial, montando a US\$ 600 milhões anuais, aproximadamente, passaram a pagar uma

taxa de câmbio de 200 cruzeiros, contra 100 cruzeiros por dólar até março, ao mesmo tempo que, com a unificação dos mercados de licitação e livre a cotação deste último também se alterou, desvalorizou-se o cruzeiro em quase 50%.

Além do efeito favorável da desvalorização, contribuiu muito para o bom resultado obtido o ingresso inusitado de capitais financeiros,

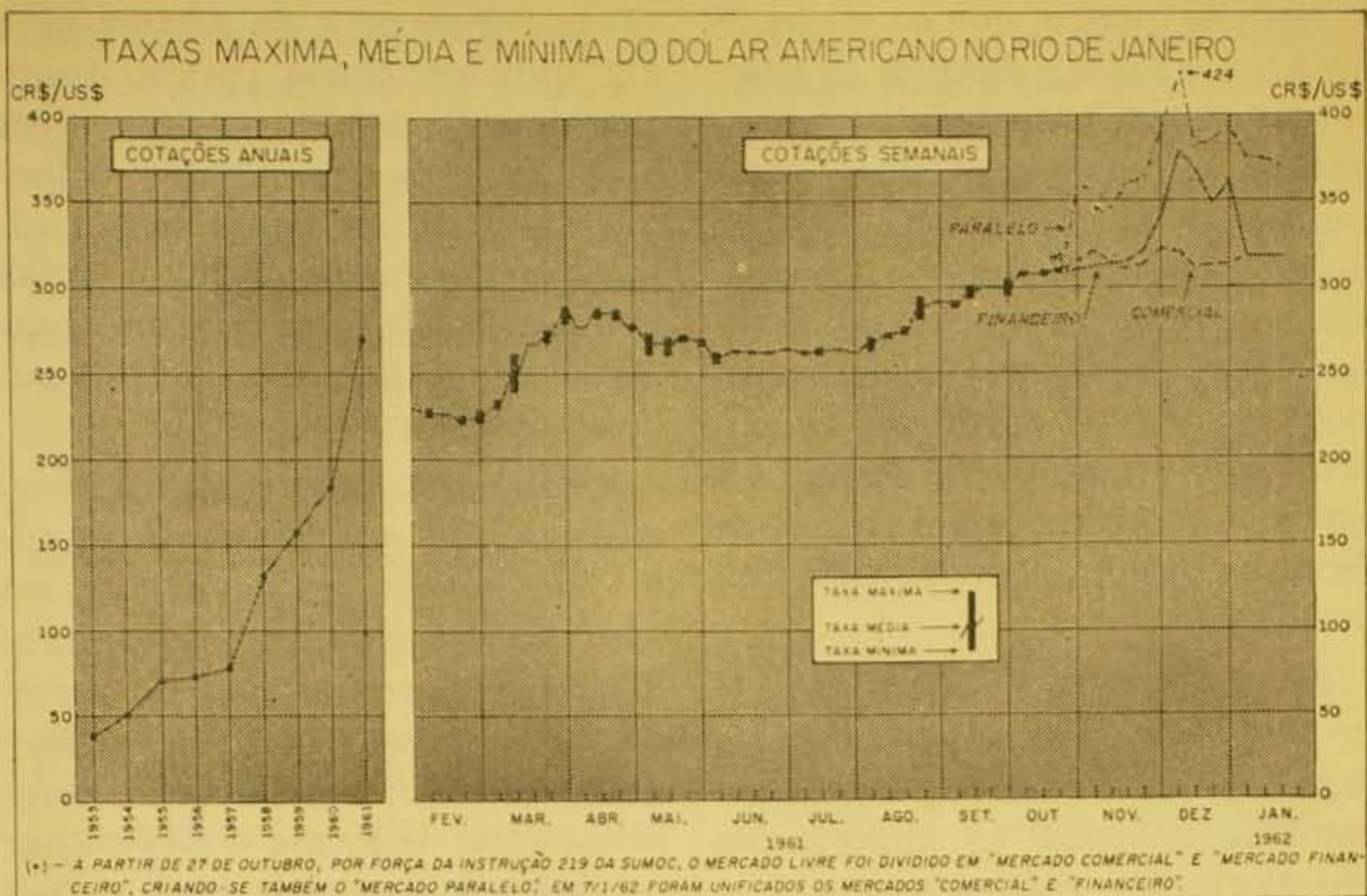
possivelmente atraídos pela confiança que o Brasil então despertava nos principais centros financeiros, em consequência dos substanciais créditos recebidos de agências internacionais, governos e bancos privados. Essas negociações realizadas nos Estados Unidos e Europa Ocidental, em abril e maio, resultaram em créditos novos e re-esquematisações de dívidas anteriores, no valor total de US\$ 1 500 milhões, assim discriminados:

Créditos novos: US\$ 160 milhões obtidos no Fundo Monetário Internacional, sob a forma de "stand-by credit"; US\$ 168 milhões do Export Import Bank para pagamentos dos atrasados comerciais; US\$ 70 milhões do Fundo de Equalização Cambial do Tesouro norte-americano; US\$ 100 milhões da "Agency for International Development" do governo norte-americano; US\$ 48 milhões de um grupo de bancos norte-americanos; e US\$ 110 milhões de bancos europeus, sob a forma de "stand-by credit".

Re-esquematização de dívidas anteriores: US\$ 212 milhões relativos a débitos do Banco do Brasil por empréstimos compensatórios recebidos anteriormente do Eximbank; US\$ 92 milhões concedidos pelo Eximbank para refinarçar, a prazo mais longo, os compromissos do Brasil naquele banco, por empréstimos recebidos para pro-

jetos específicos; US\$ 50 milhões recebidos das companhias de petróleo para consolidação dos débitos do Banco do Brasil representados por atrasados comerciais; US\$ 140 milhões do Fundo Monetário Internacional, com extensão dos prazos de pagamentos anteriores, segundo os quais o Brasil deveria liquidar essa importância em 1961 e 1962; US\$ 200 milhões de um grupo de bancos norte-americanos, do qual se obteve um crédito desse valor em 1954, com garantia-ouro, cujos pagamentos vêm tendo seus vencimentos sucessivamente adiados; e US\$ 170 milhões recebidos de governos europeus, como refinanciamentos de créditos a médio prazo concedidos ao Brasil, para financiar projetos específicos.

O segundo semestre do ano ofereceu, segundo as estimativas preliminares, um superavit de aproximadamente US\$ 76 milhões, provocado pelo extraordinário aumento das exportações de produtos outros que não o café e cacau, pela redução das despesas com "Serviços" e, finalmente, pelo ingresso maciço de capitais, em ritmo crescente até o terceiro trimestre do ano. Não chegaram, assim, a aparecer nas cifras do balanço de pagamentos as consequências da crise política iniciada em fins de agosto. Seus efeitos são mais facilmente localizados nas bruscas oscilações da taxa cambial durante todo o período setembro-dezem-



bro. Poder-se-ia, porém, afirmar que as consequências da instabilidade política não foram suficientes para neutralizar a melhoria que se vinha verificando nas transações comerciais e trocas financeiras do país com o exterior.

ANÁLISE DOS DIFERENTES ITENS

As exportações reagiram de forma surpreendentemente rápida à nova orientação, iniciada em março com a Instrução 204, de colocar a taxa cambial em nível adequado. O algodão, principalmente, voltou a acusar cifras substanciais, retornando à posição de destaque que tradicionalmente ocupava na pauta de nossas exportações e que, há

mais de 10 anos, havia perdido. Não fôsse a redução no valor das vendas de café e de cacau, motivada pela queda nas cotações externas, as exportações brasileiras em 1961 ter-se-iam ampliado não apenas de US\$ 100 milhões, mas de pelo menos US\$ 150 milhões, em confronto com 1960.

Quanto às importações, como era de esperar, os efeitos da reforma cambial não conseguiram reduzir o nível alcançado em 1960, por duas razões. Em primeiro lugar, a concessão em 1960 de câmbio extra-limite nas licitações, superando a oferta normal em mais de 30%, em média, levou a que se prolongassem os efeitos dessa excessiva liberalidade durante os três ou quatro primeiros meses de 1961.

É verdade, porém, que os meses de fevereiro e março, durante os quais as Autoridades Monetárias examinavam a reforma cambial posta em vigor pela Instrução 204 da SUMOC, foram meses de impossibilidade quase completa de realizar importações. Abril e maio, período em que se discutiram os empréstimos, finalmente obtidos no exterior, também foram meses de escassas disponibilidades para importações.

Por outro lado, a desvalorização de 50%, verificada ao longo do período março-dezembro, na taxa cambial aplicada às importações anteriormente realizadas com cobertura cambial obtida nos leilões de divisas, apenas acompanhou de perto o ritmo de aumento dos preços interno, que alcançou 43% em 1961. Dessa forma, a desvalorização não deveria representar um obstáculo demasiadamente sério às importações.

A compensação a esse fator veio, porém, através dos "serviços". Em 1960, a manutenção de uma taxa irreal de câmbio a que se convencionou chamar de "dólar de prestígio" havia estimulado os gastos "invisíveis" (frete, remessas financeiras, turismo etc). Com a implantação da política de "verdade cambial" decorrente da Instrução 204, esses gastos se reduziram de 645 milhões de dólares para 554 milhões, de 1960 para 1961, ao mesmo tempo que a receita se eleva-

va de 175 milhões de dólares para 211 milhões. Nossa posição tradicionalmente deficitária nesse item do balanço de pagamentos melhorou, assim de um deficit de 470 milhões de dólares em 1960, para 343 milhões em 1961, ou seja, um desfôgo cambial da ordem de 130 milhões de dólares.

Finalmente, o fator mais importante para o surpreendente equilíbrio do balanço de pagamentos em 1961 foi o movimento de capitais. Verificou-se um afluxo, no período, de capitais, não só de caráter autônomo como de natureza compensatória, de forma a possibilitar o financiamento de um deficit nas transações correntes superior a US\$ 250 milhões. A comparação com 1960 revela substancial modificação na estrutura do movimento de capitais compensatórios, entre os dois períodos. Há 2 anos, a maior parte do deficit em transações correntes e amortizações de empréstimos foi financiada quase exclusivamente mediante a contratação de "swaps" e a utilização das linhas de crédito do Banco do Brasil, além da formação de atrasados comerciais. Já em 1961, mais da metade do deficit de mercadorias e serviços (313 milhões de dólares) foi financiada pela entrada líquida de capitais autônomos (180 milhões).

Em 1961, o valor dos "swaps" manteve-se inalterado, pois embora fossem liquidados US\$ 50 mi-

lhões contraídos em 1960 como autêntica antecipação de receita de exportação, a consolidação dos débitos com as companhias de petróleo foi realizada sob a forma de "swaps". Além disso, liquidaram-se no período atrasados comerciais que chegaram a alcançar US\$ 220

milhões. A re-esquematização das dívidas brasileiras no exterior permitiu aliviar a pressão excessiva que exerceriam elas em 1961 e 1962 no balanço de pagamentos do país. Assim, do total de US\$ 398 milhões previstos para serem pagos em 1961, somente tiveram lugar amor-

I - BALANÇO DE PAGAMENTOS
(US\$ 1 000 000)

I T E N S	1960			1961 (a)		
	1º semestre	2º semestre	Ano	1º semestre	2º semestre	Ano
I. MERCADORIAS E SERVIÇOS.....	- 210	- 284	- 494	- 173	- 140	- 313
<u>Mercadorias (fob).....</u>	11	35	24	9	39	30
Exportações.....	606	663	1 269	622	778	1 400
Importações.....	- 595	- 698	- 1 293	- 631	- 739	- 1 370
<u>Serviços.....</u>	- 221	- 249	- 470	- 164	- 179	- 343
Receita.....	69	106	175	119	92	211
Despesa.....	- 290	- 355	- 645	- 283	- 271	- 554
II. DONATIVOS.....	- 5	- 10	- 15	- 4	- 1	- 5
III. MOVIMENTO DE CAPITAIS.....	209	274	483	200	6	194
<u>Capitais Autônomos.....</u>	5	48	53	110	70	180
Entradas.....	242	261	503	275	250	525
Em dinheiro.....	94	124	218	127	100	227
Em bens.....	148	137	285	148	150	298
Saídas.....	- 237	- 213	- 450	- 165	- 180	- 345
<u>Capitais Compensatórios.....</u>	204	226	430	90	76	14
Fundo Monetário Internacional... 48	-	-	48	60	20	40
A.I.D.	-	-	-	-	50	50
Grupo de Banqueiros Norte-Americanos.....	-	10	10	-	48	48
Tesouro Norte-Americano.....	-	-	-	-	35	35
Eximbank.....	-	-	-	-	84	84
Stand-by c/Países Europeus....	-	-	-	-	27	27
Swaps.....	47	78	125	- 19	14	- 5
Linhas de crédito.....	24	31	55	- 54	21	- 33
Reservas Internacionais.....	85	107	192	103	- 335	- 232
IV. ERROS E OMISSÕES.....	6	20	26	- 23	147	124

(a) Estimativa.

Fonte dos dados originais: Boletim da SUMOC.

tizações de US\$ 167 milhões. Igualmente a quebra da produção de trigo da Argentina, em 1961, abriu maiores possibilidades de compras maciças do produto norte-americano, na forma prevista pela lei 480, dos Estados Unidos. Foram, assim, fornecidas 1 500 000 t, representando US\$ 90 milhões aproximadamente, sem desembolso de divisas no período, já que o pagamento se faz em cruzeiros, para remessa em 40 anos.

Marcou, assim, o ano de 1961 o abandono da orientação que nos obrigava, como em 1960, a recorrer a processos inadequados de financiamento de nossos deficits com o exterior e a volta aos entendimentos, de há muito interrompidos, com os nossos credores tradicionais, como as agências financeiras internacionais, os órgãos de financiamento de governos e os bancos privados.

SISTEMA CAMBIAL

Logo no início de 1961 foi mudada a sistemática da política cambial brasileira, passando de um sistema de taxas múltiplas — fixas e variáveis — para um de taxa única e flutuante. A partir de 13 de março, com a Instrução n.º 204, tôdas as importações passaram a se processar pelo mercado de taxas livres, exceção feita às de trigo, petróleo e demais itens capitulados no parágrafo 1.º do artigo 50

da Lei de Tarifas. Tais exceções, juntamente com as remessas financeiras do governo, continuaram a ter tratamento favorecido com taxa especial de câmbio — Cr\$ 200,00/US\$ — em lugar de Cr\$ 100,00, que vigorava até aquela data.

Assim, foram extintas as licitações de divisas, eis que, mais tarde, as próprias importações da categoria especial vieram a se processar através de vendas de promessas de licença, em Bôlsa. Concomitantemente, a Instrução 204 estendeu às importações o mecanismo do depósito prévio, contra emissão de letras do Banco do Brasil, na proporção de 100% do valor, em cruzeiros, do respectivo contrato, a prazo de 150 dias, vencendo juros de 6% a. a.

Com a Instrução 205, de 12 de maio — a principal medida de ordem cambial regulando a comercialização da safra cafeeira de 1961/62 estabeleceu-se que as vendas das cambiais do produto se fariam no mercado livre de câmbio, ficando, porém, retida uma parte do seu valor, para constituir o “Fundo de Defesa do Café”, destinado a atender às despesas com a execução da política de defesa dos preços externos, expansão do consumo e aos encargos relativos ao aperfeiçoamento da lavoura ou de sua parcial substituição por outras mais aconselháveis.

A unificação da taxa cambial foi depois praticamente alcançada

II - MERCADO DE CÂMBIO LIVRE - RIO DE JANEIRO
COTAÇÕES DO DÓLAR AMERICANO

DATA	COMERCIAL				FINANCEIRO				MANUAL		PARALELO	
	Banco do Brasil		Outros Bancos		Banco do Brasil		Outros Bancos		Com- pra	Venda	Com- pra	Venda
	Com- pra	Venda	Com- pra	Venda	Com- pra	Venda	Com- pra	Venda				
- DEZEMBRO DE 1961 -												
1.....	300	307	305	315	300	307	310	320	362	368	363	368
2.....	300	307	305	315	300	307	310	320	362	368	363	368
3.....						D O M I N G O						
4.....	300	307	305	315	300	307	310	320	370	378	370	375
5.....	300	307	310	320	300	307	315	325	377	387	380	388
6.....	300	307	315	325	300	307	330	340	395	405	395	400
7.....	300	307	315	325	300	307	340	350	395	405	395	400
8.....						F E R I A D O						
9.....	300	307	315	325	300	307	340	350	395	405	395	400
10.....						D O M I N G O						
11.....	300	307	318	328	300	307	360	370	410	420	410	415
12.....	300	307	318	328	300	307	378	390	440	450	445	450
13.....	300	307	320	330	300	307	390	400	440	450	435	445
14.....	300	307	305	315	300	307	370	380	415	445	410	430
15.....	300	307	302	312	300	307	350	365	390	410	390	410
16.....	300	307	305	315	300	307	345	360	390	405	385	395
17.....						D O M I N G O						
18.....	300	307	302	310	300	307	345	365	360	375	360	375
19.....	300	307	302	310	300	307	335	350	365	380	360	375
20.....	300	307	304	312	300	307	330	340	390	405	395	405
21.....	300	307	305	315	300	307	335	345	380	395	380	390
22.....	300	307	305	315	300	307	335	345	370	385	375	385
23.....	300	307	305	315	300	307	335	345	370	385	375	385
24.....						D O M I N G O						
25.....						F E R I A D O						
26.....	300	307	305	313	300	307	340	350	390	400	390	400
27.....	300	307	305	313	300	307	350	365	390	400	385	395
28.....	300	307	306	315	300	307	350	365	380	395	380	390
29.....	300	307	306	315	300	307	355	365	380	390	380	390
30.....	300	307	306	315	300	307	355	365	380	390	380	390
31.....						D O M I N G O						
- JANEIRO DE 1962 -												
1.....						F E R I A D O						
2.....						F E R I A D O						
3.....	310	318	310	318	310	318	310	318	310	318	370	380
4.....	310	318	310	318	310	318	310	318	310	318	370	380
5.....	310	318	310	318	310	318	310	318	310	318	365	375
6.....	310	318	310	318	310	318	310	318	310	318	365	375
7.....						D O M I N G O						
8.....	310	318	310	318	310	318	310	318	310	318	365	375
9.....	310	318	310	318	310	318	310	318	310	318	360	370
10.....	310	318	310	318	310	318	310	318	310	318	365	375
11.....	310	318	310	318	310	318	310	318	310	318	365	375
12.....	310	318	310	318	310	318	310	318	310	318	365	375
13.....	310	318	310	318	310	318	310	318	310	318	365	375
14.....						D O M I N G O						
15.....	310	318	310	318	310	318	310	318	310	318	360	370
16.....	310	318	310	318	310	318	310	318	310	318	355	365
17.....	310	318	310	318	310	318	310	318	310	318	360	370
18.....	310	318	310	318	310	318	310	318	310	318	365	370
19.....	310	318	310	318	310	318	310	318	310	318	365	370
20.....						F E R I A D O						
21.....						D O M I N G O						

Fonte: Escritório do Corretor Maurício Marcello D. Leite Barbosa.

com a Instrução n.º 208 de 1.º de julho — somente o cacau não era exportado pelo mercado livre — que extinguiu a chamada taxa de “custo de câmbio”, mantida inalterada em Cr\$ 200,00 desde a Instrução n.º 204. A seguir, e com o propósito de propiciar maior movimentação e confiança ao mercado de câmbio, em 27 de julho foi baixada a Instrução n.º 211, que elevou para US\$ 100 mil o limite diário da posição “comprada” dos bancos, que era de US\$ 25 mil.

A política de progressiva liberação cambial, que vinha sendo seguida desde a Instrução n.º 204, sofreu, em decorrência da instabilidade política causada pela renúncia do Presidente da República, vários retrocessos. Daí as Instruções 212 e 213, respectivamente de 28 e 30 de agosto, a primeira reduzindo para US\$ 25 mil a posição “comprada” a que fazia referência a Instrução n.º 211, já citada, e a segunda reduzindo para 20 mil dólares o limite de US\$ 50 mil para as importações, por firma e por semana, no conjunto de todas as praças. Determinou ainda essa última Instrução que as remessas financeiras de valor superior a 250 dólares e até o limite de 5 000 semanais seriam atendidas somente pelo Banco do Brasil. Com a Instrução n.º 214, revogou-se a proibição de vendas a prazo contida na de n.º 212, ao mesmo tempo

que se tornou sem efeito a 213 a que já se fez referência.

Em 4 de outubro, com a Instrução n.º 217, completou-se a unificação da taxa cambial, com a transferência para o mercado livre das cambiais das exportações de cacau em amêndoas e em massa. Concomitantemente, para aqueles dois itens condicionou-se, a exemplo do café, a negociação das cambiais a um recolhimento de 15% — cota de contribuição — do seu respectivo valor, à caixa da SUMOC, para ser utilizado na defesa dos preços do produto e bem assim na lavoura cacaueira. Também com a referida Instrução, estabeleceu-se que as “cotas de contribuição” de café das safras anteriores à de 1961/62 ficassem reduzidas de 20 dólares por saca, contra os 22 dólares aplicáveis à safra corrente.

Ainda como medidas de exceção à orientação geral que se vinha procurando imprimir ao sistema cambial do país, foram baixadas respectivamente, em 9 e 26 de outubro, as Instruções n.ºs 218 e 219. Pela primeira ficou acrescido para 150% o valor do depósito prévio a que se referia a Instrução 204. Consoante a segunda, o mercado

Se V. Sa. já é assinante desta Revista, certamente far-lhe-á justiça, recomendando-a aos seus amigos. Estes, por sua vez, lhe ficarão muito gratos. E nós também.

de câmbio foi dividido em dois setores, um puramente mercantil e outro financeiro. Ficou estabelecido para este último um recolhimento compulsório ao Banco do Brasil, em cruzeiros, do montante de 50% do respectivo valor das remessas financeiras. Tal recolhimento era exigido aos bancos, que, por sua vez, o cobravam dos seus clientes.

Com a Instrução n.º 220, visando à ativação dos negócios de café, foi finalmente unificada em US\$ 22,00 a cota de contribuição para todas as safras. Essa tendência à simplificação foi acentuada em 15 de dezembro com a Instrução n.º 221, em que se determinou a extinção gradativa, na proporção de 10% ao mês, das letras de importação e, bem assim, do recolhimento compulsório para remessas financeiras.

Com a Instrução n.º 222, de 29 de dezembro, voltou-se novamente à trilha da total liberação cambial iniciada com a Instrução 204 e só interrompida provisoriamente. De

fato, promoveu-se a reunificação do mercado de câmbio, dividido que fôra em financeiro e comercial pela instrução n.º 219. Do mesmo modo, permitiu-se que as cambiais das exportações de café e cacau fossem negociadas com os bancos particulares, havendo, porém, a necessidade de serem repassados, na razão de 80% ao Banco do Brasil. Especificamente, no caso do café, a medida visa elevar a remuneração, em cruzeiros, de seus exportadores, de vez que anteriormente a referida taxa era mais ou menos fixa, de conformidade com o previsto na Instrução n.º 205.

Finalmente, cumpre ressaltar as normas contidas na Instrução n.º 215, de 25 de setembro, que determinou à Carteira de Comércio Exterior licenciar a exportação financiada de bens de capital e de consumo durável, a prazos médio e longo. Tais financiamentos não poderão elevar-se a mais de 80% do valor em fatura, ficando o importador obrigado ao pagamento, até o embarque, de 20% desse valor.



para Europa
às terças-feiras e sábados
Qualidade Suíça em todo o mundo

2228

Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais S. A.

Fundado em Janeiro de 1923 — Carta Patente n.º 3189

BELO HORIZONTE

DEPARTAMENTO NOS ESTADOS DA BAHIA, CEARÁ, ESPÍRITO SANTO, GOIÁS,
GUANABARA, MINAS GERAIS, PARÁ, PERNAMBUCO, RIO GRANDE DO SUL,
RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO

RESUMO DO BALANÇO GERAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 1961

ATIVO		PASSIVO	
	Cr\$		Cr\$
Caixa	5.933.401.663,10	Capital e Reservas	1.942.777.165,40
Realizável	18.854.258.899,20	Depósitos	16.816.834.378,50
Imóveis	183.193.265,70	Títulos Redescontados e Obrigações Diversas ...	—x—
Títulos e Valores Mobiliários	829.855.114,70	Agências e Correspondentes	6.871.313.791,00
Imobilizado	963.610.678,70	Ordens de Pagamento e Ou- tros Créditos	1.012.093.761,80
Resultados Pendentes	38.233.405,80	Resultados Pendentes	159.533.930,50
Contas de Compensação ..	19.395.389.188,40	Contas de Compensação ...	19.395.389.188,40
	<u>46.197.942.215,60</u>		<u>49.197.942.215,60</u>

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE "LUCROS & PERDAS", EM 31 DE DEZEMBRO DE 1961

DÉBITO		CRÉDITO	
	Cr\$		Cr\$
Despesas Gerais e Impostos	848.538.605,00	Produto de Operações So- ciais	1.555.130.152,40
Juros e Comissões Pagos ..	379.069.717,20		
Depreciação e Amortizações	16.049.496,70		
Dividendos e Bonificações ..	90.537.012,60		
Porcentagem da Adminis- tração	27.253.829,20		
Dotação ao Fundo de As- sistência ao Pessoal ..	9.053.701,30		
Dotação a Fundos de Re- serva e de Previsão	184.627.790,40		
	<u>1.555.130.152,40</u>		<u>1.555.130.152,40</u>

Belo Horizonte, 12 de Janeiro de 1962.

O Conselho de Administração: Cristiano França Teixeira Guimarães — Presidente; Josaphat Edwards Santiago — Vice-Presidente; Sebastião Dayrell de Lima — Secretário; Benjamin Soares de Azevedo — Conselheiro; Ruy de Castro Magalhães — Diretor-Presidente; Aluísio Toscano da Brito — Diretor-Superintendente; José de Almeida Barbosa Mello — Diretor; Bernardo Cândido Mascarenhas, Custódio de Sousa Oliveira, José de Oliveira Neto, Manoel Agápio de Aquino e Paulo Afonso de Almeida, Diretores-Adjuntos; O Contador-Geral: João Baptista Moura Drumond (CRC-MG; n.º 5.617).

Expansão recorde dos meios de pagamentos

Agravou-se sobremaneira, em 1961, o processo inflacionário. A falta de uma política deliberada de controle dos fatores primários determinantes das emissões de papel-moeda gerou em 1961, em escala ainda maior que nos anos anteriores, enorme expansão monetária e dos preços. O saldo do papel-moeda emitido cresceu de 52,3% em 1961, contra 33,3% em 1960 e 29,0% em 1959. Acompanhando este acréscimo, subiram sensivelmente o saldo dos empréstimos ao setor privado (+ 29,8%) e dos depósitos à vista (+ 36,9%) dos bancos comerciais. Considerando a grande disparidade entre a expansão monetária e a da produção, os preços reagiram violentamente. O índice dos preços por atacado cresceu de 47,2%, o custo da vida no Rio de Janeiro de 43,1%, o custo da construção, de 43,4%, e o índice geral de preços, de 45,7%.

FATORES DETERMINANTES DAS EMISSÕES

Em 1961, da mesma maneira que nos anos anteriores, praticamente todas as despesas do governo federal foram conduzidas sem que se levassem em consideração suas possibilidades de levantar recursos, isto é, sem nenhuma atenção para as repercussões inflacionárias derivadas do financiamento inadequado dos empreendimentos governamentais.

No plano fiscal, as despesas foram estabelecidas, seja no orçamento, seja em leis especiais pos-

teriores, em nível muito superior ao montante dos recursos que, se sabia, poderiam ser arrecadados com os impostos em vigor. A consequência desta orientação foi que o deficit de caixa do Tesouro Nacional atingiu cerca de 130,0 bilhões de cruzeiros. Além do deficit próprio de suas operações, o governo federal realizou empréstimos a Estados, para ajudar o financiamento dos seus deficits.

Estes empréstimos montaram a cerca de 9,5 bilhões de cruzeiros e foram feitos sob a forma de entrega de Letras do Tesouro Nacional livremente negociáveis. Tendo em

vista que há limite para a colocação destes títulos e que tal limite foi praticamente atingido, o uso pelo Tesouro do referido processo de financiamento forçou-o a apelar com maior intensidade para o Banco do Brasil a fim de cobrir as suas despesas, acarretando com isso emissões adicionais de papel-moeda.

Além dos adiantamentos ao Tesouro, o Banco do Brasil expandiu, em consonância com a política governamental, suas transações com outros setores da atividade econômica, como o agrícola, o bancário e o industrial e comercial.

A política cafeeira exigiu fortes dispêndios de recursos das Autoridades Monetárias, sob a forma de fornecimentos de recursos ao I. B. C. para a compra e estocagem do café e também de financiamentos diretos e indiretos, através dos bancos comerciais, da Carteira de Redescontos e do Banco do Brasil, ao comércio de café. O aumento líquido em 1961 no saldo destas operações no Banco do Brasil totalizou 47,0 bilhões de cruzeiros. Para tal fim foram previstos recursos especiais. Antes da Instrução n.º 205, da SUMOC, esses recursos provinham da diferença entre a taxa de venda e o "custo efetivo" (bonificações mais taxa oficial) de cambiais de café adquiridas pelo Banco do Brasil. Após a Instrução 205, os recursos originaram-se da venda, pelo Banco do Brasil, às

taxas do mercado livre, de dólares correspondentes à quota de retenção de 22 dólares por saca de café. Estima-se que, em 1961, o montante dos recursos assim obtidos foi de Cr\$ 60,0 bilhões. Destarte, a política financeira do café, considerada isoladamente, não exigiu emissões de papel-moeda em 1961.

As repercussões monetárias das transações cambiais conduzidas pelo Banco do Brasil em 1961 foram altamente inflacionárias. Teve êle de realizar pesados dispêndios, em cruzeiros, para adquirir cambiais às taxas correntes, a fim de dar cobertura às Transações efetuadas anteriormente à Instrução 204. Parte desse câmbio assumiu a forma de obrigações, das quais os ágios já haviam sido recolhidos em 1960 (como é o caso das "promessas de venda de câmbio em circulação"). Outra parte consistia de câmbio já fechado anteriormente e sobre o qual o Banco do Brasil recebera não só os ágios, como até mesmo o valor do câmbio à taxa oficial. Outra parcela, por fim, era de cambiais cuja entrega em 1961 fôra contratada em 1960 a taxas de câmbio abaixo das que êle estava adquirindo em 1961. O montante dispendido com essas transações foi da ordem de 82 bilhões de cruzeiros.

Para conter os efeitos inflacionários daí resultantes, inúmeras medidas foram adotadas. Estabele-

ceram-se depósitos prévios para contratação do câmbio e passou-se a exigir dos importadores e exportadores a aquisição compulsória de letras do Banco do Brasil. Os recursos por êste obtidos com tais letras montaram em 1961 a 55,2 bilhões de cruzeiros.

Tôdas essas operações vinculadas à administração do sistema cambial deixaram o saldo líquido negativo às Autoridades Monetárias de cerca de 27,0 bilhões de cruzeiros, que foram cobertos com o uso dos recursos líquidos disponíveis pelas Autoridades Monetárias, principalmente papel-moeda.

A política de empréstimos do Banco do Brasil ao setor privado também exigiu vultosos recursos financeiros. Os empréstimos da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial tiveram, em consequência dos critérios liberais estabelecidos na primeira fase do ano, forte expansão, especialmente se considerarmos o forte desequilíbrio no setor governamental e cambial (+ 30,3 bilhões de cruzeiros, correspondentes a 40,4%, contra 30,5% em 1960 e 36,3% em 1959).

Foi de maior intensidade a expansão verificada nos empréstimos do Banco do Brasil pela Carteira de Crédito Geral. Conforme se observa no *QUADRO II*, o saldo destas operações cresceu de 66,8 bilhões (+ 62,1%) em 1961.

1 - DESTINO DAS EMISSÕES DE
PAPEL-MOEDA EM 1961
- VARIAÇÕES MENSAIS -
(Cr\$ bilhões)

MESES	DÉBITO DOS BANCOS JUNTO À CARTEIRA DE REDESCONTOS		
	Banco do Brasil	Bancos Comer- ciais	Total
Janeiro.....	- 2,6	- 1,6	- 4,2
Fevereiro.....	+ 12,6	- 6,0	+ 6,6
Março.....	+ 13,0	- 5,8	+ 7,2
Abril.....	+ 6,8	- 0,7	+ 6,1
Maió.....	+ 3,4	+ 0,8	+ 4,2
Junho.....	- 0,4	+ 3,1	+ 2,7
Julho.....	- 2,5	+ 4,7	+ 2,2
Agosto.....	+ 35,0	+ 3,2	+ 38,2
Setembro.....	+ 11,7	+ 8,4	+ 20,1
Outubro.....	+ 5,5	- 4,3	+ 1,2
Novembro.....	- 1,4	+ 3,1	+ 1,7
Dezembro.....	+ 13,3	+ 4,9	+ 18,2
TOTAL DO ANO..	+ 94,4	+ 9,8	+104,2

Fonte: Balancete da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil.

AS PRESSÕES SÔBRE OS BANCOS COMERCIAIS

Além destas operações diretas com o setor privado, as Autoridades Monetárias lhe forneceram fundos indiretamente, através de suas operações com os bancos comerciais.

O *QUADRO I* mostra que a Carteira de Redescontos supriu volumosos recursos aos bancos comerciais em 1961. Igualmente, os depósitos compulsórios dêstes à ordem da SUMOC foram reduzidos, em consequência de decisões das Autoridades Monetárias. Em vir-

II - BANCO DO BRASIL - MOVIMENTAÇÃO DAS PRINCIPAIS CONTAS
(Em bilhões de cruzeiros)

A T I V O	V A R I A Ç Õ E S				P A S S I V O	V A R I A Ç Õ E S			
	1959 Jan/ dez.	1960 Jan/ dez.	1961			1959 Jan/ dez.	1960 Jan/ dez.	1961	
			Jan/ dez.	Dez.				Jan/ dez.	Dez.
I - Caixa em moeda corrente...	+ 1,7	+ 2,4	+ 4,6	+ 4,6	I - Recursos próprios (inclusive saldo líquido das contas de resultado pendente).....	+ 6,0	+ 7,3	+ 17,7	+ 9,3
II - Agências e correspondentes no exterior.....	- 0,4	- 3,7	+ 0,8	- 0,6	II - Débito junto ao sistema bancário:				
III- Outras contas vinculadas a câmbio.....	+ 8,8	+ 15,8	+107,9	+ 3,0	1. No País:				
IV - Empréstimos em conta corrente e títulos descontados:					a. Débito junto à Carteira de Redescontos.....	+ 39,6	+ 38,2	+ 94,5	+ 23,3
1. Ao setor governamental.	+ 34,3	+ 82,1	+133,9	+ 57,7	b. Depósitos de bancos, inclusive os à ordem da SUMOC.....	+ 25,1	+ 25,9	+ 40,3	+ 16,7
a. Tesouro Nacional (saldo líquido das operações financeiras)	+ 31,8	+ 75,4	+128,9	+ 56,1	2. No exterior:				
b. Demais entidades públicas.....	+ 2,5	+ 6,7	+ 5,0	+ 1,6	a. Correspondentes e agências no exterior.....	-	-	-	-
2. Ao setor privado.....	+ 18,4	+ 48,2	+ 97,1	+ 21,2	b. Fundo Monetário Internacional (responsabilidade líquida).....	- 0,4	+ 0,3	+ 0,7	-
a. Pela Carteira de Crédito Geral.....	+ 5,5	+ 28,2	+ 66,8	+ 13,7	c. Obrigações em moeda estrangeira por empréstimos contraídos.....	- 0,8	- 0,3	- 1,1	-
b. Pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial.....	+ 12,9	+ 20,0	+ 30,3	+ 7,5	III - Depósitos:				
3. Ao setor bancário.....	+ 0,7	+ 1,4	- 0,8	+ 0,2	1. Do setor privado.....	+ 9,6	+ 12,9	+ 51,5	+ 6,6
V - Compra e venda de produtos de exportação e importação (exclusive café).....	+ 4,4	+ 5,6	+ 5,5	- 3,4	2. Do setor governamental (exclusive Tesouro).....	+ 6,4	+ 21,0	+ 40,8	+ 16,0
VI - Outras contas.....	+ 5,7	- 5,0	+ 11,2	+ 5,3	IV - Recursos das Instruções 204 e 205 da SUMOC (A).....	- 14,2	+ 23,4	+ 25,8	+ 10,0
T O T A L	+ 73,6	+146,8	+360,2	+ 88,0	V - Letras do Banco do Brasil	-	+ 12,2	+ 55,2	+ 5,8
					VI - Outras contas.....	+ 2,3	+ 5,9	+ 34,8	+ 0,3
					T O T A L	+ 73,6	+146,8	+360,2	+ 88,0

Fonte: Balancetes do Banco do Brasil publicados na imprensa.
(A) Inclui o saldo da extinta conta "Ágios e Bonificações".

III - BANCOS COMERCIAIS - RECURSOS E APLICAÇÕES - 1959/1961
 VARIAÇÕES ABSOLUTAS E PERCENTUAIS NO PERÍODO JANEIRO/DEZEMBRO
 (Em bilhões de cruzeiros)

DISCRIMINAÇÃO	1959		1960		1961 (A)		
	Jan./dez.		Jan./dez.		Jan./dez.		Dez.
	Abso- luta	%	Abso- luta	%	Abso- luta	%	Abso- luta
A - NO ATIVO:							
1. Caixa.....	+31,9	+57,1	+34,9	+39,8	+45,5	+37,1	+14,3
a. Em moeda corrente.....	+ 5,9	+37,8	+ 6,7	+31,4	+ 8,4	+29,8	+ 1,0
b. Em depósitos no Banco do Bra- sil.....	+26,0	+64,0	+28,2	+42,5	+37,1	+39,3	+13,3
2. Quase Caixa (Letras do Tesouro).	+ 7,8	+89,4	+ 2,5	+15,1	+ 2,0	+10,5	+ 3,0
3. Empréstimos ao setor privado....	+70,9	+36,6	+115,9	+43,5	+114,1	+29,8	+13,9
4. Outras contas.....	+13,2	+24,3	+18,8	+27,9	+33,6	+38,9	+ 5,0
Total do Ativo.....	+123,8	+39,3	+172,1	+39,3	+195,2	+32,0	+36,2
B - NO PASSIVO:							
1. Depósitos à vista e a curto pra- zo.....	+105,5	+48,8	+116,6	+36,3	+161,8	+36,9	+33,6
2. Depósitos a prazo.....	+ 5,0	+19,4	+16,6	+54,0	+ 6,6	+13,9	+ 0,1
3. Débito junto à Carteira de Redes- contos, Caixa de Mobilização Ban- cária e Banco do Brasil.....	- 0,1	- 0,7	+11,5	+70,7	+ 6,3	+22,7	+ 5,2
4. Outras contas.....	+13,4	+23,9	+27,4	+39,3	+20,5	+21,1	- 2,7
Total do Passivo.....	+123,8	+39,3	+172,1	+39,3	+195,2	+32,0	+36,2

(A) Dados sujeitos a retificação.

Fonte dos dados absolutos: 1) Para 1959 e 1960, Boletins da SUMOC; 2) para dezembro de 1961, dados estimados com base no movimento de balancetes publicados na imprensa de um grupo representativo de bancos.

tude da queda repentina dos depósitos do público nos bancos, ocorrida em maio e junho, na Guanabara e na capital de São Paulo, o Conselho da SUMOC decidiu, pelas Instruções ns.º 207 e 208, de 8-6-61 e 27-6-61, respectivamente, baixar de 14% para 10% as percentagens dos recolhimentos dos depósitos obrigatórios dos bancos comerciais à ordem da SUMOC, e tomar medidas tendentes a facilitar o acesso destes à Carteira de Redescontos.

Pelas instruções ns.º 212 e 214,

de 28-8-61 e 15-9-61, o Conselho da SUMOC restabeleceu os níveis anteriores dos depósitos compulsórios e determinou a regularização da posição dos bancos junto à Carteira de Redescontos. Como consequência destas medidas, os bancos utilizaram, entre 31-5-61 e 31-10-61, fundos das Autoridades Monetárias no montante de Cr\$ 17,6 bilhões. Em novembro e dezembro devolveram a estas, através dos dois tipos de operação citados (depósitos compulsórios e

IV - EMPRESAS E PÚBLICO - ALGUNS DADOS FINANCEIROS SIGNIFICATIVOS
(SalDOS em bilhões de cruzeiros)

DATAS	1. NO ATIVO DAS EMPRESAS E INDIVÍDUOS									2. NO PASSIVO DAS EMPRESAS E INDIVÍDUOS								
	MEIOS DE PAGAMENTOS (A)									DÉBITO PARA COM O SISTEMA BANCÁRIO								
	Em moeda corrente, ou seja, "papel-moeda em poder do público"			Em depósitos à vista nos bancos, ou seja, "moeda escritural"			Total			Para com o Banco do Brasil			Para com os Bancos Comerciais			Total		
	Saldo	Variação		Saldo	Variação		Saldo	Variação		Saldo	Variação		Saldo	Variação		Saldo	Variação	
		Abso-luta	%		Abso-luta	%		Abso-luta	%		Abso-luta	%		Abso-luta	%		Abso-luta	%
1958..	99,7	+18,4	+22,7	253,4	+ 43,7	+20,9	353,1	+ 62,1	+21,3	116,0	+24,2	+26,4	195,6	+ 32,9	+20,2	311,6	+ 57,1	+22,4
1959..	127,0	+27,3	+27,4	373,6	+120,2	+47,4	500,6	+147,5	+41,8	134,4	+18,4	+15,9	266,5	+ 70,9	+36,2	400,9	+ 89,3	+28,7
1960..	169,4	+42,4	+42,3	522,7	+149,1	+39,9	692,1	+191,5	+38,2	182,6	+48,2	+35,9	378,1	+111,6	+45,2	560,7	+159,8	+41,0
1961:																		
Jan...	164,6	- 4,8	- 2,8	544,2	+ 21,5	+ 4,1	708,8	+ 16,7	+ 2,4	176,8	- 5,8	- 3,2	389,4	+ 11,3	+ 3,0	566,2	+ 5,5	+ 1,0
Fev...	171,2	+ 6,6	+ 4,0	548,7	+ 4,5	+ 0,8	719,9	+ 11,1	+ 1,6	173,9	- 2,9	- 1,6	388,1	- 1,3	- 0,3	562,0	- 4,2	- 0,7
Mar...	179,8	+ 8,6	+ 5,0	566,0	+ 17,3	+ 3,2	745,8	+ 25,9	+ 3,6	175,6	+ 1,7	+ 1,0	399,3	+ 11,2	+ 2,9	574,9	+ 12,9	+ 2,3
Abr...	187,1	+ 7,3	+ 4,1	571,3	+ 5,3	+ 0,9	758,4	+ 12,6	+ 1,7	176,8	+ 1,2	+ 0,7	408,8	+ 9,5	+ 2,4	585,6	+ 10,7	+ 1,9
Mai...	185,0	- 2,1	- 1,1	576,1	+ 4,8	+ 0,8	761,1	+ 2,7	+ 0,4	182,1	+ 5,3	+ 3,0	408,0	- 0,8	- 0,2	590,1	+ 4,5	+ 0,8
Jun...	187,9	+ 2,9	+ 1,6	590,6	+ 14,5	+ 2,5	778,5	+ 17,4	+ 2,3	193,4	+11,3	+ 6,2	410,1	+ 2,1	+ 0,5	603,5	+ 13,4	+ 2,3
Jul...	190,0	+ 2,1	+ 1,1	609,5	+ 19,0	+ 3,2	799,5	+ 21,1	+ 2,7	199,5	+ 6,1	+ 3,2	423,6	+ 13,5	+ 3,3	623,1	+ 19,6	+ 3,2
Ago...	222,6	+32,6	+17,3	618,8	+ 9,3	+ 1,5	841,4	+ 41,9	+ 5,1	212,1	+12,6	+ 6,3	443,9	+ 20,3	+ 4,8	656,0	+ 32,9	+ 5,3
Set...	221,8	- 0,8	- 0,4	639,4	+ 20,6	+ 3,3	861,2	+ 19,8	+ 2,4	228,6	+16,5	+ 7,8	444,7	+ 0,8	+ 0,2	673,3	+ 17,3	+ 2,6
Out...	225,3	+ 3,5	+ 1,6	685,3	+ 45,9	+ 7,2	910,6	+ 49,4	+ 5,7	243,0	+14,4	+ 6,3	466,3	+ 21,6	+ 4,9	709,3	+ 36,0	+ 5,3
Nov...	234,5	+ 9,2	+ 4,1	719,7	+ 34,4	+ 5,0	954,2	+ 43,6	+ 4,8	258,5	+15,5	+ 6,4	482,6	+ 16,3	+ 3,5	741,1	+ 31,8	+ 4,5
Dez...	259,0	+24,5	+10,4	770,0	+ 50,3	+ 7,0	1 029,0	+ 74,8	+ 7,8	279,7	+21,2	+ 8,2	496,5	+ 13,9	+ 2,9	776,2	+ 35,1	+ 4,7
IAN/DEZ	-	+89,6	+52,9	-	+247,3	+47,3	-	+336,9	+48,7	-	+97,1	+53,2	-	+118,4	+31,3	-	+215,5	+38,4

(A) Os meios de pagamentos nada mais são do que as disponibilidades financeiras (caixa) de que dispõem as empresas e o público.

Fonte: Boletins da SUMOC. Dados para dezembro foram estimados com base no movimento do Banco do Brasil e dos 44 principais bancos comerciais.

débito junto à Carteira de Redescontos), cerca de 9,8 bilhões de cruzeiros.

Além dessas operações com os bancos comerciais, as Autoridades Monetárias têm outras derivadas de sua função de "fundo de reserva de liquidez" para eles, que se manifesta sob a forma de recebimento de depósitos dos bancos nas Autoridades Monetárias, livremente movimentáveis. Durante a crise de agosto próximo passado, os bancos comerciais reduziram rapidamente esses depósitos "livres", de modo a reforçar sua caixa em moeda corrente e atender, assim, a retiradas de seus depositantes.

Para satisfazer estas necessidades acrescidas dos bancos comerciais e da própria caixa do Banco do Brasil, o governo emitiu em agosto e setembro, conforme se observa no *QUADRO V*, 38,0 e 20,0 bilhões de cruzeiros, respectivamente. Nota-se neste *QUADRO* que, da emissão de agosto, parcela diminuta ficou retida na caixa do Banco do Brasil ou dos bancos comerciais. O grosso, portanto, destinou-se a crescer o "papel-moeda em poder do público". A emissão de setembro ficou, entretanto, retida na caixa do Banco do Brasil, tanto que o papel-moeda em circulação (fora do Banco do Bra-

V - EVOLUÇÃO DAS EMISSÕES DE PAPEL-MOEDA
Saldos e variações em bilhões de Cr\$

PERÍODO	EMITIDO		EM CIRCULAÇÃO		EM PODER DO PÚBLICO	
	Saldo em fim de mês	Variação anual e mensal	Saldo em fim de mês	Variação anual e mensal	Saldo em fim de mês	Variação anual e mensal
1958.....	119,8	+ 23,2	115,3	+ 22,1	99,7	+ 18,5
1959.....	154,6	+ 34,8	148,5	+ 33,2	127,0	+ 27,3
1960.....	206,1	+ 51,5	197,5	+ 49,0	169,4	+ 42,4
1961.....	313,9	+107,8	295,6	+ 98,1	259,0	+ 89,6
Janeiro.....	201,6	- 4,5	193,2	- 4,3	164,6	- 4,8
Fevereiro.....	207,9	+ 6,3	198,3	+ 5,1	171,2	+ 6,6
Março.....	214,9	+ 7,0	206,1	+ 7,8	179,8	+ 8,6
Abril.....	220,9	+ 6,0	213,1	+ 7,0	187,1	+ 7,3
Maio.....	224,9	+ 4,0	214,2	+ 1,1	185,0	- 2,1
Junho.....	228,9	+ 4,0	218,9	+ 4,7	187,9	+ 2,9
Julho.....	230,9	+ 2,0	221,3	+ 2,4	190,0	+ 2,1
Agosto.....	268,9	+ 38,0	255,5	+ 34,2	222,6	+ 32,6
Setembro.....	288,9	+ 20,0	254,5	- 1,0	221,8	- 0,8
Outubro.....	288,9	-	264,2	+ 9,7	224,0	+ 2,2
Novembro.....	288,9	-	270,1	+ 5,9	234,5	+ 10,5
Dezembro.....	313,9	+ 25,0	295,6	+ 25,5	259,0	+ 24,5

Fonte: Boletins da SUMOC e estimativas de "Conjuntura Econômica".

sil e da SUMOC) se reduziu de Cr\$ 1,0 bilhão no mês. Isso se deve ao fato de que as novas emissões do início de setembro foram compensadas no restante do mês pela volta à caixa das Autoridades Monetárias de papel-moeda que fôra procurado pelos bancos comerciais e pelo público, somente como precaução contra os eventos derivados da crise política de agosto. O papel-moeda adicional que alcançou o público em setembro não teve, portanto, o mesmo efeito inflacionário sobre os preços que se observa com os recursos assim postos em circulação, conforme veremos adiante, ao comentarmos a evolução de comportamento financeiro do público e dos bancos em 1961.

Afora aquelas épocas críticas, o saldo das operações dos bancos comerciais com as Autoridades Monetárias evoluiu normalmente. Os depósitos voluntários dos bancos cresceram na proporção habitual dos depósitos que recebem do público e, conforme ocorreu também em 1960, participaram êsses bancos do financiamento da safra de café com fundos supridos pelas Autoridades Monetárias, através da Carteira de Redescontos. Em consequência, variou o débito líquido dos bancos comerciais nas Autoridades Monetárias. Para o ano todo, houve entrada líquida de recursos, em virtude destas ope-

rações, no montante de Cr\$ 31,3 bilhões, cifra ainda superior à de 1960, de vez que em dezembro essa entrada líquida de recursos foi vultosa.

Como decorrência da expansão das operações citadas e de outras constantes do *QUADRO II*, as Autoridades Monetárias emitiram, segundo vimos, consideráveis recursos monetários sob a forma de papel-moeda. A expansão destes recursos primários fez também com que o público em geral (autarquias, empresas privadas e sociedades de economia mista) e os bancos procurassem “converter” parte do papel-moeda adicional que lhes chegara às mãos em depósitos nas Autoridades Monetárias. A expansão destes três tipos de haveres (o papel-moeda em circulação, os depósitos bancários voluntários e os depósitos do público) não se fez, contudo, em ritmo idêntico. O papel-moeda em circulação cresceu de 49,6%, os depósitos voluntários dos bancos de 39,6% e os depósitos não bancários de 107,6%, indicando ligeira alteração na composição dos três tipos de haveres líquidos.

A EXPANSÃO MONETÁRIA E O SETOR PRIVADO

O saldo dos empréstimos dos bancos comerciais ao setor privado expandiu-se de 114,1 bilhões em

VI - COMPORTAMENTO FINANCEIRO DO SETOR PRIVADO

MÊS	DO COMPORTAMENTO DO PÚBLICO				DOS BANCOS COMERCIAIS	
	Papel-moeda em poder do público (Cr\$ bi- lhões) (A)	Moeda escritural (Cr\$ bi- lhões) (B)	(A) / (B) (%)	Pagamentos com che- ques/moeda escritural Índice (1948=100)	Caixa em moeda corrente (Cr\$ bi- lhões)	Encaixe total/de pósitos (%)
Dezembro 1958..	99,7	253,4	39,3	161,8	15,6	23,1
Dezembro 1959..	127,0	373,5	34,3	160,9	21,4	24,9
Dezembro 1960..	169,4	438,2	38,7	192,6	28,2	25,2
1961:						
Janeiro.....	164,6	454,2	36,2	163,5	28,5	25,9
Fevereiro.....	171,2	459,3	37,3	154,6	27,0	25,6
Março.....	179,8	469,6	38,3	159,9	26,4	24,8
Abril.....	187,1	470,4	39,8	172,4	25,9	22,4
Maio.....	185,0	473,7	39,1	185,5	29,2	23,1
Junho.....	187,9	477,7	39,3	180,9	31,0	22,4
Julho.....	190,0	487,1	39,0	188,8	31,2	21,7
Agosto.....	222,6	491,8	45,3	179,6	32,9	20,2
Setembro.....	221,8	504,3	44,0	186,8	32,6	22,8
Outubro.....	225,3	539,6	41,8	184,7	38,9	24,2
Novembro.(A)...	234,5	566,4	41,4	197,8	35,6	24,8
Dezembro.(A)...	259,0	603,0	43,0	...	36,6	25,6

Fonte: Boletins da SUMOC. (A) Estimativa de "Conjuntura Econômica".

1961 (+ 29,8%). Este incremento resultou de três fatores:

1) disposição do público de de-sejar "converter" parte do papel-moeda adicional emitido pelo Go-vêrno em depósitos nos bancos co-merciais, tendo em vista as suas necessidades relativas de moeda corrente e de depósitos à vista para realizar pagamentos, assim como em virtude dos estímulos, pecuniá-rios ou não, que os bancos comer-ciais ofereceram aos seus deposi-tantes;

2) política de liquidez observa-da pelos bancos comerciais, expres-

sa sob a forma de variação da pro-porção encaixe/depósitos; e

3) política de redescontos das Autoridades Monetárias.

Em 1961, tanto o "público" quanto os bancos comerciais alte-raram o seu comportamento finan-ceiro. Tais mudanças decorreram, como já salientamos anteriormen-te, da crise política de agosto, épo-ca em que a liquidez dos bancos comerciais esteve mais baixa e em que o público reteve maior parcela de papel-moeda relativamente a depósitos à vista, como se pode ver no QUADRO VI. Em consequên-

cia dos fatores mencionados, principalmente da política de redescontos das Autoridades Monetárias, que deu base aos bancos comerciais para a excessiva expansão do crédito, seja diretamente, seja indiretamente, através dos recursos fornecidos ao Banco do Brasil, os depósitos do público nos bancos comerciais elevaram-se fortemente (Cr\$ 161,8 bilhões, ou seja, 36,9%).

A expansão dos empréstimos efetuada pelo sistema bancário colocou à disposição das empresas e dos indivíduos em geral recursos monetários adicionais, sob a forma de papel-moeda corrente e depósitos à vista nos bancos. O *QUADRO IV* mostra a expansão dos meios de pagamento à disposição do público e a contrapartida dessa expansão, ou seja, o volume das disponibilidades financeiras no ativo das empresas e do público.

O aumento dessas disponibilidades financeiras faz com que os homens de negócios passem a adquirir maior quantidade de bens de capital. A menor oferta desses bens, relativamente à excessiva

expansão monetária, tende a elevar seus preços. Em face da expansão das despesas públicas, o governo também entra no mercado dos bens de capital, pressionando os preços. Cria-se, assim, a competição entre os setores público e privado para a apropriação dos bens de capital existentes.

Paralelamente, com seus planos de investimentos, sem levar em

ASSINE:

**CONJUNTURA ECONÔMICA
REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA — REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO — ARQUIVOS BRASILEIROS DE PSICOTÉCNICA — REVISTA DE DIREITO PÚBLICO E CIÊNCIA POLÍTICA**

**EDITADAS PELA FUNDAÇÃO
GETÚLIO VARGAS**

Pedidos à FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS — SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES; PRAIA DE BOTAFOGO 186 - FONE: 46-4010 — RAMAL 15 — RIO DE JANEIRO



BANCO ULTRAMARINO BRASILEIRO S.A.

CAPITAL: Cr\$ 150.000.000,00

MATRIZ: RIO DE JANEIRO

Filiais: São Paulo, Belém, Manaus, Porto Alegre e Recife

Agências no Rio de Janeiro:

Acre, Madureira, Méier, Ouvidor e Santana

Agências em São Paulo:

Itaim, Pari, Santo André e Vila Maria

Agência em Recife: Santo Antônio

Sucessor e Agente Exclusivo do Banco Nacional Ultramarino

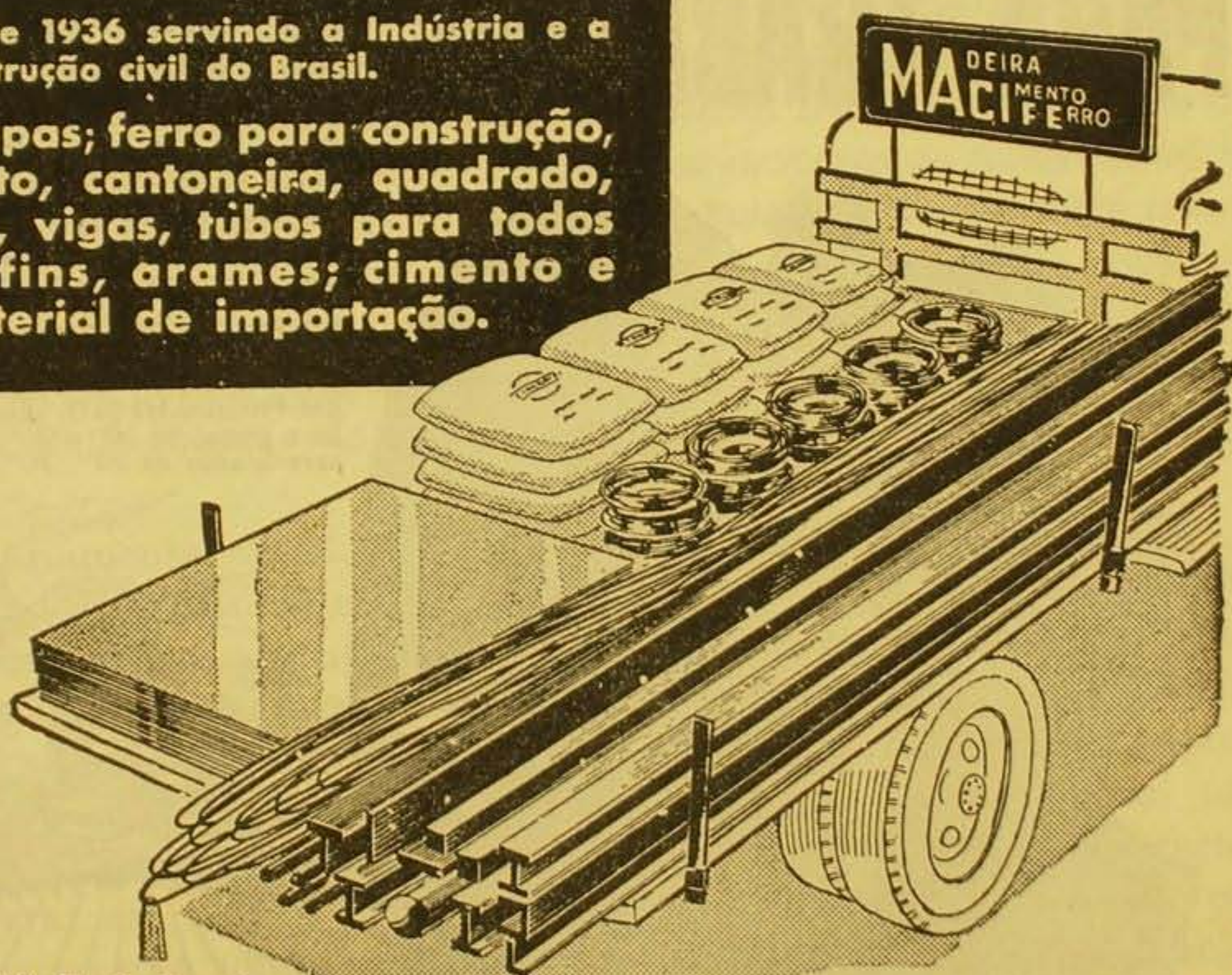
conta as respectivas repercussões inflacionárias, o governo, através do Banco do Brasil, atende a pressões das empresas, acirrando ainda mais aquela competição. Essa maior pressão das empresas decorreu de uma série de fatores, dentre eles os principais: a forte elevação dos preços de bens de capital importados, que estiveram praticamente congelados no ano anterior (liberação da taxa de câm-

bio), financiamento das operações de café e aumento do salário-mínimo.

Isso explica, em parte, o fato de o comportamento dos preços não ter sido uniforme no decorrer do ano passado. Nos 4 primeiros meses do ano a taxa de aumento dos preços foi elevada, reduzindo-se para nível mais modesto entre maio e julho, voltando a acelerar-se após a crise política de agosto.

Dêsde 1936 servindo a Indústria e a construção civil do Brasil.

Chapas; ferro para construção, chato, cantoneira, quadrado, Tee, vigas, tubos para todos os fins, arames; cimento e material de importação.



Macife S/A-R. de Janeiro

Av. Pres. Vargas, 509
Telefone: 23-2151

Filial em Niterói

R. Benj. Constant, 231

Macife S. Paulo S/A-S.P.

Florêncio de Abreu, 763
Telefone: 37-0551



Macife São Paulo S/A

Filial Curitiba

Rua Dr. Muricy, n.º 542
2.º andar - S/511-514

Macife Minas S/A
Belo Horizonte

Av. dos Andradas, 881
Telefone: 2-4191

Macife R. G. Sul S/A. - Pôrto Alegre - Av. Júlio de Castilhos, 150 - Telefone: 5921



Os discos Zapir, de aço carbono 1085, obedecem rigorosamente às especificações internacionais. Submetidos a severo tratamento térmico e testes individuais permanentes, oferecem condições de

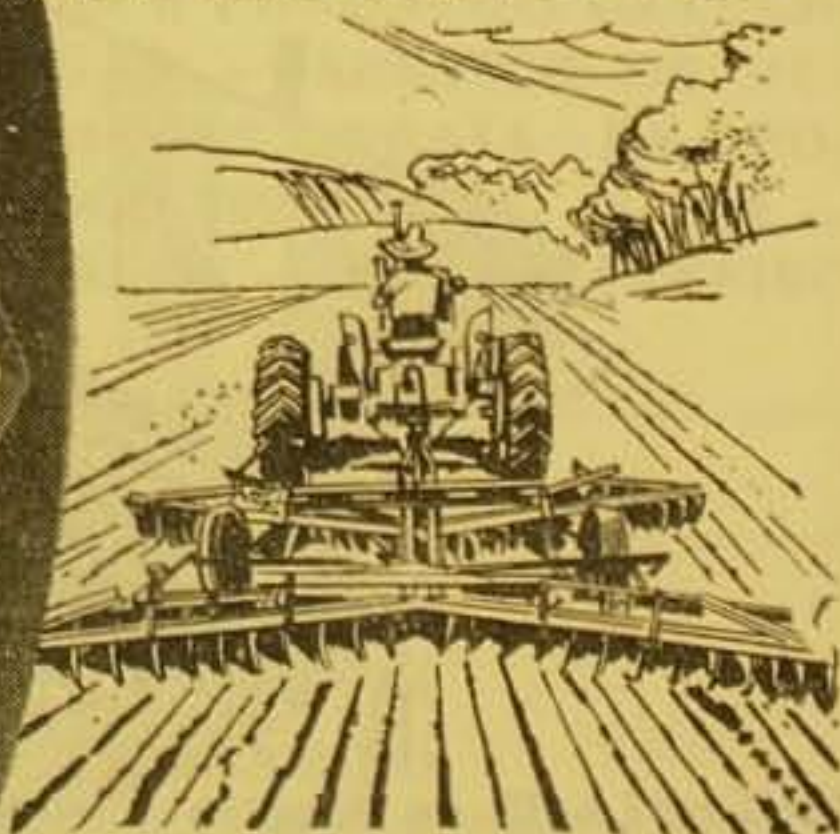
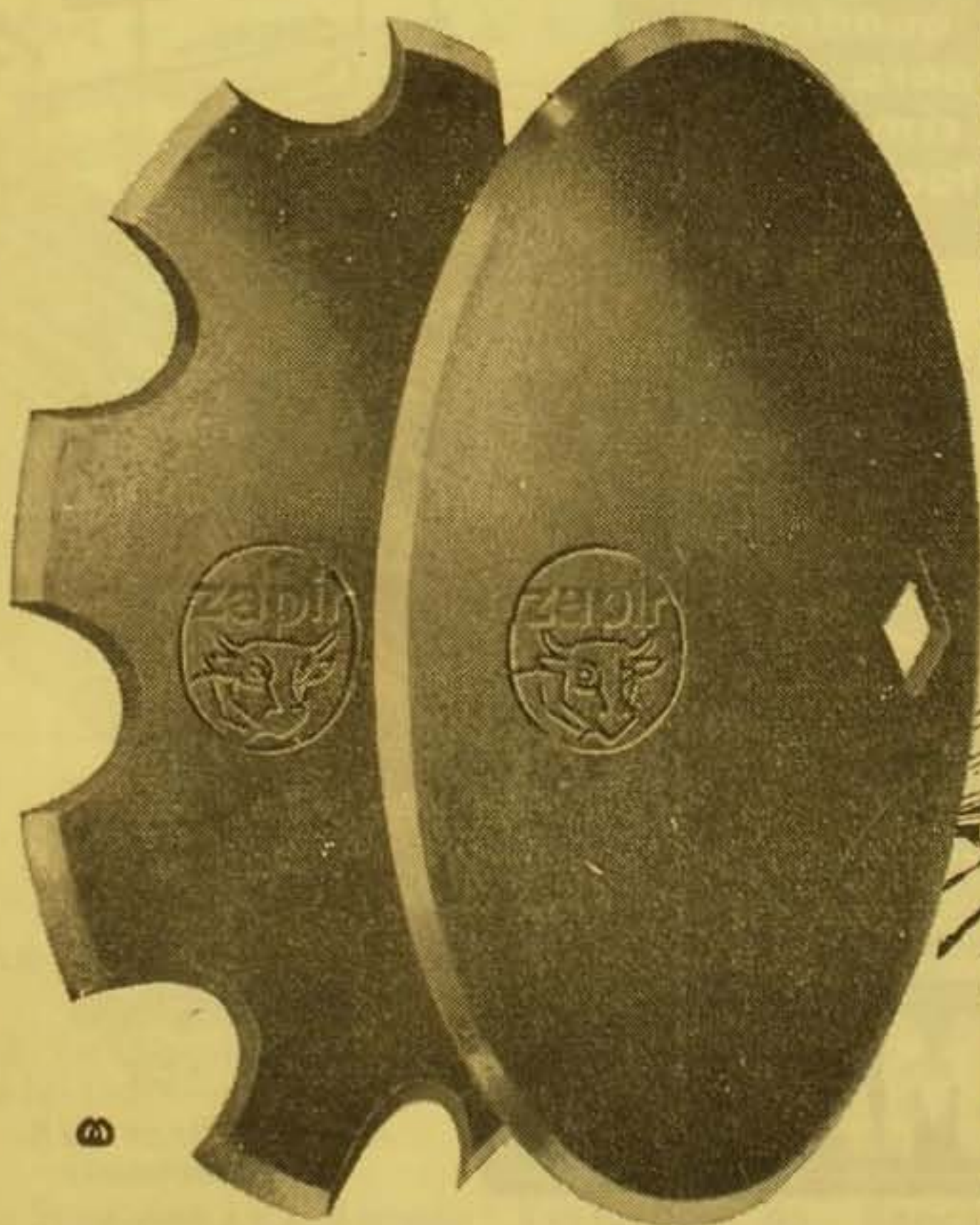
- dureza
- resistência ao choque
- flexibilidade

OS DISCOS MAIS EFICAZES PARA TRABALHOS AGRÍCOLAS

Os discos Zapir justificam, plenamente, sua consagrada preferência por agricultores e fabricantes de implementos agrícolas.

EM PRODUÇÃO: discos para grades, lisos e recortados, de 18" e 24" discos para arados de 26"

EM PROGRAMAÇÃO: discos para grades de 10" e 22"; discos para arados de 28", 30" e 32"



Qualidade e tradição Piratininga

maquinas **PIRATININGA** s.a.

Divisão de Estamparia
via Anchieta, km 13 - Tel. 63-5126
Caixa Postal 4060 - São Paulo

FINANÇAS PÚBLICAS —

Desequilíbrio recorde

ORÇAMENTOS — Como vem ocorrendo há vários anos, o setor financeiro governamental constitui-se em 1961 num dos principais agentes aceleradores do processo inflacionário que caracteriza de modo marcante a economia nacional. Nesse ano agravou-se sobremaneira o desequilíbrio das finanças públicas, em virtude principalmente do registro de novo recorde no deficit de caixa do Tesouro Nacional. O nível dos gastos na área federal superou largamente o dos recursos ordinários proporcionados pelo respectivo sistema tributário. A receita arrecadada não chegou nem mesmo a cobrir as despesas de natureza administrativa ou de custeio das atividades do Estado. Não obstante isso, o montante dos investimentos, em valor ainda superior ao dos exercícios anteriores, contribuiu para agravar o desequilíbrio das contas federais. Daí, o enorme deficit observado em 1961, cuja cobertura efetuou através do processo de emissão de papel-moeda.

Ordinariamente, orçados os gastos oriundos do custeio da máquina administrativa, a poupança pública destinada aos planos de obras do governo tem ficado muito abaixo da cifra correspondente aos investimentos programados. No âmbito federal, em 1961, a parcela do custeio superou a equivalente à receita corrente do Tesouro Nacional.

Conquanto no exercício de 1961 estabelecesse o governo federal normas e planos de contenção de despesas, o resultado final da execução financeira do exercício

acusou um deficit que superou o relativo a 1960 em quase 100%. Para êsse resultado, o financiamento dos deficits das autarquias ligadas ao serviço de transporte ferroviário e de navegação, bem como ao de tele-comunicações, cujos níveis vêm-se elevando permanentemente desde o exercício de 1953, foi causa predominante.

Embora sejam evidentes os esforços de recuperação dêsses órgãos na esfera federal, a parcela atinente à assistência financeira a eles prestada pela União vem ba-

tendo sucessivos recordes. Nenhuma melhoria se observou em 1961 nesse campo; pelo contrário, a União se viu forçada a atender a uma série de reivindicações salariais dos órgãos em causa. A procrastinação da revisão das tarifas desses órgãos, retardada inexplicavelmente, parece constituir o maior óbice para um melhor encaminhamento da matéria. Com tal assistência despendeu o governo federal, em 1961, cerca de 80 bilhões de cruzeiros (contra aproximadamente 30 bilhões em 1960), representando a quase totalidade da suplementação de despesas desses órgãos com o respectivo quadro de pessoal.

No ano passado, forte incremento experimentou o nível das despesas, em face principalmente da adoção do plano de reclassificação de funções do funcionalismo público civil da União (vigente desde julho de 1960) o reajustamento salarial do pessoal militar e civil federal (julho e dezembro, respectivamente, de 1960) cujos efeitos sobre as despesas do exercício de 1961 foram particularmente fortes, em virtude de não haver sido prevista receita equivalente. O deficit do setor público não se agravou, ainda mais, em virtude da contenção a que foram submetidos o orçamento federal e os de outras unidades maiores da Federação. Mesmo assim, o seu montante atingiu cerca de 133 bilhões de cruzei-

ros, contra 77 bilhões em 1960, 43 bilhões em 1959, 28 bilhões em 1958, 40 bilhões em 1957 e 26 bilhões em 1956.

A receita recolhida pelos 3 níveis de governo, isto é, federal, estadual e municipal, somou cerca de 620 bilhões de cruzeiros, registrando um aumento sobre a respectiva previsão orçamentária de aproximadamente 100 bilhões, ou seja, de 20%. Relativamente à despesa de caixa, o seu nível girou em torno de 753 bilhões de cruzeiros, isto é, cerca de 143 bilhões a mais que o orçado para o exercício. Dessa diferença, a maior parte decorreu da execução do orçamento da União.

FINANÇAS FEDERAIS — EXTRAORDINÁRIO O DEFICIT

No âmbito financeiro federal, cujo campo corresponde a cerca de 50% do pertinente aos 3 níveis de governo, os gastos do exercício ultrapassaram de muito as previsões iniciais. Às despesas constantes do orçamento sancionado, no valor de 302 bilhões, se incorporaram outras relativas a créditos transferidos de exercícios anteriores, no montante de 11 bilhões, créditos a

Numerosas empresas privadas ou estatais em nosso país se valem de informações e dados de **CONJUNTURA ECONÔMICA** em seus balanços e relatórios anuais.

serem abertos no exercício em execução, na importância de cerca de 85 bilhões, além de um contingente imenso representado por gastos obrigatórios para os quais nenhuma dotação fôra prevista no orçamento sancionado.

Êsses últimos dispêndios, correspondentes a gastos efetuados sem crédito ou além do crédito autorizado pelo Congresso Nacional, foram estimados no exercício em aproximadamente 30 bilhões de cruzeiros, tendo em vista que o desequilíbrio do exercício era particularmente elevado. Dêsse modo, o potencial dos gastos da União alcançava cerca de 430 bilhões de cruzeiros, ao passo que os recursos previstos não deviam superar a casa dos 320 bilhões.

O deficit em vista era, portanto, de aproximadamente 110 bilhões de cruzeiros. A fim de reduzir a pressão das despesas sobre a caixa do Tesouro Nacional, as autoridades incumbidas de executar o orçamento da União adotaram, a exemplo dos exercícios anteriores, várias medidas para conter os dispêndios públicos programados, de maneira a diminuir o desequilíbrio em potencial. Foram baixadas normas para a execução orçamentária, bem como fixados critérios para a liquidação de diversos itens da despesa orçada, visando reduzir o deficit a cerca de 50 bilhões de cruzeiros. Para isso, instituiu-se um plano de economia, no montante

de 39 bilhões de cruzeiros, e estabeleceram-se limites para pagamento de subvenções, auxílios ou contribuição financeira de qualquer natureza e liquidações de resíduos passivos acumulados em exercícios anteriores ao de 1961. Contudo, ainda com a adoção de outras medidas paralelas, não foi possível evitar que o desequilíbrio financeiro da União atingisse o maior índice até então alcançado, de vez que o deficit de caixa do exercício totalizou 130 bilhões de cruzeiros (*ver QUADRO I*), contra pouco mais de 75 bilhões em 1960.

Sob os prismas orçamentários e de caixa, a execução financeira da União, no que tange às despesas, podia ser inicialmente assim estimada:

ITENS	Cr\$ Bilhões
<i>Despesa:</i>	
Orçamento sancionado	302
Créditos transferidos	11
Créditos a serem abertos	85
Despesas efetuadas sem crédito	12
Liquidação de resíduos passivos	10
Adiantamentos a entidades públicas	10
Soma	430
Receita provável	320
Deficit em potencial	110

Sob o aspecto contábil de caixa, cumpre salientar que, do total dos gastos acima, algumas parcelas não foram integralmente pagas no exercício. Assim, dos dispêndios relacionados no orçamento sancionado e correspondentes aos créditos adicionais, deixaram de ser provavelmente utilizados cerca de 50 bilhões, dos quais aproximadamente 48 bilhões foram levados a "restos a pagar" para posterior liquidação. Dessa forma, sob o ponto de vista da execução financeira de caixa, o resultado do exercício evidenciou, grosso modo, o seguinte comportamento:

ITENS	Cr\$ Bilhões
<i>Despesa:</i>	
Orçamento sancionado	340
Créditos transferidos	5
Créditos abertos	10
Despesas sem crédito	52
Liquidação de resíduos passivos	15
Adiantamentos a entidades públicas	25
Soma	450
<i>Receita provável</i>	317
Deficit de caixa	130

Sob o prisma escritural, estritamente orçamentário, a posição das

contas do Tesouro Nacional ter-se-ia assim apresentado no exercício de 1961:

ITENS	Cr\$ Bilhões
<i>Despesa:</i>	
Orçamento e suplementações	402
Créditos transferidos	5
Créditos abertos	10
Soma	417
<i>Receita provável</i>	317
Deficit do exercício (*)	100

(*) Estimativa.

É de observar-se que o desequilíbrio das finanças federais em 1961, tal como nos últimos anos, resultou primordialmente de despesas realizadas sem qualquer autorização legislativa, ou seja, além do orçamento ordinário da União. Basta dizer que os dispêndios de natureza extraorçamentária alcançaram a elevada importância de 92 bilhões de cruzeiros, dos quais cerca de 10 bilhões decorreram de adiantamentos feitos em forma de Letras do Tesouro Nacional a diversos Estados da Federação; 15 bilhões provenientes do financiamento de obras públicas em Brasília e cerca de 40 bilhões em decorrência de subsídios concedidos às autarquias industriais da União, além da cifra da mesma ordem de

grandeza transferida através do orçamento ordinário, para aquelas mesmas autarquias.

Até novembro o comportamento do deficit do Tesouro Nacional acompanhou, grosso modo, a previsão global feita para o exercício, estimado que fôra o desequilíbrio em cerca de 70 bilhões de cruzeiros. Com as liberações de verbas ocorridas nos últimos meses do ano, a utilização maciça dos créditos postos à disposição do governo pelo Banco do Brasil, cujo total alcançava no último dia de novembro 40 bilhões de cruzeiros, e o adiantamento de 10 bilhões aos Institutos de Previdência para atender

encargos de custeio desses órgãos, decorrentes do plano de reclassificação do funcionalismo civil da União, o desequilíbrio do Tesouro se agravou de 64 bilhões, isto é, praticamente o mesmo valor do deficit observado até novembro.

Considerando o volume das despesas do Tesouro Nacional em dezembro, num valor global de mais de 90 bilhões de cruzeiros, ou seja, 25% das efetuadas nos 11 primeiros meses do exercício, é de admitir-se que recursos substanciais entregues aos órgãos autárquicos pela União no período foram transferidos escrituralmente para cré-

CIA. PROPAC (COM. E IND.)

Capital Realizado - Cr\$ 400.000.000,00

DIRETORIA

<i>José C. Lampreia</i>	- Presidente	<i>Luiz W. Simonsen</i>	- Diretor
<i>Sydney R. Murray</i>	- Vice-Presidente	<i>Avá da Silva Bessa</i>	- Diretor
<i>Oswaldo B. de Azevedo</i>	- Diretor	<i>João Luiz de Seixas Corrêa</i>	- Diretor
<i>Francisco José Barcellos Dias</i> - Diretor			

IMPORTAÇÃO EM GERAL, E REPRESENTANTES DE:

Austin Motor Export Corporation Ltd. (Peças)

Broom & Wade Ltd. (Compressores de ar, ferramentas pneumáticas, brocas para rocha)

Bucyrus-Erie Company (Escavadeiras, dragas e perfuratrizes)

Chain Belt Company (Betoneiras, bombas, bombas para recalque de concreto, motobetoneiras e pavimentadoras)

Chrysler Corporation (Peças genuínas)

Euclid (Great Britain) Ltd. (Transportadores e carregadores)

General Motors Overseas Operations - Euclid Products - (transportadores e carregadores)

Littleford Bros. Inc. (Equipamentos completos para asfalto, rolos compressores pequenos, tanques para lavagem de rua, vassouras mecânicas)

Nuffield Exports Limited (Motores e tratores agrícolas)

Stothert & Pitt Ltd. (Aparelhamentos especiais para carga e descarga, guindastes de pórtico e ferroviários, pontes rolantes)

CONCESSIONÁRIOS DA WILLYS OVERLAND DO BRASIL S. A.*

**no Estado da Guanabara*

CIA.



COMÉRCIO E INDÚSTRIA

Av. Rio Branco, 85 - 14.º and. - 23-2101 - E. Guanabara • R. Líbero Badaró, 293 conj. 7C - 32-3119 - S. Paulo • R. Guarani, 307 - 4-8447 - B. Horizonte • Setor de Indústria e Abastecimento - Quadra I - Lotes 810/820 - Brasília

dito dêsses mesmos órgãos no Banco do Brasil. Haja vista que nesse mês o nível dos depósitos de tais entidades acusou uma elevação de mais de 13 bilhões de cruzeiros. Com isso, o impacto do deficit global do Tesouro sôbre a caixa do Banco do Brasil foi, em dezembro, um pouco atenuado; do contrário, o volume das emissões de papel-

moeda nesse mês, correspondente a 30 bilhões de cruzeiros, teria sido forçosamente mais elevado (*ver QUADRO I*).

EQUILIBRADA A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO PAULISTA

Evidenciando a firmeza de direção que caracteriza as finanças do Estado de São Paulo, a execução do orçamento paulista, pertinente ao exercício de 1961 confirmou uma vez mais, como nos últimos anos, a excelente administração

Se V. Sa. já é assinante desta Revista, certamente far-lhe-á justiça, recomendando-a aos seus amigos. — Estes, por sua vez, lhe ficarão muito gratos. — E nós também

I - EXECUÇÃO FINANCEIRA DA UNIÃO - 1960/61
(Valores acumulados em bilhões de cruzeiros)

MÊS	1 9 6 0					1 9 6 1				
	RECEI- TA	DESPE- SA	DEFICIT DE CAIXA			RECEI- TA	DESPE- SA	DEFICIT DE CAIXA		
			Total	Financiamento				Total	Financiamento	
				Banco do Brasil	Letras do Te- souro				Banco do Brasil	Letras do Te- souro
Janeiro...	10,3	13,4	3,1	2,8	0,3	11,8	21,2	9,4	7,5	1,9
Fevereiro.	21,9	25,7	3,8	3,4	0,4	28,6	46,1	17,5	15,0	2,5
Março.....	33,9	38,8	4,9	3,5	1,4	47,3	68,9	21,6	20,6	1,0
Abril.....	47,5	58,0	10,5	7,1	3,4	64,8	95,4	30,6	24,6	6,0
Maió.....	61,3	78,6	13,5	10,5	3,0	87,9	124,2	36,3	29,9	6,4
Junho.....	79,9	101,2	20,0	15,8	4,2	117,2	159,3	42,1	37,0	5,1
Julho.....	101,5	123,3	21,9	19,1	2,8	150,0	197,9	47,9	45,5	2,4
Agôsto....	124,0	148,5	24,7	21,6	3,1	182,9	239,4	56,5	55,5	1,0
Setembro..	147,1	176,2	29,1	26,5	2,6	216,8	270,7	53,9	54,9	- 1,0
Outubro...	169,9	201,7	33,0	33,0	0,0	250,1	309,3	59,2	64,0	- 4,8
Novembro..	189,3	234,9	44,0	43,8	0,2	275,8	342,1	66,3	72,8	- 6,5
Dezembro..	219,8	297,4	77,6	75,4	2,2	317,4	447,8	130,4	128,9	1,5

Fonte: Banco do Brasil, SUMOC e Ministério da Fazenda.
Nota: Elaborado com base na assistência financeira prestada pelo Banco do Brasil ao Tesouro Nacional. Inclui assim despesas orçamentárias e extra-orçamentárias. Os dados referentes à receita e despesa do mês de dezembro de 1961 estão ainda sujeitos a retificação; o relativo ao deficit de caixa representa valores contabilizados pelo Banco do Brasil e integrante do balanço de dezembro de 1961 divulgado por este estabelecimento de crédito.

das finanças públicas do referido governo. Nesse período, mantendo a mesma característica dos anos antecedentes, a execução do orçamento de São Paulo evidenciou equilíbrio entre receita e despesa.

O orçamento sancionado para o exercício, acrescido de despesas equivalentes a créditos adicionais destinados a custeio e ao plano de obras do Estado, deixava antever para o exercício um deficit de cerca de 50 bilhões de cruzeiros. Todavia, frente ao forte desequilíbrio, o governo, da mesma forma que nos anos anteriores, deu continuidade ao programa de contenção de gastos e maior produtividade dos tributos estaduais. Com a adoção dessas medidas, que na prática evidenciaram uma diminuição dos gastos em potencial, de cerca de 20 bilhões, e a elevação da receita de aproximadamente 30 bilhões de cruzeiros, foi possível manter também equilibrada a execução orçamentária. Assim, sem nenhuma surpresa para os que acompanham a evolução financeira do Estado bandeirante nos últimos anos, deu continuidade esse governo ao esquema de resgate de sua dívida pública, quer a consolidada, quer a flutuante. A estabilidade das contas públicas do Estado está ensinando o saneamento das suas finanças em todos os sentidos.

No que tange à execução orçamentária, o nível da receita e da

despesa se acercou da ordem de 136 bilhões de cruzeiros. A arrecadação do impôsto mais importante dessa unidade, ou seja, o de vendas e consignações, atingiu cerca de 106 bilhões de cruzeiros, contra 71 bilhões no ano anterior. O incremento verificado de 49% (40% em 1960) deixa suficientemente clara a evidente sensibilidade desse impôsto frente ao ritmo inflacionário ocorrido em 1961.

Há ainda a assinalar o mérito do resultado apurado no exercício de 1961 pelo orçamento paulista, principalmente tendo em vista os encargos nesse ano, decorrentes da elevação salarial dos servidores públicos a partir de janeiro e a carga representada pelos investimentos previstos no plano de ação, respectivamente estimados em 16 e 41 bilhões de cruzeiros. Dessa última cifra o governo foi forçado a não utilizar no exercício a importância de cerca de 20 bilhões, com o objetivo de não agravar a situação financeira do Tesouro do Estado.

O orçamento da Prefeitura da Capital paulista para 1961 fôra sancionado com um deficit de 2 bilhões de cruzeiros: a despesa fixada e a receita estimada correspondiam, respectivamente, a 14,7 e 12,7 bilhões. Com o acréscimo de novos compromissos provenientes de créditos votados pelo Legislativo municipal, o potencial dos gas-

tos sofreu forte elevação. Todavia, assim se teria desenvolvido a men-

cionada execução escritural, em bilhões de cruzeiros:

PERÍODO	RECEITA	DESPESA	DEFICIT
Janeiro/dezembro	14,0	14,7	— 0,7

Note-se que o nível da receita efetiva do exercício superou de mais de 1 bilhão de cruzeiros (10% apenas) a respectiva estimativa orçamentária, enquanto o da despesa escriturada se manteve mais ou menos na quota consignada pelo orçamento do exercício.

Da mesma forma que nos anos anteriores, a execução desse orçamento em quase toda a sua realização evidenciou saldos favoráveis, ou seja, entre os recursos recolhidos e os gastos liquidados houve constantemente saldo em caixa. Por conta dessa execução e com base em tal critério registrou-se em novembro um superavit de cerca de 1,5 bilhão de cruzeiros. Ainda dentro dessa sistemática, é de se observar haver a execução financeira do município acusado um deficit de caixa em 1961 de menos de meio bilhão de cruzeiros, o que na realidade representou uma recuperação frente ao desequilíbrio em perspectiva no início do exercício. Esse menor deficit de caixa, em confronto com o apurado escrituralmente, decorre da limitação dos recursos, forçando assim a procrastinação do pagamento de despesas devidamente empenhadas.

Em 1961, reduziu-se particularmente a colocação de títulos de dívida lançados comumente por essa municipalidade no mercado de capital de São Paulo. Em face do desinterêsse criado pelo atrativo de outros títulos, mormente os federais, representados pelas letras de importação, cuja remuneração chegou nesse ano à taxa de 40%, os títulos municipais em aprêço d e s a p a r e c e r a m praticamente do mercado mobiliário paulista. Diante desse estancamento, louvou-se o g o v ê r n o municipal, para cobrir o deficit de caixa do exercício, em outra fonte financiadora, qual seja a cobertura pelo sistema bancário, mediante caução de títulos de emissão municipal.

Organizações internacionais, como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e outras, utilizam frequentemente os dados de CONJUNTURA ECONÔMICA em seus estudos e relatórios.

DESIQUILIBRADO O ORÇAMENTO DA GUANABARA

O orçamento dessa unidade da Federação, não obstante sua execução superavitária nos 10 primeiros meses de 1961, deve ter ensejado saldo negativo:

MESES	RECEITA	DESPESA	SALDO
Janeiro	1,8	0,8	+ 1,0
Fevereiro	1,5	1,0	+ 0,5
Março	2,7	1,9	+ 0,8
Abril	2,8	2,3	+ 0,5
Maió	3,8	2,5	+ 1,3
Junho	2,7	2,1	+ 0,6
Julho	2,5	2,6	— 0,1
Agosto	2,6	2,3	+ 0,3
Setembro	2,3	2,2	+ 0,1
Outubro	3,4	2,4	+ 1,0
Janeiro/outubro	26,1	20,1	+ 6,0

Nota-se assim que no período janeiro/outubro a execução do orçamento em aprêço proporcionou um superavit global de 6 bilhões de cruzeiros. Todavia, no mesmo espaço de tempo, a caixa do Estado da Guanabara foi pressionada por encargos de natureza extraorçamentária pertinentes à liquidação de resíduos passivos de exercícios anteriores. Essas despesas absorveram recursos correspondentes a cerca de 5 bilhões de cruzeiros, ou seja, grande parte do saldo positivo acumulado e decorrente da execução orçamentária propriamente dita. Ainda que nos 2 últimos meses restantes do exercí-

cio se observe a mesma conclusão orçamentária favorável, acredita-se venham os gastos extraorçamentários a absorver, do mesmo modo que nos meses precedentes, as sobras financeiras proporcionadas pelo setor orçamentário.

Esse processo, que se vai tornando usual entre nós, tem evidenciado, em virtude da procrastinação da liquidação de despesas previstas para o exercício, contínua dilatação, haja visto o vulto que vem assumindo o nível da dívida flutuante governamental para o qual o montante dos resíduos passivos participa com a maior porcentagem.

A programação orçamentária estadual para o exercício de 1961 fôra sancionada com um deficit de cerca de 1 bilhão de cruzeiros, atingindo a despesa e a receita, respectivamente, 36,4 e 35,5 bilhões de cruzeiros. Tendo em vista o volume dos recursos arrecadados e o das despesas escrituradas até outubro, é de admitir-se que o nível da receita orçamentária do Estado tenha atingido, em 1961, aproximadamente 37 bilhões de cruzeiros, contra dispêndios, também de natureza orçamentária, no valor de cerca de 40 bilhões de cruzeiros. Assim, sob o prisma orçamentário, a execução do exercício acusou um deficit de cerca de 3 bilhões. Entretanto, sob o aspecto contábil de caixa, pode-se admitir haja o resultado do exercício relativo ao balanceamento das contas de receita e despesas orçamentárias proporcionado um saldo positivo correspondente a cerca de 7 bilhões de cruzeiros, o qual, como já assinalamos, teria sido absorvido pela efetivação de gastos referentes aos resíduos passivos liquidados no exercício.

Com as limitações de receita e principalmente ao volume do pagamento das despesas de natureza extraorçamentária, o governo da Guanabara viu-se forçado a transferir, para a liquidação em exercícios futuros, soma provável-

mente maior que a atinente aos resíduos passivos pagos no exercício de 1961, com o objetivo de ajustar os gastos à real capacidade do Tesouro do Estado e concluir sua gestão financeira sem maiores desequilíbrios.

No último exercício, a receita orçamentária mais volumosa inerente ao sistema tributário do Estado correspondeu à ensejada pelo imposto de vendas e consignações, com o total de 22 bilhões de cruzeiros, ou seja, 60% dos recursos globais dessa unidade da Federação no ano. A arrecadação desse tributo evidenciou assim, em 1961, uma expansão de 43% sobre a do exercício anterior. Dada, porém, a natureza da incidência *ad-valorem* do imposto de vendas, é de notar-se que o incremento de sua receita no exercício de 1961, menor que o do Estado de São Paulo, ficou, entretanto, acima da taxa média anual de elevação dos preços relativamente à do ano anterior (cerca de 37%). A melhoria da produtividade do imposto em aprêço, cujo grau pode nesse caso ser estimado em cerca de 6%, decorreu principalmente das normas administrativas que dispõem sobre o seu campo no Estado da Guanabara, onde o contribuinte e o fisco colaboram com maior intimidade para um controle mais ativo da receita do mencionado tributo.

CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO PARA O DEFICIT

No campo financeiro governamental o desequilíbrio das contas da União ocupou, no exercício de

1961, como acontece há muito tempo, posição quase absoluta, conforme demonstram os cálculos a seguir estimados, em bilhões de cruzeiros:

NÍVEIS DE GOVERNO	D E F I C I T S	
	CAIXA	ESCRITURAL
União (*)	120,5	100,0
Estados	11,0	6,0
Municípios	1,0	1,0
	—	—
Total	132,5	107,0

(*) Exclui do deficit de caixa desse nível a parcela de 9,5 bilhões de cruzeiros equivalente a recursos entregues pela União a diversos Estados à conta de empréstimos em forma de Letras do Tesouro Nacional.

Para a cobertura do deficit que se registrou no exercício de 1961, foram adotadas 3 modalidades tradicionais de levantamento de recursos, ou sejam:

a) — suprimimento realizado pelo Banco do Brasil, num total de 128,9 bilhões de cruzeiros;

b) — obtenção de numerário mediante a colocação de Letras do Tesouro Nacional junto aos bancos comerciais, na importância de apenas 1,5 bilhão; e

c) — suprimimento de recursos feitos pelo sistema bancário, ou

pelo mercado de capital aos governos dos Estados e Municípios, no montante de cerca de 3 bilhões de cruzeiros, dos quais aproximadamente 600 milhões couberam ao Banco do Brasil.

Conquanto os deficits constantes dos orçamentos sancionados pelos 3 níveis de governo para o exercício de 1962 totalizem a elevada soma de cerca de 175 bilhões de cruzeiros, o desequilíbrio em potencial das finanças do setor público para esse ano é bem mais acentuado. Boa parcela de gastos que fatalmente pesará sobre a execução orçamentária não figura nos orçamentos sancionados, em virtu-

de de depender ainda de aprovação legislativa, fato ocorrido para algumas unidades após a sanção de lei orçamentária e, para outras, ainda vinculado à deliberação dos legisladores em datas próximas. Tais despesas, equivalentes a reajustamento salarial ou motivadas pela deterioração dos padrões em vigor, montarão a mais de 100 bilhões de cruzeiros, dos quais pelo menos 80 bilhões serão provenientes da elevação de vencimentos a ser concedida ao pessoal civil e militar do setor público federal.

Os orçamentos votados para o exercício de 1962 (União, Estados e Municípios) estima a receita em cerca de 820 bilhões de cruzeiros e a despesa em quase 1 trilhão (aproximadamente 995 bilhões). Estes algarismos significam que a previsão da receita excede a arrecadação de 1961 em cerca de 200 bilhões, isto é, em 30%, ao passo que a despesa orçada ultrapassa de aproximadamente 250 bilhões, ou seja, de também 30% a soma correspondente aos gastos realizados no ano anterior.

Além das perspectivas descritas, já suficientemente desfavoráveis, há ainda a assinalar que a aprovação de proposições atinentes a novos reajustamentos salariais assim como carga de dispêndios extra orçamentários, irão agravar particularmente o desequilíbrio inicial já previsto para o

exercício de 1962. Se considerarmos que o incremento da receita, acima apontado, já representa forte e expansão inflacionária, não comportando, dessa feita, possível dilatação, acreditamos que, com os novos acréscimos de despesa sobre o total consignado nos orçamentos votados para 1962, o deficit de caixa deste exercício venha, ainda que se estabeleça substancial plano de contenção de gastos, a superar de forma expressiva o correspondente ao exercício recém-encerrado.

Com a incorporação de itens de gastos resultantes de insuficiências de verbas, dotações em excesso, adiantamentos a entidades públicas, financiamento de deficit de autarquias, créditos transferidos de exercícios anteriores e a serem abertos, liquidação de resíduos passivos e majorações salariais, o desequilíbrio do exercício é inegavelmente bem mais sensível que o indicado pelas leis de meios votadas. Pode-se estimar que os gastos referidos venham a atingir em 1962 um incremento líquido de cerca de 125 bilhões de cruzeiros, elevando conseqüentemente o potencial das despesas do exercício a aproximadamente 1 120 bilhões. Do confronto dessa última cifra com a receita estimada, decorre um deficit em potencial da grandeza de 300 bilhões de cruzeiros.

Com o estabelecimento de planos de contenção de despesas, que

II - ORÇAMENTOS PARA 1962
(Em bilhões de cruzeiros)

ITENS	UNIÃO	ESTADO DE SÃO PAULO	ESTADO DA GUANABARA	ESTADO DO PARANÁ	PREFEI- TURA DE SÃO PAULO	OUTRAS UNIDADES ^a	TOTAL
Receita...	439,0	160,6	55,1	22,2	18,7	124,4	820,0
Despesa...	573,5	161,7	65,7	32,7	27,1	134,4	995,1
SALDO.....	-134,5	- 1,1	-10,6	-10,5	- 8,4	-10,0	-175,1

^a (a) Estimativa.
Fonte: Orçamentos sancionados.

da parte da programação financeira da União deve no mínimo corresponder a um congelamento de cerca de 100 bilhões de cruzeiros e, no que tange à dos Estados e Municípios, de pelo menos 50 bilhões (a maior parte deve decorrer da contenção a ser procedida pela administração do Estado de S. Paulo), é de admitir-se venha o deficit de caixa do exercício de 1962 a situar-se em torno de 150 bilhões de cruzeiros, ou seja, 50% menos que o previsto. Tal resultado, em termos relativos, corresponderá a ligeira melhoria da suplementação de recursos do erário público, pois, nesse ano, passaria a equivaler a cerca de 18% da receita arrecadada, contra os 20% observados em 1961 sobre o mesmo item.

Da elevação global da receita prevista para o exercício de 1962, a União deverá participar com a importância de cerca de 120 bilhões, ou seja, 37% (sem nenhuma majoração de tributo, visto como, no particular, o Congresso Nacional não teve tempo para votar os

projetos de reforma tributária referentes aos impostos federais de consumo, renda, selo, energia elétrica e sobre os combustíveis, encaminhados ao Legislativo nos últimos meses de 1961 e cuja receita adicional fôra estimada em cerca de 60 bilhões de cruzeiros); o Estado de São Paulo, com 25 bilhões aproximadamente; o Rio Grande do Sul, com 7 bilhões, o Estado da Guanabara, com cerca de 15 bilhões (com reforma tributária aprovada a partir desse exercício).

Dos gastos programados nos orçamentos sancionados para o exercício de 1962, a parcela da União equivale a mais da metade das despesas globais dos 3 níveis de governo (57%), a dos Estados a mais ou menos 37% e a dos Municípios aos restantes 6% (*ver QUADRO II*).

FINANCIAMENTO DO DEFICIT

Com o desequilíbrio que ameaça as finanças públicas no corrente exercício, cabe, também, examinar

a efetiva capacidade da economia do país para a cobertura do deficit residual do setor governamental. É sabido que o desequilíbrio de caixa que certamente caracterizará a execução do exercício de 1962 se situará abaixo do referente ao potencial evidenciado pelo confronto entre a receita provável e as despesas programadas. Todavia, como já observamos, poderá ainda alcançar valor extremamente alto e insuportável, se não forem adotadas normas drásticas para se reduzir a pressão das despesas programadas. Ainda que essas medidas resultem em contenção de dispêndios equivalente a cerca de 150 bilhões de cruzeiros, o desequilíbrio final não será de pequena proporção, de vez que poderá superar a marca dos 150 bilhões.

No que tange ao financiamento do deficit de caixa da União, que fatalmente corresponderá à quase totalidade do nível previsto para o exercício, além da cobertura que sem dúvida será procedida pelo Banco do Brasil, como banqueiro do governo federal, deverá ainda o Tesouro Nacional valer-se da autorização contida na lei orçamentária do exercício para lançamento de títulos (Letras do Tesouro) no mercado de capitais e da Lei 3 337, de 14-12-57, que permite emitir títulos até a importância líquida em circulação de 30 bilhões de cruzeiros.

Considerando que, em 31 de dezembro de 1961, o saldo em circulação das Letras do Tesouro, emitidas de acordo com a lei mencionada, atingia 22 bilhões de cruzeiros, isto é, 8 bilhões a menos do limite permitido, é de admitir que, frente às limitações dos recursos que eventualmente poderão ser carreados para o Banco do Brasil pelas atividades econômicas do país, venha aquela margem a ser utilizada para o fim de atender as necessidades financeiras da União. Mesmo assim, com o aproveitamento desses recursos, a principal fonte para cobertura do deficit da União será na realidade a caixa no Banco do Brasil, que, pressionada também por outros compromissos, irá fatalmente valer-se da emissão de papel-moeda a fim de atender as volumosas solicitações financeiras do Tesouro Nacional.

AVULTAM-SE OS INVESTIMENTOS PÚBLICOS

Em que pesem os embaraços originários no setor financeiro público, o nível dos investimentos do setor governamental superou em 1961 as marcas anteriormente alcançadas. Ainda que nesse exercício as autoridades governamentais hajam estabelecido normas sem dúvida mais rigorosas de contenção de gastos, a fim de diminuir o impacto do deficit previsto, o volume dos investimentos públicos efetuados ultrapassou o de

1960. Relativamente aos totais orçados, as importâncias realizadas não se distanciaram muito, tendo em vista os cortes a que foram submetidas. Estima-se que, no setor federal, como no dos maiores Estados da Federação, as contenções registradas se orientaram mais no sentido da procrastinação do pagamento desses itens de gastos e não no da sua efetiva anulação.

Com isso, boa parte, senão a maioria, das obras públicas programadas prosseguiu na sua execução, embora parte da respectiva dotação orçamentária tenha sido contabilizada como resíduo passivo do governo. Neste caso, tais partes foram na realidade financiadas pelos empreiteiros que executam as obras do Estado.

Na esfera federal determinaram as autoridades incumbidas de executar o orçamento da União, medidas com a finalidade de reduzir o potencial dos gastos previstos. Para tanto, baixou o Poder Executivo o Decreto 50 761, de 9 de junho, estabelecendo normas e fixando critérios para liquidação de diversos itens de despesa. Fôra criado um fundo de contenção de gastos, no valor de cerca de 40 bilhões de cruzeiros, para um potencial de dispêndio superior a 400 bilhões. Além disso, a execução orçamentária seria pautada por maior rigor e eficácia, mediante exigência de planos de aplicação e

maior controle das dotações destinadas aos "acordos", "auxílios", "subvenções", suplementação de créditos, restos a pagar e autarquias. Para a constituição do fundo em aprêço, cerca de metade dos investimentos consignados no orçamento da União ficou congelada. Todavia, levando-se em conta o forte desequilíbrio do exercício de 1961, cujo nível superou de cerca de 100% o estimado, é de acreditar-se que a quase totalidade das verbas integrantes do mencionado plano, grande maioria destinadas a investimentos, tenha sido na realidade liberada.

INVESTIMENTOS FEDERAIS

Tendo em vista que substancial parcela das transferências de gastos, feitas do exercício de 1961 para os próximos, num total de aproximadamente 50 bilhões de cruzeiros, dos quais pelo menos 40 bilhões representam despesas de capital, e que dos gastos efetuados nesse ano à conta da rubrica "resíduos passivos", cerca de 10 bilhões representaram dispêndios da mesma natureza, torna-se difícil ponderar com segurança o volume efetivo das inversões públicas.

Além disso, o adiamento criado, de um lado, pelos entraves administrativos do processo de liberação de verbas e, de outro, pela adoção de medidas que visam atenuar a pressão dos encargos sobre a cai-

xa do Tesouro, ainda mais embaraçoso torna o conhecimento exato da grandeza física das obras do Estado, em decorrência do encarecimento dos respectivos custos. A expressão quantitativa das obras em aprêço não pode, nesses casos, corresponder às respectivas previsões, calculadas que são, às vezes a dois anos da efetiva realização. É óbvio que essa decalagem deverá influir no nível dos investimentos governamentais.

É de crer-se que os gastos da União no exercício de 1961 não foram grandemente afetados pelos cortes provenientes do "plano de contenção de despesas". Assim, é de admitir-se que os investimentos

orçamentários e extraorçamentários do governo federal tenham correspondido ao seguinte desdobramento em 1961:

DISCRIMINAÇÃO

Cr\$ BILHÕES

A) — No orçamento da União: (*)

B.N.D.E.	15,0
Petrobrás	1,5
Fundo Naval	0,7
Fundo Aeronáutico	0,7
Saúde	6,0
Educação	11,0
Valorização Econômica da Amazônia e do Vale do Rio São Francisco	8,1
Fundo de eletrificação	3,6
Brasília	1,2
Rodovias	25,0
Ferrovias	5,0
Telecomunicações	0,7
Navegação	1,2
Saneamento	4,0
Portos	3,0
Desenvolvimento do Nordeste ..	2,7
Obras contra as secas	5,5
Outras inversões	20,0
Soma	114,9

B) — Fora do orçamento da União:

Brasília	13,0
Rodovias	16,0
Petrobrás	20,0
Outras Autarquias	10,0
Soma	59,0
TOTAL	173,9

(*) Inclusive verbas transferidas para investimentos.

No exercício de 1961 a programação global dos investimentos da União, Estados, Municípios e órgãos autárquicos federais correspondera a cerca de 250 bilhões de cruzeiros, dos quais somente 5%

TELEGRAMAS PARA O EXTERIOR

VIA

RADIOBRÁS

Pelo telefone, ou chamando nosso mensageiro ...

O Mundo inteiro ao seu alcance.

RADIOBRÁS

CIA. RADIOTELEGRÁFICA BRASILEIRA

Telegramas, Telefone, TELEX e Radiofoto para o Exterior

Rio: Av. Rio Branco, 277 - 9.º andar
Tel.: 52-6000

S. Paulo: Rua 7 de Abril, 338 - Tel. 33-4111

Santos: Rua 15 de Novembro, 46
Tel.: 2-7194

Recife: Av. Rio Branco, 162 - Tel.: 9291 -
9548 - 9549



aços para ferramentas

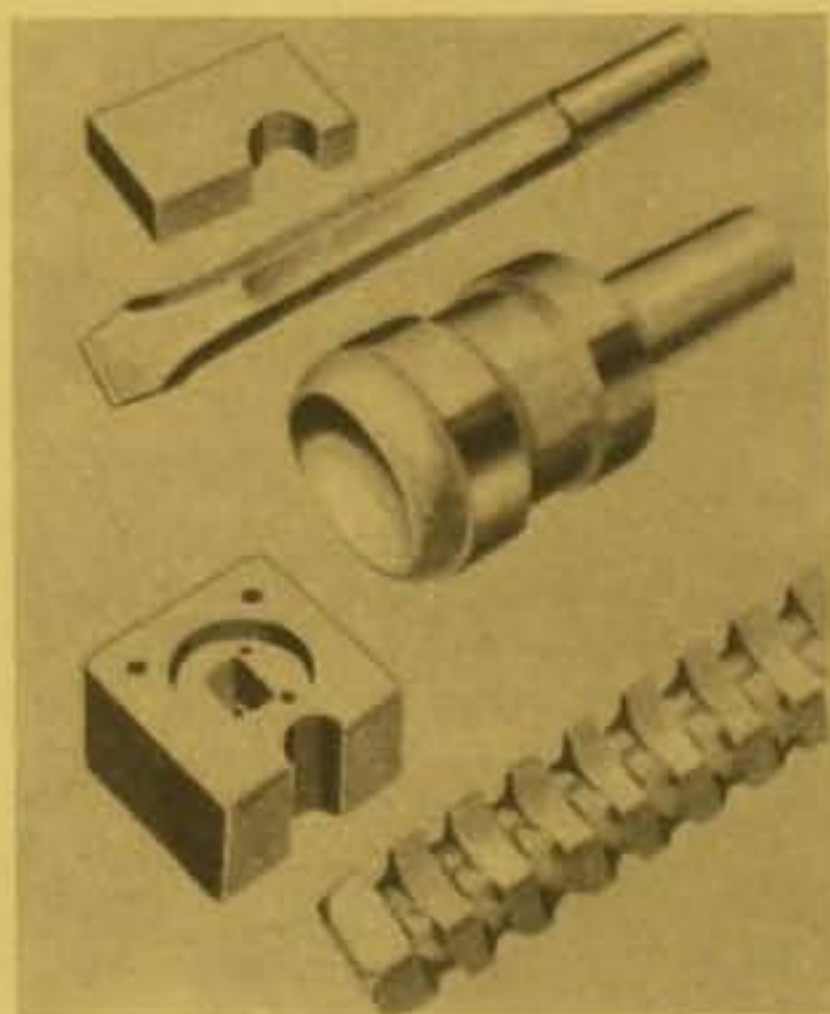
**ACOS
VILLARES**



o
máximo
em
qualidade



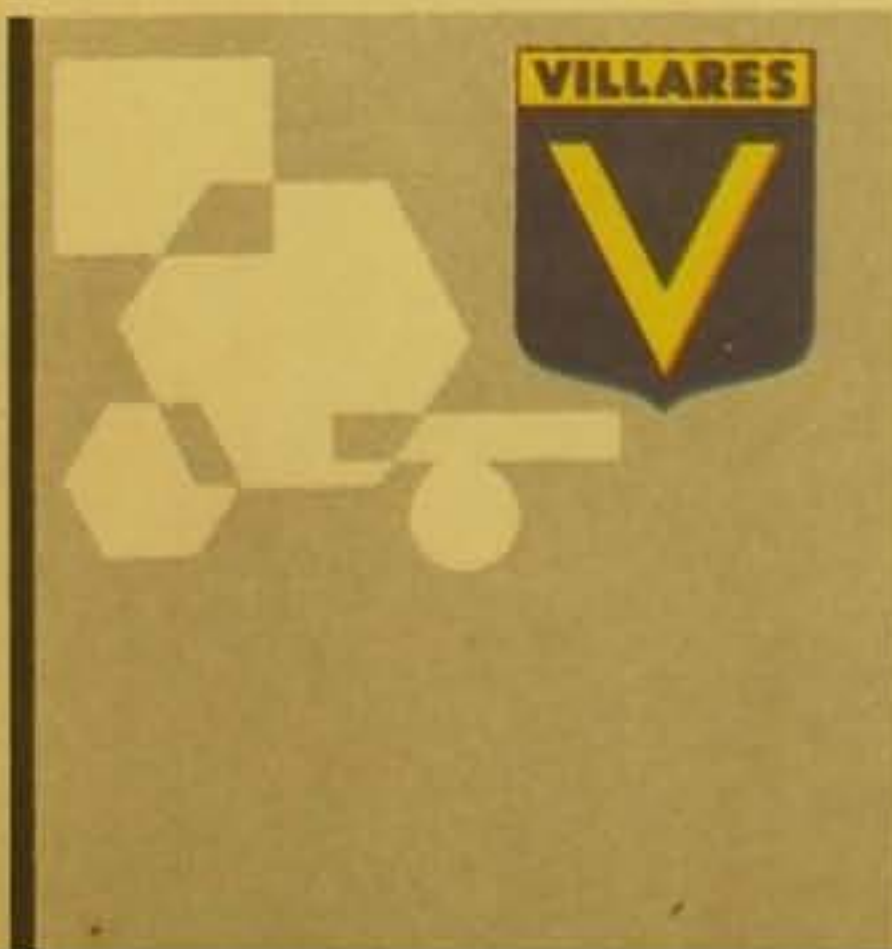
**OS MELHORES AÇOS
PARA FERRAMENTAS
OS MELHORES BITS**



VWK-5
14,0 W - 4,0 Cr - 2,0 V - 5,0 Co
VWK-10
18,0 W - 4,0 Cr - 1,0 Mo - 1,6 V - 10,0 Co
Nestes produtos, está provada toda a primorosa
técnica de AÇOS VILLARES.

**AÇOS
VILLARES**

Rua Pescadores, 75 - Fone 37-3535 - Cx. Postal 3589
Endereço Telegráfico AÇOVILARES - São Paulo



aproximadamente deixaram de ser aplicados em decorrência de economias orçamentárias. Tendo em vista a apuração parcial do produto nacional bruto em 1961, é de crer-se que as inversões do setor público e privado tenham alcançado nesse ano cerca de 540 bilhões de cruzeiros, contra 380 bilhões em 1960. Relativamente ao produto nacional bruto, as inversões brutas de 1960 equivaleram a uma capitalização provável de cerca de 16%, ou seja, quase a mesma taxa do ano anterior.

Para o exercício em curso os investimentos governamentais previstos nos orçamentos aprovados evidenciam cifras bem superiores às de 1961. O orçamento federal consigna como despesa de capital a importância de 140 bilhões de cruzeiros, contra 77 bilhões em 1961, inclusive as despesas integradas na rubrica "transferências", no valor de cerca de 50 bilhões de cruzeiros.

Levando-se em conta a programação das autarquias, chega-se a um total de cerca de 280 bilhões de

cruzeiros, contra mais ou menos 200 bilhões inicialmente estimados em 1961.

Para o exercício em curso as despesas atinentes aos investimentos da União assim se desdobram:

DISCRIMINAÇÃO	Cr\$ BILHÕES
A) — No orçamento da União: (*)	
B.N.D.E.	11,0
Petrobrás	4,9
Fundo Naval	0,7
Fundo Aeronáutico	0,7
Saúde	12,5
Educação	17,0
Agricultura	9,0
Valorização da Amazônia	7,5
Vale do Rio São Francisco	4,6
Fundo de Eletrificação	4,3
Brasília	2,3
Rodovias	37,0
Ferrovias	16,4
Telecomunicação	2,6
Navegação	1,4
Saneamento	12,7
Portos	5,0
Desenvolvimento do Nordeste ..	3,7
Obras contra as secas	9,6
Outras inversões	27,1
Soma	190,0
B) — Fora do orçamento da União:	
Brasília	15,0
Rodovias	25,0
Petrobrás	30,0
Outras Autarquias	16,0
Soma	86,0
TOTAL	276,0

(*) Inclusive transferências destinadas a investimentos.

PEDIDOS DE ASSINATURAS

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

PRAIA DE BOTAFOGO. 186 — RIO DE JANEIRO

SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES — TELEFONE: 46-4010 — RAMAL:15

AGÊNCIA EM SÃO PAULO: M. M. de Oliveira Marques

Rua Quirino de Andrade, 193 — Conjunto 71 — Telefone: 36-1187 — São Paulo

Afora as dotações acima observadas e que constituem a maioria das inversões do setor, há outras de natureza extraorçamentária que poderão no transcurso do exercício incorporar-se ao potencial mencionado. Diante do elevado deficit que ameaça o exercício corrente, espera-se que as medidas a serem postas em vigor para a sua contenção cheguem a afetar o nível da programação dos investimentos públicos.

PROGRAMA GLOBAL DO SETOR PÚBLICO PARA 1962

Da mesma forma que no orçamento da União, as despesas previstas nos orçamentos dos Estados e dos Municípios — não só as de custeio, como as decorrentes dos investimentos públicos feitos por esses governos — também evidenciam para 1962 particular incremento. As mais importantes unidades da Federação continuaram os seus planos de obras, visando a ganhar o terreno perdido com as medidas de contenção de gastos ditadas por conjunturas financeiras menos favoráveis.

Considerando-se o nível global das verbas destinadas a cobrir a programação das obras públicas, é de crer-se que os orçamentos da União, dos Estados e Municípios, bem como dos órgãos autárquicos, consignem para o exercício em curso a importância de aproxima-

damente 380 bilhões de cruzeiros, contra cerca de 230 bilhões efetivamente aplicados em 1961.

DÍVIDA PÚBLICA — ACENTUADA EXPANSÃO DO DÉBITO FLUTUANTE

Em 1961, da mesma forma que nos anos anteriores, foi mantido em dia o serviço pertinente a amortização e juros da dívida pública consolidada externa do país. Assim, o saldo dessa dívida em libras e em dólares sofreu reduções de 2 e 11 milhões de unidades, respectivamente. Com as operações registradas em 1961, o saldo dessa dívida reduziu-se no fim do ano a aproximadamente 35 milhões de dólares e a cerca de 8 milhões de libras esterlinas, no que tange à dívida englobada dos 3 níveis de governo.

Quanto à dívida flutuante governamental, o seu saldo foi substancialmente acrescido em 1961. Haja vista que nesse período foi muito dilatado o desequilíbrio das finanças públicas, o qual teve sua cobertura quase totalmente atendida mediante financiamento a curto prazo do sistema bancário (Banco do Brasil). Com isso, estima-se que o saldo da dívida haja aumentado, em 1961, de cerca de 130 bilhões de cruzeiros, alcançando, em consequência, no fim do ano a importância de aproximadamente 320 bilhões. No que diz

III - DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA EXTERNA
(Em milhões de unidades)

ANO	UNIÃO		ESTADOS		MUNICÍPIOS		TOTAL	
	US \$	£	US \$	£ (1)	US \$	£	US \$	£
1949.....	94,0	49,7	60,4	20,2	9,6	2,6	164,0	72,5
1950.....	88,1	28,4	57,1	19,2	8,9	2,5	154,0	50,1
1951.....	82,0	25,4	50,6	17,8	8,1	2,5	140,7	45,7
1952.....	76,7	22,3	47,2	15,6	7,5	2,5	131,4	40,4
1953.....	70,6	19,0	43,4	14,2	6,9	2,4	120,8	35,6
1954.....	64,2	15,7	39,3	13,3	6,3	2,4	109,8	31,4
1955.....	57,7	12,6	35,7	12,1	5,6	2,3	99,0	27,1
1956.....	51,1	9,6	32,0	11,3	5,0	2,3	88,1	23,2
1957.....	45,1	7,7	28,3	10,3	4,4	2,0	77,8	20,0
1958.....	38,8	6,3	24,6	7,9	3,8	1,4	67,2	15,6
1959.....	32,2	4,8	20,9	6,1	3,2	1,0	56,3	11,9
1960.....	25,5	3,3	17,6	5,9	2,6	1,0	45,6	10,2
1961 (▲).	18,0	1,8	14,0	5,5	2,1	0,9	34,1	8,2

Fonte: Conselho Técnico de Economia e Finanças.

(▲) Dados preliminares, estimados pelo C.A.C.E.

(1) Inclusive débito de responsabilidade de órgãos autárquicos estaduais.

respeito à dívida interna consolidada, o seu saldo ter-se-ia reduzido ligeiramente em 1961, sobretudo em vista da continuidade dada pelo governo de São Paulo ao processo de resgate da dívida pública do Estado; calcula-se, assim, que o montante desse débito tenha atingido no fim do ano cerca de 60 bilhões de cruzeiros.

Com o resgate e juros do débito em causa, foram aplicados no exercício de 1961 cerca de 24 milhões de dólares. Esses gastos se processaram em sua maioria pelo mercado financeiro de câmbio e não mais através da taxa cambial favorecida de 100 cruzeiros por dólar, ou moeda equivalente. Assim,

o custo desse serviço, cujo nível nos últimos anos vinha atingindo a ordem de 2,5 bilhões de cruzeiros, passou em 1961 a cerca de 7 bilhões, dos quais pelo menos 2 bilhões corresponderam ao serviço pertinente à dívida dos governos estaduais e municipais, efetuado pelo Banco do Brasil à conta do Tesouro Nacional.

De responsabilidade direta do governo federal, havia no fim do ano passado um saldo remanescente de 18,5 milhões de dólares e de 1,8 milhão de libras esterlinas, contra 25,5 e 3,3 milhões, respectivamente, no fim de 1960. Quanto à dívida em dólares do Plano A, cujo saldo no fim de 1960 era de cerca

de 22 milhões, reduziu-se em fins de 1961 a 18 milhões, devendo, conforme estabelecem as normas em vigor, ser totalmente liquidada até 1970, não podendo, todavia, antecipar-se essa liquidação. Relativamente à dívida do Plano B, ainda em dólares, seu saldo foi diminuído em 1961 de cerca de 3 milhões, desaparecendo provavelmente, como estava previsto. No que se refere à dívida federal externa em libras esterlinas, a do Plano A, que atingia no fim de 1960 o valor de 3,3 milhões e, em fins de 1961, 1,8 milhão, deverá estar integralmente resgatada até 1963, sendo que no corrente ano se amortizará a parcela de cerca de 1 milhão de libras. Dêse débito, o decorrente do Plano B já foi totalmente resgatado até 1957.

A dívida estadual do Plano A em moeda americana alcançou no fim de 1961 cerca de 14 milhões, contra 16 milhões no fim de 1960 e deverá estar concluído o seu serviço provavelmente até 1996, embora o grosso venha a ser liquidado bem antes. A do Plano B, que se reduzira a 1,8 milhão no fim de 1960, foi, como o previsto, liquidada no ano p. passado. A dívida estadual em libras e referente ao Plano A, cujo saldo baixara, no fim de 1960, a 3 milhões, acusou em 1961 um decréscimo de cerca de meio milhão, devendo estar inteiramente resgatada até o longín-

quo ano de 2088, ao passo que o referente ao Plano B já o fôra em 1959.

O saldo da dívida externa consolidada dos municípios, referente aos compromissos em dólares e ao Plano A, atingia no fim de 1961 cerca de 2 milhões. O respectivo plano de resgate deverá prolongar-se até 1984, enquanto o do Plano B, cujo saldo devedor atingira, em 1960, 0,4 milhão de dólares, deveria ter sido liquidado em 1961. No que tange ao débito das municipalidades, em libras existe somente o do Plano A, de vez que o do Plano B já teve seu serviço liquidado em 1959; o seu saldo alcançou em 1961 cerca de 1 milhão e o integral resgate só deverá ocorrer até o ano de 2006.

Pelo exposto, nota-se que no último dia de 1961 o saldo global da dívida consolidada externa atingia cerca de 57 milhões de dólares, contra 74 milhões no fim de 1960. Se calculado êsse débito à taxa do câmbio que vigora para as transações financeiras, o seu valor em moeda nacional corresponderá a aproximadamente 18 bilhões de cruzeiros.

Para o serviço da dívida em aprêço, os gastos de natureza cambial vêm correspondendo a cerca de 24 milhões de dólares, ou seja, agora, mais de 7 bilhões de cruzeiros anualmente. Tais despesas, na parte referente ao débito da União, correm à conta do orçamento fe-

deral, ao passo que em relação à dívida estadual e municipal, correm à conta da despesa extraorçamentária da União, pois tanto um como outro dos referidos governos não saldaram os respectivos débitos, tendo em vista a reduzida capacidade financeira de seus cofres.

Do saldo remanescente da dívida consolidada externa (convertida em dólares) no fim de 1961, eram da responsabilidade da União 23,0 milhões (40%); dos Estados, 29,4 milhões (51%) e dos Municípios 4,6 milhões (9%). Com o maior decréscimo do débito federal, a participação estadual passou, em 1961, a ser a mais destacada entre os 3 grupos devedores.

DÍVIDA INTERNA CONSOLIDADA

Conforme se verifica há vários anos, pouco variou em 1961 o nível da dívida fundada nacional. A fragilidade do mercado, decorrente do desinterêsse do público, em relação aos papéis emitidos pelo governo manteve-se como nos anos

precedentes. O saldo dessa dívida, que no fim de 1959 atingia 58 bilhões de cruzeiros e aproximadamente 59 bilhões no fim de 1960, teria correspondido a cerca de 60 bilhões no último dia de 1961.

De acordo com os registros contábeis, o saldo em 1959 assim se distribuía: União 12,5 bilhões, ou 22%; Estados 34,7 bilhões, ou 60%; e Municípios 11,0 bilhões de cruzeiros, ou 18%.

Em 1961, não obstante algumas emissões federais provenientes do plano de reaparelhamento econômico e de operações de crédito efetuadas por governos estaduais e municipais, o saldo da dívida em aprêço experimentou diminuto incremento. Para isso concorreu muito o esforço feito pelo governo do Estado de São Paulo no sentido de manter ativo o seu serviço de resgate da dívida pública. Foi graças a essa atitude que o montante de tal débito não sofreu maior dilatação no exercício. Dessa forma, estima-se que o saldo em questão tenha assumido em 1961 os seguintes valores:

DISCRIMINAÇÃO	Cr\$ bilhões	%
União	13,2	22,0
Estados	34,2	57,0
Municípios	12,6	21,0
Total	60,0	100,0

Do saldo da dívida fundada interna de origem estadual, aproximadamente metade pertence ao governo de São Paulo, 24% ao de Minas Gerais, 8% ao do Rio Grande do Sul e 6% ao da Bahia. Do montante da responsabilidade municipal, cerca de 90% provinham da Prefeitura da capital do Estado de São Paulo, seguida da de Salvador e Belo Horizonte.

Embora em menor escala, observou-se em 1961 o mesmo processo adotado nos anos precedentes, qual seja o da colocação de títulos públicos, mormente de procedência municipal, com acentuado deságio. Tais operações encontraram forte concorrência por parte de outros títulos de emissão federal, que, em virtude de particularidades, passaram a proporcionar maior remuneração e atratividade.

No que concerne ao débito da União, o seu saldo pouca alteração acusou em 1961. Com exceção de pequenas emissões resultantes de processo de substituição ou originárias de empréstimos compulsórios relativos ao adicional do imposto de renda resgatável pela União, através do BNDE, nenhuma outra operação de vulto caracterizou o mercado mobiliário nacional. Da mesma forma que nos últimos tempos, procurou o governo outra saída para solucionar o problema do desequilíbrio financeiro da União, dando preferência

ao levantamento de recursos junto ao seu banqueiro — o Banco do Brasil — e não em fontes representativas da poupança pública.

A cobertura adicional dos dispêndios do governo, através da assistência financeira prestada pelo Banco oficial, geralmente procedida com a emissão de papel-moeda, é, devido à sua facilidade e simplicidade, o processo mais usual. Com isso, a captação de poupança do setor privado é relegada a plano secundário, tornando-se quase invariável o nível do débito em aprêço, enquanto cresce o volume da dívida flutuante num ritmo particularmente exagerado, embora o governo proceda de tempos em tempos à redução desse último débito, acertando contas com o Banco do Brasil, através das conhecidas encampações de papel-moeda.

O processo utilizado pela União não se estende ao campo financeiro estadual e municipal, razão pela qual esses governos voltaram mais freqüentemente sua atenção para o mercado de capital, a fim de levantar recursos necessários para cobrir os respectivos compromissos financeiros. Todavia, para atingir essa finalidade, são forçados a colocar seus títulos a preço muito abaixo do par, visando a atrair maior número de compradores. Oferecem deságio que às vezes corresponde à metade do valor nominal dos títulos emitidos, ensejando

assim a elevação dos juros que tais papéis abonam periodicamente.

Em face do permanente desequilíbrio das finanças desse setor, os mencionados governos não podem normalizar o serviço de suas dívidas consolidadas, limitando-se comumente ao pagamento de juros aos tomadores de tais papéis. Sem critério de resgate e liquidação das emissões realizadas, acentua-se cada vez mais o descrédito do público relativamente ao mercado de títulos governamentais.

Ao sucesso aparente e imediato das colocações de títulos com grande deságio, sucedem-se dificuldades que as administrações subsequentes não conseguem atenuar. É que os gastos com os juros decorrentes de tais emissões passam, em período relativamente curto, a constituir encargos de efeito menos positivo que as vantagens financeiras advindas da produtividade daquelas colocações.

Contrastando com a regra comum, o governo de São Paulo procura consolidar definitivamente o débito do Estado, através do saneamento de suas finanças, de modo a restabelecer plenamente o crédito do público nos títulos de sua emissão. Aliás, os frutos da política de austeridade, firmeza e determinação do governo do Estado refletem-se nas cotações de seus principais títulos em Bolsa. Enquanto as obrigações do café eram cotadas, em 1956, a 595 cruzeiros (títulos de 1 000), em 1960 atingiam

960; as apólices ferroviárias evoluíram no mesmo período de 585 para 845 cruzeiros; e as cotações dos famosos bônus rotativos melhoravam de 92,50 cruzeiros para 96,00 (títulos de 100).

No exercício de 1961, cerca de 1 bilhão e meio de cruzeiros se destinaram a atender aos compromissos decorrentes de amortização da dívida consolidada do Estado; já no exercício anterior o saldo desse débito sofrera uma redução de 1,4 bilhão de cruzeiros, baixando de 16,6 bilhões, no fim de 1959, para 15,2 bilhões, no último dia de 1960.

DÍVIDA FLUTUANTE: — Forte aumento em 1962

Os compromissos financeiros do governo decorrentes de operações de crédito a curto prazo e do empenho de despesa não paga no exercício, integrantes do débito flutuante do setor público, acusaram acentuado aumento em 1961. Basta dizer que, no fim de 1960, o saldo dessa dívida atingira cerca de 300 bilhões de cruzeiros, contra aproximadamente 430 bilhões, no fim do ano passado. Desse último valor, pelo menos 140 bilhões de cruzeiros correspondiam a resíduos passivos, isto é, restos a pagar dos orçamentos sancionados e cuja efetivação não ocorrera nos respectivos exercícios, em virtude de adoção nesses anos de programa mais intenso de contenção de gastos.

Dos compromissos relativos aos resíduos passivos assinalados, cabiam à União cerca de 50%, ou seja, 70 bilhões, aos Estados 56 bilhões e os restantes 14 bilhões aos municípios. No que tange ao resto da dívida flutuante no fim de 1961, num total de 300 bilhões, cabia êle a débito contraído principalmente junto ao sistema bancário e particularmente no Banco do Brasil.

Com a constatação do desequilíbrio recorde das finanças federais em 1961, praticamente todo êle coberto com recursos levantados junto ao sistema bancário e através de colocação de títulos públicos (Letras do Tesouro), o saldo da dívida flutuante evidenciou, como decorrência, uma elevação extraordinária no exercício. Haja vista que só o deficit de caixa do Tesouro Nacional fôra de 130 bilhões de cruzeiros. Com isso, espera-se que o montante da dívida pública flutuante tenha alcançado no fim de 1961 soma superior a 430 bilhões de cruzeiros — acrescida, portanto, nesse ano de cerca de 45%. Do nível registrado em 1961, 80% decorriam de débitos da União, 15% dos Estados e os restantes 5% dos Municípios.

Excluída a importância relativa aos resíduos passivos, apenas o débito do Tesouro Nacional atinente aos financiamentos obtidos junto ao Banco do Brasil alcançava, no fim de 1961, cerca de 260 bilhões de cruzeiros. Só em juros estima-

se que as despesas do governo com a dívida flutuante bancária tenham atingido em 1961 uns 15 bilhões de cruzeiros, os quais, acrescidos da soma pertinente aos serviços das dívidas externa e interna, teriam totalizado cerca de 30 bilhões de cruzeiros, ou seja, 5% dos gastos efetivos do exercício.

Considerando o custo do débito flutuante da União referente aos financiamentos dos seus deficits, junto ao Banco do Brasil, torna-se agora muito mais imperiosa a aceleração do processo de encampação do papel-moeda, cuja matéria, constante de um projeto de lei, encontra-se em exame no Congresso Nacional. Dadas as operações que envolvem o sistema emissionista, quanto mais rapidamente se efetivar a encampação solicitada pelo governo, menos despesa terá realizado o Tesouro no corrente exercício. Basta dizer que só em virtude dos débitos correspondentes à cobertura dos deficits da União relativos aos exercícios de 1959, 1960 e 1961, num valor global de mais de 200 bilhões de cruzeiros, deverá o Tesouro, em 1962, pagar ao Banco do Brasil, a título de juros, cerca de 12 bilhões, ou seja, em média, 33 milhões diariamente.

Se V. Sa. já é assinante desta Revista, certamente far-lhe-á justiça, recomendando-a aos seus amigos. — Estes, por sua vez, lhe ficarão muito gratos. — E nós também.

MERCADO DE CAPITAIS – Instável o movimento de Bôlsa

Em 1961, pela primeira vez nos últimos anos, os preços dos títulos nas praças do Rio de Janeiro e São Paulo refletiram fortemente os efeitos psicológicos da instabilidade política e econômica do Brasil. Antes, o interesse do investidor no mercado de títulos era tão fraco que mudanças na psicologia dos negócios em geral passavam despercebidos. Assim, as oscilações havidas nos preços em 1961, a despeito dos aspectos negativos de que se repestiram, podem ser consideradas como mais um indício do desenvolvimento do mercado de títulos em nosso país.

O preço médio S-N de ações subiu apenas 20,3% em 1961, em comparação com uma alta de 41,4% em 1960. No entanto, o mercado continuou a expandir-se, tanto no valor global das transações quanto no número dos vários títulos cotados, ou seja, na amplitude do mercado, como se vê pelos algarismos constantes dos QUADROS seguintes, que se referem à Bôlsa de Valores do Rio de Janeiro:

VOLUME DE TRANSAÇÕES COM 53 TÍTULOS SELECIONADOS DEMONSTRANDO A EXPANSÃO DO MERCADO (em milhões de Cr\$)

1959		1960		1961	
1.º sem.	1.º sem.	2.º sem.	1.º sem.	2.º sem.	
547,3	1 076,9	1 958,7	2 081,9	2 791,1	

*NÚMERO MÉDIO DE DIFERENTES TÍTULOS NEGOCIÁVEIS
COTADOS DIARIAMENTE DEMONSTRANDO A AMPLITUDE
DO MERCADO*

PRAÇA	JULHO		DEZEMBRO	
	1959	1960	1960	1961
Rio de Janeiro	11	17	21	23
São Paulo	12	12	13	13

A tendência demonstrada pela Bolsa do Rio de assumir maior importância que a de São Paulo continuou em 1961. Várias ações tradicionalmente cotadas na Bolsa de São Paulo foram freqüentemente negociadas na do Rio (São Paulo Alpargatas, Máquinas Piratininga e Moinho Santista), sem que houvesse qualquer movimento significativo em sentido oposto.

*MOVIMENTO DE PREÇOS
EM 1961*

Três movimentos de maior importância foram observados em preços de títulos no ano transato:

1) uma alta geral, nos dois primeiros meses e meio, quando a média S-N subiu do nível mais baixo de 655 pontos em janeiro para o mais elevado, de 724 em março;

2) uma longa tendência baixis-

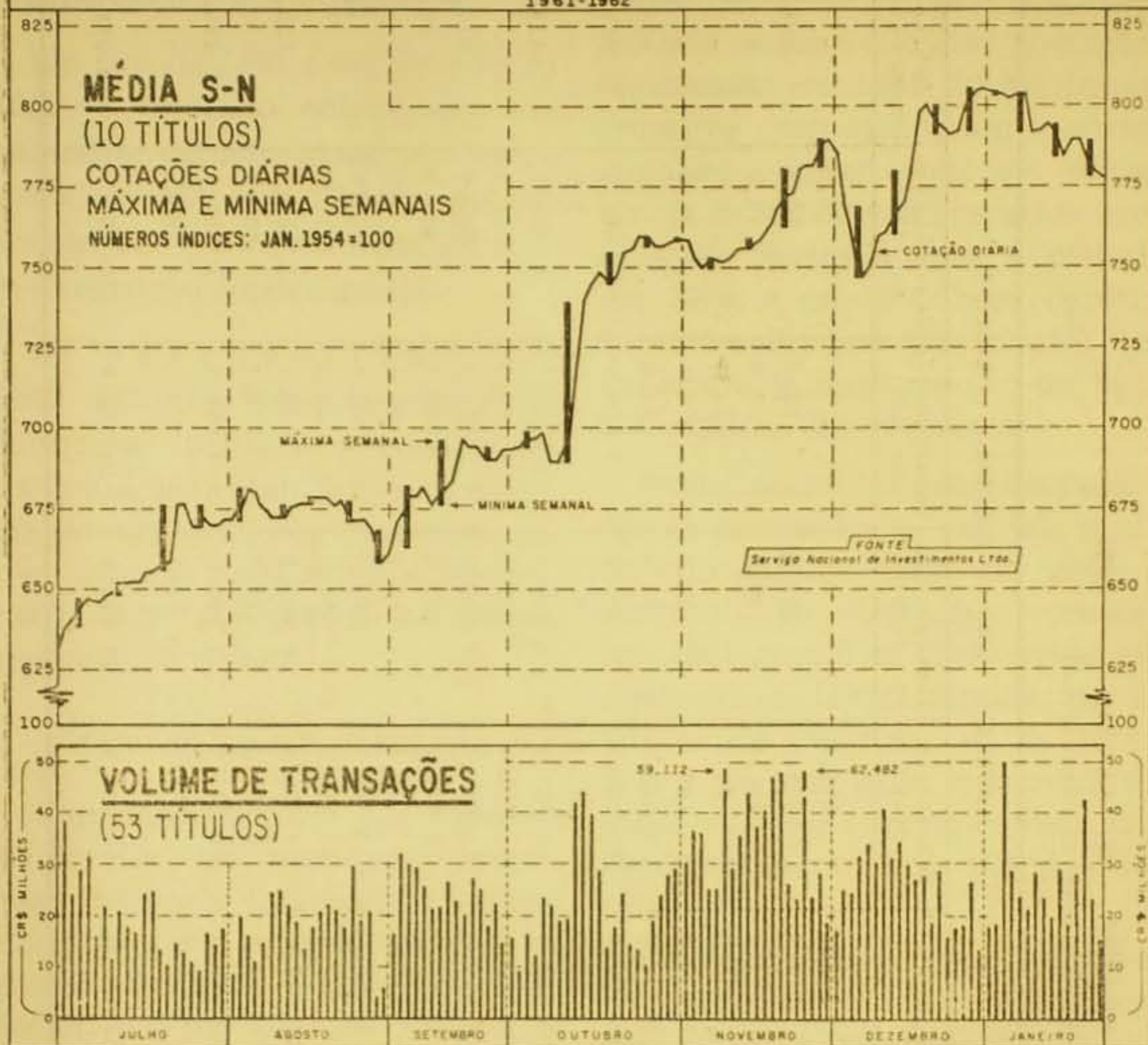
ta de 3 meses, tendo a média S-N atingido o baixo nível de 618 pontos em junho; e

3) uma notável recuperação no 2.º semestre do ano, quando a média S-N estabeleceu novo recorde de 805 pontos no fim de dezembro.

O que mais afetou os preços de títulos em 1961 foi a Instrução 204 da SUMOC, emitida em março. Ela criou as letras de importação do Banco do Brasil, francamente negociáveis e resgatáveis em 150 dias, que foram vendidas no mercado com descontos equivalentes a juros de 27-39% a. a. Muitos investidores venderam ações que possuíam a fim de adquirir letras de importação do Banco do Brasil, de prazo curto e juros garantidos bem maiores e, o que é mais importante, isentas do impôsto de renda. Em consequência, os preços de títulos de bolsa caíram durante mar-

Mercado de Ações na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro

1961-1962



ço, abril e maio, até que novo equilíbrio foi atingido em junho.

Fatores de natureza política também contribuíram para a queda em preços de ações neste período, dos quais os mais importantes foram as discussões legislativas referentes aos projetos sobre a remessa de lucros e sobre a abolição de ações ao portador. No entanto, a renúncia do Sr. Jânio Quadros da Presidência da República em

agosto e a resultante crise político-militar tiveram apenas ligeiro efeito depressivo sobre o mercado, pois logo após os preços de títulos entraram na fase de maior movimento altista que se registrou no ano. Houve outra crise em dezembro, produzida pela rápida queda do cruzeiro e a aprovação, pela Câmara de Deputados, do projeto de lei sobre a remessa de lucros ao exterior. Esta crise foi, porém, de

I - EMISSÕES DE CAPITAL - 1961
(Em milhões de cruzeiros)

UNIDADES FEDERADAS	TOTAL GERAL	NOVAS SOCIEDADES	AUMENTO DE CAPITAL MEDIANTE:					
			Total	Subscrição em dinheiro	Incorporação de reservas	Incorporação de C/C	Reavaliação de ativo	Outras operações
Alagoas.....	172,6	55,0	117,6	105,3	6,3	-	6,0	-
Bahía.....	1 138,4	320,2	818,2	203,0	159,3	13,7	33,8	408,4
Ceará.....	415,0	121,3	293,7	211,6	60,4	5,5	16,2	-
Distrito Federal	267,5	167,5	100,0	85,0	-	15,0	-	-
Espírito Santo.	1 450,5	177,3	1 273,2	1 198,2	22,4	7,6	45,0	-
Goiás.....	3 049,2	797,0	2 252,2	2 037,9	11,4	31,0	-	171,9
Guanabara.....	70 135,0	3 344,7	66 790,3	26 100,2	16 384,1	4 559,0	14 881,2	4 865,8
Maranhão.....	205,5	117,0	88,5	42,4	41,1	-	5,0	-
Minas Gerais...	18 113,6	2 775,5	15 338,1	9 087,4	3 588,1	322,3	1 926,2	414,1
Paraíba.....	263,0	16,5	246,5	114,5	59,5	19,0	53,5	-
Paraná.....	4 706,7	687,1	4 019,6	1 960,8	1 062,2	371,4	307,9	317,3
Pernambuco.....	5 705,6	932,7	4 772,9	3 035,1	567,8	480,1	609,9	80,0
Piauí.....	837,7	619,7	218,0	74,8	46,7	94,5	2,0	-
Rio de Janeiro.	5 509,1	445,0	5 064,1	3 949,6	621,4	108,6	377,0	7,5
R.G. do Norte..	291,0	33,5	257,5	110,7	101,5	33,5	11,8	-
R.G. do Sul....	10 915,3	808,1	10 107,2	4 220,1	2 609,4	920,1	2 137,4	220,2
Santa Catarina.	6 956,2	898,6	6 057,6	4 136,5	685,3	216,1	828,7	191,0
São Paulo.....	48 363,4	2 714,2	45 649,2	20 335,8	7 280,0	7 841,4	8 799,4	1 392,6
Sergipe.....	259,6	11,0	248,6	160,0	21,9	-	66,7	-
T O T A L	178 754,9	15 041,9	163 713,0	77 168,9	33 328,8	15 038,8	30 107,7	8 068,8

Fonte: Diários Oficiais.

curta duração e o mercado logo recuperou o terreno perdido.

Em fins de 1961 e em janeiro de 1962, o mercado entrou em sua calmaria característica de fim e princípio de ano. Houve poucas transações e o movimento de preços registrou ligeira queda.

As perspectivas para 1962 acham-se obscurecidas pelas incertezas políticas e econômicas da situação atual, porém a maioria de observadores concorda em que, a prazo mais longo, a tendência quanto aos preços de títulos nacionais é de alta.

EMISSIONES DE CAPITAL

Conquanto o nível das emissões de capital das sociedades anônimas nacionais houvesse alcançado em 1961 novo recorde em sua expressão nominal, a respectiva taxa de incremento pareceu indicar, a exemplo do ocorrido nos 2 anos precedentes, que essas emissões não chegaram a reajustar efetivamente os capitais sociais das empresas, no que tange à perda do poder aquisitivo por êles experimentado, frente ao alto grau de deterioração monetária que se constatou.

O volume das emissões provenientes de alteração de capital atingiu 164 bilhões de cruzeiros, ultrapassando, em consequência, de 43 bilhões (ou seja, de 35%) c

equivalente ao ano de 1960. Essa porcentagem se reduz ainda mais quando se sabe que, das operações registradas em 1961, 30 bilhões de cruzeiros corresponderam a acréscimo de capital social em decorrência de reavaliação de ativo imobilizado, contra apenas a metade em 1960, e que 8 bilhões (contra 5 bilhões no ano precedente) resultaram de incorporação de bens aos capitais das empresas.

Assim, excluídas essas modalidades de alterações de capital, tanto no ano passado como em 1960, o confronto do valor das emissões em 1961 com o de 1960 evidencia dilatação a favor daquele, de 25 bilhões de cruzeiros, ou de 25%. Esse é, na realidade, o incremento mais concreto experimentado pelo desenvolvimento dos referidos capitais.

Os reinvestimentos e ingressos de novos capitais em 1961 parecem situados em nível inferior ao reclamado pelas efetivas necessidades das empresas. Esse aspecto certamente estará espelhado nas análises apresentadas em outro capítulo dêsse número especial de "Conjuntura Econômica". Da cifra aproximada de 15 mil sociedades anônimas existentes no país, 3 365 (2 939 em 1960) aumentaram em 1961 seus capitais de 163,7 bilhões de cruzeiros, enquanto 762 (906 em 1960) outras eram instituídas com o capital global de 15,0 bilhões.

II - - EMISSÕES DE CAPITAL - 1961
(Em milhões de cruzeiros)

UNIDADES FEDERADAS	R A M O S D E A T I V I D A D E S											
	BANCOS E SEGUROS		COMÉRCIO		IMOBILIÁRIA		INDUSTRIAL		SERV. PÚBLICOS		DIVERSOS	
	Novas emprê- sas	Aumento de capi- tal	Novas emprê- sas	Aumento de capi- tal	Novas emprê- sas	Aumento de capi- tal	Novas emprê- sas	Aumento de capi- tal	Novas emprê- sas	Aumento de capi- tal	Novas emprê- sas	Aumento de capi- tal
Alagoas.....	-	-	-	21,0	-	-	30,0	89,1	-	-	25,0	7,5
Bahia.....	-	20,0	25,5	64,3	20,0	4,0	247,2	641,6	0,2	39,8	27,3	48,5
Ceará.....	-	42,0	20,0	83,0	2,6	37,0	83,0	129,0	1,7	0,7	14,0	2,0
Distrito Federal..	-	-	40,0	100,0	-	-	57,5	-	-	-	70,0	-
Espírito Santo....	-	105,0	56,0	51,8	-	9,4	109,5	353,0	-	750,0	11,8	4,0
Goiás.....	-	40,0	268,5	141,3	6,0	-	75,0	47,0	189,5	2 003,9	258,0	20,0
Guanabara.....	235,5	3 997,6	767,5	10 090,8	550,9	657,3	633,2	36 767,3	97,0	9 394,7	1 060,6	5 882,6
Maranhão.....	-	-	10,0	58,5	-	-	-	30,0	107,0	-	-	-
Minas Gerais.....	-	2 585,0	195,3	830,0	50,0	62,0	1 865,7	9 628,1	145,8	1 664,9	518,7	568,3
Paraíba.....	-	112,5	8,0	77,0	-	-	7,5	57,0	-	-	1,0	-
Paraná.....	50,0	109,0	1 612,5	358,1	20,0	15,0	233,2	1 938,3	11,5	68,0	14,3	276,8
Pernambuco.....	-	305,0	267,2	544,6	40,0	8,0	125,0	3 364,9	39,8	-	460,7	532,4
Piauí.....	-	5,0	-	171,0	-	-	-	14,0	619,7	18,0	-	10,0
Rio de Janeiro....	-	280,0	110,6	177,9	5,0	36,0	298,1	4 427,4	1,2	44,0	30,1	98,8
R.G. do Norte.....	-	75,0	-	93,5	-	-	33,0	89,0	-	-	0,5	-
R.G. do Sul.....	120,0	2 216,4	99,3	1 989,7	15,0	71,2	265,1	5 372,7	-	112,2	345,0	345,0
Santa Catarina....	300,0	249,5	119,5	561,2	-	59,0	163,6	2 024,2	268,0	2 866,6	47,5	297,1
São Paulo.....	160,0	2 092,5	313,7	7 016,9	81,0	318,5	931,8	30 637,8	356,8	3 156,8	870,9	2 426,7
Sergipe.....	-	46,0	-	51,0	-	-	-	109,4	11,0	15,0	-	27,2
T O T A L	865,5	12 280,5	2 659,2	23 736,1	790,5	1 277,4	5 158,4	95 719,5	1 849,2	20 134,6	3 719,1	10 564,9

Fonte: Diários Oficiais.

MAIOR PARTICIPAÇÃO DAS SUBSCRIÇÕES EM DINHEIRO

Em 1961, como nos anos anteriores, foi predominante a participação no aumento de capital da parcela decorrente de subscrição em dinheiro, cujo montante chegou a 77 bilhões de cruzeiros, ou seja, 47%. Em 1960 e 1959 as respectivas porcentagens foram de 59% e 60%. Da mesma forma que em 1960, essa aparente perda de posição das subscrições em dinheiro decorreu das volumosas operações provenientes das reavaliações de ativo imobilizado como forma de acréscimo de capital.

Com o estabelecimento de normas destinadas a ensejar os reajustamentos dos capitais deprecia- dos pela inflação, os aumentos de capital correspondentes às reavaliações de ativo passaram a atingir valores particularmente significativos (14,6 bilhões em 1960, 13,4 bilhões em 1959). Em 1961, o seu montante foi de 30,1 bilhões, como mencionamos anteriormente, e sua participação relativa alcançou 18% das emissões do ano. As subscrições provenientes das incorporações de reservas, quer estatutárias, quer de acionistas, mantidas estas últimas em conta corrente, alcançaram 28%, contra 25% em 1960, 24% em 1959, 25% em 1958 e 21% em 1957.

Além das operações citadas, contribuíram também para o aumento dos capitais das sociedades anônimas, em 1961, as fusões, isto é, incorporação de empresas a outras sociedades, e as incorporações de bens. A participação dessas atingiu 8,1 bilhões (ou seja, 7%), contra 4,6 bilhões (4%) em 1960.

Embora a expansão econômica venha proporcionando condições para melhor distribuição do mercado de capitais do país, notou-se que em 1961 os tradicionais mercados financeiros — Estados da Guanabara e S. Paulo — continuaram a manter suas posições de predominância. Nêles, as emissões de capital alcançaram 118 bilhões de cruzeiros, ou seja, 66% de todas as operações realizadas (aumento de capital e fundação de novas sociedades). Em 1960, a participação desses dois mercados correspondera a 108 bilhões das emissões efetuadas, isto é, a 75%. Há poucos anos atrás, a proporção dos dois Estados era bem mais significativa que nos anos de 1960 e 1961.

LIDERANÇA DO SETOR INDUSTRIAL

As emissões originárias da área industrial perfizeram 100,8 bilhões de cruzeiros, ou seja, mais da metade (56%) das operações do ano (56% em 1960). Neste setor, as operações predominantes se registraram nos seguintes Estados:

III - QUADRO COMPARATIVO ENTRE OS ANOS DE 1960 E 1961
(Em milhões de cruzeiros)

RAMOS DE ATIVIDADE	TOTAL GERAL		NOVAS SOCIEDADES		AUMENTO DE CAPITAL REALIZADO MEDIANTE:											
					Total		Subscrição em dinheiro		Incorporação de reservas		Incorporação de C/C		Reavaliação de ativo		Outras operações	
	1960	1961	1960	1961	1960	1961	1960	1961	1960	1961	1960	1961	1960	1961	1960	1961
FINANÇAS:																
Bancos.....	7 556,3	12 176,1	489,5	864,5	7 066,8	11 311,6	4 105,3	7 701,7	1 569,9	2 004,0	150,0	250,0	1 186,1	1 155,9	55,5	200,0
Seguros.....	335,4	969,9	20,0	1,0	315,4	968,9	140,6	280,5	74,8	357,1	12,0	-	72,0	331,3	16,0	-
COMÉRCIO.....	21 569,8	26 395,6	3 665,0	2 659,2	17 904,8	23 736,1	9 887,7	12 679,7	3 862,8	4 996,0	2 446,1	3 309,1	877,1	1 675,0	831,1	1 076,3
INDÚSTRIA:																
Automobilística...	4 722,7	5 040,3	337,0	60,0	4 385,7	4 980,3	4 335,7	3 399,4	50,0	382,4	-	-	-	1 198,5	-	-
Borracha.....	885,8	1 895,4	507,6	38,2	378,2	1 857,2	285,7	1 173,2	61,6	60,6	27,5	27,4	3,4	596,0	-	-
Cimento.....	1 872,4	3 016,0	182,0	155,1	1 690,4	2 860,9	907,0	941,5	320,0	950,5	21,9	698,9	441,5	190,0	-	80,0
Construção civil..	2 952,8	4 812,2	845,6	532,0	2 107,2	4 280,2	1 010,8	1 785,9	324,4	387,3	361,0	328,1	142,2	479,6	268,6	1 299,3
Couros e peles....	360,6	640,6	-	5,2	360,6	635,4	59,2	65,1	261,2	414,1	37,5	24,0	2,7	132,2	-	-
Eletrotécnica.....	2 137,2	5 289,0	248,2	72,0	1 889,0	5 217,0	1 036,3	3 256,6	313,0	600,4	220,4	1 003,2	250,8	356,8	68,5	-
Fumo e fósforos...	868,5	3 360,2	-	-	868,5	3 360,2	91,6	19,6	443,6	2 215,0	4,0	26,2	329,3	1 069,4	-	30,0
Gêneros alimentícios	7 352,7	12 726,8	766,1	2 239,0	6 586,6	10 487,8	3 502,1	3 733,0	1 029,9	3 138,8	429,0	1 188,6	1 209,5	2 229,9	416,1	197,5
Gráficas e jornais	1 220,0	1 550,0	244,2	59,1	975,8	1 490,9	391,3	925,9	206,7	225,6	159,0	138,3	218,6	139,8	0,2	61,3
Madeira.....	702,4	1 012,1	190,5	204,0	511,9	808,1	286,7	312,5	76,9	209,7	49,8	54,2	38,8	28,4	60,4	203,3
Metalúrgica.....	7 056,0	6 449,4	525,6	358,8	6 530,4	6 090,6	3 486,6	2 940,8	1 452,9	1 218,1	796,1	904,2	684,1	866,5	110,7	161,0
Mineração.....	6 377,1	5 444,9	324,0	182,2	6 053,1	5 262,7	207,3	456,3	2 742,8	503,7	96,8	122,7	2 758,7	2 730,9	247,5	1 449,1
Móveis e utensílios	272,3	355,7	-	47,9	272,3	307,8	155,4	147,9	49,1	97,4	17,0	58,0	49,6	4,5	1,2	-
Papel.....	1 418,2	2 531,5	265,8	166,2	1 152,4	2 365,3	365,5	541,9	276,6	489,7	150,9	613,0	242,5	668,7	116,9	52,0
Petróleo.....	14 671,0	1 844,8	-	-	14 671,0	1 844,8	14 661,0	80,0	10,0	1 277,3	-	95,0	-	357,5	-	35,0
Plásticos.....	376,7	1 215,4	15,0	22,0	361,7	1 193,4	142,4	456,4	125,4	260,2	56,0	188,5	-	249,3	37,9	39,0
Quím. e farmacêutica	4 953,8	12 777,0	217,3	225,6	4 736,5	12 551,4	2 442,4	5 849,2	923,7	2 330,8	786,2	1 041,6	584,2	3 208,3	-	121,5
Siderúrgica.....	2 401,1	8 249,2	831,9	90,0	1 569,2	8 159,2	924,1	2 823,2	344,0	5 094,9	240,1	0,8	3,4	216,1	57,6	24,2
Têxtil.....	5 793,4	10 938,2	96,6	65,8	5 696,8	10 869,7	3 032,7	3 642,9	688,9	2 257,7	1 137,5	852,5	734,6	4 041,2	103,1	75,4
Vestuário.....	1 370,1	1 129,3	104,3	98,8	1 265,8	1 030,5	383,7	434,4	108,5	320,3	385,6	47,3	388,2	197,6	-	30,9
Vidros e cerâmica.	954,7	1 063,2	77,5	102,9	877,2	960,3	240,0	395,5	208,1	108,2	203,2	41,3	155,9	415,3	70,0	-
Diversos.....	11 033,4	9 536,7	993,1	430,9	10 040,3	9 105,8	5 026,0	4 483,2	2 045,7	1 817,8	1 360,4	787,7	732,9	1 650,0	875,3	367,1
SERVIÇOS PÚBLICOS E TRANSPORTES:																
Comunicações.....	2 526,0	2 302,8	142,8	301,4	2 383,2	2 001,4	138,2	169,3	90,9	33,7	-	4,6	2 154,1	1 793,8	-	-
Eleticidade.....	12 192,5	16 149,8	3 251,2	1 312,1	8 941,3	14 837,7	8 374,5	9 858,3	6,0	61,8	350,0	1 859,8	197,8	2 922,0	13,0	135,8
Transportes.....	1 406,2	3 531,2	720,0	235,7	686,2	3 295,5	315,2	3 016,8	278,8	63,8	18,5	64,1	25,0	56,8	48,7	94,0
OUTROS:																
Diversões.....	159,9	247,0	80,6	132,6	79,3	114,4	53,2	12,6	12,8	38,8	12,8	10,0	0,5	53,0	-	-
Ensino e saúde....	492,4	243,4	257,3	64,0	235,1	179,4	209,6	140,5	-	3,6	1,0	25,5	11,0	9,8	13,5	-
Fazendas agrícolas	4 197,0	2 492,7	962,4	830,0	3 234,6	1 662,7	1 501,1	787,3	502,8	401,9	514,1	240,7	566,8	204,6	149,8	28,2
Hotéis e turismo..	659,3	1 213,7	303,2	131,0	356,1	1 082,7	228,1	892,6	15,9	99,8	27,4	-	84,7	90,3	-	-
Imobiliária.....	1 816,6	2 067,9	428,7	790,5	1 387,9	1 277,4	489,7	868,6	110,5	122,1	90,3	153,7	161,1	123,0	536,3	10,0
Diversos.....	10 529,4	10 087,2	4 678,7	2 561,5	5 850,7	7 525,7	3 109,4	2 896,6	644,8	785,7	1 307,8	879,8	309,3	665,7	479,4	2 297,9
T O T A L	143 193,7	178 754,9	21 771,7	15 041,9	121 422,0	163 713,0	71 525,9	77 168,9	19 232,3	33 328,8	11 469,9	15 038,8	14 616,4	30 107,7	4 577,5	8 068,8

Fonte: Diários Oficiais.

Guanabara 37,4 bilhões (37% do total dessa atividade); São Paulo 31,5 bilhões (31% do total); Minas Gerais 11,5 bilhões (12%); Rio Grande do Sul 5,7 bilhões (6%); Rio de Janeiro 4,7 bilhões (5%); Pernambuco 3,5 bilhões (4%); Santa Catarina 2,2 bilhões (2%) e Paraná 2,2 bilhões (2%).

Na área comercial, destacaram-se as emissões nos Estados de: Guanabara, 10,9 bilhões, ou seja, 41% das emissões globais desse grupo; São Paulo, 7,3 bilhões (28%); Rio Grande do Sul, 2,1 bilhões (8%) e Paraná, 2,0 bilhões (7%). Das emissões resultantes do setor dos serviços públicos, as principais se originaram:

Estado da Guanabara, 9,5 bilhões ou 43%; Estado de São Paulo, 3,6 bilhões (16%); Santa Catarina, 3,2 bilhões (15%); e Goiás, 2,2 bilhões de cruzeiros (10%). Do ramo imobiliário, 1,2 bilhão, ou 57% das operações do setor, se registraram na Guanabara e 0,4 bilhão ou 19% no Estado de São Paulo, entre as mais destacadas. Do setor de atividade ligada aos bancos e empresas de seguro, 4,2 bilhões ou 32% decorreram de emissões observadas na Guanabara; 2,3 bilhões ou 18% no Rio Grande do Sul; 2,3 bilhões ou 18% no Estado de São Paulo, entre as mais elevadas.

Destarte, em 1961, 56% (56% em 1960) das emissões de capital couberam às atividades indus-

IV - NÚMERO DE SOCIEDADES - 1961

UNIDADES FEDERADAS	AUMENTO	FUNDA- ÇÕES	TOTAL
Alagoas.....	8	2	10
Bahia.....	29	16	45
Ceará.....	24	10	34
D. Federal....	5	10	15
Espírito Santo	17	12	29
Goiás.....	14	19	33
Guanabara.....	1 100	224	1 324
Maranhão.....	6	3	9
Minas Gerais..	263	78	341
Paraíba.....	14	6	20
Paraná.....	184	59	243
Pernambuco....	103	57	160
Piauí.....	10	7	17
Rio de Janeiro	90	28	118
R.G. do Norte.	13	4	17
R.G. do Sul...	309	34	343
Santa Catarina	195	30	225
São Paulo.....	964	161	1 125
Sergipe.....	17	2	19
T O T A L	3 365	762	4 127

Fonte: Diários Oficiais.

triais; 16% (15% em 1960) às atividades comerciais; 12% (11% em 1960) aos serviços públicos; 7% (6% em 1960) ao ramo bancário; 1% (1% também em 1960) ao setor imobiliário e os restantes 8% a diversas outras atividades econômicas, cujo enquadramento nas cinco acima referidas foi, em decorrência de suas características, de impossível realização.

Ainda no que tange ao setor industrial, o *QUADRO III* evidencia o acentuado desenvolvimento de seu capital. Haja vista que elevadas foram as aplicações nesse setor, podendo-se observar as prin-

V - PRINCIPAIS OPERAÇÕES REALIZADAS DURANTE O ANO DE 1961
(Em milhões de cruzeiros)

S O C I E D A D E S	ANTIGO CAPITAL	AUMENTO DE CAPITAL POR:			NOVO CAPITAL
		Subscr. em di- nheiro	Incorp. de re- servas	Outras opera- ções	

ALAGOAS					
Moinho Nordeste S.A.	250,0	50,0	-	-	300,0
Ind. e Com. Dalmo Peixoto S.A.	25,0	18,8	6,2	-	50,0
Fáb. de Oleos Carnaúba S.A.	12,0	12,0	-	-	24,0
NOVAS EMPRESAS:					
Côco Alimentar de Alagoas S.A.					30,0
Cia. Alagoana de Fomento Industrial.....					25,0

BAHIA					
Cia. Brasil. de Chumbo - COBRAC.....	5,0	-	-	400,0	405,0
Fratelli Vita - Ind. e Com. S.A.	50,0	30,0	20,0	-	100,0
Joanes Indl. S.A. - Prods. Quím. e Vegetais.	100,0	-	50,0	-	150,0
Veículos Coletivos da Bahia S.A. - COBASA.	0,2	39,8	-	-	40,0
Cacau Indl. e Coml. S.A.	133,1	-	31,7	-	164,8
NOVAS EMPRESAS:					
COBALUB - Cia. Bahiana de Lubrificantes.....					90,0
Cia. Ferro-Ligas da Bahia S.A.					88,0
Ceramus Bahia S.A. - Prods. Cerâmicos.....					50,0

CEARÁ					
Norte Gás Butano S.A.	100,0	50,0	-	-	150,0
Banco dos Importadores de Fortaleza S.A..	8,0	42,0	-	-	50,0
Confecções Dahra S.A.	6,0	24,0	-	-	30,0
NOVAS EMPRESAS:					
Ind. de Pesca do Ceará S.A.					40,0
Ceará Industrial.....					30,0

DISTRITO FEDERAL					
Distribuidora Brasília de Veículos S.A. - DISBRAVE.....	5,0	35,0	-	-	40,0
Brasilar S.A.	20,0	20,0	-	-	40,0
CENEL - Cia. Eng., Estradas e Lavouras...	30,0	20,0	-	-	50,0
NOVAS EMPRESAS:					
Brasinvest S.A. - Com. e Ind.					50,0

ESPÍRITO SANTO					
Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - ESCELSA.....	300,0	700,0	-	-	1 000,0
Barbará S.A. - Fáb. de Cimento Portland..	160,0	160,0	-	-	320,0
Banco de Crédito Agrícola do Estado do Es- pírito Santo S.A.	60,0	60,0	-	-	120,0
NOVAS EMPRESAS:					
Frigorífico Industrial Capixaba S.A. (FRINCASA).....					70,0
Coser Café S.A.					40,0

GOIÁS					
Centrais Elétricas de Goiás S.A.	1 000,0	1 864,2	-	135,8	3 000,0
Oeste S.A. de Tratores e Equipamentos....	100,0	50,0	-	-	150,0
Banco Comercial do Estado de Goiás S.A....	10,0	40,0	-	-	50,0
NOVAS EMPRESAS:					
Consórcio Rodoviário Intermunicipal S.A.					250,0
Cia. de Armazéns e Silos do Estado de Goiás S.A.					200,0
Hidroelétrica do Rio Doce S.A.					182,0

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

S O C I E D A D E S	ANTIGO CAPITAL	AUMENTO DE CAPITAL POR:			NOVO CAPITAL
		Subser. em di- nheiro	Incorp. de re- servas	Outras opera- ções	

GUANABARA					
Cia. Siderúrgica Nacional.....	3 600,0	-	3 850,0	-	7 450,0
Cia. de Cigarros Souza Cruz.....	3 000,0	-	2 200,0	300,0	6 000,0
Cia. Paulista de Fôrça e Luz.....	1 420,0	-	2 840,0	-	4 260,0
Cia. Vale do Rio Doce S.A.	7 800,0	-	-	2 600,0	10 400,0
Rio Light S.A. - Servs. Elétricos e Carris	6 250,0	1 750,0	-	-	8 000,0
General Electric S.A.	1 465,0	1 599,0	-	-	3 064,0
Cia. Telefônica Brasileira.....	4 822,7	-	-	1 576,9	6 399,6
NOVAS EMPRESAS:					
Atlas S.A. - Incorp. e Administradora.....					388,8
Credisan - Crédito, Financ. e Investim. S.A.					100,0
Crédito, Financ. e Investimentos S.A. (CREFISA).....					100,0

MARANHÃO					
A. Silva - Com. e Ind. S.A.	12,0	24,3	3,7	-	40,0
Cia. de Fiação e Tecidos de Cânhamo.....	10,0	-	20,0	-	30,0
NOVAS EMPRESAS:					
Loide Maranhense S.A.					100,0

MINAS GERAIS					
Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira.....	4 000,0	1 000,0	1 000,0	-	6 000,0
Central Elétrica de Furnas S.A.	2 500,0	1 500,0	-	-	4 000,0
Cia. Siderúrgica Mannesmann.....	1 680,0	1 260,0	-	-	2 940,0
Cia. de Cimento Portland Itaú.....	1 000,0	500,0	500,0	-	2 000,0
Banco Mineiro da Produção.....	500,0	200,0	250,0	250,0	1 250,0
Banco Com. e Ind. Minas Gerais S.A.	600,0	250,0	150,0	250,0	1 250,0
S.A. Industrial de Motores, Caminhões e Automóveis.....	900,0	700,0	-	-	1 600,0
NOVAS EMPRESAS:					
Águas Minerais de Minas Gerais S.A. - Hidrominas.....					1 500,0
DEMIG - Desenvolvimento Minas Gerais S.A.					200,0
Tela Diversões S.A.					124,0

PARAÍBA					
Banco Industrial do Campina Grande S.A....	25,0	42,5	12,5	-	80,0
Soares de Oliveira - Com. e Ind. S.A. ...	35,0	-	30,0	10,0	75,0
Cia. Com. e Prensagem de Algodão.....	50,0	-	12,0	18,0	80,0

PARANÁ					
Cia. de Cimento Portland Rio Branco.....	500,0	-	200,0	-	700,0
Cia. Paranaense de Silos e Armazéns.....	50,0	190,0	-	-	240,0
Móveis Cimo S.A.	200,0	100,0	50,0	-	350,0
Maltaria e Cervejaria Londrina S.A.	156,0	144,0	-	-	300,0
Ind. Cerâmica Paraná S.A.	140,0	-	55,0	55,0	250,0
NOVAS EMPRESAS:					
Cia. Importadora e Exportadora "Sul Brasil" - CIESB.....					60,0
Ind. e Com. de Madeiras J.H. Moss S.A.					55,0
Cia. Ivahy de Armazéns Gerais.....					50,6

PERNAMBUCO					
Cia. Pernambucana de Borracha Sintética - (COPERCO).....	500,0	1 000,0	-	-	1 500,0
Ron Bacardi S.A.	240,0	705,7	54,3	-	1 000,0
Cotonifício da Torre S.A.	400,0	-	70,0	150,0	620,0
Cia. de Cimento Portland Poty.....	250,0	-	150,0	-	400,0
Grandes Moinhos do Brasil S.A.	650,0	-	62,4	87,6	800,0
Banco do Povo S.A.	150,0	150,0	-	-	300,0

(Continua na página seguinte)

(Continuação da página anterior)

S O C I E D A D E S	ANTIGO CAPITAL	AUMENTO DE CAPITAL POR:			NOVO CAPITAL
		Subscr. em di- nheiro	Incorp. de re- servas	Outras opera- ções	

PERNAMBUCO (continuação)

NOVAS EMPRESAS:

Agro Taurus - Industrial e Mercantil S.A.....					283,5
Ramalho Agro-Industrial Mercantil S.A.					109,2
Cia. de Abastecimento do Recife.....					100,0

PIAUI

Casa Marc Jacob S.A.	150,0	-	90,0	-	240,0
Estabelecimentos James Frederick Clark...	85,0	25,0	-	-	110,0
Emp. Moraes de Navegação Costeira S.A. ..	2,0	18,0	-	-	20,0

NOVAS EMPRESAS:

Centrais Elétricas do Piauí S.A. (CEPISA).....					600,0
--	--	--	--	--	-------

RIO DE JANEIRO

Indústrias Químicas Rezende S.A.	400,0	2 600,0	-	-	3 000,0
Frigoríficos Modelo Duque de Caxias S.A..	10,0	490,0	-	-	500,0
Banco Predial do Estado do Rio S.A.	200,0	200,0	-	-	400,0
Cia. Fáb. de Tecidos D. Isabel.....	341,0	159,0	-	-	500,0

NOVAS EMPRESAS:

Cia. Agro-Industrial Flórida S.A.					140,0
Frigorífico Industrial Campista S.A.					70,0

RIO GRANDE DO NORTE

Banco do Rio Grande do Norte S.A.	25,0	50,0	22,9	2,1	100,0
Confecções Guararapes S.A.	50,0	-	50,0	-	100,0
Nóbrega A. Dantas S.A. - Ind. e Com.	50,0	-	50,0	-	100,0

NOVAS EMPRESAS:

S.A. Salineira do Nordeste.....					20,0
---------------------------------	--	--	--	--	------

RIO GRANDE DO SUL

Refinaria de Petróleo Ipiranga.....	900,0	-	600,0	-	1 500,0
S.A. Moinhos Riograndenses.....	900,0	-	300,0	200,0	1.400,0
Banco do Estado do R.G. do Sul S.A.	500,0	400,0	100,0	-	1 000,0
Banco da Província do R.G. do Sul.....	300,0	320,0	-	180,0	800,0

NOVAS EMPRESAS:

Irmãos Tatsch S.A. - Administrações e Particip.					150,2
FINASIL S.A. - Financ., Crédito e Investimentos.....					120,0

SANTA CATARINA

Socied. Termoelétrica de Capivari.....	430,0	2 400,0	-	-	2 830,0
Centrais Elétricas de S.Catarina (CELESC)	700,0	400,0	-	-	1 100,0
Banco Ind. e Com. de S.Catarina S.A.	300,0	150,0	50,0	-	500,0
Empresa Industrial Carioca S.A.	216,0	12,4	-	131,6	360,0

NOVAS EMPRESAS:

Banco do Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S.A.					300,0
Cia. Oeste Catarinense de Eletricidade.....					145,0
Cia. Telefônica de Florianópolis - C.T.F.					80,0

SÃO PAULO

Cia. Municipal de Transp. Coletivos-CMTC.	3 000,0	2 500,0	-	-	5 500,0
Volkswagen do Brasil - Ind.Com.Autom.S.A.	2 950,0	1 985,0	-	-	4 935,0
Willys Overland do Brasil S.A. - Ind.Com.	5 610,0	165,0	382,4	1 198,5	7 355,9
Cia. Nitroquímica Brasileira.....	1 200,0	-	650,0	550,0	2 400,0
Banco do Estado de São Paulo S.A.	1 000,0	500,0	500,0	-	2 000,0
Motores Perkins S.A.	341,3	279,6	630,8	-	1 251,7
Cia. Química Rhodia Brasil.	1 774,0	-	-	866,0	2 640,0

(Conclui na página seguinte)

S O C I E D A D E S	ANTIGO CAPITAL	AUMENTO DE CAPITAL POR:			NOVO CAPITAL
		Subscr. em di- nheiro	Incorp. de re- servas	Outras opera- ções	

SÃO PAULO (continuação)

NOVAS EMPRESAS:

Centrais Elétricas de Urubupungá S.A. (CELUSA).....					334,8
CIBRAL - Cia. Industrial de Óleos Vegetais.....					125,0
Franceshi S.A. - Particip. Ind. e Com.					100,0
Solis S.A. - Com. e Administração.....					100,0

SERGIPE

Banco Mercantil Sergipense S.A.	60,0	40,0	-	-	100,0
Sergimoto S.A.	10,0	30,0	-	-	40,0
NOVAS EMPRESAS:					
Transvemasa - Transportes, Veículos e Máquinas Agrícolas S.A.					10,0

Fonte: Diários Oficiais.

cipais no *QUADRO V*. Em 1961, o capital das sociedades anônimas industriais foi acrescido de aproximadamente 100 bilhões de cruzeiros, dos quais as mais volumosas parcelas decorreram das seguintes atividades: químico-farmacêutica, gêneros alimentícios, têxtil, siderurgia, metalurgia, mineração, eletro-técnica, automobilística, construção civil e cimento. Nesse mesmo ano foi também significativa, em número e valor, a criação de novas empresas industriais, bastando dizer que a sua importância atingiu 5,2 bilhões de cruzeiros (*ver QUADRO II*).

Além das empresas fundadas no período, no total já mencionado de 762, outras 557 se transformaram em sociedades anônimas, com um capital global de cerca de 14 bilhões de cruzeiros. Em conjunto, o número de sociedades anônimas

foi elevado, em 1961, de cerca de 1 300, atingindo o seu total no fim do ano aproximadamente 16 mil unidades.

OPERAÇÕES DE FINANCIAMENTO A PRAZO MÉDIO E LONGO

Da mesma forma que nos anos precedentes, foi modesto o volume dos recursos levantados pelas sociedades anônimas nacionais, através da colocação de títulos de dívida — por elas emitidos — a prazo médio e longo, denominados “debêntures”. Tais operações totalizaram 602 milhões de cruzeiros, contra 1 200 milhões em 1960 e resultaram: 536 milhões de lançamento na Guanabara; 56 milhões no Rio Grande do Sul e os restantes 10 milhões em Minas Gerais.

O maior óbice à colocação de tais papéis decorre do elevado grau

que atinge a depreciação monetária interna, pois, sujeitos a rendimentos fixos e a prazo de resgate amplo, acabam por perder a atratividade que poderiam proporcionar aos seus tomadores. Ainda que os juros atinjam o máximo permitido (12% a.a.) e o deságio eventualmente concedido eleve a respectiva rentabilidade, mesmo assim se torna difícil a captação de economias por parte das sociedades anônimas, através da colocação dos referidos títulos. No particular, algumas tentativas têm sido feitas com relativo sucesso, mas a custo bem elevado para as empresas emissoras, tendo em vista sobretudo os prazos adotados para os resgates de tais operações, demasiadamente curtos.

Com as emissões processadas em 1961, o capital das 3 365 sociedades anônimas que aumentaram seus capitais passou de 357 bi-

lhões de cruzeiros para 521 bilhões, elevando-se, assim, de 164 bilhões, ou seja, de 46% em média. Em 1960, o incremento fôra de 50%, contra 52% em 1959, 24% em 1958, 73% em 1957 e 70% em 1956.

Considerando-se o aumento dos capitais sociais das sociedades anônimas em 1961, bem como o equivalente às fundações registradas, admite-se que o capital global dessas empresas tenha atingido no fim do período cerca de 830 bilhões de cruzeiros, e 16 mil o respectivo número.

Se V. Sa. já é assinante desta Revista, certamente far-lhe-á justiça, recomendando-a aos seus amigos. Estes, por sua vez, lhe ficarão muito gratos. E nós também.

LÃ DE ROCHA

(Rockwool — Steinwolle — Laine de Roche)
em

Mantas flexíveis, Placas compactadas, Calhas, Tijolos, Flocos comuns e especiais para os isolamentos de Frio — Calor — Acústica

ROCKWOOLBRÁS S/A.

Indústria de Isolantes Termo-Acústicos

Rua Boa Vista, 84 — 6.º andar — ala direita
Telefones: 3 3 - 7 8 1 3 e 3 6 - 9 7 4 8 — São Paulo

Representação no Rio de Janeiro:

Noreno Comércio e Indústria S/A.

Rua São José, 90 — 16.º andar — ala esquerda

INSOLVÊNCIAS – Favorável

o quadro geral

Os compromissos de natureza comercial, vencidos nas praças do Rio de Janeiro e de São Paulo, foram atendidos em escala plenamente satisfatória, segundo se depreende das diversas estatísticas, que abrangem o período janeiro/novembro de 1961. Devido à maior pontualidade dos devedores ao liquidarem as suas obrigações, o protesto de títulos nas duas capitais ficou restrito a 71 mil promissórias e duplicatas (ver QUADRO I), o que equivale a uma diminuição de 2,6 mil (4%) em relação ao ano anterior e de 8,7 mil (11%) em confronto com 1959. Como consequência desse auspicioso fato, também decresceu o número de pedidos de falência ou concordata. Nos 11 meses investigados, 791 firmas tiveram a sua insolvência requerida no Rio ou em São Paulo (ver QUADRO II), em comparação com 903 em igual época de 1960 (-12%) e 1389 em 1959 (-43%).

1 - TÍTULOS PROTESTADOS NO RIO DE JANEIRO E EM SÃO PAULO - JANEIRO A NOVEMBRO DE 1961 -

(Quantidade em milhares; valor em milhões de Cr\$)

PRAÇA	ANO	PROMISSÓRIAS		DUPLICATAS		TOTAL	
		Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor
Rio de Janeiro....	1961	7,2	421	11,1	235	18,3	656
	1960	8,5	337	13,7	243	22,2	580
	1959	8,1	359	15,4	229	23,5	588
São Paulo.....	1961	23,3	925	29,5	675	52,8	1 600
	1960	22,6	652	28,9	450	51,5	1 102
	1959	24,3	772	31,9	412	56,3	1 184
RIO E SÃO PAULO...	1961	30,5	1 346	40,6	910	71,1	2 256
	1960	31,1	989	42,6	693	73,7	1 682
	1959	32,4	1 131	47,3	641	79,8	1 772

Fonte: Cartórios.

II - FALÊNCIAS E CONCORDATAS NO RIO DE JANEIRO E EM SÃO PAULO
- JANEIRO A NOVEMBRO DE 1961 -

PRAÇA	AN O	FALÊNCIAS			CONCORDATAS		
		Reque- ridas	Decre- tadas	Dene- gadas	Reque- ridas	De fe- ridas	Dene- gadas
Rio de Janeiro....	1961	214	67	41	68	59	19
	1960	222	87	27	62	70	4
	1959	366	132	41	177	154	10
São Paulo.....	1961	427	154	-	82	62	1
	1960	544	145	2	75	69	2
	1959	692	178	-	154	142	1
RIO E SÃO PAULO...	1961	641	221	41	150	121	20
	1960	766	232	29	137	139	6
	1959	1 058	310	41	331	296	11

Fonte: Cartórios.

O notável impulso da produção industrial em 1961 — devidamente apreciado em seus detalhes em outro capítulo dêste retrospecto — exerceu influência decisiva sobre o padrão de solvabilidade. Fabricados em maior quantidade, bens os mais diversos, que puderam ser absorvidos pelo mercado interno, sem que aumentassem simultaneamente e de forma anormal os estoques, a indústria e o comércio contaram, em geral, com recursos suficientes para efetuar — com raras exceções, mais do que em 1960 — os pagamentos a seus fornecedores e para amortizar os empréstimos obtidos a prazo curto, além de atender compromissos de outras espécies (salários, impostos etc.) e apartar os lucros verificados.

A liberal concessão de crédito bancário à economia privada, mi-

nuciosamente exposta linhas atrás em comentário exclusivamente dedicado a esta matéria, beneficiou de imediato as organizações assim favorecidas. Alguns meses depois de concedidos tais financiamentos, entretanto, cresceram sensivelmente as responsabilidades a serem atendidas pelo comércio, a indústria e outros setores da economia nacional. A média mensal de amortizações vencidas no Rio e na capital bandeirante, que havia sido de Cr\$ 186,7 bilhões em 1959 (11 meses) e de Cr\$ 236,3 bilhões em

Importantes firmas industriais e financeiras do exterior que operam ou desejam operar no Brasil fazem consultas a CONJUNTURA ECONÔMICA em relação a planos, projetos e outras informações necessárias às suas atividades.

1960, passou a Cr\$ 324,7 bilhões no período examinado (*ver QUADRO III*).

Os compromissos de firmas e outras entidades aumentaram, portanto, em 1960/61 de 37,4%, contra 26,6% no intervalo precedente. Em virtude dessa evolução uma apreciável massa adicional de créditos ficou exposta ao risco de não restituição, o que favoreceu, sem dúvida, um agravamento do índice de solvência.

Como sempre ocorre, variou também sensivelmente em 1961 a situação dos diversos ramos de atividade econômica quanto a custos, vulto de negócios realizados etc. Entre os grupos colocados em si-

tuação privilegiada, com amplos reflexos sobre a sua solvabilidade, cabe mencionar aquelas firmas que conseguiram exportar produtos nossos, o que antes não ocorria, a não ser em quantidades insignificantes.

Embora geral a alta de preços, muitos dos bens ou serviços cujas cotações tiveram aumentos súbitos e radicais deixaram de ser absorvidos em quantidades normais pelo mercado, criando dificuldades em setores de uma ou outra praça. Explicam-se tais situações com a expectativa dos produtores e distribuidores de continuarem a vender aos consumidores as quantida-

III - CRÉDITO BANCÁRIO E TÍTULOS PROTESTADOS NO RIO DE JANEIRO E EM SÃO PAULO
- JANEIRO A NOVEMBRO DE 1961 -

PRAÇA	ANO	EMPRÉSTIMOS C/C		TÍTULOS DESCONTADOS		TODOS OS EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS AO PÚBLICO	
		Promissórias protestadas (milhões de Cr\$)	Média mensal do saldo devedor vencido (bilhões de Cr\$)	Duplicatas protestadas (milhões de Cr\$)	Média mensal do saldo devedor vencido (bilhões de Cr\$)	Títulos protestados (milhões de Cr\$)	Média mensal do saldo devedor vencido (bilhões de Cr\$)
Rio de Janeiro...	1961	421	28,8	235	66,5	657	95,3
	1960	337	26,4	243	46,1	580	72,5
	1959	359	24,0	229	34,4	588	58,4
São Paulo.....	1961	925	54,6	675	174,8	1 600	229,4
	1960	652	48,1	450	115,7	1 102	163,8
	1959	772	47,1	412	81,2	1 184	128,3
RIO E SÃO PAULO..	1961	1 346	83,4	910	241,3	2 256	324,7
	1960	989	74,5	693	161,8	1 682	236,3
	1959	1 132	71,1	640	115,6	1 772	186,7

Fonte: Cartórios e Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda.

des habituais, apesar dos preços acrescidos. Toda vez que os compradores finais são, pelo motivo supra, obrigados a diminuir as suas compras, a indústria e o comércio do ramo em aprêço não contam mais com a receita prevista e, frequentemente, lhe faltam recursos para satisfazer os pagamentos de seus fornecedores. É isso que parece ter acontecido com as firmas de vestuário e os estabelecimentos gráficos na praça de São Paulo (*ver QUADRO VII*). A desvalorização externa do cruzeiro exerceu pressão similar sobre outros segmentos da nossa economia, o que se manifestou, por exemplo, nos insucessos de casas importadoras (*ver ainda QUADRO VII*) no Rio.

FATOS CARACTERÍSTICOS DE 1961

Três fenômenos imprimiram uma feição peculiar ao comportamento dos devedores no ano analisado. Referimo-nos, em primeiro lugar, à facilidade de concessão de financiamentos de substancial quantia cada um. Tal liberalidade principiou no 2.º quadrimestre, tornando-se ainda mais intensa a partir de julho. Embora não se costume conhecer de pronto o montante de crédito em cada faixa de valores ao serem realizadas as respectivas operações, as estatísticas relativas às amortizações, ou melhor, as que

esclarecem detalhes sobre a falta de restituição de importâncias vencidas, revelam pormenores a respeito dos financiamentos há tempos obtidos.

Assim raciocinando, verificamos que no Rio de Janeiro e em São Paulo os títulos de quantia unitária moderada protestados em 1961 (11 meses) perfizeram Cr\$ 1 581 milhões, contra Cr\$ 1 290 milhões no ano anterior (+23%). No mesmo intervalo, entretanto, os títulos vultosos não liquidados cresceram de Cr\$ 397 milhões para Cr\$ 676 milhões, ou seja, de 70% (*ver QUADRO IV*). Mesmo que a frequência relativa do protesto destes últimos papéis tenha crescido, a observação anterior indica que tais créditos foram concedidos em proporção muito superior à de 1960. Aprofundando-se tal análise, chega-se à conclusão de que a majoração da quantia média dos altos créditos concedidos desempenhou papel mais relevante do que o aumento do número de operações dessa classe. Ao menos isto é o que se conclui do fato de que o valor médio de um título moderado levado a protesto (Rio e S. Paulo) sofreu em 1960/61 um acréscimo da ordem de 27% (Cr\$ 17,7 mil para Cr\$ 22,4 mil), quando, ao mesmo tempo, a importância média referente a títulos vultosos cresceu de 59% (Cr\$ 544,4 mil para Cr\$ 865,6 mil).

IV - ANÁLISE DOS TÍTULOS PROTESTADOS NO RIO DE JANEIRO E EM SÃO PAULO
SEGUNDO O VALOR UNITÁRIO - JANEIRO A NOVEMBRO DE 1961
(Milhões de Cr\$)

PRAÇA	AN O	V A L O R U N I T Á R I O											
		MODERADO						ELEVADO					
		Promissó- rias		Duplica- tas		Total		Promissó- rias		Duplica- tas		Total	
		Nº (mil)	Va- lor	Nº (mil)	Va- lor	Nº (mil)	Va- lor	Nº (mil)	Va- lor	Nº (mil)	Va- lor	Nº (mil)	Va- lor
Rio de Janeiro..	1961	7,2	274	11,1	178	18,3	452	59	147	123	58	182	205
	1960	8,5	240	13,5	177	22,0	417	69	97	187	66	256	163
	1959	8,0	225	15,1	165	23,1	390	115	134	281	64	396	198
São Paulo.....	1961	23,1	654	29,1	475	52,2	1129	164	271	435	200	599	471
	1960	22,5	527	28,5	346	51,0	873	91	125	367	109	458	234
	1959	24,1	521	31,5	312	55,6	833	260	250	471	100	731	350
RIO E SÃO PAULO.	1961	30,3	928	40,2	653	70,5	1581	223	418	558	258	781	676
	1960	31,0	767	42,0	523	73,0	1290	160	222	554	175	714	397
	1959	32,1	746	46,6	477	78,7	1223	375	384	752	164	1127	548

Fonte: Cartórios.

Devido a essa orientação liberal dos credores, o conjunto de empréstimos vencidos era, no período sob análise, constituído de um número de financiamentos vultosos bem superior ao de 1960. A presença de tantos créditos elevados influiu desfavoravelmente sobre o nível médio de solvabilidade, pois o risco da não restituição excede o correspondente a compromissos de valor unitário módico.

Como segundo fator importante, cumpre assinalar a desigual expansão dos empréstimos bancários à economia privada, seja sob o aspecto regional, seja do ponto-de-vista técnico-bancário. Observações semelhantes já foram feitas em certos anos transatos; durante 1961, porém, a variedade da escala

de incremento das operações creditícias assumiu uma intensidade raramente presenciada antes. Segundo mostra o *QUADRO III*, a média mensal de empréstimos em C/C vencidos elevou-se nas duas mais importantes praças do país, de Cr\$ 74,5 bilhões em 1960, para Cr\$ 83,4 bilhões no ano seguinte, o que equivale a uma expansão de 11,9% (4,8% no intervalo anterior). Simultaneamente, os títulos descontados passaram de Cr\$ 161,3 bilhões para Cr\$ 241,3 bilhões, aumentando, portanto, de 49,1%, contra 40,0% no período precedente.

A experiência ensina que os financiamentos representados por duplicatas, em virtude de terem

geralmente a garantia de mercadorias, são liquidados em escala superior à das promissórias ou papéis semelhantes. Constituído então um conjunto de empréstimos por uma predominante maioria de duplicatas, entre as quais são raros os protestos, e uma minoria de promissórias, sujeitas com maior frequência à não restituição, pode-se esperar um índice médio de solvência relativamente favorável. Dos compromissos vencidos no Rio de Janeiro e em São Paulo (média mensal até novembro), os títulos descontados participaram na proporção de 74%, contra somente 68% em 1960. Nessas condições, certa melhoria do índice médio de solvência geral deve, ao menos em parte, ser atribuída à alterada composição da massa de obrigações a atender.

O último fator que repercutiu sobre a capacidade dos devedores de satisfazer os seus compromissos não foi nem de ordem econômica nem de natureza financeira. Trata-se dos eventos políticos que se

seguiram à renúncia, em agosto, do Presidente da República, e mais tarde da greve dos bancários, tanto no Rio como na capital bandeirante (outubro e novembro, respectivamente). Devido à paralisação dos estabelecimentos de crédito, os devedores, na impossibilidade de efetuarem retiradas substanciais de numerário, em milhares de casos, contaram com prazos adicionais, durante ou após os quais lhes foi facultado efetuar os pagamentos devidos, abrindo os credores mão do direito de levar as promissórias ou duplicatas pendentes a protesto.

Seria de todo interesse que se conhecessem, ao menos aproximadamente, os efeitos da moratória havida. A fim de fornecer uma indicação a respeito, calcularam-se as taxas de protesto (títulos protestados / média de empréstimos vencidos) para a época em aprêço e para igual período imediatamente anterior. Os resultados obtidos são os seguintes (por 1 000 dos financiamentos vencidos):

Período	RIO DE JANEIRO			SÃO PAULO		
	Promissórias	Duplicatas	Total	Promissórias	Duplicatas	Total
Abril a julho	4,11	1,31	2,13	8,20	1,54	3,06
Agosto a novembro	8,95	1,25	3,00	5,39	1,27	2,23

As ocorrências anormais de natureza não econômica verificadas em 1961 provocaram um agravamento da solvência em ambas as praças estudadas. A falta de pagamento concentrou-se sobre os Empréstimos em C/C, representados por promissórias, cuja frequência relativa dobrou mais ou menos no Rio e aumentou de cerca de 50% em São Paulo. Talvez a moratória tenha tido o efeito de evitar que o índice de solvência crescesse ainda mais do que vimos acima; com os elementos disponíveis, contudo, não é possível provar essa eventualidade ou o contrário.

De qualquer maneira, a rápida e intensa alta da taxa de protesto de promissórias mostra que, com a

moratória, não se conseguiram anular as conseqüências dos acontecimentos políticos e da disputa trabalhista sobre a solvabilidade. Ao apreciarmos a ordem de grandeza dos algarismos supra, devemos finalmente levar em consideração que a solvência costuma agravar-se no fim de cada ano, o que deve ter-se refletido, embora de forma branda, nos resultados indicados.

SATISFATÓRIO O ÍNDICE DE SOLVÊNCIA EM 1961

Conforme se depreende do *QUADRO V*, os devedores das operações analisadas deixaram de amortizar Cr\$ 6 950 em cada milhão de

V - TAXA DE PROTESTO DE TÍTULOS E ÍNDICE DE SOLVÊNCIA
NO RIO DE JANEIRO E EM SÃO PAULO - JANEIRO A NOVEMBRO DE 1961

PRAÇA E NATUREZA DOS TÍTULOS	TAXA DE PROTESTO (por 1 000)			ÍNDICE DE SOLVÊNCIA (1954 = 100)		
	1961	1960	1959	1961	1960	1959
RIO DE JANEIRO:						
Promissórias.....	14,63	12,78	14,98	168	147	172
Duplicatas.....	3,54	5,27	6,65	76	113	142
T o t a l	6,89	8,01	10,07	101	118	147
SÃO PAULO:						
Promissórias.....	16,95	13,55	16,41	241	192	232
Duplicatas.....	3,86	3,89	5,07	103	104	135
T o t a l	6,98	6,73	9,23	129	124	171
RIO E SÃO PAULO:						
Promissórias.....	16,14	13,28	15,91	193	174	208
Duplicatas.....	3,77	4,28	5,54	85	105	135
T o t a l	6,95	7,12	9,49	108	120	160

Fonte: Cartórios.

cruzeiros emprestados durante 11 meses, contra Cr\$ 7 120 no ano anterior e Cr\$ 9 490 em 1959 (Rio de Janeiro e São Paulo). Tal evolução corresponde a uma diminuição de 2% no último ano e a uma melhoria de 17% nos 2 últimos anos.

Êstes resultados representam as médias finais dos valores apurados em relação aos diversos subgrupos. Um exame mais minucioso de promissórias e de duplicatas esclarece que a frequência relativa de protesto dos primeiros foi em 1961 a menos satisfatória que se observou no triênio transato, ao passo que as duplicatas experimentaram a taxa mais módica nos mesmos 3 anos. Verifica-se, portanto, que a expansão, na forte proporção antes assinalada, do crédito vinculado a bens produzi-

dos foi absorvida pelo mercado sem maiores inconvenientes quanto à solvabilidade.

Ao apreciarmos os resultados referentes a operações financeiras, com emissão de promissórias, notamos excessivo otimismo de certos devedores, que não puderam em 1961 atender devidamente os pesados compromissos que assumiram. Provavelmente, a elevada taxa de protesto de promissórias reflete, em parte, o desfecho infeliz de um número apreciável de transações especulativas.

REFLEXOS DO CUSTO DA VIDA SÔBRE A SOLVABILIDADE

Um exame dos ramos de atividade dos principais devedores por títulos vultosos não liquidados (*ver*

Eugênio Gudín

"PRINCÍPIOS DE ECONOMIA MONETÁRIA"

EDITORA AGIR

4.^a Edição — Revista — À VENDA

VI - PRINCIPAIS DEVEDORES POR TÍTULOS VULTOSOS PROTESTADOS
NO RIO DE JANEIRO E EM SÃO PAULO - JANEIRO A NOVEMBRO DE 1961
(Milhões de Cr\$)

DEVEDORES (RAMOS)	RIO DE JANEIRO				SÃO PAULO				RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO			
	1961		1960		1961		1960		1961		1960	
	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor
1-Embalagens.....	-	-	-	-	96	187,3	-	-	96	187,3	-	-
2-Particulares e firmas indiv. ramos ignor.	48	33,4	65	43,9	166	110,7	155	108,6	214	144,1	220	152,5
3-Vestuário.....	11	56,9	4	0,8	23	9,9	20	6,6	34	66,8	24	7,4
4-Imp./Exp. e Represent.	17	43,8	12	7,4	20	9,8	19	7,1	37	53,6	31	14,5
5-Socied.Respons.Limit. de ramos ignorados..	9	18,2	43	25,7	96	41,7	102	31,7	105	59,9	145	57,4
6-Ramo Imobiliário:												
Emprêsas imobiliárias	3	2,7	5	16,1	4	2,7	4	1,0	7	5,4	9	17,1
Construções.....	8	4,6	13	7,6	57	33,1	28	8,4	65	37,7	41	16,0
Material de construção	3	0,7	13	8,3	3	0,6	9	2,3	6	1,3	22	10,6
Subtotal.....	14	8,0	31	32,0	64	36,4	41	11,7	78	44,4	72	43,7
7-Minérios.....	6	5,7	3	2,2	30	21,4	3	0,7	36	27,1	6	2,9
8-Gêneros alimentícios.	10	12,8	11	3,6	19	6,3	10	3,3	29	29,1	21	6,9
9-Agricultura.....	5	3,9	1	0,2	17	13,1	8	2,6	22	17,0	9	2,8

Fonte: Cartórios.

“QUADRO VI) revela que 8 grupos participaram, em conjunto, com Cr\$ 620 milhões de compromissos não atendidos em 1961 (Rio e São Paulo, até novembro), o que equivale a 92% de todos os títulos de alto valor unitário protestados. Os mesmos setores econômicos haviam deixado de amortizar no ano anterior Cr\$ 317 milhões de promissórias e duplicatas de quantia substancial cada uma (80% do total correspondente).

A conjuntura foi, sob este prisma, particularmente adversa aos ramos “Vestuário”, “Minérios”, “Gêneros alimentícios” e “Agricul-

tura”. O alto valor referente a “Embalagens” provém de um único grupo de empresas, que, por motivos ainda não suficientemente esclarecidos, deixaram de atender as suas obrigações vencidas. Evidentemente, a forte alta do índice do custo da vida no período em exame foi acompanhada da dificuldade crescente de produtores e distribuidores de artigos de consumo forçado para liquidarem pontualmente os títulos de sua responsabilidade.

Por outro lado, o montante de pagamentos não efetuados por firmas do setor imobiliário permaneceu relativamente estável. Isso in-

dica, por sua vez, que em 1961 os compradores de apartamentos realizaram os pagamentos das quotas convencionadas aproximadamente dentro do padrão de pontualidade do ano anterior. Nessas condições, as firmas de construção, as empresas imobiliárias e as casas de materiais de construção tiveram à sua disposição recursos suficientes para atender, com poucas exceções, os próprios compromissos.

BENS DE CONSUMO: CONTINUA NUMEROSAS AS INSOLVÊNCIAS

Alguns hábitos dos compradores parecem haver-se modificado no intervalo em estudo, pois os preços de mercadorias indispensáveis cresceram em 1961 num ritmo

mais intenso que em 1960. Assim, é provável que, em diversas categorias, artigos de custo unitário relativamente elevado tenham sido substituídos por mercadorias mais acessíveis. Desta maneira, a violenta alta de certos preços determinou apenas uma redução do movimento de vendas de alguns bens, mas provocou ao mesmo tempo o aumento das compras de substitutivos. Assim a queda na receita global de firmas que operam em tais ramos não as impediu de pagar os seus fornecedores etc. Embora os títulos vultosos não atendidos por esses setores houvessem crescido, permaneceu praticamente constante o número das falências e concordatas solicitadas contra tais organizações.

CIA. GUANABARA DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CAPITAL REALIZADO CR\$ 50.000.000,00

Uma Empresa destinada a fomentar o progresso dos
serviços telefônicos do Brasil

**AVENIDA GENERAL JUSTO, 335 — Salas 804/805 — TELEFONE 52-8996
RIO DE JANEIRO**

CONJUNTURA ECONÔMICA, através de sua Edição Internacional, em inglês, lançada em 1954, circula em 55 países, entre os quais se incluem, por exemplo, Japão, China Continental, Coreia, União Soviética, Índia etc.

De acôrdo com os resultados do *QUADRO VII*, os ramos Gêneros Alimentícios, Vestuário, Aparelhos Domésticos e Móveis participaram em 11 meses de 1961, no Rio de Janeiro e em São Paulo, com 53% das insolvências requeridas. Tomando como base as falências e concordatas decretadas, respectivamente deferidas, verifica-se corresponder a êsse grupo uma quota estável desde 1960. As entidades do setor imobiliário (construções, emprêsas imobiliárias e materiais de construção) perfizeram 17% das insolvências pedidas, parecendo que o número de insucessos comerciais tende a diminuir. Os principais bens de produção são representados nessa compilação por Siderurgia, Máquinas/equipa-

mentos, Produtos Químicos e Minérios, que, em conjunto, participaram na proporção de 29% de tôdas as insolvências requeridas, permanecendo praticamente constante o número de falências e concordatas decretadas ou deferidas.

CREDORES EM INSOLVÊNCIA SOFREM CRESCENTES PREJUÍZOS

Embora o *QUADRO II* indique o número de falências e concordatas ocorridas, só um levantamento que tome em consideração a forma de constituição das organizações em dificuldades fornecerá uma visão clara da evolução neste particular, permitindo, inclusive, compreensão razoável dos efeitos

VII - PRINCIPAIS RAMOS DE ATIVIDADE REPRESENTADOS ENTRE AS FALÊNCIAS E CONCORDATAS NO RIO DE JANEIRO E EM SÃO PAULO - JANEIRO A NOVEMBRO DE 1961

RAMO DE ATIVIDADE	RIO			SÃO PAULO			RIO E SÃO PAULO		
	Decretadas ou deferidas		Requeridas	Decretadas ou deferidas		Requeridas	Decretadas ou deferidas		Requeridas
	1961	1960	1961	1961	1960	1961	1961	1960	1961
1-Vestuário.....	13	21	32	22	15	38	35	36	70
2-Ramo Imobiliário:									
Construções.....	7	6	12	6	7	14	13	13	26
Emprêsas imobiliárias....	5	3	11	1	3	5	6	6	16
Material de construção...	4	7	5	-	5	4	4	12	9
Subtotal.....	16	16	28	7	15	23	23	31	51
3-Móveis e decorações.....	7	8	11	9	7	13	16	15	24
4-Gêneros alimentícios.....	6	8	27	9	10	26	15	18	53
5-Produtos químicos.....	7	9	13	7	7	15	14	16	28
6-Import./export. e repres.	7	4	9	7	10	16	14	14	25
7-Máquinas e equipamentos..	1	8	1	8	2	11	9	10	12
8-Veículos e peças.....	4	3	10	5	5	6	9	8	16

Fonte: Cartórios.

financeiros das insolvências em relação aos credores atingidos.

De acordo com os elementos constantes do *QUADRO VIII*, o número de firmas individuais e de sociedades de responsabilidade limitada, com falência ou concordata requerida, diminuiu apreciavelmente entre 1960 e 1961 (11 meses, Rio de Janeiro e São Paulo). Para as primeiras, a redução foi de 16% (304 insolvências em 1961, contra 363 no ano anterior). Em relação às sociedades limitadas, apenas se registraram 422 falências e concordatas no período analisado, contra 478 em 1960, o que corresponde a um decréscimo equivalente, ou seja, de 12%. Contrastando com essa tendência favorável, o número de sociedades anônimas com insolvência pedida au-

mentou de 4% (65 firmas, contra 62 no período precedente). Examinando a situação relativa a falências decretadas e concordatas deferidas, depara-se com um desenvolvimento semelhante.

O maior número de sociedades anônimas em dificuldades reveste-se de importância, visto que tais organizações se destacam não só pelo capital social, como pelo vulto do seu movimento e do passivo. Todos esses valores superam de muito os de outras empresas, constituídas como firmas individuais ou sociedades de responsabilidade limitada. Cada sociedade anônima em 1961 apresentou em média um passivo de Cr\$ 162 milhões, o que equivale ao montante de 8 outros empreendimentos falidos ou concordatários.

PASSIVO MÉDIO DE FIRMAS INSOLVENTES
RIO DE JANEIRO (Cr\$ milhões)
JAN./NOV. DE 1961

DISCRIMINAÇÃO	1961	1960	%
Firmas individuais	20,2	1,5	+ 1 347
Soc. Resp. Limitada	21,7	15,0	+ 45
Sociedades Anônimas	162,1	104,7	+ 55
Tôdas	67,7	23,8	+ 184

Tomando como base os algarismos do resumo acima, nota-se que o passivo médio do conjunto de todas as sociedades envolvidas quase

dobrou no último intervalo anual. Entrementes, os preços em geral e o salário mínimo tiveram um acréscimo de cerca de 40%. Não

VIII - FALÊNCIAS E CONCORDATAS SEGUNDO A FORMA DE CONSTITUIÇÃO
DAS FIRMAS INSOLVENTES - JANEIRO A NOVEMBRO DE 1961

FORMA DE CONSTITUI- ÇÃO	F A L Ê N C I A S O U C O N C O R D A T A S															
	REQUERIDAS								DECRETADAS OU DEFERIDAS							
	Rio de Janeiro				São Paulo				Rio de Janeiro				São Paulo			
	Falências		Concor- datas		Falências		Concor- datas		Falências		Concor- datas		Falências		Concor- datas	
	1961	1960	1961	1960	1961	1960	1961	1960	1961	1960	1961	1960	1961	1960	1961	1960
Firmas in- dividuais	71	82	14	14	200	248	19	19	25	29	10	12	63	48	11	15
Socied.res pons. li- mitada...	128	118	40	41	205	269	49	50	36	52	34	51	83	84	40	47
Sociedades anônimas.	15	22	14	7	22	27	14	6	6	6	15	7	8	13	11	7

Fonte: Cartórios.

são êstes, porém, os únicos fatores que contribuíram para o incremento do passivo de organizações mal sucedidas. Se bem que seja difícil enumerar as demais causas, os resultados referidos indicam que os empreendimentos com grande movimento comercial estiveram expostos a maiores riscos do que os restantes.

Outro elemento que contribuiu para elevar em 1961 o prejuízo global dos credores de entidades insolventes foi a maior quota de falências em comparação com concordatas. Sabe-se que, na hipótese de concordata, o devedor compromete-se, geralmente, a liquidar cerca de 60% dos compromissos e muitas vezes até efetua parceladamente o pagamento integral do seu passivo. Tal não se dá no caso de falência, advindo daí, via de regra, um prejuízo proporcionalmente maior aos credores. Em 1961 as falências perfizeram 65% de tôdas

as insolvências, contra 63% no ano anterior e apenas 51% em 1959.

Embora as falências decretadas e as concordatas deferidas no Rio de Janeiro e em São Paulo tivessem em 1961, até novembro, afetado somente 342 firmas (em comparação com 371 no período precedente), o prejuízo sofrido pelos credores poderá ser estimado em Cr\$ 7,1 bilhões, ou seja, 60% do passivo global. Houve, nessas condições, forte aumento em confronto com 1960, quando se avaliou tal perda em Cr\$ 4,2 bilhões, correspondentes, porém, a 66% do passivo.

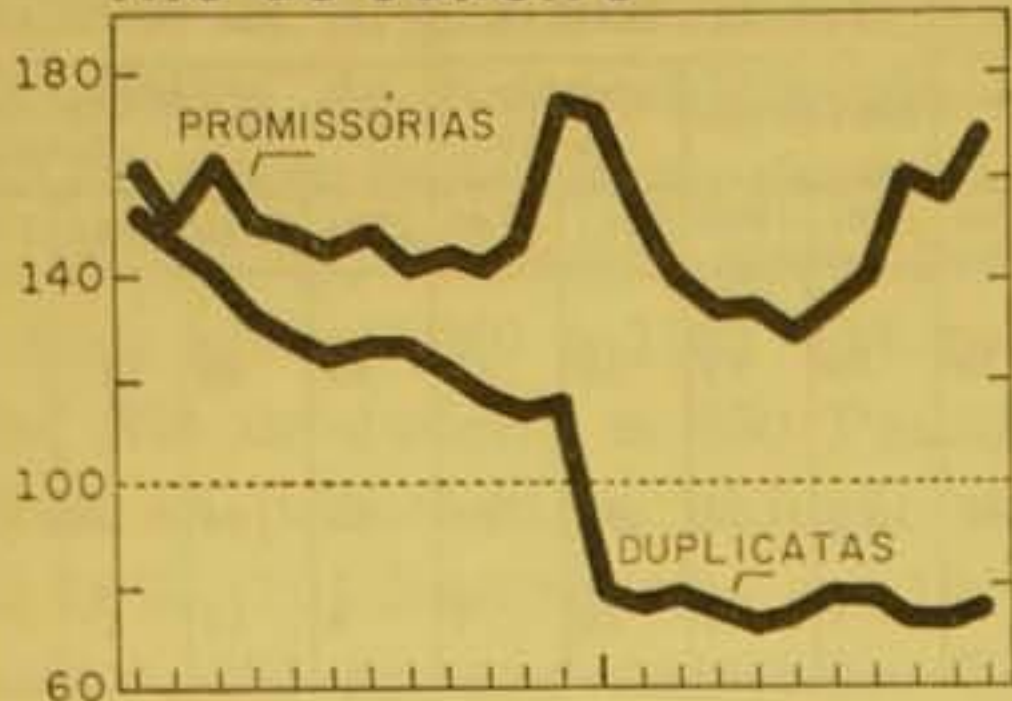
SÃO PAULO X RIO DE JANEIRO

As duas mais importantes praças comerciais do país continuaram a apresentar em 1961 aspectos bem individuais no tocante a solvabilidade. A média mensal de empréstimos bancários vencidos

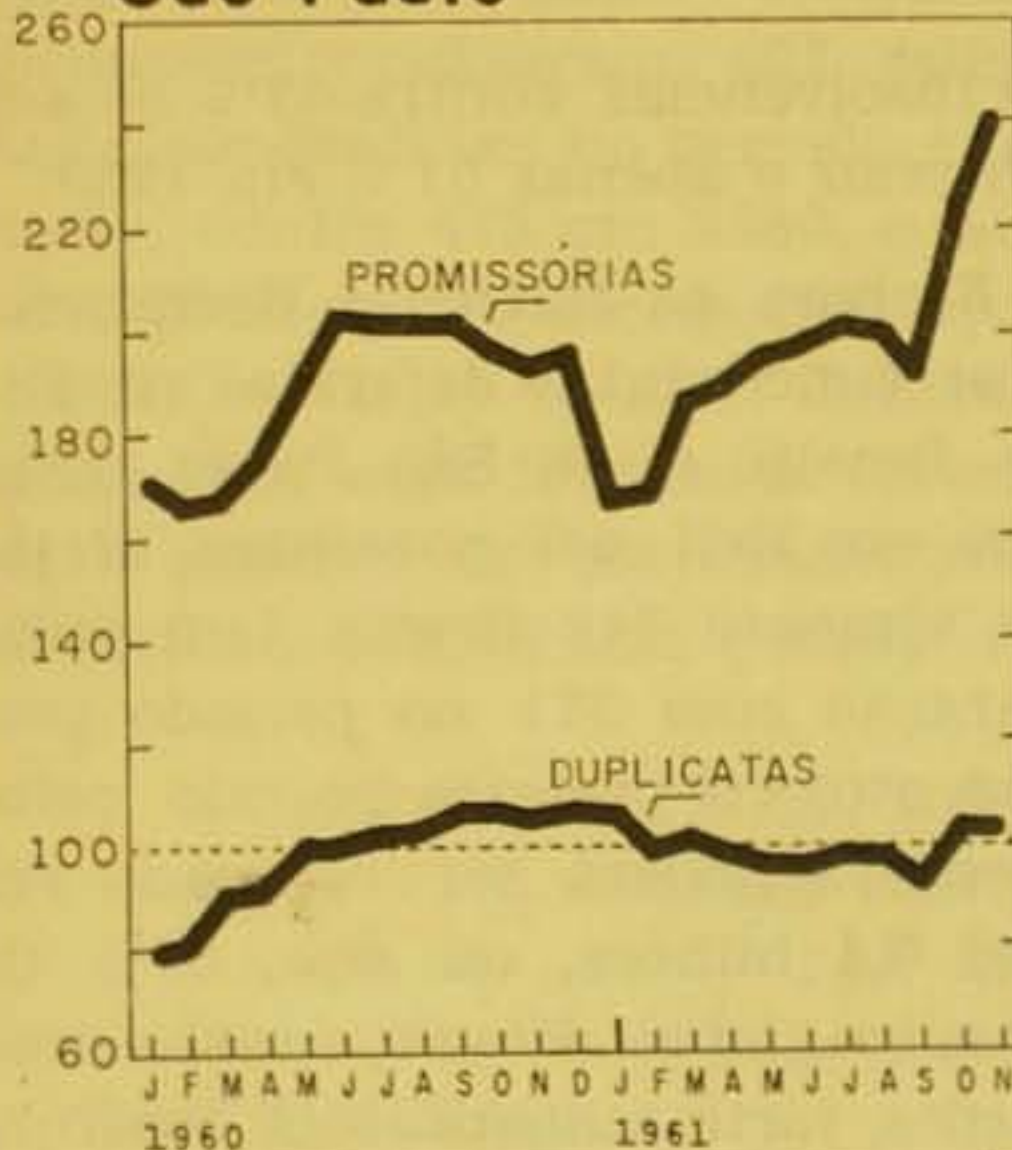
ÍNDICE DE SOLVÊNCIA

1954 = 100

Rio de Janeiro



São Paulo



em São Paulo ultrapassou 2,4 vezes a do Rio. Nos últimos anos esse coeficiente aumentou lentamente (*ver QUADRO III*). Se bem que a taxa média de protesto de títulos tenha sido praticamente a mesma nas duas capitais (6,98 por mil em São Paulo e 6,89 por mil no Rio), houve razoável melhoria na última praça e certo agravamento na capital bandeirante (*ver QUA-*

DRO V), em relação ao ano anterior. Teve influência fundamental sobre os resultados médios finais o comportamento do índice de solvência. O *GRÁFICO* revela que, no Rio, a capacidade de amortizar os compromissos dessa natureza acusou progresso no 1.º semestre, mas voltou ao nível inicial nos últimos meses de 1961.

Na capital bandeirante esse mesmo índice cresceu quase ininterruptamente no período analisado, o que indica dificuldades cada vez maiores dos devedores para realizar os pagamentos em dia. Nessas condições, a comparação da importância global de títulos levados a protesto em 1961 e em 1960 (11 meses) fornece o seguinte quadro: no Rio houve um aumento de Cr\$ 76 milhões (-Cr\$ 8 milhões em 1959/60), ao passo que em São Paulo o aumento importou em Cr\$ 498 milhões (-Cr\$ 82 milhões em 1959/60).

À expansão do crédito deve ser atribuída a responsabilidade por um incremento de títulos protestados no total de Cr\$ 139 milhões no Rio (Cr\$ 438 milhões no intervalo anterior) e de Cr\$ 318 milhões na capital paulista (Cr\$ 191 milhões em 1959/60). A alteração do padrão de pagamento dos compromissos vencidos determinou uma redução parcialmente compensadora de Cr\$ 63 milhões do mesmo total no Rio (-Cr\$ 446 milhões no intervalo precedente) e um acréscimo de Cr\$

180 milhões em São Paulo (-Cr\$ 273 milhões em 1959/60). Devido à melhoria do índice de solvência, diminuiu, portanto, o excesso antes referido de títulos levados a protesto, calculado sobre o resultado do ano anterior no Rio. Na capital bandeirante o agravamento desse índice ocasionou ampliação dos efeitos provocados pelo incremento do crédito.

Graças à menor quantidade de títulos protestados no Rio, o número de insolvências requeridas reduziu, embora em escala insignificante. Na capital paulista o maior número de títulos não liquidados apenas provocou aumento da incidência de concordatas, permanecendo a quantidade total de insolvências pedidas (falências + concordatas) 18% abaixo do nível de 1960.

Para as firmas cariocas a solicitação da falência ou concordata constituiu em 1961 ameaça menor quanto ao seu futuro do que no ano anterior, pois as insolvências decretadas ou deferidas correspon-

deram a 45% das pedidas (55% em 1960). Isso mostra que certo número de devedores conseguiu saldar as suas obrigações, quando já se encontravam em andamento os processos falimentares. Em São Paulo observa-se o inverso: uma proporção de 35% em 1960, que passou para 42% no ano seguinte.

No ramo Vestuário foi decretada ou deferida a insolvência de 22 organizações paulistas, contra a de 13 cariocas. Em compensação, só 7 falências ou concordatas de empresas do ramo imobiliário ocorridas na capital bandeirante se opõem a 16 no Rio.

O número de insucessos de sociedades anônimas em São Paulo diminuiu de 5%, ao passo que aumentou de 62% no Rio. Para as sociedades de responsabilidade limitada, o grupo mais numeroso, a redução alcançou 32% no Rio, contra 6% em São Paulo. O número de firmas individuais, finalmente, que tiveram a sua falência ou concordata decretada ou deferida, decresceu de 15% no Rio, mas aumentou de 16% em São Paulo.

Banco do Estado de São Paulo S. A.

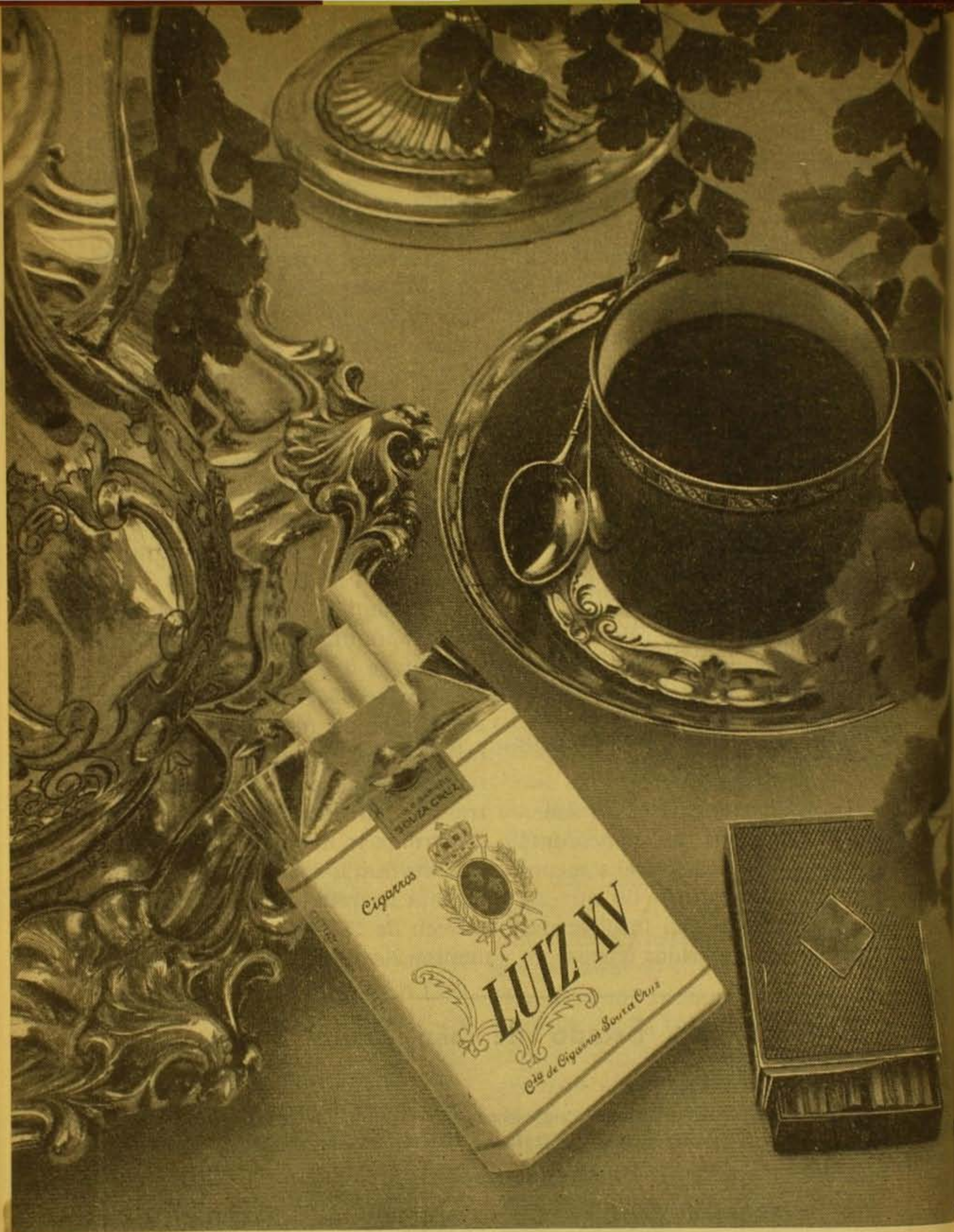
CAPITAL E RESERVAS Cr\$ 4.477.238.025,90

Depósitos — Empréstimos — Descontos — Câmbio — Cobranças —
Transferências — Títulos — Cofres de aluguel

MATRIZ:

Praça Antônio Prado, 6 — Caixa Postal, 789 — SÃO PAULO
End. Telegráfico: "BANESPA"

Filial no Rio de Janeiro — RUA DA ASSEMBLÉIA, 31



cigarros

LUIZ XV

o requinte de ontem para uma elite de hoje

CIA. DE
CIGARROS
SOUZA CRUZ

R-1.550-B

MERCADO IMOBILIÁRIO – Maior o movimento de vendas

O número de transações imobiliárias levadas a termo no Rio de Janeiro em 1961, até novembro, superou — ao contrário do observado em 1960 — o do ano anterior. Nos 11 meses investigados venderam-se mais de 7,2 mil prédios, terrenos e apartamentos por Cr\$ 5 bilhões, em comparação com cerca de 6,8 mil no valor de Cr\$ 4,4 bilhões em 1960 (ver QUADRO I). Assim, o movimento aproximou-se novamente da quantidade física apurada há 2 anos. No último período cresceu particularmente a procura de apartamentos e prédios, com um conseqüente acréscimo de 9% no movimento de compras (quantidade). Mais calmas permaneceram, porém, as transações com terrenos, resultando daí um recuo de 5%. A animação do mercado não se manteve constante no ano. Logo ao iniciar-se 1961, os compradores revelaram certa hesitação, em face da incerteza quanto a política financeira e econômica do novo governo federal, que tomaria posse a 31 de janeiro.

I - PROMESSAS DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS NO RIO DE JANEIRO
- JANEIRO A NOVEMBRO DE 1961 -
(Milhões de Cr\$)

CATEGORIA	1 9 6 1		1 9 6 0		1 9 5 9	
	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor
Apartamentos..	3 679	3 148	3 381	2 679	4 529	2 824
Prédios.....	2 070	1 598	1 906	1 441	2 481	1 238
Terrenos.....	1 408	231	1 476	261	874	165
TOTAL.....	7 157	4 977	6 763	4 381	7 884	4 277

Fonte: Cartórios.

A partir de maio, entretanto, a procura de bens de raiz oferecidos à compra aumentou e a margem de transações feitas em relação às do mesmo período de 1960 ampliou-se progressivamente. A essa altura já fôra baixada a Instrução 204 da SUMOC (13-3-61) e se haviam concluídas com sucesso as principais negociações sôbre financiamentos externos ao Brasil. Com a conseqüente mudança de clima psicológico, foram novamente criadas condições propícias às aplicações de capital a prazo mais extenso, como são os investimentos imobiliários.

A forte expansão dos meios de pagamento, ocorrida em fins de 1960, bem como a maior liberalidade na concessão de empréstimos hipotecários, já haviam, desde o princípio do período em foco, estabelecido as premissas financeiras indispensáveis a uma crescente atividade no mercado de imóveis. Uma demanda suplementar surgiu quando o novo governo federal se mostrou simpático a uma revisão da legislação do inquilinato. Esperava-se então que, uma vez introduzida nova orientação, os aluguéis mais desatualizados fôsem, no decurso de um prazo razoável, devidamente ajustados.

Em tais circunstâncias, aumentou novamente o interesse pela formação de patrimônio imobiliário, destinado a fornecer renda contínua, com o que terminaria, ou

ao menos perderia intensidade, a política atual de comprar e revender quanto antes as propriedades adquiridas, evitando, na medida do possível, a locação, rigidamente controlada por leis específicas.

Tal tendência prosseguiu até agosto, quando o número de transações (total acumulado no ano) não só excedeu o do mesmo período anterior, como o de 1959. Nessa época as discussões em torno de uma eventual revisão do salário mínimo chamaram a atenção dos interessados na compra de imóveis recém-construídos ou em construção para a influência dos vencimentos de operários sôbre o custo da construção civil, facilitando a conclusão de transações antes de outubro, quando se consumou a referida revisão. A ameaça de preços mais elevados em virtude de salários mais altos favoreceu particularmente a venda de apartamentos em adiantada fase de construção.

Com a crise política decorrente da renúncia do Presidente da República e em virtude do feriado bancário, bem como da greve dos empregados em estabelecimentos particulares de crédito, o mercado

Numerosas empresas privadas ou estatais em nosso país se valem de informações e dados de **CONJUNTURA ECONÔMICA** em seus balanços e relatórios anuais.

II - NOVAS HIPOTECAS REALIZADAS NO RIO DE JANEIRO
- JANEIRO A NOVEMBRO DE 1961 -
(Milhões de Cr\$)

PRAZO (anos)	1 9 6 1		1 9 6 0		1 9 5 9	
	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor
Até 5.....	489	764	401	415	418	262
6 a 15.....	339	417	490	426	424	446
16 ou mais....	392	337	370	316	365	201
TOTAL.....	1 220	1 518	1 261	1 157	1 207	909

Fonte: Cartórios.

de bens de raiz passou, nos últimos meses, ao período mais calmo do ano. Renovada a vigência da lei de inquilinato, sem alteração importante dos seus dispositivos, nenhum novo estímulo provocou crescente emprêgo de capital em bens de raiz.

Raramente antes o mercado de imóveis se mostrou tão sensível a fatores econômicos e políticos como em 1961, quando o vulto dos negócios variou em função das mais diversas causas. Examinando os resultados globais do ano, verificamos, todavia, que os efeitos dos fatores expansionistas predominaram sobre as conseqüências de restrições.

**INSIGNIFICANTE O AUMENTO
DOS VALORES MÉDIOS**

Uma análise dos preços alcançados na venda de bens de raiz revela que no intervalo 1960/61 (11 meses em cada ano) as cotações de

apartamentos acusaram alta de 8,1%, as de prédios 2,1%, enquanto os terrenos, em conjunto, chegaram a ser negociados até a 7,3% abaixo do nível do ano anterior (*ver QUADRO III*). Ao apreciar estes resultados, cumpre levar em conta que no presente estudo são computados tanto os apartamentos recém-construídos (cujos preços evoluíram intensamente), como os revendidos (de valorização mais lenta), sejam estes na época da transação alugados ou não. Os ter-

**III - VALORES MÉDIOS DE IMÓVEIS
NEGOCIADOS NO RIO DE JANEIRO**
- JANEIRO A NOVEMBRO DE 1961 -
(Cr\$ mil/ unidade)

AN O	PRÉDIOS	TERRENOS	APARTAMENTOS
1961....	772	164	856
1960....	756	177	792
1959....	499	189	624
1958....	641	197	558
1957....	556	193	508

Fonte: Cartórios.



renos — como aliás todos os demais imóveis — foram, outrossim, incluídos independentemente da zona de sua localização, apesar de predominarem percentualmente cada vez mais as transferências de lotes nos subúrbios.

Verifica-se ainda que, preferindo a maior parte da população o apartamento como moradia, em detrimento do prédio residencial para uma só família, a superior procura dos primeiros deu margem à sua valorização mais intensa. Finalmente, a evolução do custo da vida exerce importante influência tanto sobre o comportamento de preços de terrenos nos subúrbios, como sobre o montante de vendas. As súbitas e fortes altas dos preços ao consumidor determinam uma diminuição das poupan-

ças periódicas dos pequenos capitalistas, que são os principais pretendentes a propriedade na periferia da cidade. Foi, portanto, em virtude da intensa alta do custo da vida no ano transato que as aquisições de lotes nos bairros de preços mais acessíveis devem ter diminuído.

A participação percentual de cada uma das 3 categorias (prédios, terrenos e apartamentos) pouco variou no período analisado, quanto ao número, relativamente a 1960. Todavia, a quota de apartamentos sofreu certa redução e a de terrenos um incremento sobre 1959, conforme se depreende do *GRÁFICO*.

O elemento humano constitui fator decisivo para a eficiência de qualquer organização. Selecionar o pessoal, pesquisar-lhe os pendores profissionais e orientá-lo devidamente são alguns dos importantes problemas de natureza técnica impostos à moderna empresa. Para a solução desses problemas, procure o

Instituto de Seleção e Orientação Profissional

mantido pela

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

RUA DA CANDELARIA, 6 — 2.º andar —

Telefone: 43-5144 — RIO DE JANEIRO

(horário, de 9 às 18 horas)

O *QUADRO* abaixo apresenta um índice de valores médios imobiliários (1957 = 100) de todos os bens de raiz para o último quinquê-

nio. Para efeito de ponderação empregou-se a distribuição das 3 categorias em 1961.

ANO	PRÉDIOS	TERRENOS	APARTAMENTOS	TODOS OS IMÓVEIS
1957	100	100	100	100
1958	115	102	110	111
1959	90	98	123	109
1960	136	92	156	144
1961	139	85	169	151

Verifica-se, portanto, que, após a forte valorização de 31% em 1959/60, os valores médios, abrangendo todos os negócios realizados com bens de raiz no Rio de Janeiro, acusaram em 1960/61 uma alta de apenas 5%. A disparidade desses 2 resultados sucessivos reflete a disposição de um restrito número de compradores em 1960 de pagar preços fortemente elevados e uma atitude conformista dos vendedores em 1961 em contentar-se com cotações apenas acrescidas ligeiramente, desde que essa mentalidade conciliadora dê margem a uma expansão dos negócios.

A fim de melhor esclarecer a tendência — prazo mais extenso do que um só ano — dos preços neste importante mercado, calcula-

ram-se as taxas médias anuais de valorização para diversos períodos, utilizando-se os elementos por nós colhidos.

PERÍODO DE	PERÍODO TERMINADO EM:	
	1961 (%)	1960 (%)
5 anos	12	13
4 anos	11	14
3 anos	11	13
2 anos	17	14
1 ano	5	31

Do confronto acima conclui-se que a valorização imobiliária tende a diminuir ultimamente e que, em média, a alta dos preços de bens de raiz não acompanhou nos últimos 5 anos o aumento verificado em relação à maioria dos bens móveis, à cotação de ações de reputadas sociedades ou ao valor atribuído a moedas fortes.

IMÓVEIS DE CUSTO ACCESSÍVEL — RECUPERAÇÃO DO MOVIMENTO

A julgar pelos resultados constantes do *QUADRO IV*, a taxa média de juros hipotecários sofreu uma alta de 10,1% em 1960 para 10,8% no ano passado. Foi o dinheiro emprestado a prazo curto ou médio que mais aumentou de preço.

Simultaneamente *d e c r e s c e u*, também em média, o prazo concedido aos devedores para amortizar as quantias utilizadas (8,9 anos em 1961, contra quase 11 anos em 1960 ou 1959). Destarte, aqueles compradores de bens de raiz que recorreram a financiamentos tiveram em 1961 que arcar com mensalidades pela tabela Price, cujo valor aumentou cerca de 15% sobre a importância-padrão vigente um ano antes. É bem verdade que assim os mutuários terão liquidado as suas dívidas quase 2 anos mais

cedo do que à base das condições mais comumente admitidas em 1960.

Todavia, a variação do prazo médio para amortização e, em escala menor, a alteração da taxa de juros criaram para os adquirentes, onerados com débitos hipotecários, um encargo adicional. Este importou em cerca de 15% das mensalidades pela tabela Price de 1960. Em transações de compras imobiliárias fortemente gravadas com hipotecas o incremento referente ao crédito a amortizar até ultrapassou o acréscimo do preço do prédio ou apartamento desde 1960 (média de 5%).

É do conhecimento geral que cada prédio ou terreno no Centro ou na zona Sul representa um múltiplo do valor de um imóvel localizado nos subúrbios, nas Ilhas ou na zona Norte. A recente evolução dos preços alcançados por transações correntes vem ampliando cada vez mais a diferença de nível des-

17 - TAXA MÉDIA DE JUROS E PRAZO MÉDIO PARA AMORTIZAÇÃO DAS NOVAS HIPOTECAS NO RIO DE JANEIRO - JANEIRO A NOVEMBRO DE 1961

PRAZO CONTRATUAL (anos)	TAXA MÉDIA DE JUROS (%)			PRAZO MÉDIO PARA AMORTIZAÇÃO (anos)		
	1961	1960	1959	1961	1960	1959
Até 5.....	10,8	10,0	11,2	2,3	1,9	2,4
6 a 15.....	11,1	10,0	10,8	12,0	12,8	10,7
16 ou mais....	10,2	10,2	10,0	19,9	19,8	20,0
TOTAL.....	10,8	10,1	10,4	8,9	10,8	10,7

ses valores venais. Segundo revela o *QUADRO* a seguir, prédios e terrenos situados nos bairros, onde vigoram preços relativamente módicos, foram, em média, negociados em 1961 a preços inferiores aos de 1960. Já nas zonas em que os bens de raiz alcançaram antes cotações elevadas, os preços cresceram fortemente no que se refere a prédios e apartamentos, atingindo êsse incremento apreciável intensidade em alguns sub-grupos do conjunto.

Nessas condições, em 1961 um prédio em bairro valorizado era adquirido pela quantia correspondente a 8 prédios nas restantes zonas

e um único terreno de alto preço por uns 7 lotes em local menos apreciado. Finalmente, o valor venal de um apartamento altamente cotado só excedeu o dos demais pela margem de 60%. Nesta categoria de imóveis a localização não constitui, portanto, fator proeminente na formação do preço. Êste depende muito mais da área útil, da qualidade da construção etc. Apesar da preferência cada vez maior do apartamento como moradia, continua, pois, a ser atribuído ao solo a principal parcela do valor de uma propriedade imobiliária.

VALORES MÉDIOS
(Mil Cr\$/Unidade)

DISCRIMINAÇÃO	ZONAS MENOS VALORIZADAS			ZONAS MAIS VALORIZADAS		
	1961	1960	%	1961	1960	%
Prédios	559	581	96	4371	1761	248
Terrenos	147	162	91	1082	1579	69
Apartamentos	617	607	102	969	880	110

Se V. S. se interessa pela Edição Internacional (em inglês), também mensal, desta Revista, queira fazer seu pedido à **FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS**, (Serviço de Publicações), Praia de Botafogo, 186, tel. 46-4010 (no Rio), ou ao nosso Agente Local.

V - MOVIMENTO IMOBILIÁRIO NAS ZONAS MAIS OU MENOS VALORIZADAS
- JANEIRO A NOVEMBRO DE 1961 -
(Milhões de Cr\$)

ANO	ZONAS MENOS VALORIZADAS				ZONAS MAIS VALORIZADAS			
	Movimento		Índice		Movimento		Índice	
	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor
1959.....	4 547	1 811	100	100	3 337	2 416	100	100
1960.....	4 322	1 927	95	106	2 441	2 454	73	102
1961.....	4 552	2 054	100	113	2 605	2 923	78	121

Fonte: Cartórios.

O recuo dos valores venais de muitos bens de raiz sitos nos Subúrbios, nas Ilhas e na Zona Norte permitiu a um maior número de interessados do que no ano anterior realizar compras imobiliárias (*ver QUADRO V*). Desta maneira, o movimento quantitativo voltou no ano estudado ao nível de 1959.

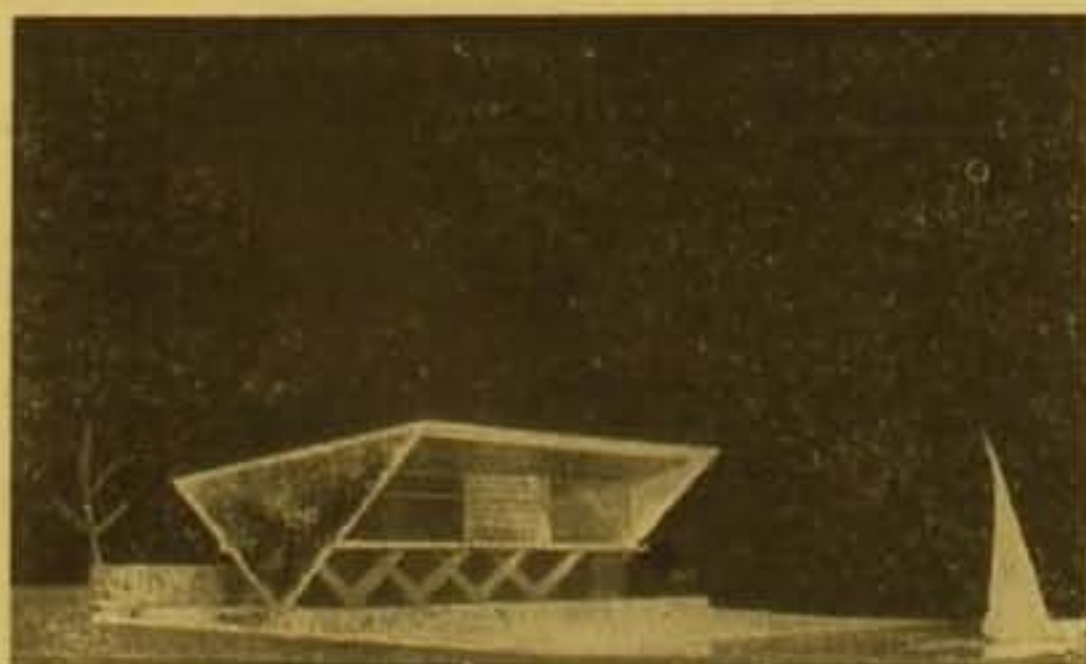
No Centro e na Zona Sul, porém, a intensa alta dos principais preços tornou proibitivo a determinados adquirentes em perspectiva le-

var a termo as transações pretendidas e o número de promessas de compra e venda permaneceu em 1961 cêrca de 22% abaixo do de 1959 (-27% em 1960).

AUMENTA O PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO PARTICULAR

As pessoas físicas incrementaram em 1961 as compras de bens de raiz empregando Cr\$ 3,9 bilhões, ou seja, +Cr\$ 376 milhões (11%) do que no ano anterior, após haverem no intervalo prece-

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ARQUITETURA E URBANISMO MAURO MÜLLER



JORGE SCÉVOLA DE SEMENOVITCH
MAURO DE CARVALHO MÜLLER
MIGUEL DIB CADDAR FILHO
a r q u i t e t o s

rua méxico 148 s.1002 fone 52-4844 rio

dente restringido a aquisição de propriedades (ver QUADRO VI). Embora tivessem êles ampliado igualmente a venda de seus imóveis, o patrimônio do conjunto de particulares cresceu em 1961 de Cr\$ 206 milhões, o que equivale a 5% do montante das aquisições (3% em 1960).

Prosseguiu animada, se bem que em escala mais modesta, a inversão por parte de pessoas jurídicas em bens de raiz. Os Cr\$ 1,1 bilhão assim aplicados representam um aumento de 25% sôbre o ano anterior (53% em 1959/60). Em virtude da intensificação das vendas de imóveis pertencentes a entidades, o saldo de compras menos vendas (Empresas Imobiliárias excluídas) ficou, no último ano, reduzido a 59% das primeiras (75% em 1960).

Registraram excelente movimen-

to de suas propriedades as Empresas Imobiliárias, que no período examinado efetuaram vendas no total de Cr\$ 729 milhões, ou seja, 15% de tôdas as transações realizadas por quaisquer vendedores (9% em 1960). Naturalmente, não se encontram computados no total acima os bens de terceiros, negociados contra corretagem, por intermédio das referidas empresas imobiliárias.

Entre os demais inversores, destaca-se a indústria, cujo patrimônio em bens de raiz cresceu na proporção de 62% das compras efetuadas (26% no ano anterior). As instituições beneficentes tiveram, outrossim, um acréscimo correspondente a 51% (79% em 1960).

Cabe, finalmente, reconhecer que o público investidor, sejam os particulares, sejam entidades as mais

VI - COMPRADORES E VENDEDORES DE IMÓVEIS - JANEIRO A NOVEMBRO DE 1961
(Milhões de Cr\$)

COMPRADORES OU VENDEDORES	COMPRAS (+)			VENDAS (-)			SALDO	
	1961	1960	1959	1961	1960	1959	1961	1960
1. PESSOAS FÍSICAS.....	3 870	3 494	3 646	3 664	3 396	3 371	+206	+ 98
2. Indústria.....	361	242	137	137	179	56	+224	+ 63
3. Bancos.....	301	169	45	69	19	33	+232	+150
4. Instituições beneficentes.....	132	159	56	65	34	33	+ 67	+125
5. Empresas imobiliárias.....	114	118	91	729	412	428	-615	-294
6. Comércio.....	76	148	102	95	159	134	- 19	- 11
7. Previdência social e cias. de seguros e capitalização.....	54	12	94	191	148	141	-137	-136
8. Outros.....	69	39	56	27	34	31	+ 42	+ 5
9. TÔDAS PESSOAS JURÍDICAS (2 a 8).	1 107	887	581	1 313	985	856	-206	- 98

Fonte: Cartórios.

diversas, distinguiram claramente em 1961 entre inversões a prazo curto e aplicações de capital de plena rentabilidade ou valorização após maior tempo. A emissão de letras de importação e de exportação pelo Banco do Brasil atraiu, em virtude de sua alta rentabilidade e segurança, substancial parcela dos investimentos privados em 1961 e assim diminuiu o interesse pelos demais papéis negociados nas Bôlsas.

Parece que o fato de se tratar de emprêgo de capital pelo prazo de apenas alguns meses evitou que a subscrição em letras do Banco do Brasil alcançasse montantes tão altos que ao mercado de imóveis deixassem de ser canalizados capitais suficientes. Conforme revelam

as estatísticas citadas e comentadas, pessoas físicas e jurídicas não se abstiveram de expandir as suas compras de bens de raiz, apesar de, muitas vêzes, só poderem esperar os resultados financeiros de tais aplicações depois de prazo incerto. Daí se conclui que os recursos disponíveis foram bastante amplos para permitir uma repartição dos fundos entre inversões a prazo curto e as demais. Os bancos, por exemplo, que constituíram um dos mais importantes grupos de subscritores, por conta própria e de seus clientes, de letras do Banco do Brasil, efetuaram aquisições de imóveis por Cr\$ 301 milhões em 11 meses de 1961, contra Cr\$ 169 milhões no ano anterior e apenas Cr\$ 45 milhões em 1959.

A ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

*oferece a estudiosos de administração de empresas e homens de negócio,
excelente oportunidade de treinamento e formação científica em seus cursos.*

CURSO INTENSIVO DE ADMINISTRADORES

- Para dirigentes de empresas (gerentes, superintendentes e diretores).
- Mínimo de 3 anos de Experiência e Entrevista de Avaliação do Candidato.
- Duração de 12 semanas.
(90 dias) aulas de 2.^a a 6.^a feira, de manhã e à tarde.
- Tempo integral e frequência integral.
- Certificado de conclusão.

CURSO UNIVERSITÁRIO DE FORMAÇÃO

- Para estudantes com 2.^o ciclo completo (ou equivalente).
- Concurso de Habilitação (vestibular): História do Brasil e da Civilização, Português, Inglês, Nível Mental e Personalidade.
- Duração de 4 anos (de março a junho e de agosto a novembro). Turmas pela manhã e à tarde.
- Diploma de Administrador de Empresas.

* * *

I N F O R M A Ç Õ E S

RUA MARTINS FONTES, 109 — 9.^o ANDAR — FONE: 34-0971
S Ã O P A U L O

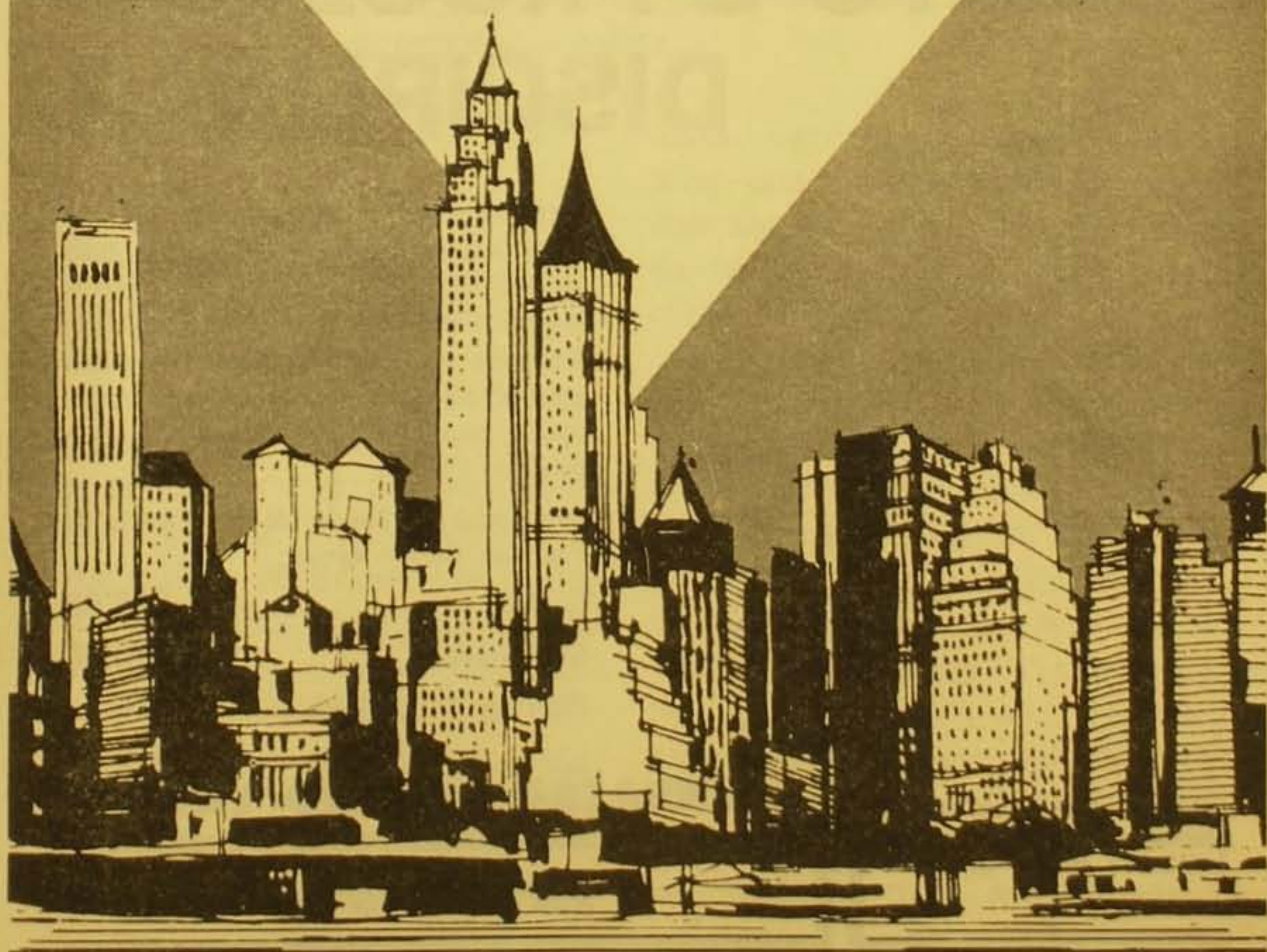
BOEING 707

Rolls Royce



ÚNICO VÔO DIRETO A
NOVA YORK

CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS
OU
VARIG



DIREITO E PROCESSO DISCIPLINAR

THEMISTOCLES BRANDÃO CAVALCANTI

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

DIREITO E PROCESSO DISCIPLINAR

um livro que, sem dúvida, não poderá faltar em sua biblioteca. Nas suas 230 páginas, trata THEMISTOCLES CAVALCANTI dos aspectos doutrinário e prático da autonomia do Direito Disciplinar em relação ao Direito Penal, com especial atenção às modalidades de infrações e penas, face aos Estatutos dos Funcionários Públicos.

Uma edição do Serviço de Publicações da Fundação Getúlio Vargas.

Brochura.....Cr\$ 300,00

Encadernado.....Cr\$ 400,00

PEDIDOS PELO REEMBOLSO POSTAL A

praia de botafogo 186 - gb.

c. postal 4091 - brasil

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

serviço de publicações

Resultados das sociedades anônimas em 1959/1960

Conforme vimos fazendo há vários anos, apresentamos neste estudo uma análise dos resultados financeiros de 5 587 empresas, com base nos balanços e contas de resultados publicados nos Diários Oficiais. Tais empresas pertencem aos seguintes setores econômicos: comércio (1 925 firmas), Indústria (2 642), Transportes e Serviços Públicos (262) e Atividades Diversas (758). Pela massa de unidades econômicas envolvidas na presente análise, pode-se afirmar que elas são bem representativas do total das sociedades anônimas do país, em 1960. Para assegurar ainda mais a validade da análise dos elementos aqui considerados, mantivemos, tanto para 1959 como para 1960, as mesmas empresas, não somente no total como nos agregados parciais.

INVERSÕES ADICIONAIS EM 1960

A mobilização de recursos financeiros em 1960, feita pelas 5 587 firmas citadas, atingiu o expressivo montante de Cr\$ 310 bilhões, dos quais Cr\$ 205 bilhões de origem externa e Cr\$ 105 bilhões de origem interna. Considerando, todavia, que os vários setores econômicos envolvidos se sujeitam a características conjunturais próprias, impõe-se, para a análise mais apurada, separá-los em sub-agregados homogêneos. Verifica-se, destarte, que o "Comércio", composto de três sub-setores específicos (ataca-

dista, varejista e armazenagem) além dos "Ramos diversos", mobilizaram, em 1960, Cr\$ 44 bilhões de recursos financeiros, ou seja, cerca de 14% do total.

Enquanto isso, a "Indústria", composta de 24 sub-setores específicos e mais um grupo classificado como "Diversos", num total de 2 642 firmas, mobilizou 220 bilhões, ou seja, 70% do total dos recursos. O conjunto das empresas componentes do agregado "Transportes e Serviços Públicos", aqui representado por 262 firmas, mobilizou Cr\$ 37 bilhões; cabe salientar que somente o sub-setor "energia elétrica" realizou uma mobilização fi-

I - ORIGEM E DESTINO DAS INVERSÕES EM 1960

(Em milhões de cruzeiros)

R A M O	O R I G E M									D E S T I N O						
	EXTERNA				INTERNA					TOTAL DA ORIGEM	IMOBILIZADO		DISPONÍ- VEL	REALIZÁVEL		TOTAL DO DESTINO
	Capital	Exigíveis		Total	Reavali- ações	Reservas		Depreci- ações	Total		Reavali- ações	Novo		Estoque	Outros	
		Bancos	Outros			Incorp. ao Cap.	Novas									
COMÉRCIO.....	7 182	4 830	20 969	32 981	436	1 974	8 021	727	11 158	44 139	436	4 598	2 348	6 140	30 617	44 139
Atacadista.....	2 664	2 933	10 134	15 731	77	971	2 605	279	3 932	19 663	77	1 757	1 530	2 569	13 730	19 663
Varejista.....	511	537	4 382	5 430	49	361	2 038	226	2 674	8 104	49	763	346	1 955	4 991	8 104
Armazenagem.....	470	- 53	2 031	2 448	50	38	335	31	454	2 902	50	570	131	-	2 151	2 902
Diversos.....	3 537	1 413	4 422	9 372	260	604	3 043	191	4 098	13 470	260	1 508	341	1 616	9 745	13 470
INDÚSTRIA.....	43 426	17 116	79 049	139 591	6 052	17 162	41 170	16 237	80 621	220 212	6 052	72 311	7 813	38 439	95 597	220 213
Têxtil.....	2 148	2 162	5 251	9 561	526	725	3 742	919	5 912	15 473	526	2 896	1 068	3 250	7 733	15 473
Construção.....	743	- 47	7 923	8 619	105	114	827	1 570	2 616	11 235	105	3 661	539	-	6 930	11 235
Siderúrgica e Metalúrgica.	1 740	3 151	4 630	9 521	211	5 882	3 465	3 283	12 841	22 362	211	10 492	328	6 134	5 853	22 362
Elétrica.....	594	1 007	3 834	5 435	49	102	1 284	132	1 567	7 002	49	1 066	596	406	4 885	7 002
Vidros e Cerâmica.....	349	143	317	809	30	123	350	107	610	1 419	30	337	106	55	891	1 419
Química e Farmacêutica....	2 957	3 657	10 455	17 069	378	678	2 520	967	4 543	21 612	378	4 233	617	2 665	13 719	21 612
Papel.....	581	330	740	1 651	118	301	689	171	1 279	2 930	118	1 299	41	346	1 126	2 930
Móveis e Utensílios.....	199	55	191	445	37	60	72	8	177	622	37	230	67	66	222	622
Gráfica e Jornais.....	199	17	1 407	1 589	59	542	40	97	658	2 247	59	226	79	379	1 504	2 247
Gêneros Alimentícios.....	1 990	968	6 342	9 300	268	960	2 070	956	4 254	13 554	268	2 857	1 023	3 601	5 805	13 554
Vestuário.....	504	477	1 124	2 105	34	56	433	95	618	2 723	34	303	243	649	1 494	2 723
Mineração.....	595	- 115	36	516	2 720	2 767	3 266	949	9 702	10 218	2 720	4 239	- 787	1 237	2 809	10 218
Joalheria e Bijouteria....	3	- 5	7	5	-	4	2	2	4	9	-	3	- 1	21	- 8	9
Fumo e Fósforos.....	1 052	27	738	1 817	-	5	1 114	59	1 178	2 995	-	584	255	990	1 166	2 995
Equipamentos e Instrumentos	972	739	2 469	4 180	74	377	895	287	1 633	5 813	74	1 280	352	983	3 124	5 813
Madeira.....	252	125	593	970	45	130	160	76	411	1 381	45	362	58	343	573	1 381
Couros.....	41	117	224	382	10	75	214	11	288	670	10	59	45	202	354	670
Borracha.....	2 689	1 590	657	4 936	-	628	2 084	786	3 498	8 434	-	3 148	10	2 485	2 791	8 434
Material p/Construção.....	783	510	603	1 896	534	301	1 242	408	2 485	4 381	534	824	262	350	2 411	4 381
Cinematográfica.....	2	138	66	74	-	-	29	42	13	87	-	36	1	-	50	87
Plásticos.....	254	277	480	1 011	5	-	500	228	733	1 744	5	424	96	178	1 041	1 744
Petrolífera.....	15 190	160	9 382	24 732	383	1 328	10 026	1 833	13 570	38 302	383	21 564	638	3 617	12 100	38 302
Automobilística.....	5 714	818	14 233	20 765	276	426	3 446	2 541	6 689	27 454	276	9 045	2 505	6 305	9 323	27 454
Reunidas.....	2 738	63	5 117	7 792	82	1 060	1 922	421	3 485	11 277	82	1 473	106	2 721	6 895	11 277
Diversos.....	1 137	912	2 362	4 411	108	518	920	311	1 857	6 268	108	1 676	222	1 456	2 806	6 268
TRANSPORTES E SERV. PÚBLICOS	3 920	7 652	14 275	25 847	4 745	274	3 378	3 074	11 471	37 318	4 745	20 175	1 685	-	10 713	37 318
Transportes.....	- 32	856	2 155	2 979	266	108	330	1 003	1 707	4 686	266	1 060	190	-	3 170	4 686
Comunicações.....	216	- 1	779	994	1 590	100	1 374	283	3 347	4 341	1 590	1 048	372	-	1 331	4 341
Energia Elétrica.....	3 734	6 803	10 019	20 556	2 889	66	1 368	1 764	6 087	26 643	2 889	18 031	804	-	4 919	26 643
Diversos.....	2	- 6	1 322	1 318	-	-	306	24	330	1 648	-	36	319	-	1 293	1 648
OUTROS RAMOS.....	1 112	114	5 598	6 824	200	273	828	344	1 645	8 469	200	1 584	392	392	5 901	8 469
Ensino e Saúde.....	26	4	112	142	4	2	56	8	70	212	4	104	23	-	81	212
Hotéis e Turismo.....	84	19	581	684	10	48	103	34	195	879	10	236	3	-	630	879
Diversos e Rádio.....	12	33	442	487	50	-	64	34	148	635	50	387	12	-	210	635
Fazendas Agrícolas.....	323	102	1 033	1 458	48	172	334	232	786	2 244	48	721	87	392	996	2 244
Imobiliária.....	667	- 44	3 430	4 053	88	51	271	36	446	4 499	88	135	291	-	3 984	4 499
T O T A L	55 640	29 712	119 891	205 243	11 433	19 683	53 397	20 382	104 896	310 138	11 433	98 668	12 238	44 971	142 829	310 139

Fonte: Balanços publicados nos Diários Oficiais.

nanceira de Cr\$ 27 bilhões, num conjunto de 80 empresas. As demais sociedades reunidas nos "Ramos Diversos", num total de 758, mobilizaram Cr\$ 8,5 bilhões.

A classificação da origem dos recursos entre "externa" e "interna" tem alta significação, de vez que no primeiro caso há idéia do esforço de captação de recursos, não só através dos aumentos de capital, decorrentes de novas emissões, como das operações de crédito realizadas pelos diversos setores para complementar as necessidades de capital reclamadas pela conjuntura financeira que envolve os empreendimentos econômicos. Já os recursos de origem interna são representados pelo esforço de capitalização a que se sujeitam as empresas, como condição essencial de crescimento econômico.

O fato de os recursos de origem externa preponderarem sobre os de origem interna, tanto para o conjunto das firmas, como para os agregados específicos, isto é, para os setores de "Comércio", "Indústria", "Transportes e Serviços Públicos" e "Outros", não implica, necessariamente, ter sido o esforço de capitalização interna menos significativo do que os resultados decorrentes de complementação de recursos externos. Isto porque a parcela principal dos recursos de origem externa provém de aumentos em "contas exigíveis" (Banco e Outros), cuja contrapartida se ex-

pressa no aumento de "contas realizáveis", seja no aumento de estoques, seja no aumento de créditos contra terceiros.

Deve-se notar, como pertinente, que essa contrapartida não implica em igualdade contábil entre aumento de "exigível" e aumento de "realizável".

Os recursos mobilizados pelos diversos setores econômicos sob análise destinaram-se substancialmente ao aumento do ativo fixo, montando a Cr\$ 110 bilhões, ou seja, mais de 1/3 do total das aplicações. É verdade que nesses Cr\$ 110 bilhões de aumento do ativo fixo, cerca de Cr\$ 11 bilhões se referem à reavaliações mas de qualquer modo a cifra imobilizada em dados efetivos não perde sua expressividade.

O aumento do disponível, para o conjunto das empresas aqui consideradas, foi de Cr\$ 12 bilhões, ou seja, cerca de 4% do total das aplicações, e o aumento do capital de giro realizável — que é a parcela preponderante do todo — absorveu Cr\$ 188 bilhões, isto é, 60% do total.

O exame do comportamento dos recursos mobilizados, em 1960, para fins do ativo fixo, por setores de atividade, revela certas características particulares que devem ser destacadas. Em primeiro lugar, as imobilizações em "Transportes e Serviços Públicos" são sempre proporcionalmente maio-

11 - ATIVO E INVERSÕES
(Em milhões de cruzeiros)

R A M O	Nº DE SOCIE- DADÉS	ATIVO IMOBILIZADO		ATIVO DISPONÍVEL		ATIVO REALIZÁVEL				INVERSÕES					
		1959	1960	1959	1960	Estoques		Outros		Totais		Próprias Brutas		Próprias Líquidas	
						1959	1960	1959	1960	1959	1960	1959	1960	1959	1960
COMÉRCIO.....	1 925	19 284	24 318	6 845	9 193	33 764	39 904	79 993	110 610	139 886	124 025	72 553	90 893	70 519	88 132
Atacadista.....	788	7 293	9 127	3 202	4 732	22 529	25 098	31 532	45 262	64 556	84 219	29 624	36 220	28 861	35 178
Varejista.....	266	3 679	4 491	1 189	1 535	6 202	8 157	8 621	13 612	19 691	27 795	11 378	14 563	10 663	13 622
Armazenagem.....	82	1 850	2 470	279	410	-	-	1 230	3 381	3 359	6 261	2 119	3 043	2 050	2 943
Diversos.....	789	6 462	8 230	2 175	2 516	5 033	6 649	38 610	48 355	52 280	65 750	29 432	37 067	28 945	36 389
INDÚSTRIA.....	2 642	225 409	303 772	31 335	39 148	118 261	156 700	237 212	332 809	612 217	832 429	353 691	477 738	310 210	418 020
Têxtil.....	299	19 789	23 211	1 342	2 410	12 028	15 278	21 856	29 589	55 015	70 468	31 367	39 427	27 939	35 080
Construção.....	230	6 881	10 647	1 179	1 718	-	-	18 785	25 715	26 845	38 080	7 303	10 662	5 275	7 064
Siderurgia e Metalurgia.....	224	33 456	44 159	5 321	4 993	14 814	20 948	31 167	37 020	84 758	107 120	54 788	69 369	44 641	55 939
Elétrica.....	57	4 377	5 492	639	1 235	5 666	6 072	10 353	15 238	21 035	28 037	9 103	11 264	8 438	10 467
Vídeos e Cerâmica.....	65	2 616	2 983	163	269	1 317	1 372	2 160	3 051	6 256	7 675	3 865	4 824	3 454	4 306
Química e Farmacêutica.....	234	19 440	24 051	1 440	2 057	12 065	14 730	17 842	31 561	50 787	72 399	26 732	34 232	23 897	30 430
Papel.....	47	3 654	5 071	324	365	1 467	1 813	2 893	4 019	8 338	11 268	5 463	7 323	4 621	6 310
Móveis e Utensílios.....	39	331	598	36	103	430	496	653	875	1 450	2 072	750	1 126	675	1 043
Gráfica e Jornais.....	121	2 555	2 840	216	295	652	1 031	3 623	5 127	7 046	9 293	3 374	4 231	2 957	3 717
Cêneros Alimentícios.....	314	17 719	20 844	1 825	2 848	9 801	13 402	13 859	19 664	43 204	56 758	23 510	29 754	20 555	25 843
Vestuário.....	108	1 634	1 971	226	469	1 520	2 169	2 684	4 178	6 064	8 787	3 219	4 341	2 919	3 946
Mineração.....	66	12 006	18 965	3 027	2 240	1 695	2 932	9 219	12 028	25 947	36 165	13 620	23 917	10 692	20 040
Joalheria e Bijouteria.....	18	59	56	23	22	154	175	104	96	340	349	234	241	225	230
Fumo e Fósforo.....	18	3 488	4 072	780	1 035	2 546	3 536	2 443	3 609	9 257	12 252	7 145	9 375	5 952	8 123
Equipamentos e Instrumentos.....	142	5 157	6 511	636	988	4 421	5 404	6 716	9 840	16 930	22 743	8 667	11 272	7 606	9 924
Madeiroiro.....	91	1 247	1 654	127	185	1 001	1 344	1 518	2 091	3 893	5 274	2 247	2 910	1 961	2 548
Couros.....	31	632	701	52	97	518	720	792	1 146	1 994	2 664	1 143	1 472	1 042	1 282
Borracha.....	32	7 034	10 182	1 051	1 061	3 675	6 160	5 328	8 119	17 088	25 522	11 229	17 416	9 649	15 050
Material p/Construção.....	118	6 231	7 589	561	823	2 590	2 940	5 351	7 762	14 733	19 114	9 262	12 530	8 035	10 895
Cinematográfica.....	7	219	255	3	4	-	-	100	150	322	409	-	14	1	138
Plásticos.....	20	1 792	2 221	124	220	625	803	1 607	2 648	4 148	5 892	2 566	3 553	2 217	2 976
Petrolífera.....	38	37 699	59 646	7 228	7 866	15 428	19 045	39 328	51 428	99 683	137 985	66 325	95 085	61 369	83 296
Automobilística.....	58	24 128	33 449	3 544	6 049	13 973	20 278	18 394	27 717	60 039	87 493	34 420	46 823	32 408	42 270
Reunidas.....	21	6 946	8 501	737	843	7 638	10 359	13 037	19 932	28 358	39 635	16 014	22 237	13 493	19 295
Diversos.....	244	6 319	8 103	731	953	4 237	5 693	7 400	10 206	18 687	24 955	11 359	14 353	10 301	12 984
TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS...	262	108 552	133 472	5 236	6 921	-	-	37 579	48 292	151 367	188 685	85 875	101 266	60 346	72 663
Transportes.....	120	10 371	11 697	832	1 022	-	-	6 321	9 491	17 524	22 210	6 062	7 737	3 569	4 241
Comunicações.....	52	18 877	21 515	565	937	-	-	3 258	4 589	22 700	27 041	13 447	17 010	9 785	13 065
Energia Elétrica.....	80	73 497	94 417	3 515	4 319	-	-	25 326	30 245	102 338	128 981	62 597	72 418	43 478	51 535
Diversos.....	10	5 807	5 843	324	643	-	-	2 674	3 967	8 805	10 453	3 769	4 101	3 514	3 822
OUTROS RAMOS.....	758	10 738	12 522	1 271	1 663	1 500	1 092	34 535	40 436	48 044	56 513	15 739	18 496	14 806	17 219
Ensino e Saúde.....	48	534	642	42	65	-	-	143	224	719	931	454	550	427	515
Hotéis e Turismo.....	61	1 191	1 437	150	153	-	-	745	1 375	2 086	2 965	1 356	1 635	1 252	1 497
Diversões e Rádio.....	92	1 205	1 642	144	132	-	-	802	1 012	2 151	2 786	1 036	1 196	886	1 012
Fazendas Agrícolas.....	181	4 370	5 139	286	373	1 500	1 892	3 412	4 408	9 568	11 812	5 238	6 347	4 722	5 599
Imobiliária.....	376	3 438	3 662	649	940	-	-	29 433	33 417	33 520	33 019	7 655	8 768	7 519	8 596
T O T A L.....	5 587	363 983	474 084	44 687	56 925	153 525	198 496	389 319	532 148	951 514	1261 652	527 852	688 482	455 881	596 034

Fonte: Balanços publicados nos Diários Oficiais.

res do que em quaisquer outros setores, do mesmo modo que a imobilização de recursos na "Indústria" supera, de longe, as do "Comércio". De fato, os dados disponíveis indicam que o aumento de ativo fixo em "Transportes e Serviços Públicos" absorveu 67% das aplicações adicionais, em 1960, nesse setor, contra 36% na "Indústria" e pouco mais de 11% no "Comércio".

ELEVA-SE A RENTABILIDADE

Em dados globais, isto é, para o conjunto dos empreendimentos econômicos analisados neste estudo, a taxa de lucros sobre o capital nominal, em 1960, foi de 26,3%, contra 22,6% em 1959. Todavia, esses resultados, por decorrerem da somatória de resultados parciais de setores econômicos não homogêneos em suas características fundamentais não expressam senão mera aproximação. Impõe-se, pois, para a validade das conclusões decorrentes desta análise, que sejam agrupadas, em setores próprios, aquelas atividades econômicas que contém, entre si, vínculos econômicos mais expressivos.

No caso do "Comércio", as taxas de lucros sobre capital nominal evoluíram de 22%, em 1959, para 25,4% em 1960, enquanto na da "Indústria" as taxas foram de 29,7%, em 1960, contra 25,9%, em 1959. Enquanto esses dois setores

— "Comércio" e "Indústria" — não registram grandes divergências em suas taxas de lucros, "Transportes e Serviços Públicos" apresentou, em 1960, uma taxa de lucros de 11,8% sobre capital nominal, contra 9,7% também sobre capital nominal em 1959. Seguindo de perto o comportamento da rentabilidade observado em "Transportes e Serviços Públicos", os diversos empreendimentos econômicos classificados como "Outros Ramos" acusaram as taxas de 10,8%, em 1960, contra 7,5%, em 1959.

Como se vê, o resultado global, antes assinalado, se distorce quando em comparação com os resultados setoriais. É certo, no entanto, que as médias globais são o resultado das médias parciais ponderadas, de vez que o lucro global, em termos absolutos, obtido pela "Indústria", é parte substancial do lucro global, também em termos absolutos, do conjunto das empresas incluídas neste estudo. De fato, para um lucro de Cr\$ 103 bilhões, correspondente a 5 587 unidades econômicas, a "Indústria", por si só, assinala o expressivo montante de Cr\$ 81 bilhões, correspondente a 2 642 firmas, isto é, para 47% das empresas correspondem 79% dos lucros apurados.

Dentre os diversos ramos componentes da "Indústria", que, como dizemos, foi o setor que teve a mais elevada taxa de lucros em

III - PASSIVO E LUCROS

(Em milhões de cruzeiros)

R A M O	PASSIVO NÃO EXIGÍVEL						PASSIVO EXIGÍVEL				L U C R O					
	Capital Nominal		Reservas e Provisões		Depreciações Acumuladas		Bancos		Outras		Total		Retido		Distribuído	
	1959	1960	1959	1960	1959	1960	1959	1960	1959	1960	1959	1960	1959	1960	1959	1960
COMÉRCIO.....	49 825	59 417	20 694	28 715	2 034	2 761	11 238	16 068	56 095	77 064	10 978	15 120	7 761	11 065	3 217	4 055
Atacadista.....	19 198	22 910	9 663	12 268	763	1 042	6 772	9 705	28 160	38 294	5 379	6 751	3 840	4 773	1 539	1 978
Varejista.....	6 810	7 731	3 853	5 891	715	941	1 188	1 725	7 125	11 507	1 971	3 159	1 241	2 383	730	776
Armazenagem.....	1 671	2 229	379	714	69	100	188	135	1 052	3 083	400	552	205	229	195	323
Diversos.....	22 146	26 547	6 799	9 842	487	678	3 090	4 503	19 758	24 180	3 228	4 658	2 475	3 680	753	978
INDÚSTRIA.....	205 200	271 840	105 010	146 180	43 481	59 718	58 939	76 055	199 587	278 636	53 173	80 867	40 185	59 585	12 988	21 282
Têxtil.....	19 530	22 929	8 409	12 151	3 428	4 347	6 876	9 038	16 772	22 023	2 544	5 629	1 888	4 472	656	1 157
Construções.....	3 961	4 923	1 314	2 141	2 028	3 598	1 163	1 116	18 379	26 302	840	1 126	588	622	252	504
Siderúrgica e Metalúrgica.....	26 829	34 662	17 812	21 277	10 147	13 430	13 878	17 029	16 092	20 722	9 854	17 798	7 835	10 396	2 019	2 402
Elétrica.....	5 334	6 079	3 104	4 388	665	797	1 553	2 560	10 379	14 213	1 210	2 031	991	1 544	219	487
Vídeos e Cerâmica.....	2 612	3 114	842	1 192	411	518	825	968	1 566	1 883	444	610	187	509	257	101
Química e Farmacêutica.....	17 728	21 741	6 169	8 689	2 835	3 802	7 563	11 220	16 492	26 947	2 382	4 969	1 662	3 327	720	1 642
Papel.....	3 227	4 227	1 394	2 083	842	1 013	529	859	2 346	3 086	973	1 318	723	979	250	339
Móveis e Utensílios.....	438	734	237	309	75	83	177	232	523	714	115	105	73	104	42	1
Gráfica e Jornais.....	2 018	2 818	939	899	417	514	396	379	3 276	4 683	538	794	366	524	172	270
Gêneros Alimentícios.....	14 208	17 426	6 347	8 417	2 955	3 911	3 423	4 391	16 271	22 613	3 201	4 776	2 089	3 054	1 112	1 722
Vestuário.....	2 049	2 648	870	1 303	300	395	771	1 248	2 074	3 198	371	660	267	485	104	175
Mineração.....	5 444	11 526	5 248	8 514	2 928	3 877	2 053	1 938	10 274	10 310	3 241	7 518	2 369	6 014	872	1 504
Joalheria e Bijouteria.....	180	187	45	43	9	11	19	14	87	94	22	28	13	21	9	7
Fumo e Fósforo.....	4 150	5 207	1 802	2 916	1 193	1 252	155	182	1 957	2 695	1 164	1 984	713	1 118	451	866
Equipamentos e Instrumentos.....	5 508	6 931	2 098	2 993	1 061	1 348	1 607	2 346	6 656	9 125	999	1 682	813	1 273	186	409
Madeireira.....	1 292	1 719	669	829	286	362	417	542	1 229	1 822	328	529	250	391	78	138
Couros.....	673	799	369	583	101	90	122	239	729	953	173	317	132	257	41	60
Borracha.....	5 447	8 764	4 202	6 286	1 580	2 306	1 109	2 699	4 750	5 407	2 697	3 298	1 606	2 708	1 091	590
Materiais p/Construção.....	6 138	7 756	1 897	3 139	1 227	1 635	731	1 241	4 740	5 343	1 168	2 148	687	1 533	481	615
Cinematográfica.....	71	73	182	211	97	139	197	335	139	73	68	25	68	29	4	4
Plásticos.....	1 820	2 079	397	897	349	577	443	720	1 139	1 619	86	707	42	500	44	207
Petrolífera.....	37 660	54 561	23 709	33 735	4 956	6 789	1 779	1 939	31 579	40 961	13 402	15 925	10 504	11 363	2 898	4 562
Automobilística.....	23 750	30 166	8 658	12 104	2 012	4 553	7 619	8 437	18 000	32 233	4 410	5 926	3 965	4 053	445	1 873
Reunidas.....	7 748	11 628	5 745	7 667	2 521	2 942	3 774	3 711	8 570	13 687	1 664	3 959	1 498	2 974	166	985
Diversos.....	7 385	9 148	2 916	3 836	1 058	1 369	1 760	2 672	5 568	7 930	1 415	2 055	992	1 393	423	662
TRANSPORTES E SERV. PÚBLICOS	36 272	45 211	24 074	27 452	25 529	28 603	14 497	22 149	50 995	65 270	3 519	5 356	2 835	3 911	684	1 445
Transportes.....	2 412	2 754	1 157	1 487	2 493	3 496	1 258	2 114	10 204	12 359	487	673	165	421	322	252
Comunicações.....	6 864	8 770	2 921	4 295	3 662	3 945	853	852	8 400	9 179	806	1 658	716	1 468	90	190
Energia Elétrica.....	23 885	30 574	19 593	20 961	19 119	20 883	12 216	19 019	27 525	37 544	1 996	2 675	1 758	1 716	238	959
Diversos.....	3 111	3 113	403	709	255	279	170	164	4 666	6 188	230	350	196	306	34	44
OUTROS RAMOS.....	12 403	13 988	2 403	3 231	933	1 277	2 340	2 454	29 965	35 563	928	1 506	488	941	440	565
Ensino e Saúde.....	342	374	85	141	27	35	12	16	253	365	38	52	25	35	13	17
Hotéis e Turismo.....	903	1 045	349	452	104	138	24	43	706	1 287	128	183	93	151	35	32
Diversões e Rádio.....	743	805	143	207	150	184	72	105	1 043	1 485	73	98	42	45	31	53
Fazendas Agrícolas.....	3 937	4 480	785	1 119	516	748	706	808	3 624	4 657	241	569	175	382	66	187
Imobiliária.....	6 478	7 284	1 041	1 312	136	172	1 526	1 482	24 339	27 769	448	604	153	328	295	276
T O T A L	303 700	390 456	152 181	205 578	71 977	92 359	87 014	116 726	336 642	456 533	68 598	102 849	51 269	75 502	17 329	27 347

Fonte: Balanços publicados nos Diários Oficiais.

comparação com os demais, vale salientar alguns casos particulares. As empresas de mineração apresentaram, em 1960, lucros da ordem de 65,2% sobre o capital nominal, contra 59,5% em 1959; em segundo lugar, as firmas do ramo "Couros", com 39,6% em 1960, contra 25,7% em 1959 e, em terceiro lugar, o ramo "Borracha", com 37,6% em 1960.

Neste último, houve queda da taxa de lucros, pois, em 1959, ela orçou em 49,5%. Não foi esse ramo de atividade econômica, no entanto, o único a apresentar decréscimo na taxa de lucros, em 1960, relativamente a 1959; as empresas de "Móveis e utensílios" registraram também menores taxas de lucros em 1960 do que em 1959 (14,3% contra 26,3%).

O mesmo ocorreu quanto às empresas petrolíferas, que em 1960

obtiveram 29,2% de lucros sobre o capital nominal, contra 35,6% em 1959.

No "Comércio" o sub-setor "Comércio Varejista" foi o que apresentou maior taxa de lucros em 1960 (40,9%, contra 28,9% em 1959); em segundo lugar, vem o sub-setor "Comércio Atacadista", com 29,5% em 1960, contra 28%, em 1959.

Em virtude das condições especiais que afetam a atividade eco-

Numerosas empresas privadas ou estatais em nosso país se valem de informações e dados de **CONJUNTURA ECONÔMICA** em seus balanços e relatórios anuais.

Banco Hipotecário e Agrícola do Estado de Minas Gerais S. A.

Fundado em 1911

CAPITAL E RESERVAS: Cr\$ 1.359.080.000,00

Sede: BELO HORIZONTE — Praça 7 de Setembro

AGÊNCIA EM BRASÍLIA:

Quadra 107 — Conjunto D — Lojas 28 e 29

SUCURSAIS:

RIO DE JANEIRO — Rua Buenos Aires, 40 — S. PAULO — Rua da Quitanda, 126

AGÊNCIAS NO ESTADO DA GUANABARA:

CAMPO GRANDE — Rua Campo Grande, 736 — MADUREIRA — Estrada da Portela, 40

PRAÇA DA BANDEIRA — Praça da Bandeira, 281-A

AGÊNCIAS EM OUTRAS CAPITAIS:

Recife — Salvador — Vitória — Niterói — Porto Alegre — Curitiba — Goiânia

E mais 90 Agências e Escritórios distribuídos pelos Estados de

MINAS GERAIS — SÃO PAULO — RIO DE JANEIRO — ESP. SANTO — GOIAS

CORRESPONDENTES EM TODO O PAÍS

DESCONTOS — CAUÇÕES — DEPÓSITOS — COBRANÇAS — VALORES

IV - P E R C E N T A G E N S

R A M O	R E N T A B I L I D A D E						I N V E R S Õ E S P R Ó P R I A S				A P L I C A Ç ã O D E L U C R O S				S O L V Ê N C I A	
	S/Inversões Próprias Brutas		S/Inversões Próprias Líquidas		S/Capital Nominal		Imobilizadas		Em Giro		Retidos		Distribuídos		1959	1960
	1959	1960	1959	1960	1959	1960	1959	1960	1959	1960	1959	1960	1959	1960		
COMÉRCIO.....	15,1	16,6	15,6	17,2	22,0	25,4	26,6	26,8	73,4	73,2	70,7	73,2	29,3	26,8	179,1	171,5
Atacadista.....	18,2	18,6	18,6	19,2	28,0	29,5	24,6	25,2	75,4	74,8	71,4	70,7	28,6	29,3	163,9	156,4
Varejista.....	17,3	22,8	18,5	23,2	28,9	40,9	32,3	30,8	67,7	69,2	63,0	75,4	37,0	24,6	192,6	176,1
Armazenagem.....	18,9	18,1	19,5	18,8	23,9	24,8	87,3	81,2	12,7	18,8	51,3	41,5	48,7	58,5	121,7	117,8
Diversos.....	11,0	12,6	11,2	12,8	14,6	17,5	22,0	22,2	78,0	77,8	76,7	79,0	23,3	21,0	200,5	200,5
INDÚSTRIA.....	15,0	16,9	17,1	19,3	25,9	29,7	63,7	63,6	36,3	36,4	75,6	73,7	24,4	26,3	149,6	149,0
Têxtil.....	8,1	14,3	9,1	16,0	14,1	24,5	63,1	58,9	36,9	41,1	74,2	79,4	25,8	20,6	149,0	152,2
Construção.....	11,5	10,6	15,9	15,9	21,2	22,9	94,2	99,9	5,8	70,1	70,0	55,2	30,0	44,8	102,2	100,1
Siderúrgica e Metalúrgica.....	18,0	18,4	22,1	22,9	36,7	36,9	61,1	63,7	38,9	36,3	79,5	81,2	20,5	18,8	171,2	166,8
Elétrica.....	13,3	18,0	14,3	19,4	22,7	33,4	48,1	48,8	51,9	51,2	81,9	76,0	18,1	24,0	139,6	134,4
Vidros e Cerâmica.....	11,5	12,6	12,9	14,2	17,0	19,6	67,7	61,8	32,3	38,2	42,1	83,4	57,9	16,6	152,2	164,6
Química e Farmacêutica....	8,9	14,5	10,0	16,3	13,4	22,9	72,7	70,3	27,3	29,7	69,8	67,0	30,2	33,0	130,3	126,7
Papel.....	17,8	18,0	21,1	20,9	30,2	31,2	66,9	69,2	33,1	30,8	74,3	74,3	25,7	25,7	162,9	157,1
Móveis e Utensílios.....	15,3	9,3	17,0	10,1	26,3	14,3	44,1	53,1	55,9	46,9	63,5	99,0	36,5	1,0	159,9	155,8
Gráficas e Jornais.....	16,0	18,8	18,2	21,4	26,7	28,2	75,7	67,1	24,3	32,9	68,0	66,0	32,0	33,0	122,3	127,5
Gêneros Alimentícios.....	13,6	16,1	15,6	18,5	22,5	27,4	75,4	70,1	24,6	29,9	65,3	63,9	34,7	36,1	129,4	133,0
Vestuário.....	11,5	15,2	12,7	16,7	18,1	25,0	50,8	45,4	49,2	54,6	72,0	73,5	28,0	26,5	155,7	153,3
Mineração.....	23,8	31,4	30,3	37,5	59,5	65,2	88,1	79,3	11,9	20,7	73,1	80,0	26,9	20,0	113,1	140,4
Joalheria e Bijouteria....	9,4	11,6	9,8	12,2	12,2	15,0	25,2	23,2	74,8	76,8	59,1	75,0	40,8	25,0	265,1	271,3
Fumo e Fósforo.....	16,3	21,2	19,6	24,4	28,0	38,1	48,8	43,4	51,2	56,6	61,3	56,4	38,7	43,6	273,2	284,3
Equipamentos e Instrumentos	11,5	14,9	13,1	16,9	18,1	24,3	59,5	57,8	40,5	42,2	81,4	75,7	18,6	24,3	142,5	141,5
Madeira.....	14,6	18,2	16,7	20,8	25,4	30,8	55,5	56,8	44,5	43,2	76,2	73,9	23,8	26,1	160,8	153,1
Couros.....	15,1	21,5	16,6	22,9	25,7	39,6	55,3	47,6	44,7	52,4	76,3	81,1	23,7	18,9	160,0	164,7
Borracha.....	24,0	18,9	28,0	21,9	49,5	37,6	62,6	58,5	37,4	42,5	59,5	82,1	40,5	17,9	171,6	168,5
Materiais p/Construções...	12,6	17,4	14,5	19,7	19,0	27,7	67,3	60,8	32,7	39,2	58,8	71,4	41,2	28,6	155,4	168,1
Cinematográfica.....	-	-	-	-	-	-	-	2500,0	-	-	-	-	-	-	30,7	37,8
Plásticos.....	3,3	19,9	3,9	23,8	4,7	34,0	69,8	62,5	30,2	37,5	48,8	70,7	51,2	29,3	148,9	156,9
Petrolífera.....	20,2	16,7	21,8	18,0	35,6	29,2	56,8	60,8	43,2	39,2	78,4	71,4	21,6	28,6	185,8	182,6
Automobilística.....	12,8	12,7	13,6	14,0	18,6	19,6	70,1	71,4	29,9	28,6	89,9	68,4	10,1	31,6	140,2	132,9
Reunidas.....	10,4	17,8	12,3	20,5	21,5	34,0	43,4	38,2	56,6	61,8	90,0	75,1	10,0	24,9	173,5	179,0
Diversos.....	12,5	14,3	13,7	15,8	19,2	22,5	55,6	56,5	44,4	43,5	70,1	67,8	29,9	32,2	168,8	159,0
TRANSPORTES E SERV.PÚBLICOS	4,1	5,3	5,8	7,4	9,7	11,8	126,4	131,8	- 26,4	- 31,8	80,6	73,0	19,4	27,0	65,4	63,2
Transportes.....	8,0	8,7	13,6	15,9	20,2	24,4	171,1	151,2	- 71,1	- 51,2	33,9	62,6	66,1	37,4	62,4	72,6
Comunicações.....	6,0	9,7	8,2	12,7	11,7	18,9	140,4	126,5	- 40,4	- 26,5	88,8	88,5	11,2	11,5	41,3	55,1
Energia Elétrica.....	3,2	3,7	4,6	5,2	8,4	8,7	117,4	130,4	- 17,4	- 30,4	88,1	64,1	11,9	35,9	72,6	61,3
Diversos.....	6,1	8,5	6,6	9,2	7,4	11,2	154,1	142,5	- 54,1	- 42,5	85,2	87,4	14,8	12,6	59,5	72,6
OUTROS RAMOS:	5,9	8,1	6,3	8,7	7,5	10,8	68,2	67,7	31,8	32,3	52,6	62,5	47,4	37,5	115,5	115,7
Ensino e Saúde.....	8,4	9,5	8,9	10,1	11,1	13,9	117,6	117,6	- 17,6	- 17,6	65,3	67,3	34,2	32,7	69,8	75,9
Hotéis e Turismo.....	9,4	11,2	10,2	12,2	14,2	17,5	87,8	87,9	12,2	12,1	72,7	82,5	27,3	17,5	122,6	114,9
Diversões e Rádio.....	7,0	8,2	8,2	9,7	9,8	12,2	116,3	137,3	- 16,3	- 37,3	57,5	45,9	42,5	54,1	84,8	71,9
Fazendas Agrícolas.....	4,6	9,0	5,1	10,2	6,1	12,7	83,4	81,0	16,6	19,0	72,6	67,7	27,4	32,3	120,0	122,1
Imobiliária.....	5,9	6,9	6,0	7,2	6,9	8,3	44,9	41,8	55,1	58,2	34,2	54,3	65,8	45,7	116,3	117,5
T O T A L	13,0	14,9	15,0	17,3	22,6	26,3	69,0	68,9	31,0	31,1	74,7	73,4	25,3	26,6	138,7	137,4

Fonte: Balanços publicados nos Diários Oficiais.

nômica, as taxas de lucros de "Transportes e Serviços Públicos" são normalmente mais modestas que as dos demais setores, mas, mesmo assim, o sub-setor "Transportes" também registrou em 1960 a elevada taxa de 24,4%, contra 20,2% em 1959. Outro sub-setor com significativa taxa de lucros foi o das "Comunicações" (18,9% em 1960 contra 11,7% em 1959). O sub-setor "Energia Elétrica", por motivos sobejamente conhecidos, tem suas taxas de lucros limitadas, obtendo 8,7% em 1960, contra 8,4% em 1959.

Continuaram, em 1960, expressivamente altas as taxas de retenção de lucros nas atividades empresariais do país. Para o conjunto das atividades econômicas aqui analisadas, a taxa de retenção em 1960 foi de 73,4%, um pouco menor do que em 1959, quando atingiu 74,7%. Enquanto o "Comércio" reteve, em 1960, 73,2% contra 70,7% em 1959, a "Indústria" reteve, 73,7%, em 1960, contra 75,6% em 1959. Já "Transportes e Serviços Públicos" em conjunto, que reteve 80,6%, em 1959, reduziu sua taxa para 73%, em 1960.

Verifica-se, pois, uma vez mais, a manutenção, por parte do empresário nacional, de uma sadia política de reinvestimentos, o que leva à afirmação de que o sistema empresarial brasileiro se esforça para assegurar ao país a continuidade do seu programa de desenvolvimento econômico.



Boa, quando só...
Melhor, quando
comparada!



**SODA LIMONADA
ESPECIAL**

Antarctica



nas operações de estamparia

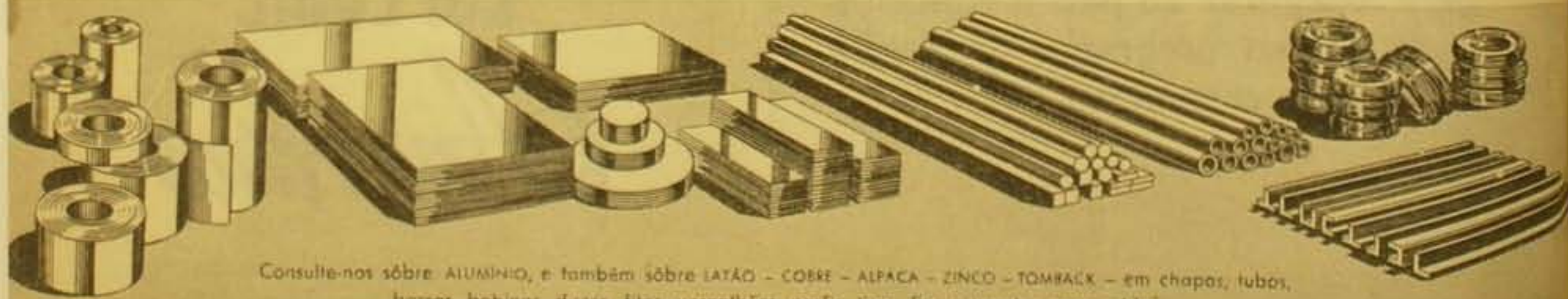
RESULTADOS MÁXIMOS COM ALUMÍNIO **ISAM**

160 anos de experiência da Revere Copper and Brass Inc. para solucionar os problemas de sua indústria.

A perfeita uniformidade de superfície e homogeneidade de estrutura do alumínio ISAM - conseguidas após severos testes durante as fases de fabricação - proporcionam excelentes resultados nas operações de estamparia. Leve e altamente resistente à corrosão, o alumínio ISAM não possui defeitos direcionais, enquadrando-se rigorosamente nos padrões da ASTM. Produzido em chapas, bobinas e discos, nas ligas adequadas aos trabalhos de estamparia, possibilita a manufatura de produtos perfeitos.

ISAM INDÚSTRIA SUL AMERICANA DE METAIS S.A.

Al. Santos, 2152 - 1.º andar - Fone 80-2155 - C. Postal 22.051 - End. Tel. "SULMETAL" - S. Paulo - Fábrica: Estr. de Mauá, 865
Fone 44-1022 - Sto. André - Est. de São Paulo - Filial: R. Sete de Setembro, 88 - s/707/709 - Fone 22-4781 - Est. da Guanabara



Consulte-nos sobre ALUMÍNIO, e também sobre LATÃO - COBRE - ALFACA - ZINCO - TOMBACX - em chapas, tubos, barras, bobinas, discos, fitas, vergalhões, perfis, tiras, fios e varetas para solda.



Insegura a economia mundial em 1961

A evolução econômica em 1961 foi decepcionante para numerosos países. Após a recessão relativamente longa e profunda nos Estados Unidos, esperava-se que a recuperação iniciada no segundo semestre de 1959 continuasse e se intensificasse. Muitos observadores da conjuntura haviam até anunciado para 1961 verdadeiro "boom", não só nas Bolsas de Valores, como no conjunto da economia internacional. Estas esperanças não se realizaram. Por certo, a produção industrial nos Estados Unidos e em diversos países europeus assinalou novos progressos, mas em ritmo bastante lento e irregular. Se é exagêro falar de nova recessão, é incontestável que a economia mundial não assinalou características da prosperidade. Seria uma explicação demasiadamente cômoda considerar apenas a política como responsável pelas debilidades da conjuntura econômica.

Há sobretudo três motivos do desequilíbrio:

1.º) a divergência cada vez mais acentuada entre os preços dos produtos manufaturados e os das matérias-primas, em favor dos primeiros;

2.º) a especulação nos anos anteriores havia determinado, especialmente na Europa, uma alta exagerada nos

valores mobiliários, tornando inevitável uma reação que em vários países chegou a 30%, mas parece que ainda não terminou; e

3.º) o equilíbrio monetário foi em parte perturbado por uma inflação crescente em vários países do mundo e, de outro lado, por dificuldades de ordem cambial nos Estados Unidos e temporariamente na Grã-Bretanha.

I - ÍNDICES DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL
(Base: 1953 = 100)

PAÍSES	1938	1958	1959	1960	1 9 6 1			
					Jul.	Ago.	Set.	Out.
Bélgica.....	72	115	120	131	126	142	147	146
França.....	72	150	156	174	169	122	182	...
Alemanha ocidental.....	77	151	162	180	174	176	188	198
Itália.....	63	142	158	180	207	163	211	...
PAÍSES DO MERCADO COMUM [▲]	72	144	156	173	173	156	187	...
Áustria.....	64	150	156	169	168
Suécia.....	59	120	124	134	74	134	142	...
Grã-Bretanha.....	73	113	120	128	126	109	133	...
Estados-Unidos.....	33	93	105	108	112	113	112	116

(▲) Os países acima e Luxemburgo.

EM PROGRESSO A PRODUÇÃO INDUSTRIAL

Não obstante êstes pontos fracos, a produção industrial aumentou em quase todos os países. No mundo ocidental a taxa de incremento variou entre 2 e 10% em relação ao ano anterior, ultrapassando assim a da população e permitindo um acréscimo do nível real dos salários e dos investimentos. O *QUADRO I* dá uma idéia aproximada da evolução nos principais países industriais. Para o ano todo os resultados serão provavelmente melhores, pois em diversos países e notadamente nos Estados Unidos observou-se forte acréscimo da produção nos últimos meses de 1961.

A melhoria no quarto trimestre foi particularmente sensível na indústria siderúrgica. Nos Estados Unidos, a

produção de aço ultrapassou 9 milhões de t por mês, contra a média de 8 250 em 1960. Na Europa a produção da Alemanha ocidental, englobando agora a do Sarre, permanece de longe a mais importante, superando em cerca de 40% a da Inglaterra. Mas os resultados definitivos para 1961 provavelmente não serão muito superiores às 34 milhões de t do ano anterior.

O progresso foi nitidamente maior na França e sobretudo na Itália, cuja produção total em 1961 é estimada em 9 milhões de t (10%). O aumento mais rápido se verificou, entretanto, no Japão, cuja produção de aço em 1961 aproximou-se de 30 milhões de t, contra 22 milhões em 1960 e 8 milhões em 1954. O Japão tornou-se, no transcurso de alguns anos, o 4.º produtor de aço do mundo, após os Estados Unidos, U.R.S.S. e Alemanha. A

participação dos principais países produtores na produção mundial assim se distribui:

DISCRIMINAÇÃO	(%)
Estados Unidos	28
Mercado comum ⁽¹⁾	21
U.R.S.S.	20
Japão	8
Grã-Bretanha	6
Outros	17

(1) — Composto da Alemanha Ocidental, França, Itália, Holanda, Bélgica e Luxemburgo.

A produção de carvão, dependente em larga escala da siderurgia, acusou, após longo período de estagnação, ligeiro aumento nos Estados Unidos, mas um novo recuo na Europa, particularmente na Inglaterra.

A produção da terceira grande matéria básica — o petróleo — continuou a aumentar em proporções relativamente importantes. Para os primeiros nove meses de 1961, a taxa de crescimento em relação ao período correspondente de 1960 foi de 7,2%. O incremento maior, mesmo em cifras absolutas, verificou-se na Arábia Saudita e no Irã (200 e 175 barris por dia, respectivamente, contra 167 nos Estados Unidos). A produção dos Estados Unidos aumentou 2,4%, mas sua participação na produção mundial não cessa de diminuir; no momento ela atinge apenas 32%, o que, entretanto, é o dobro da da U.R.S.S. e dos outros países do bloco soviético.



Homens de negócios — esposas de industriais — gerentes de Cias. — filhos de médicos — homens públicos, viajam em 1.ª classe pelo Serviço Jet 4 ESTRELAS da AIR FRANCE, que oferece aos seus passageiros um serviço de bordo de um requinte até hoje jamais conseguido.

★ Merceúrias gastronômicas da cozinha regional da França. V. vai saborear as riquíssimas culinárias das províncias francesas: desde as gorgueiras e outros gastrônomos. De acordo com a data de sua viagem, pratos de Alsácia ou da Normandia, da Borgonha ou da Provença aguardam para ser servidos — para delícia de seus paladares. E a diversidade dos vinhos e champagne servidos se reflete.

★ A originalidade do Bar Promenade — a 12.000 metros de altitude é a de dar uma "voluntade" — V. terá o melhor espetáculo aéreo.

★ An senhor de V. poderá servir-se confortavelmente e segundo as suas necessidades completas. Um leve toque no botão e o serviço de mesa poltrona "King-Size" se inclina para seu descanso, no conforto do ambiente particular da cabine.

★ Novo Boring 707, com motores ainda mais potentes, estabilizador central e cabine limpa e decorada em tons "pastel" proporcionam para os seus olhos V. um novo prazer sem tamanho. V. poderá usar, no mesmo Avião, a Tarifa Jet-Vacances.



SERVÍCIO JET QUATRO ESTRELAS **AIR FRANCE** A MAIOR REDE AÉREA DO MUNDO

Quanto às indústrias de transformação, a conjuntura foi muito desigual e sofreu no transcurso do ano variações consideráveis. A indústria automobilística norte-americana, que se achava em situação precária e se viu obrigada a reduzir o número de jornadas de trabalho a fim de não efetuar um licenciamento maciço de pessoal, acusou viva reanimação dos negócios no segundo semestre. Entretanto, a produção, assim como as vendas, permaneceram consideravelmente abaixo dos 6,7 milhões de automóveis produzidos em 1960. Na Europa, a Alemanha e a Itália puderam aumentar sua produção, enquanto na Inglaterra e na França a procura no mercado interno compensou

apenas a perda do mercado norte-americano, virtualmente fechado às exportações européias: a produção na França reduziu-se de 12%.

As indústrias de máquinas e aparelhos domésticos (rádio, televisão, máquinas de lavar, geladeiras etc.) sofreram, após longo período de expansão, certa estagnação, devido em parte à diminuição no ritmo da atividade no mercado da construção residencial. Os gastos elevados desta tornam impossível a adaptação da construção às verdadeiras necessidades, considerando que em numerosos países os aluguéis são mantidos por lei num nível artificialmente baixo e que os salários se baseiam nos aluguéis "antigos". O problema é muito discutido e de tempos em tempos se anuncia uma adaptação de todos os aluguéis ao custo da construção. Na França, por exemplo, uma lei neste sentido se acha em preparo. Até o momento, contudo, não se encontrou ainda uma solução satisfatória para todos os interessados.

A indústria têxtil sofreu também certo recuo, após alguns anos de progresso. Na Inglaterra, principal exportador neste domínio, a produção de fio de algodão diminuiu ligeiramente, enquanto a de fio de lã aumentou no 1.º semestre, mas diminuiu no 2.º. A evolução foi idêntica na Alemanha. Já na França e na Bélgica a produção têxtil, tanto a de algodão quanto a de lã, cresceu e as vendas de roupas foram maiores do que nunca. No conjunto, o consumo no mundo ocidental acusará provavelmente ligeira queda em relação ao ano anterior. Para a

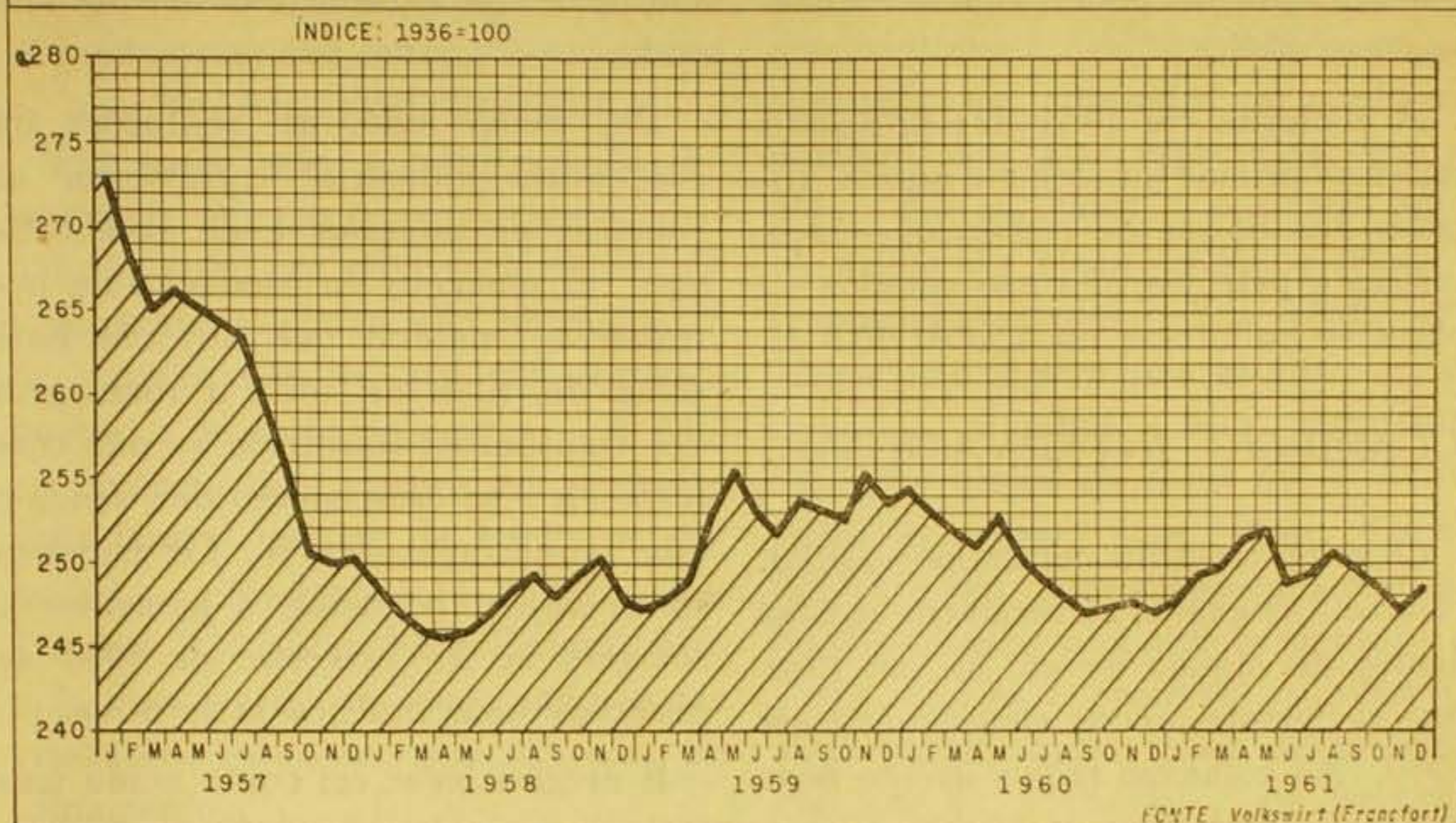
maioria dos outros bens de consumo, a evolução foi semelhante. Se as estatísticas registram aumento das despesas pessoais, o crescimento resulta na maioria dos casos da elevação dos preços e de um acréscimo contínuo dos gastos com serviços (viagens, divertimentos etc.).

AGRICULTURA E PREÇO DAS MATÉRIAS-PRIMAS

Para a grande maioria dos países predominantemente agrícolas, o ano de 1961 foi um período medíocre e mesmo ruim para alguns. As causas não residem — salvo casos excepcionais — na natureza, isto é, em colheitas fracas ou exageradamente grandes. A divergência entre os preços industriais e os agrícolas, que se tem acentuado ultimamente em detrimento dos últimos, foi antes determinada por falhas de organização e pela situação financeira dos países agrícolas, que assim se vêem freqüentemente obrigados a vender seus produtos a preços irrisórios. Entre os produtos mais afetados por esta modificação das relações entre os preços de importação e os de exportação, figuram dois de importância capital para o Brasil: café e cacau.

Foi somente no fim do ano que os gêneros alimentícios, em particular o trigo, aveia, óleos vegetais, gorduras e cacau, acusaram melhoria nos preços. A alta dos metais não-ferrosos, em particular o cobre — estimulada especialmente pelos acontecimentos em Catanga, que fornece 7% da produção mundial — teve como consequência

ÍNDICE DOS PREÇOS INTERNACIONAIS DAS MATÉRIAS PRIMAS



que os índices gerais das matérias-primas fôssem superiores ao nível de há 1 ano.

O índice (americano) Moody's dos preços mundiais de matérias-primas (31.12.31 = 100) estabelecia-se em meados de dezembro de 1961 em 573, contra 557 em dezembro de 1960. O índice (inglês) da Reuter's (18.9.31 = 100) em 414, contra 405 há 1 ano; o do "Financial Times" de Londres (1.7.52 = 100) em 78,5, contra 77,2. Mas a situação se apresenta bem diferente quando se compara, de maneira mais realista, a média anual dos preços, que em 1961 foi como o demonstra o índice (alemão) do "Volkswirt", muito mais baixa do que em 1960.

Além disso, não se deve esquecer que a forte baixa sofrida pelas matérias-primas de 1957 para 1958 (—10%) jamais foi anulada por uma

alta das mesmas proporções, enquanto os preços dos produtos manufaturados aumentaram ao mesmo tempo quase sem interrupção (+ 10%). Daí resulta que não apenas o "Amer's dollar" nos Estados Unidos, isto é, o poder aquisitivo do fazendeiro norte-americano, porém mais ainda o dos agricultores dos países tropicais, baixou de 15-20%. Para os plantadores

Organizações internacionais, como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e outras, utilizam freqüentemente os dados de
CONJUNTURA ECONÔMICA *em seus estudos e relatórios.*

de certos produtos, em particular café, a diminuição do poder aquisitivo chegou até 40%.

A evolução em 1961 das principais matérias-primas agrícolas e outras, cotadas nas bolsas de comércio — aço, carvão e petróleo não são cotados na bolsa — reflete-se no *QUADRO II*.

COMÉRCIO INTERNACIONAL

O valor total do comércio mundial, cujas cifras exatas só serão conhecidas dentro de alguns meses, foi em 1961 provavelmente menos elevado que em 1960. As colheitas relativamente boas em quase tôdas as partes do mundo permitiram limitar as compras no exterior de gêneros alimentícios e outros produtos agrícolas, em particular o trigo, excetuando-se naturalmente os produtos tropicais e outros ligados a determinada zona geográfica, como o

café; mas o comércio dêstes produtos tão pouco foi extraordinariamente elevado.

Por outro lado, as hesitações da conjuntura industrial entravaram as compras de minérios e de combustíveis. O aumento da produção de petróleo — matéria que absorve hoje cerca de 40% de tôda a tonelagem dos transportes marítimos — não correspondeu ao crescimento das vendas; êste não ultrapassou 5%. Os estoques continuaram, portanto, a aumentar e sòmente no 2.º semestre de 1961 se observou uma procura mais ativa.

É preciso levar em conta ainda três fatores: primeiro, a ajuda aos países subdesenvolvidos se mantêm em limites tão estreitos que sua influência sobre o comércio internacional permanece pouco importante. As exportações de bens de equipamento para êsses países — seja a título gratuito, seja a

II - COTAÇÕES DAS MATÉRIAS-PRIMAS

MERCADORIA	LUGAR, UNIDADE E MOEDA	DE ZEMBRO 1960	DE ZEMBRO 1961	MAIS ALTA 1961	MAIS BAIXA 1961
Trigo.....	Chicago bu/ cents	202	208	215	185
Algodão.....	New York lb/ cents	32,25	35,45	35,65	32,25
Açúcar.....	"	3,06	2,60	3,54	2,45
Café.....	"	36	34	38,25	33,75
Cacau.....	"	24	25,50	27,50	21,88
Borracha.....	Londres lb/ pence	23,75	22,50	27,38	22,88
Cobre.....	Londres t/£	225	230,50	240	216,50
Estanho.....	"	795	952,25	993	779,50
Chumbo.....	"	65	60,50	68,38	57,62
Zinco.....	"	81,50	71,75	87	67,25

crédito — são amplamente compensadas pelo aumento da respectiva produção industrial, que reduz a necessidade de importar bens manufaturados.

Por outro lado, a influência do armamento sobre o comércio internacional diminuiu, por motivos técnicos. O armamento moderno não necessita de quantidades de aço tão enormes quanto o de antes da guerra. A única potência que compra no momento considerável volume de armas no exterior — principalmente aos Estados Unidos — é a República Federal Alemã; uma parte de suas importações crescentes consiste, sem dúvida, de armamento.

Por último, o comércio entre o Leste e o Oeste em 1961 aumentou também, mas continua a desempenhar papel secundário no conjunto do comércio mundial, em que representa apenas 5%. Ao contrário, o comércio entre os países do bloco soviético tende a crescer fortemente. Em geral, este último não figura nas estatísticas do comércio mundial. Mas representa um valor global de cerca de 10-11 bilhões de dólares (em 1959: 8,9 bilhões) e seu desenvolvimento tem importância para o mundo ocidental.

Em síntese, o comércio mundial em 1961 acusou antes sinais de estagnação que de expansão. As exporta-

BANCO SUL AMERICANO DO BRASIL, S. A.

Matriz: SÃO PAULO

Rua Álvares Penteado, 65 — C. Postal 8.222

End. Telegráfico: SULBANCO — Patente N.º 2.948

Capital Cr\$ 200.000.000,00

Reservas Cr\$ 189.980.693,20

Aumento de Capital Cr\$ 200.000.000,00

AGÊNCIAS

Álvares Machado — Andradas (M. Gerais) — Auriflama — Campinas — Capivarí — Cianorte (Paraná) — Eng.º Schmidt — Fernandópolis — Guapiaçu — Itaguagé (Paraná) — Itapevi — Jacareí — José Bonifácio — Leme — Londrina (Paraná) — Macaubal — Maringá (Paraná) — Mirante do Paranapanema — Neves Paulista — Paranaguá (Paraná) — Penápolis — Pindorama — Pinhal — Piracicaba — Pirapózinho — Poloni — Presidente Prudente — Ribeirão Preto — Rio de Janeiro — Santos — Santos, Rua XV — Santos (Mercado) — São João do Caiuá (Paraná) — São José do Rio Preto — Tatuí — Umuarama (Paraná) — Urupês — Vinhedo — Urbana n.º 1, Ipiranga — Urbana n.º 2, Vila Prudente — Urbana n.º 3, Belenzinho — Urbana n.º 4, Av. São João — Urbana n.º 5, Mercado (São Paulo) — Urbana n.º 6, Jardim América — Urbana n.º 7, Praça da República.

**TÓDAS AS OPERAÇÕES BANCÁRIAS
INCLUSIVE CAMBIO**

ções dos Estados Unidos — com um valor mensal de aproximadamente 1.650 milhões de dólares — foram ligeiramente inferiores às de 1960 (média mensal: 1.708 milhões), enquanto as importações (cêrca de 1.240 milhões por mês) superaram de 2-3% as de 1960. O excedente das exportações alcançou no 2.º semestre novamente 400 milhões por mês. Ultrapassou, portanto, a ajuda econômica e militar dos Estados Unidos ao exterior.

O comércio exterior da Grã-Bretanha foi, como sempre, deficitário. No 2.º semestre de 1961 o deficit foi maior ainda que de costume, com as importações ultrapassando as exportações de

15-18% por mês. A Inglaterra pode facilmente cobrir tal deficit com outras receitas, em particular com as divisas que lhe fornece a navegação. Entretanto, os ingleses estão inquietos com o fato de que a importação tende a aumentar, enquanto a exportação permanece apenas estacionária. O valor de suas importações para o ano todo aproxima-se de 4,2 bilhões de £, ou 11,8 bilhões de dólares.

Como país importador, a Inglaterra mantém ainda o segundo lugar, após os Estados Unidos. Quanto às exportações, porém, foi ultrapassada em 1961 pela Alemanha Ocidental, que vendeu ao exterior mais de 1 bilhão de dólares mensalmente, ou seja, 200 mi-

INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL

Posição da Safra Açucareira e Alcooleira de 1961/62 —

Em 31 de Dezembro de 1961

AÇÚCAR — Decorrido o sétimo mês da safra de 1961/62, apresenta-se a produção açucareira com um volume de 46 541 724 sacos, contra 44 989 201 fabricados no período de junho a dezembro de 1960, equivalendo a um acréscimo de 3,5%. A estimativa para a safra em curso, ora revista, é de 56 milhões e 31 mil sacos, o que indica já terem sido produzidos 83,1%. Somando-se à produção o estoque em 1.º de junho e o remanescente da safra anterior, respectivamente, 6 160 516 e 317 076 sacos, vê-se que as disponibilidades nesses sete meses atingiram a 53 019 316, para fazer face a uma demanda de 33 051 210, sendo 6 287 922 para o mercado externo e o restante (26 763 288) para o consumo local. No período de junho a dezembro de 1960, as disponibilidades somavam 54 739 105, sendo destinados 8 463 283 ao mercado externo e 25 546 208 ao consumo interno. Nota-se, assim, que o aumento do consumo aparente foi da ordem de 4,8%, enquanto que a exportação decresceu 25,7%. Da conjuntura apontada, resultou um estoque em 31 de dezembro de 1961 e 1960, respectivamente, de 19 968 106 e 20 729 614 sacos.

ÁLCOOL — A produção alcooleira da safra de 1961/62, atingiu em 31 de dezembro 348 807 940 litros enquanto que, em idêntico período da safra antecedente, foram fabricadas 382 756 021 unidades, representando uma diminuição de 8,9%. Entretanto, a produção de álcool anidro na safra em curso (156 078 094) superou a da safra anterior (145 438 213) em 10 639 881 litros, ou sejam, 7,3%. Dessa produção, foram distribuídos aos importadores de gasolina, para a mistura carburante (álcool-motor), 74 723 623 e 101 748 036 litros de anidro, nos períodos a que nos reportamos de 1961 e de 1960, o que indica uma diminuição de 26,6% no ano recém terminado.

SERVIÇO DE ESTATÍSTICA E CADASTRO

lhões a mais que a Grã-Bretanha. Não obstante a revalorização do marco em março do ano findo — operação que devia servir precisamente de freio às exportações alemãs — o país obteve novamente um superavit de mais de 1 bilhão de dólares.

A maior expansão do comércio exterior em 1961 se verificou na França, cujas exportações dobraram aproximadamente nos 3 últimos anos. Enquanto em 1960 o equilíbrio de sua balança comercial era ainda precário, o balanço definitivo para 1961 dará, sem dúvida, um excedente importante. O total de suas exportações passou no último ano de 4 para 5 bilhões de dólares. Este é um êxito extraordinário e, para a maioria dos observadores, inesperado. Todavia, a França continua bem atrasada em relação aos "Três Grandes" do comércio mundial — Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha — embora esteja agora à frente da segunda "trinca" formada por ela mesma, a Holanda e o Canadá.

Se V. S. se interessa pela Edição Internacional (em inglês), também mensal, desta Revista, queira fazer seu pedido à **FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS**, (Serviço de Publicações), Praia de Botafogo, 186, tel. 46-4010 (no Rio), ou ao nosso Agente Local.

POTÊNCIA

tem **3** nomes



Acumuladores alcalinos NIFE de níquel-cádmio para fins ferroviários e marítimos, arranque de grupos geradores, iluminação de emergência, etc.

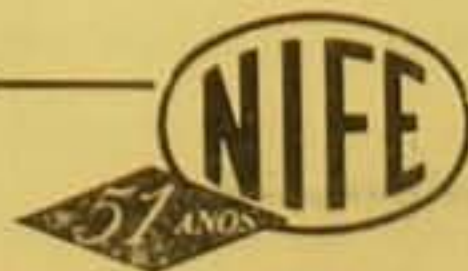


Baterias de ácido-chumbo LORICA para empilhadeiras, carros elétricos, tróleibus, locomotivas, etc.



Baterias estacionárias SAAJ para centros telefônicos, usinas elétricas, sub estações e cabines primárias de indústrias.

...para o **transporte**
para a **indústria**
para o **progresso!**



Mais de meio século de tradição acompanha o progresso do país

ACUMULADORES NIFE DO BRASIL S. A.

São Paulo: v. enador Queiroz, 498 7.º - Tel. 37 1181 - C. P. 5903
Rio de Janeiro: v. Franklin Roosevelt, 126 7.º - Tel. 22-9520 - C. P. 3433
Representantes exclusivos dos instrumentos HARTMANN & BRAUN importados de Frankfurt, Alemanha e de fabricação nacional.

Ag. F. etinati

FINANÇAS EXTERNAS E INTERNAS

No que diz respeito ao balanço de pagamentos, o comércio exterior é o mais importante, porém de modo algum é o único fator que conta. O Estados Unidos — o maior exportador do mundo — depois de haverem perdido 6 bilhões de dólares em ouro, tiveram novamente em 1961 um balanço de pagamentos altamente deficitário. O Secretário de Estado do Tesouro norte-americano avaliou o deficit em 1.750 milhões de dólares e afirmou que seu país terá necessidade ainda de 2 anos para restabelecer o equilíbrio do balanço de pagamentos.

ASSINATURAS

**de publicações
da
Fundação
GETÚLIO VARGAS**

■
**SERVIÇO DE
PUBLICAÇÕES**

■
**Praia de Botafogo, 186
Telefone: 46-4010
Rio de Janeiro**

A fim de evitar qualquer perigo para o dólar, os 10 países mais poderosos econômica e financeiramente do mundo ocidental decidiram em novembro último constituir um fundo de 6 bilhões de dólares, que, se as circunstâncias tornarem necessário, deve servir também de apoio às outras moedas de primeira categoria, sobretudo a libra esterlina, mas não para a estabilização das moedas que se acham em situação bem mais difícil que as anglo-saxônicas.

Evidentemente, as dificuldades e crises cambiais, cujo número foi muito grande em 1961, não tiveram as mesmas causas. As dificuldades do dólar não teriam surgido se os norte-americanos não houvessem despendido, além de suas exportações gratuitas, 3-4 bilhões de dólares por ano com a manutenção e permanência de cerca de 400 mil pessoas no estrangeiro e de 1 milhão de turistas. A ordem do antigo presidente dos Estados Unidos de reduzir os gastos em divisas repatriando parte dos parentes dos servidores públicos norte-americanos, civis e militares, foi revogada e a tentativa de melhorar a balança do turismo atraindo viajantes estrangeiros para os Estados Unidos fracassou inteiramente.

Na Grã-Bretanha, as crises quase periódicas do esterlino são causadas, em grande parte, pelas flutuações da situação cambial nos outros países da Comunidade britânica, para os quais a responsabilidade cabe à Inglaterra. No Egito, as medidas de ordem poli-

tica e notadamente o seqüestro e nacionalização de propriedades estrangeiras prejudicaram gravemente a moeda nacional, e assim por diante. Em síntese, não se pode dar como responsável uma causa só para tôdas as perturbações monetárias, e, por conseguinte, um único remédio não basta para o saneamento das moedas ameaçadas. A situação é particularmente séria nos países em que as dificuldades de ordem cambial são múltiplas e freqüentemente provocadas pela desordem das finanças internas e a depreciação da moeda no mercado interno.

Quaisquer que sejam os motivos, o resultado é quase sempre a inflação, que repercute sobre a taxa cambial. Enquanto no Norte do continente apenas o dólar canadense sofreu uma desvalorização de cerca de 4% em relação ao dólar norte-americano, e na Europa exclusivamente as moedas dos países comunistas e da Islândia acusaram no mercado livre o deságio de mais de 1%, a desvalorização das moedas na Ásia e na América do Sul é quase generalizada. O *QUADRO III* apresenta uma lista de tais depreciações, que se referem ao mês de novembro de 1961.

Observando o *QUADRO III*, podemos compreender que numa grande parte do mundo as preocupações no

III - COTAÇÕES DO DÓLAR
- NOVEMBRO DE 1961 -
(Em moeda nacional)

P A Í S	OFICIAL	MERCADO LIVRE
Cuba.....	1,00	5,35
Argentina.....	-	82,87
Uruguai.....	7,40	10,97
Brasil.....	-	370,00
Peru.....	-	27,32
Chile.....	1,05	1,06
Bolívia.....	-	11 990,00
Equador.....	18,00	23,75
Colômbia.....	-	8,95
China comunista....	2,46	13,53
China nacionalista..	40,00	42,55
Indonésia.....	45,00	175,00
Birmânia.....	4,76	10,21
Coréia do Sul.....	1 300,00	1 700,00
Japão.....	360,00	372,00
Filipinas.....	2,00	4,40
Índia.....	4,76	7,45
Paquistão.....	4,76	8,25
Ceilão.....	4,76	8,06
Afganistão.....	20,00	42,75
Irã.....	75,75	89,25
Vietnam.....	35,00	102,50
Turquia.....	9,00	13,00

COTAÇÕES DA £ NACIONAL EM DÓLARES

Egito.....	2,87	1,60
Israel.....	0,56	0,38
África do Sul.....	1,40	1,30
Nova Zelândia.....	2,78	2,46

início do novo ano são antes de ordem monetária que econômica. Não obstante as desvalorizações em número superior a 400 que se verificaram após o término da segunda guerra mundial, estamos ainda longe de uma verdadeira estabilidade monetária, sem a qual a estabilidade econômica permanecerá frágil.

ASSINE:

CONJUNTURA ECONÔMICA

REVISTA BRASILEIRA DE ECONOMIA

REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO

ARQUIVOS BRASILEIROS DE PSICOTÉCNICA

REVISTA DE DIREITO PÚBLICO E
CIÊNCIA POLÍTICA

EDITADOS

PELA

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Pedidos à FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES

PRAIA DE BOTAFOGO, 186 - FONE 46-4010

RIO DE JANEIRO

ESCREVE O LEITOR



CARTAS À REDAÇÃO

INSTRUÇÕES DA SUMOC — “Sendo eu leitor assíduo de tão conceituada revista e sabedor dos seus altos propósitos de dar um panorama econômico do Brasil e do mundo aos seus leitores, tomo a liberdade de fazer-lhe uma consulta. De que maneira ou onde poderei tomar conhecimento de tôdas as Instruções expedidas pela SUMOC e que ainda estão em vigor?” ADOLPHO FERREIRA DE OLIVEIRA, Riachuelo, Estado da Guanabara.

— *É difícil encontrar-se em qualquer lugar, uma coleção completa de tôdas as Instruções da SUMOC, bem como saber-se, com exatidão, quais as que ainda estão em vigor. Quanto às que se referem a câmbio, as anteriores a março de 1961 foram revogadas pela Instrução 204 que inaugurou uma nova política cambial da qual, as subseqüentes são aditivas. Aconselhamos ao prezado leitor procurar diretamente a Secretária Geral da SUMOC, na Av. Presidente Vargas 84 — 9.º andar, com que obterá — estamos certos — as informações que deseja.*

* * *

OFERECIMENTO DE TRABALHO — “Conheço a revista “Conjuntura Eco-

nômica” e tenho apreciado o excelente trabalho de divulgação que tem feito no Brasil e no Exterior. Animado por esta admiração é que envio-lhe um trabalho realizado por nós, em Minas Gerais”. CÉLIO TEODORO ASSUNÇÃO, Assistente da Presidência, CENTRAIS ELÉTRICAS DE MINAS GERAIS S/A.

— *Agradecendo a remessa do trabalho, informamos que só publicamos artigos do nosso corpo redatorial. Não obstante, é provável que em próximo número de “Conjuntura Econômica” tenhamos oportunidade de utilizá-lo na preparação de um artigo sobre o assunto.*

* * *

TÍTULOS DE BÔLSA — “A par do pedido de assinatura, solicito ainda a V. S.^a dentro das possibilidades, informarem-me a respeito do valor de 25 ações ao portador (23 176 a 23 200) preferenciais, emitidas pela Cautela n.º 583 de 12-6-50, pela Companhia Cervejaria Bohemia. Das referidas ações, com valor de Cr\$ 200,00, cada uma, não foram até o momento recebidos quaisquer dividendos. A Companhia Cervejaria Bohemia, segundo informações

que colhi, possuí depósito e escritórios à Praça 11 de junho n.º 59-A, no Rio de Janeiro". JOSÉ AMÉRICO FERREIRA, Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

— As ações da Companhia Cervejaria Bohemia são cotadas com pouca frequência na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. A mais recente cotação constante dos nossos registros é de Cr\$ 90,00 por ação em 1960. Sugerimos-lhe entrar em contato com algum corretor de Fundos Públicos em Porto Alegre, que poderá dar-lhe uma idéia quanto às possibilidades de vender, ou não, as suas ações. O balanço financeiro desta companhia relativo ao ano que findou em 31-12-60, mostra Capital e Reservas num total de Cr\$ 31.894.938,00 e lucros de Cr\$ 629.740,40 para aquele ano.

* * *

BOLSA DE ESTUDOS — "It is a young French Student he writes to you. I hope that my letter don't disturb you too. I write to you because I think that you could help me. I want to do my profession in Brasil but y have yet two years of studies in France and my military duty. So, I should like to do a stay of three months: July, August, September, in Brasil. That could be extremely profitable.

My profession will, after my studies: statistician and mathematician economist. I learn my profession in a high school that you know probably because it is dipendent of French government: E.N.S.A.E. (Ecole Nationale de la Statistique et de l'administration économique).

I speak English and a few German. I don't speak Brazilian but I can learn it if it is necessary, that I think.

I am just twenty.

I shall glad if you could help me. I like much your country and I hope I could do my profession in your country. I don't want remain in France because it is a too old country. DANIEL DUMAS DE RAULY. Paris, França.

— Encaminhamos a carta do prezado leitor ao Itamaraty, que dispõe de um órgão — Assistência Técnica — especializado em trazer bolsistas do estrangeiro.

* * *

TÍTULOS DE BÓLSA — "Com a habitual atenção que sempre merece, li, no número de dezembro de 1961 na Conjuntura Econômica o artigo analisando as ações da Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira, de fato, um dos títulos mais prestigiados nos pregões das nossas Bolsas de Valores. Sômente estranhei a conclusão que as ações da Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira se tornaram "as mais custosas dentre as que se negociam com maior frequência nas Bolsas do Brasil". Baseando-nos no lucro de Cr\$ 2.015.509.000 indicado na tabela IV do artigo em questão, teríamos, ajustado para o capital atual de Cr\$ 6 bilhões, lucros por ação na ordem de Cr\$ 335,90. A relação entre o preço citado de Cr\$ 3 896 e os lucros de Cr\$ 335,90 por ação então seria de 11.6 e não de 20.3.

De fato, poderíamos argumentar sobre o lucro líquido da Belgo-Mineira, já que os Cr\$ 2 015 milhões não refletem o fato que a reversão da provisão para impostos de 1959 foi maior que a provisão feita em 1960. Desta forma, uma análise mais rígida poderia chegar a um lucro líquido na ordem de Cr\$ 1 810 milhões, dos quais ainda teríamos que deduzir as participações no montante de Cr\$ 26,2 milhões. Mesmo

o lucro "mínimo" de Cr\$ 1 784 milhões resultaria em lucros por ação de Cr\$ 297,40 para 6 milhões de ações, o que ainda corresponde a uma relação de preço: lucro de 13.10. Por outro lado, é algo acadêmico comparar os preços em fins de 1961 com os lucros de 1960, embora reconheço que o público inversor brasileiro geralmente tem que se conformar com dados anuais das companhias..." HANS J. W. HORCH. São Paulo.

— Realmente, à página 78 do nosso número de dezembro último, teria sido melhor dizer "entre as mais custosas das que se negociam com maior frequência nas Bôlsas do Brasil". V. S.^a

notará que, mesmo na base de 11.6 vezes o rendimento por ação, os preços das ações da Belgo-Mineira em termos de rendimento, eram mais elevados em meados de outubro de que os da São Paulo Alpargatas, Banco Boavista, Brahma, Carioca Industrial, Ferro Brasileiro, Kibon, Mesbla, Moinho Santista, Nova América e Willys, para mencionar apenas algumas.

Os rendimentos usados para calcular a relação de preço-rendimento, excluíram as reversões feitas para impostos e prejuízos. Concordamos em que esse método de calcular foi demasiadamente conservador, e lhe agradecemos por ter chamado a nossa atenção ao fato.

ÍNDICE DE ANUNCIANTES

AÇOS VILARES S/A	(encarte)	
AÇOS TORSIMA		38
ACUMULADORES NIFE DO BRASIL		165
AIR FRANCE		159
BANCO ALIANÇA DO RIO DE JANEIRO S/A	186 e	187
BANCO BOAVISTA S/A		52
BANCO BRASILEIRO DE DESCONTOS ..		165
BANCO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE MINAS GERAIS S/A		68
BANCO DA AMÉRICA S/A		58
BANCO DA LAVOURA DE MINAS GERAIS S/A	188 e	189
BANCO DA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO SUL S/A	200 e	201
BANCO DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA S/A	204 e	205
BANCO DE CRÉDITO REAL DE MINAS GERAIS S/A		50
BANCO DO BRASIL S/A	194 e	198
BANCO DO COMÉRCIO S/A		171
BANCO DO ESTADO DA GUANABARA S/A ..		29
BANCO DO ESTADO DE SÃO PAULO S/A ..		133
BANCO HIPOTECÁRIO AGRÍCOLA DO ESTADO DE MINAS GERAIS S/A		153
BANCO HIPOTECÁRIO LAR BRASILEIRO S/A	190 e	191
BANCO HOLANDÊS UNIDO S/A		16
BANCO IRMÃOS GUIMARÃES S/A		207
BANCO MERCANTIL DE SÃO PAULO S/A	192 e	193
BANCO SUL AMERICANO DO BRASIL S/A ..		163
BANCO ULTRAMARINO BRASILEIRO S/A ..		78
BRASSINTER S/A	2. ^a capa	
BURROUGHS DO BRASIL S/A	4. ^a capa	

CASA JOSÉ SILVA		39
CIA. ANTARCTICA PAULISTA		155
CIA. DE CIGARROS SOUZA CRUZ		134
CIA. FERRO BRASILEIRO S/A		7
CIA. GUANABARA DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS		128
CIA. PROGRESSO INDUSTRIAL DO BRASIL		43
CIA. PROPAC		85
CIA. RADIOTELEGRÁFICA BRASILEIRA ..		96
CIA. T. JANER COMÉRCIO E INDÚSTRIA ..		38
CONDORIL TINTAS S/A		5
FINASA S/A	174 a	175
GENERAL MOTORS DO BRASIL S/A — VEÍCULOS		4
INDÚSTRIA ELÉTRO-CLORO		37
INSTITUTO DO AÇÚCAR E DO ALCOOL ..		164
ISAM		156
K L M		8
MACIFE S/A		79
MÁQUINAS PIRATININGA		80
MINERAÇÃO GERAL DO BRASIL LTDA. ..		35
ORGANIZAÇÃO RUF S/A		3
ROCKWOOLBRAS S/A		118
SAS - SCANDINAVIAN AIRLINES SYSTEM ..		28
SHELL BRASIL S/A (PETRÓLEO)		2
SHELL BRASIL S/A (PETRÓLEO) ..	3. ^a capa	
SWISSAIR		67
THE FIRST NATIONAL CITY BANK OF NEW-YORK		30
THE FIRST NATIONAL CITY BANK OF BOSTON		1
VARIG S/A		145
VOLKSWAGEN DO BRASIL S/A		6

SEMINÁRIO DE GERÊNCIA E MARKETING NO RIO DE JANEIRO

Com o apoio da SME—Sales & Marketing International dos EE. UU., acaba de ser instalado no Rio de Janeiro, pela Associação dos Diretores de Vendas, o CPG—Centro de Prática de Gerência e Marketing do Brasil. O CPG reúne a experiência acumulada de mais de 30 000 executivos e de 240 entidades em todo o mundo, filiados a SME (EE. UU.) e se constituirá num núcleo de desenvolvimento e aperfeiçoamento de nosso pessoal de gerência e marketing do mais elevado nível.

O CPG é administrado por um Conselho Consultivo formado pelos mais destacados Dirigentes de negócios do país, por 6 comissões técnicas constituídas por gerentes profissionais altamente especializados e por uma diretoria executiva, órgãos estes que traçam os programas de desenvolvimento e educação de gerentes e determinam as diretrizes técnicas da entidade.

O CPG conta com o apoio das nossas mais importantes empresas, e os gerentes e executivos de qualquer firma podem participar de seus programas.

A sede provisória do CPG é na Rua México 119, 15.º andar, grupo 1 502, Tel. 22-3476.

COMPUTADORES ELETRÔNICOS NO BRASIL

Acabam de entrar em operação, na capital paulista, mais quatro computadores eletrônicos IBM: um na Secretaria Geral de Transportes, dois na

Prefeitura Municipal e um na Universidade de São Paulo.

A implantação desses avançados sistemas vem se processando no Brasil com crescente rapidez, e tanto na indústria e no comércio, como em entidades governamentais e para fins técnicos e científicos. Só a IBM, até o momento, tem 38 contratos firmados, sendo que 9 desses sistemas já se encontram operando no Rio e em São Paulo. A Volkswagen do Brasil, depois da sua bem sucedida experiência com o "Ramac 305" da IBM, resolveu contratar a vinda de outro sistema, um computador "1401", já inteiramente transistorizado.

Outras empresas paulistas (Pignatari, Antarctica, Clipper, Sanbra, Cooperativa de Cotia, São Paulo Light, Banco Brasileiro de Descontos, Banco Sul Americano) estão esperando a sua vez de receber os computadores já contratados. Quase simultaneamente, o IBGE, as Delegacias Regionais do Imposto de Renda do Rio e de São Paulo, a Secretaria da Fazenda de Pernambuco e a Prefeitura do Recife acabam de pedir, cada uma, sistemas "IBM 1401", transistorizados. Em vista da crescente procura desses avançados sistemas de processamento de dados, a IBM resolveu começar a fabricá-los, em futuro próximo, no Brasil.

Se V. Sa. já é assinante desta Revista, certamente far-lhe-á justiça, recomendando-a aos seus amigos. — Estes, por sua vez, lhe ficarão muito gratos. — E nós também.

EDIÇÕES DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Divulgam os resultados de suas pesquisas e trabalhos de autores
nos seguintes campos:

- Administração
- Economia
- Direito Administrativo
- Direito Público e Ciência Política
- Psicotécnica

Através de obras avulsas e dos periódicos

- **CONJUNTURA ECONÔMICA (MENSAL)**
- Revista Brasileira de Economia (trimestral)
- Revista de Direito Administrativo
- Arquivos Brasileiros de Psicotécnica — Idem
- Revista de Direito Público e Ciência Política (Quadri-
mestral).
- Revista de Administração de Empresas (idem).

* * *

VENDAS E ASSINATURAS EM SEU SERVIÇO
DE PUBLICAÇÕES

Praia de Botafogo, 186 — Caixa Postal 4081
Rio de Janeiro, GB

“FINASA” S. A.

FINANCIAMENTO, CRÉDITO E INVESTIMENTOS

BALANÇO EM 30 DE DEZEMBRO DE 1961

Rua Líbero Badaró, 293 — 18.º andar — Conj. “D” — Tel. 34-8181

“Carta de Autorização n.º 82 de 15-7-58”

A T I V O			P A S S I V O		
A — DISPONÍVEL			F — NÃO EXIGÍVEL		
Bancos Conta de Movimento	143.634.302,10		Capital	750.000.000,00	
Dep. Sup. da Moeda e do Crédito	5.221.056,40		Aumento de Ca-		
Em outras Espécies	22.323,50	148.877.682,00	pital	2.250.000.000,00	3.000.000.000,00
B — REALIZÁVEL					
Títulos Descontados	185.321.909,00		Fundo de Reserva Legal	25.800.000,00	
Títulos de Conta Própria	735.386.522,50		Fundo de Previsão	100.000.000,00	
Devedores por Respons. Cambiais	5.308.067.710,50		Fundo de Amortização do Ativo	1.422.409,60	3.127.222.409,60
Capital a Realizar	2.024.098.200,00				
Banco do Brasil S/A. — Conta			G — EXIGÍVEL		
Aumento de Capital — Dec.			Títulos Cambiais	5.407.000.000,00	
Lei 5956	225.901.800,00		Outros Créditos	29.652.195,80	
Outros Créditos	5.345.324,90		Dividendos a Pagar	112.500.000,00	5.549.152.195,80
	8.484.121.466,90		H — RESULTADOS PENDENTES		
Títulos e Valores Mobiliários			Contas de Resultados		113.644.081,90
Títulos e Ações	146.374.233,40	8.630.495.700,30	I — CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
C — IMOBILIZADO			Caução da Diretoria	230.000,00	
Móveis e Utensílios	9.345.394,40		Credores por Títulos em Cobrança	31.926.576,00	
Despesas de Instalação	1.018.938,10		Depositantes de Val. em Garantia	7.573.328.520,80	7.605.485.096,80
Material de Expediente	280.972,50	10.645.305,00			16.395.503.784,10
D — RESULTADOS PENDENTES					
E — CONTAS DE COMPENSAÇÃO					
Ações Cauçionadas	230.000,00				
Cobrança por Conta de Terceiros	31.926.576,00				
Valores em Garantia	7.573.328.520,80	7.605.485.096,80			
		16.395.503.784,10			

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE "LUCROS E PERDAS" EM 30 DE DEZEMBRO DE 1961

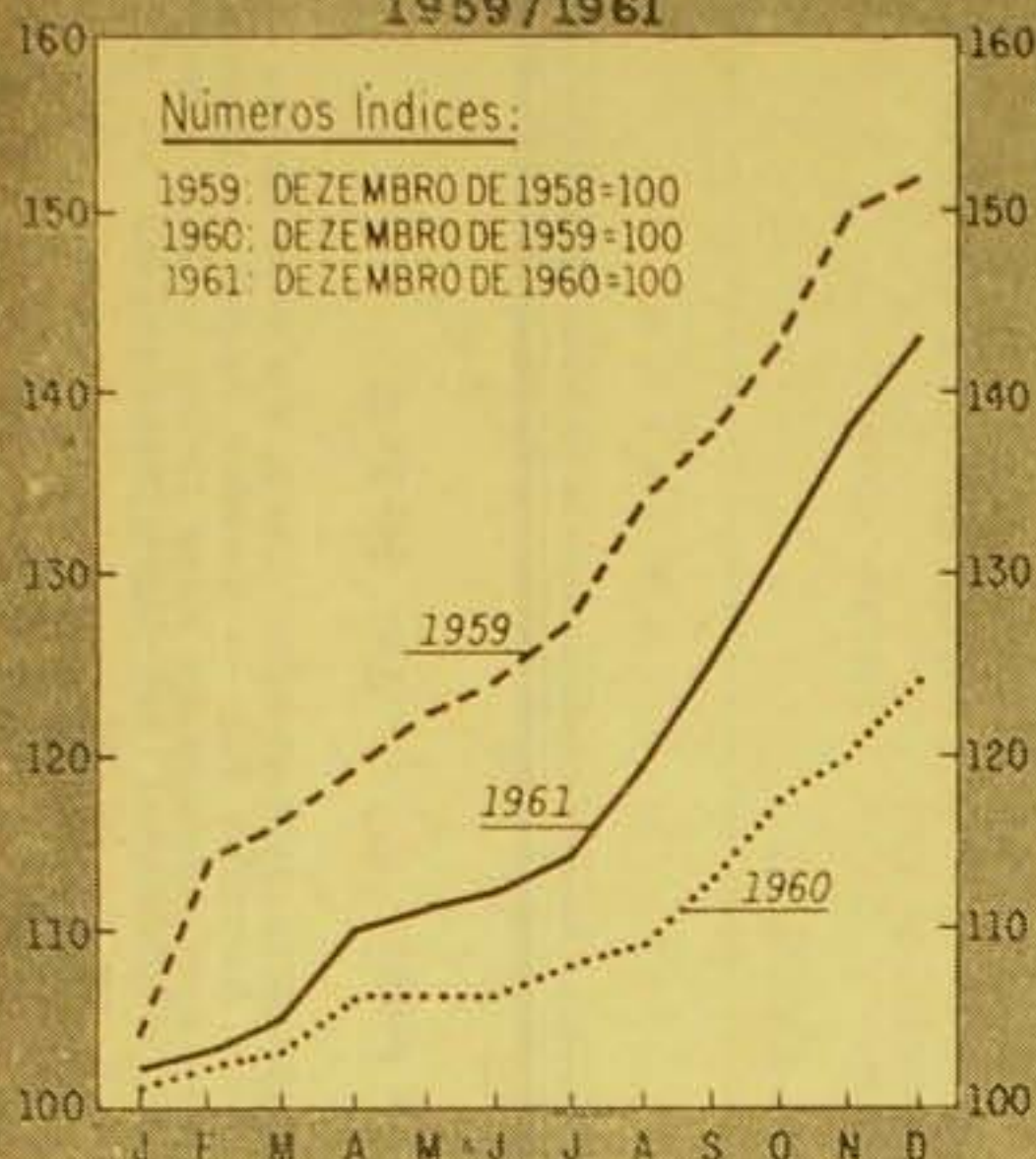
D É B Í T O			C R É D I T O	
DESPESAS GERAIS			SALDO NÃO DISTRIBUÍDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR	5.352.412,90
Honorário do Conselho de Administração	1.963.000,00		RECEITA DE JUROS	4.603.416,00
Salários, Gratificações e Pagamentos por Serviços Prestados	12.500.475,80		DESCONTOS	7.853.192,20
Despesas Diversas	6.763.952,70	21.227.428,50	COMISSÕES	53.588.370,80
Gastos de Material		1.622.752,00	PARTICIPAÇÕES	9.714.364,90
Impostos		33.312.187,20	LUCROS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	140.075.090,00
AMORTIZAÇÃO DO ATIVO				
Fundo de Amortização de Móveis e Utensílios	467.269,70			
Abatimento na Conta de Despesas de Instalação	1.106.259,90	1.573.529,60		
	Sub-total	57.735.897,30		
FUNDO DE RESERVA LEGAL		7.907.632,20		
FUNDO DE PREVISÃO		25.000.000,00		
DIVIDENDOS AOS ACIONISTAS		112.500.000,00		
PERCENTAGEM À DIRETORIA E AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		12.647.882,90		
SALDO QUE SE TRANSFERE P/ O EXERCÍCIO SEGUINTE		5.395.434,40		
		221.186.846,80		221.186.846,80

São Paulo, 2 de Janeiro de 1962.

(aa) Wilton Paes de Almeida — Vice-Presidente; João Adhemar de Almeida Prado — Vice-Presidente; Lucas Nogueira Garcez — Superintendente; Pedro Paula Leite de Barros — Diretor-Gerente; Adolpho de Oliveira Franco — Aloysio Ramalho Foz — Amador Aguiar — Eduardo Mário da Silva Ramos — Emílio Oria — Herculano de Almeida Pires — Jorge Wallace Simonsen — José Adolpho da Silva Gordo — José Américo Soares Baptista — Lelio de Toledo Piza e Almeida Filho — Luiz de Moraes Barros — MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO — Celestino Aguiar de Souza — Contador — C.R.C. — S. P. — n.º 30.849

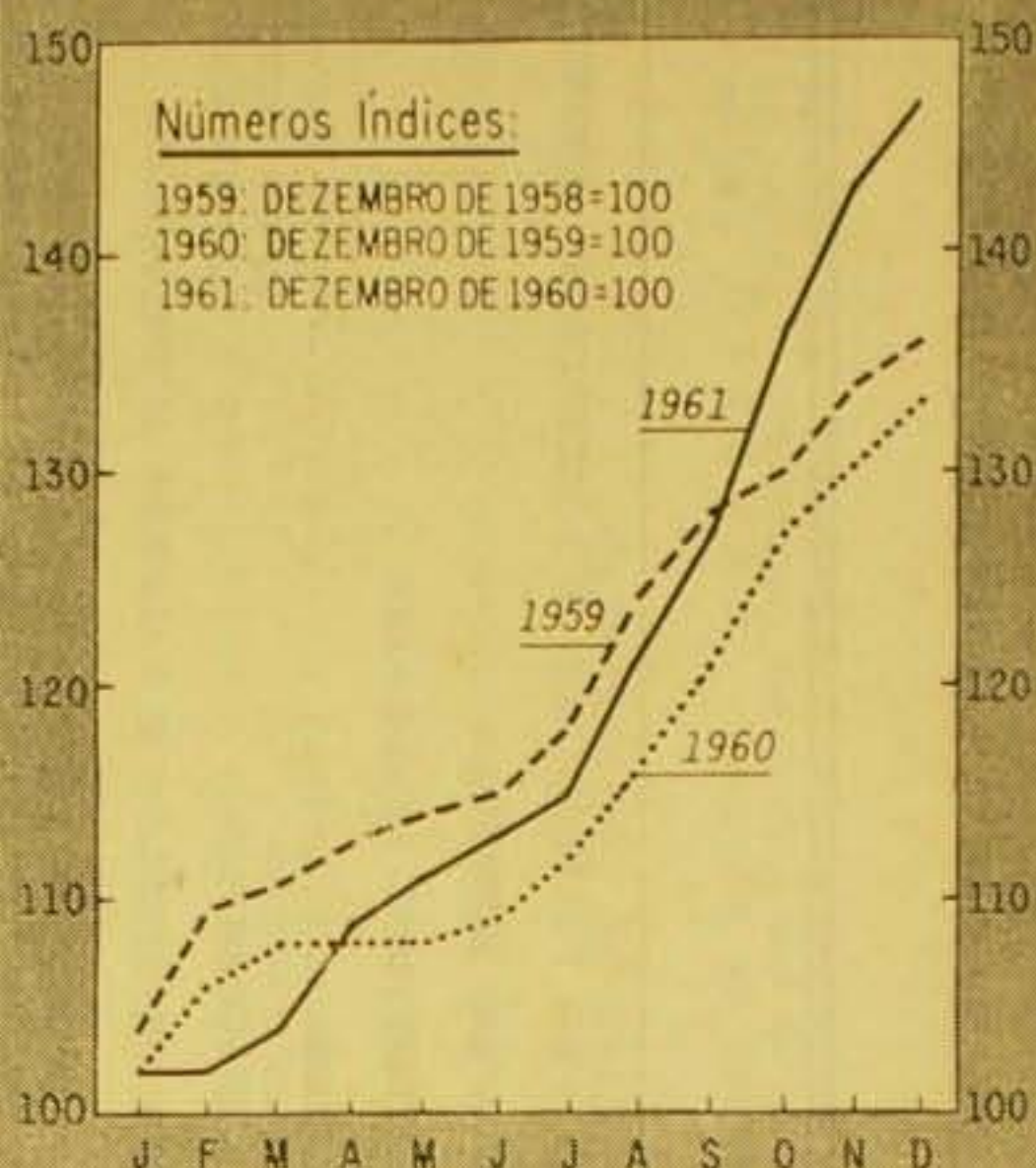
Custo de Vida ESTADO DA GUANABARA

1959/1961



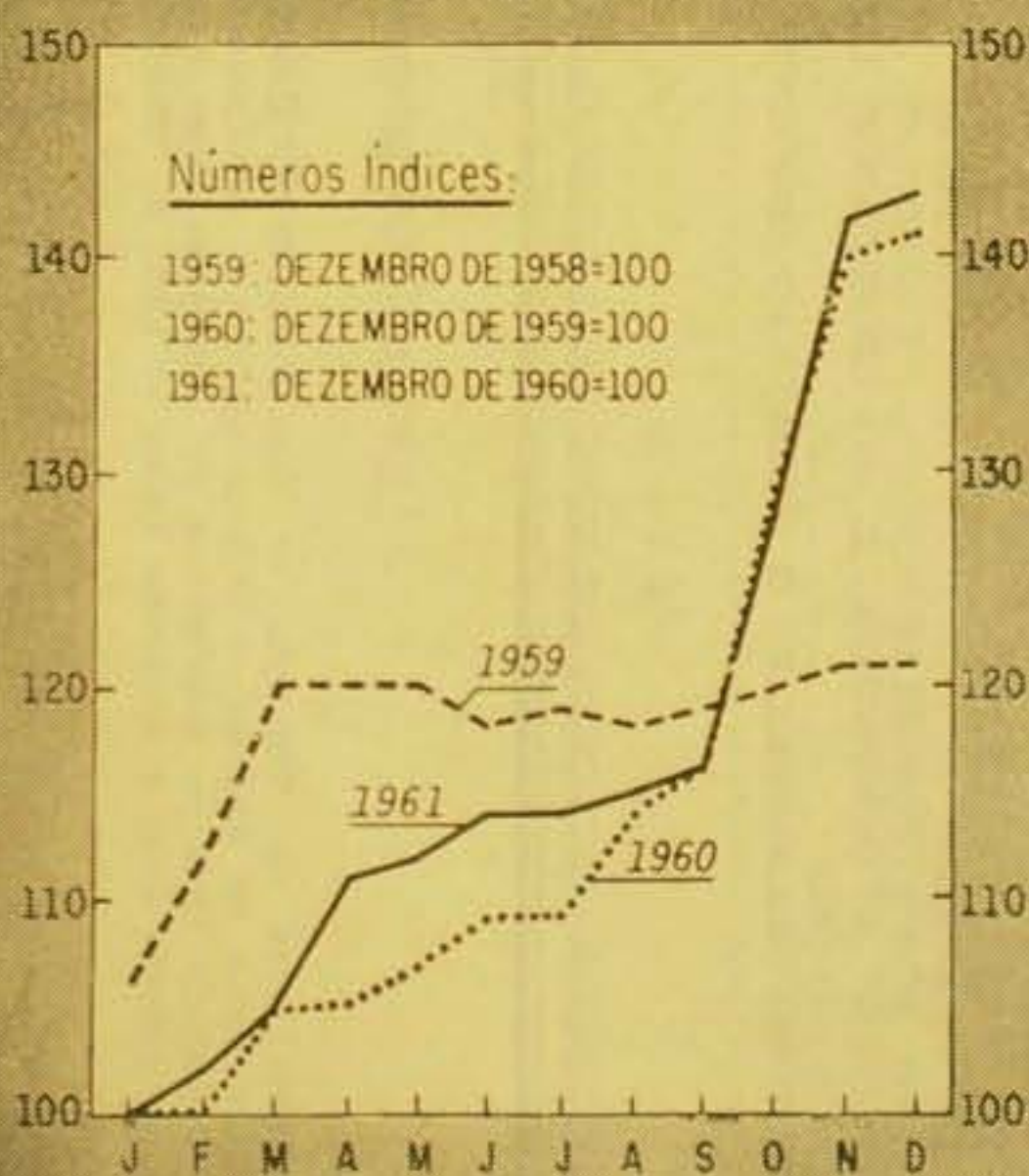
Preços por Atacado

1959/1961



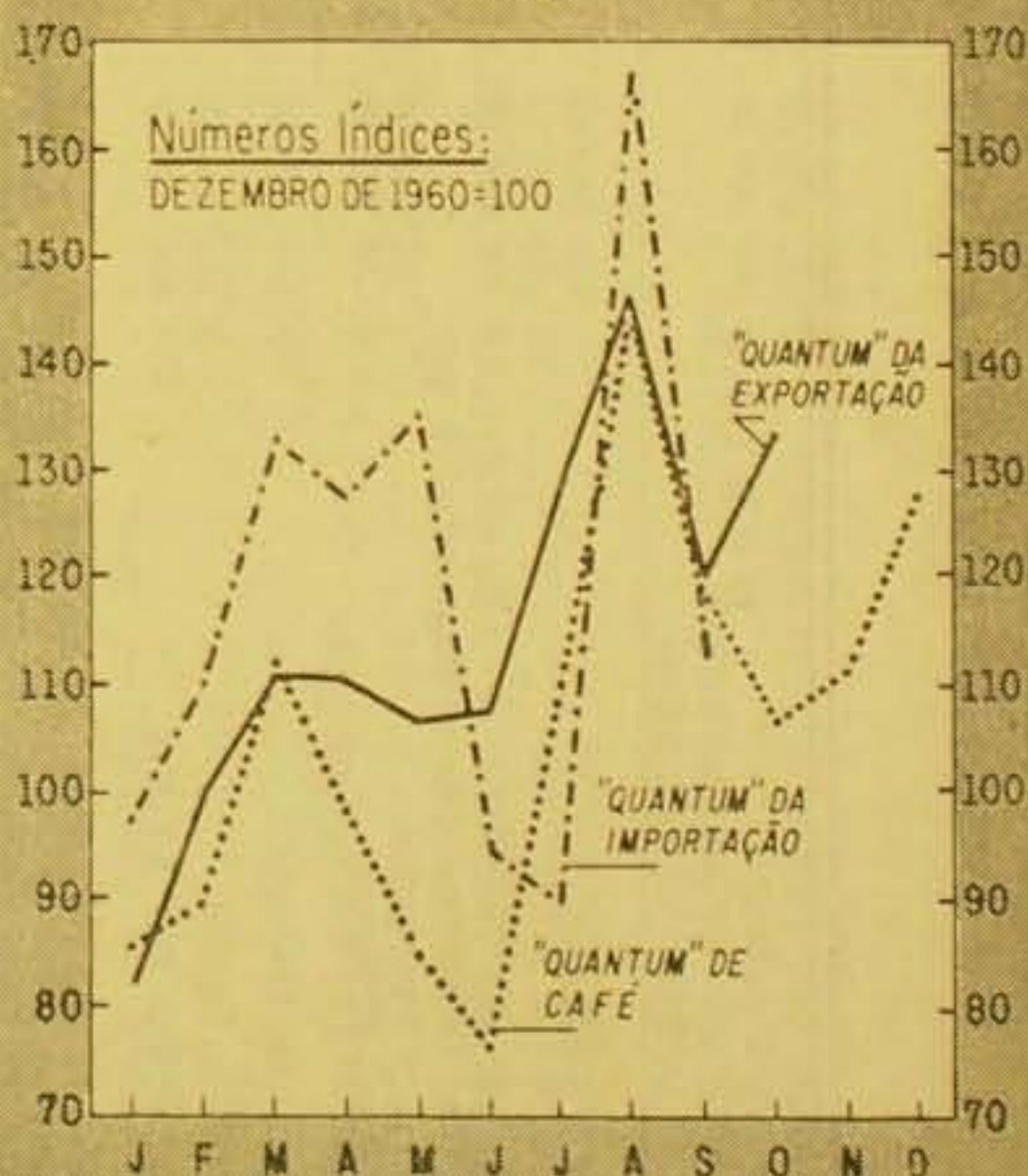
Custo da Construção

1959/1961



Comércio Exterior

1961



BANCO DA LAVOURA

CARTA PATENTE, N.º 1.469

351 CASAS EM TODOS OS ESTADOS DA FEDERAÇÃO, NO DISTRITO

BALANÇO GERAL EM 30 DE DEZEMBRO DE 1961

A T I V O			
	Cr\$	Cr\$	Cr\$
A - DISPONÍVEL			
Caixa			
Em moeda corrente.....		2.876.860.228,90	
Em Depósito no Banco do Brasil.....		5.379.358.000,70	
Em Depósito à ordem da Sup. da Moeda e do Crédito.....		2.735.474.000,00	
Em outras espécies.....		72.356.019,00	11.064.048.248,60
B - REALIZÁVEL			
Letras do Tesouro Nacional:			
Em poder da SUMOC.....	-/-		
Em nosso poder.....	-/-	-/-	
Empréstimos em C/Corrente.....	2.538.069.963,40		
Empréstimos Hipotecários.....	20.824.966,80		
Títulos Descontados.....	21.263.277.366,70		
Letras a receber de C/Própria.....	2.353.262,70		
Agências no País.....	22.430.901.855,30		
Correspondentes no País.....	163.196.935,10		
Correspondentes no Exterior.....	2.425.889.334,70		
Outros Valores em Moeda Estrangeira.....	599.567.123,60		
Banco do Brasil S.A. - Cta. Aum. Cap.	-/-		
Capital a realizar.....	32.618.300,00		
Outros Créditos.....	2.106.736.409,10	51.583.435.517,40	
Imóveis.....		377.616.519,70	
Títulos e valores mobiliários:			
Apólices e obrig. Fed. Incl. as do valor nom. de Cr\$ 1.000.000,00, depositadas à ordem da Superintendência da Moeda e do Crédito.....	29.170.317,40		
Apólices Estaduais.....	159.770,20		
Apólices Municipais.....	58.553,00		
Ações e Debêntures.....	204.959.255,00		
Outros Valores.....	4.721.939,50		
Letras do Tesouro (no valor nominal de Cr\$ 2.108.200.000,00) (2916).....	2.108.200.000,00		
Letras do Banco do Brasil S.A. (Instruções nºs 192 e 204) (no valor nominal de Cr\$ 864.068.000,00) (2917).....	810.620.742,20	3.157.890.577,30	55.118.942.614,40
C - IMOBILIZADO			
Edifícios de uso do Banco.....	1.076.567.687,20		
Móveis e utensílios.....	508.028.773,00		
Material de Expediente.....	-/-		
Instalações.....	-/-		1.584.596.460,20
D - RESULTADOS PENDENTES			
Juros e Descontos.....	-/-		
Impostos.....	-/-		
Despesas Gerais e Outras Contas.....	-/-		
E - CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
Valores em garantia.....		5.097.349.602,30	
Valores em Custódia.....		2.081.641.708,80	
Títulos a receber de C/Alheia.....		13.579.507.634,60	
Outras Contas.....		7.551.901.326,00	28.310.400.271,70
			96.077.987.594,90

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE «LUCROS E PERDAS» EM 30 DE

D É B I T O		Cr\$
DESPESAS GERAIS		
Honorários da Diretoria, do Conselho Fiscal e do Conselho Consultivo, ordenados do pessoal, contribuição para o I.A.P.B., L.B.A., S.S.R., livros, material, selos e gastos diversos.....		1.837.231.722,60
IMPOSTOS		
Pagos durante o semestre.....		59.008.736,40
JUROS DE CRÉDITOS DE TERCEIROS E COMISSÕES		
Abonados neste semestre.....		645.414.748,60
CONTAS EM LIQUIDAÇÃO		
Amortização de débitos duvidosos.....		5.520.707,20
PERCENTAGENS E GRATIFICAÇÕES AO PESSOAL		
Abonadas neste semestre.....		290.105.399,30
PERCENTAGENS DA DIRETORIA E DO CONSELHO CONSULTIVO		
Abonadas neste semestre.....		27.092.271,00
FUNDO DE AMORTIZAÇÃO DO ATIVO FIXO		
Valor destinado a Móveis e Utensílios.....		25.000.000,00
FUNDO DE RESERVA LEGAL		
Transferido para esta conta.....		22.000.000,00
FUNDO DE RESERVA ESPECIAL		
Transferido para esta conta.....		80.000.000,00
FUNDO DE PREVISÃO		
Transferido para esta conta.....		494.700.000,00
DIVIDENDOS		
Pelo 62º à razão de 15% ao ano, relativo ao 2º semestre.....		145.868.151,60
FUNDAÇÃO "CLEMENTE DE FARIA"		
Dotação a esta Associação de Beneficência dos Empregados do Banco.....		10.000.000,00
		3.641.941.736,70

GILBERTO DE ANDRADE FARIA
Diretor- PresidenteNELSON SOARES DE FARIA
Vice- PresidenteALOYSIO DE ANDRADE FARIA
Diretor- Superintendente

DE MINAS GERAIS, S. A.

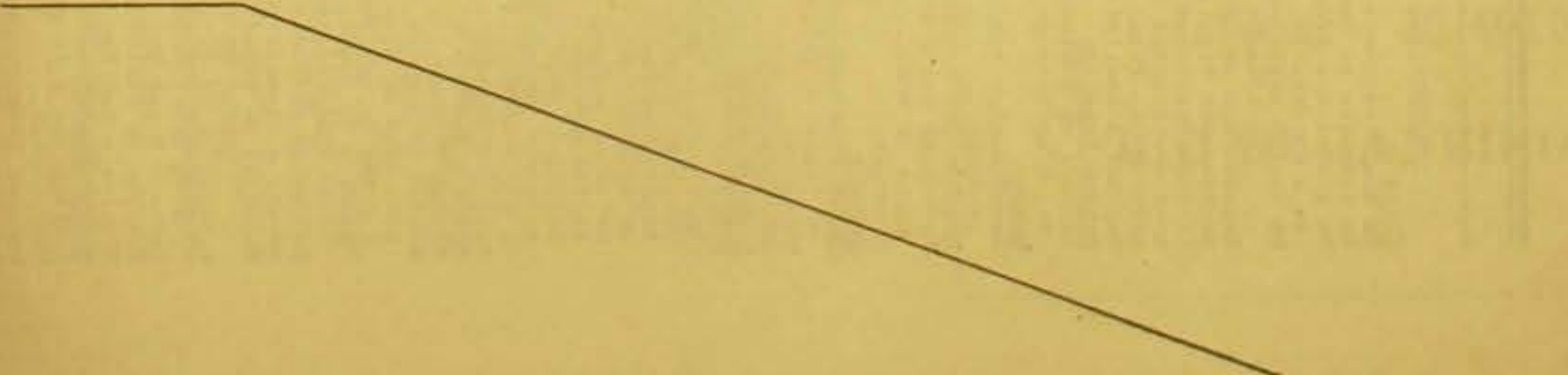
— FUNDADO EM 1925

FEDERAL E NOS TERRITÓRIOS DO ACRE, AMAPÁ, E RONDÔNIA

(COMPREENDENDO MATRIZ, FILIAIS E AGÊNCIAS)

P A S S I V O			
	Cr\$	Cr\$	Cr\$
F - NÃO EXIGÍVEL			
Capital.....	2.000.000.000,00		
Aumento de Capital.....	-/-	2.000.000.000,00	
Fundo de Reserva Legal.....		160.000.000,00	
Fundo de Amortização do Ativo Fixo.....		150.400.000,00	
Outras reservas: Fundo de Reserva Especial.....		180.000.000,00	
Fundo de Previsão.....		519.600.000,00	3.010.000.000,00
G - EXIGÍVEL			
DEPÓSITO			
à vista e a curto prazo			
de Poderes Públicos.....	998.991.977,10		
de Autarquias.....	260.844.420,20		
em C/C Sem Limite.....	24.470.309.865,40		
em C/C Limitadas.....	-/-		
em C/C Populares.....	11.327.009.507,30		
em C/C Sem Juros.....	517.059.408,60		
em C/C de Aviso.....	-/-		
Outros depósitos.....	238.979.970,70	37.813.195.149,30	
a prazo			
de Poderes Públicos.....	-/-		
de Autarquias.....	-/-		
de diversos:			
a prazo fixo.....	431.529.296,20		
de aviso prévio.....	-/-	431.529.296,20	
		38.244.724.445,50	
OUTRAS RESPONSABILIDADES			
Títulos Redescontados.....	-/-		
Agências no País.....	22.543.591.171,90		
Correspondentes no País.....	260.256.002,90		
Correspondentes no Exterior.....	1.094.649.081,30		
Outras Responsabilidades no Exterior.....	144.450.578,00		
Ordens de pagamentos e outros créditos.....	1.878.636.989,40		
Dividendos a pagar.....	146.405.165,60	26.067.988.989,10	64.312.713.434,60
H - RESULTADOS PENDENTES			
Contas de Resultados.....			444.873.888,60
I - CONTAS DE COMPENSAÇÃO			
Depositantes de valores em garantia e em custódia.....	7.178.991.311,10		
Depositantes de títulos em cobrança:			
do País.....	13.115.142.604,80		
do Exterior.....	464.365.029,80		
Outras Contas.....	7.551.901.326,00	28.310.400.271,70	
			96.077.987.594,90

DEZEMBRO DE 1961 — REFERENTE AO 2.º SEMESTRE DE 1961

C R É D I T O	
PRODUTO DAS OPERAÇÕES SOCIAIS CONCLUÍDAS NESTE SEMESTRE	
Comissões, Descontos, Juros, Rendas Diversas, Resultados de Câmbio, inclusive recuperação de débitos duvidosos.....	3.298.241.736,70
FUNDO DE PREVISÃO	
Saldo de dotação de 1960.....	343.700.000,00
	
	3.641.941.736,70

FRANCISCO RODRIGUES DE OLIVEIRA
Diretor

PAULO AUGUSTO DE LIMA
Diretor

GUSTAVO PRADO FILHO
Cont.-C.R.C.-M.C.-1.311

BANCO HIPOTECARIO LAR BRASILEIRO S. A.

Sede: RIO DE JANEIRO — Carta Patente n.º 1.420, de 18-11-1936.

Compreendendo as operações da Matriz — Rio de Janeiro e das Agências nas Cidades de Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Niterói, São Paulo, Santos, Campinas, Bauru, Curitiba, Porto Alegre, Goiânia e Brasília; e das Metropolitanas "Bonsucesso", "Cascadura", "Catete", "Copacabana", "Ipanema", "Madureira", "Méier e "Tijuca" no Rio de Janeiro — "Brás", "Jardim América", "Lapa", "Luz", "Moóca", "Nove de Julho", "Perdizes", "Pinheiro" e "Vila Mariana" em São Paulo e "José Menino" em Santos.

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1961

A T I V O		P A S S I V O	
	Cr\$		Cr\$
DISPONÍVEL		NÃO EXIGÍVEL	
<u>Caixa</u>		<u>Capital:</u>	
Em moeda corrente.....	279.285.007,40	Da Carteira Hipotecária.....	240.000.000,00
Em depósito no Banco do Brasil.....	257.229.418,40	Da Carteira Comercial.....	60.000.000,00
Em depósito à ordem da Superintendência da Moeda e do Crédito.....	525.482.497,00	300.000.000,00	
Em outras espécies.....	27.375.843,00	Aumento de Capital.....	170.000.000,00
		Fundo de Reserva Legal.....	45.368.638,80
REALIZÁVEL		Outras Reservas.....	97.454.900,50
Empréstimos em C/Corrente.....	15.673.646,00		470.000.000,00
Empréstimos Hipotecários.....	474.332.902,80	EXIGÍVEL	
Títulos Descontados.....	984.705.495,30	DEPÓSITOS	
Letras a Receber de C/Própria.....	6.880.030,00	a vista e a curto prazo:	
Agências no País.....	3.838.450.447,40	De Poderes Públicos.....	8.679.186,70
Capital a Realizar.....	50.000.000,00	De Autarquias.....	3.549.885,00
Outros Créditos		De Diversos:	
Imóveis em Construção para venda, C/Aplicações.....	1.239.280.762,70	Em C/C sem Limite.....	2.307.680.073,40
Menos:		Em C/C Limitadas.....	1.316.311.153,90
Recebimentos Prévios dos Compradores.....	232.418.947,30	Em C/C Populares.....	3.714.948.104,10
Líquido das Aplicações.....	1.006.861.815,40	Em C/C sem Juros.....	75.223.049,70
Devedores por Contratos de Pro-messa de Venda.....	2.876.117.552,50	Outros Depósitos.....	12.327.762,50
Diversos.....	395.598.722,40		7.438.719.215,30
Imóveis:		a prazo:	
Imóveis em Construção para Uso do Banco, C/Aplicações.....	260.240.118,20	De Autarquias.....	7.016.046,60
Terrenos.....	522.041.835,40	De Diversos:	
Outros Imóveis.....	225.127.432,20	A Prazo Fixo.....	432.757.767,30
Títulos e Valores Mobiliários:		De Aviso Prévio.....	88.939.612,10
Apólices e Obrigações Federais, inclusive as depositadas no Banco do Brasil, à ordem da Superintendência da Moeda e do Crédito, Dec.-Lei nº 9140, no valor nominal de Cr\$.....	55.762.500,00; e no Tesouro Nacional, Dec.-Lei nº 9602 no valor nominal de Cr\$.....		528.713.426,00
1.000.000,00.....	71.834.942,20		7.967.432.641,30
Apólices Estaduais.....	73.200,00	OUTRAS RESPONSABILIDADES	
Ações e Debêntures.....	7.533.010,00	Títulos Redescontados.....	71.082.999,30
Outros Valores.....	17.417.368,70	Agências no País.....	3.828.512.769,40
Letras do Tesouro Nacional depositadas no Banco do Brasil à ordem da Superintendência da Moeda e do Crédito.....	100.000.000,00	Ordens de Pagamento e Outros Créditos:	
IMOBILIZADO		Ordens de Pagamento.....	73.832.502,80
Edifícios de Uso do Banco.....	845.539.586,10	Obrigações de n/Emissão (Debêntures) em Circulação.....	98.366.000,00
Móveis e Utensílios.....	159.972.952,00	Cupões a Pagar de Obrigações.....	2.002.977,00
Material de Expediente.....	12.727.651,30	Credores Diversos.....	139.836.374,40
CONTAS DE COMPENSAÇÃO		Fundo de Beneficência.....	7.635.160,00
Valores em Garantia:		Porcentagem da Diretoria.....	15.270.320,00
Títulos Cauionados.....	114.738.647,00	Participação dos Empregados nos Lucros.....	49.747.715,20
Imóveis Recebidos em Hipoteca	1.406.776.361,50		386.691.049,40
Valores em Custódia.....	166.947.538,90	Dividendos a Pagar	
Títulos a Receber de C/Alheia	567.665.794,70	De Ações.....	36.000.000,00
Outras Contas:		De "Partes Beneficiárias".....	15.270.300,00
Construções e Incorporações			51.270.300,00
Contratadas.....	5.937.396.622,40	RESULTADOS PENDENTES	
Imóveis Prometidos à Venda.....	5.472.748.692,30	Contas de Resultados	
Emissão de Obrigações.....	300.000.000,00	Partencentes ao Exercício seguinte.....	21.945.480,30
Responsabilidades Diversas.....	1.065.110.221,50	Lucros e Perdas - Remanescentes dos lucros deste exercício.....	20.742.694,70
			42.688.175,00
		CONTAS DE COMPENSAÇÃO	
		Depositantes de Valores em Garantia e em Custódia:	
		Por Valores Cauionados.....	114.738.647,00
		Por Garantias Hipotecárias.....	1.406.776.361,50
		Por Valores em Custódia.....	166.947.538,90
			1.688.462.547,40
		Depositantes de Títulos em Cobrança do País.....	567.665.794,70
		Outras Contas:	
		Contratos de Construções e Incorporações.....	5.937.396.622,40
		Compromissos de Venda de Imóveis.....	5.472.748.692,30
		Obrigações Emitidas.....	300.000.000,00
		Responsabilidades Diversas.....	1.065.110.221,50
			12.775.255.536,20
			15.031.383.878,30
			27.991.885.352,00

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE "LUCROS E PERDAS" EM 31 DE DEZEMBRO DE 1961
36.º EXERCÍCIO SOCIAL DE 1.º DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 1961

D É B I T O		C R É D I T O	
	Cr\$		Cr\$
DESPESAS GERAIS:			
- Custos Gerais.....	138.027.382,90	RECEITA DE JUROS.....	649.798.448,10
- Ordenados dos Funcionários.....	353.011.692,00	- Menos: Juros de Agências que se compensam no Débito.....	206.190.016,60
- Honorários da Administração.....	5.345.863,40		443.608.431,50
	<u>496.384.938,30</u>	DESCONTOS.....	112.412.684,20
GASTOS DE MATERIAL.....	9.350.359,10	- Menos: os do Exercício seguinte.....	18.745.480,30
IMPOSTOS.....	505.735.297,40		93.667.203,90
DESPESAS DE JUROS.....	625.040.403,10	COMISSÕES RECEBIDAS OU DEBITADAS.....	47.534.951,60
- Menos: Juros de Agências que se compensam no crédito.....	206.190.016,60	RENDAS DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	12.248.857,80
OUTRAS CONTAS.....	20.472.236,00	RENDAS DE CAPITAIS NÃO EMPREGADOS EM OPERAÇÕES SOCIAIS.....	21.902.506,40
AMORTIZAÇÃO DO ATIVO.....	10.733.277,80	OUTRAS RENDAS.....	540.592.337,40
PERDAS DIVERSAS.....	16.841.619,90	- Menos as do Exercício seguinte.....	3.200.000,00
Subtotal.....	<u>1.007.386.902,00</u>	RECUPERAÇÕES DE PREJUÍZOS LANÇADOS EM LUCROS E PERDAS.....	11.772.824,30
FUNDO DE RESERVA LEGAL.....	8.037.010,50		
OUTRAS RESERVAS:			
- Fundo de Resgate de "Partes Beneficiárias".....	8.037.010,50		
DIVIDENDOS:			
- De Ações.....	36.000.000,00		
- De "Partes Beneficiárias":			
- Aos Portadores - Percentagem estatutária...	<u>15.270.300,00</u>		
FUNDO DE BENEFICÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS.....	7.635.160,00		
PERCENTAGEM DA DIRETORIA.....	15.270.320,00		
PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NOS LUCROS.....	49.747.715,20		
LUCROS REMANESCENTES A SEREM DISTRIBUÍDOS PELA ASSEMBLEIA GERAL DE ACIONISTAS.....	<u>20.742.694,70</u>		
	<u>1.168.127.112,90</u>		<u>1.168.127.112,90</u>

JORGE OSCAR DE MELLO FLÓRES - Diretor-Presidente. - RUY CARNEIRO - Diretor-Superintendente. - PAULO AFFONSO POOCK CORRÊA - Diretor.
ADAMASTOR VERGUEIRO DA CRUZ, Contador Geral - C.R.C. - CB - nº 2.206

A S S I N E :

■ **CONJUNTURA
ECONÔMICA**

■ **REVISTA
BRASILEIRA
DE ECONOMIA**

■ **REVISTA
DE DIREITO
ADMINISTRATIVO**

■ **ARQUIVOS
BRASILEIROS DE
PSICOTÉCNICA**

■ **REVISTA
DE DIREITO
PÚBLICO
E CIÊNCIA
POLÍTICA**

**Editados pela Fundação
Getúlio Vargas**

**Pedidos à Fundação
Getúlio Vargas**

**Praia de Botafogo, 186
Telefone: 46-4010
RIO DE JANEIRO**

BANCO MERCANTIL

FUNDADO EM 1938 — Capital: Cr\$ 1.000.000.000,00 —
BALANÇO EM 30 DE DEZEMBRO DE 1961 — Compreendendo Matriz e
AGÊNCIAS: 41 na cidade de São Paulo; 94 no interior do Estado de São
Grosso; 27 no Estado do Paraná; 1 no Estado de Pernambuco; 1 no Estado do

A T I V O				Cr\$
A - DISPONÍVEL				
CAIXA:				
EM MOEDA CORRENTE.....		1.525.595.603,80		
EM DEPÓSITO NO BANCO DO BRASIL S.A.		1.958.386.786,80		
EM DEPÓSITO A ORDEM DA SUP. DA MOEDA E DO CRÉDITO.....		2.211.732.644,80		
EM OUTRAS ESPÉCIES.....		660.749.507,40	6.356.464.542,80	
B - REALIZÁVEL				
EMPRÉSTIMOS EM C/CORRENTE.....	629.932.037,60			
EMPRÉSTIMOS HIPOTECÁRIOS.....	-/-			
TÍTULOS DESCONTADOS.....	17.937.342.966,10			
LETRAS A RECEBER DE C/PRÓPRIA.....	-/-			
AGÊNCIAS NO PAÍS.....	4.165.731.035,70			
CORRESPONDENTES NO PAÍS.....	208.758.191,40			
AGÊNCIAS NO EXTERIOR.....	-/-			
CORRESPONDENTES NO EXTERIOR.....	374.213.500,70			
OUTROS VALORES EM MOEDA ESTRANGEIRA.....	66.875,00			
CAPITAL A REALIZAR.....	-/-			
OUTROS CRÉDITOS.....	366.433.180,60	23.682.477.787,10		
IMOVEIS.....		3.840.000,00		
Títulos e valores mobiliários:				
APÓLICES E OBRIGAÇÕES FEDERAIS, INCLUSIVE AS DO VALOR NOMINAL DE CR\$ 1.441.600,00 DEPOSITA DAS NO BANCO DO BRASIL S/A., A ORDEM DA SUP. DA MOEDA E DO CRÉDITO.....	1.746.179,10			
APÓLICES ESTADUAIS.....	-/-			
APÓLICES MUNICIPAIS.....	290.000,00			
AÇÕES E DEBENTURES.....	497.883.763,00			
LETRAS DO BANCO DO BRASIL S.A. (INSTRUÇÕES N.ºS. 192 E 204) NO VALOR NOMINAL DE CR\$ -/-.....	-/-			
LETRAS DO TESOUREIRO (NO VALOR NOMINAL DE CR\$.... 1.141.600.000,00) DEPOSITADAS NO BANCO DO BRA SIL S/A., A ORDEM DA SUP. DA MOEDA E DO CRÉD TO.....	1.141.600.000,00	1.641.519.942,10		
OUTROS VALORES.....		863.000,00	25.328.700.729,20	
C - IMOBILIZADO				
EDIFÍCIOS DE USO DO BANCO.....	559.854.428,30			
MOVEIS E UTENSÍLIOS.....	225.489.909,40			
MATERIAL DE EXPEDIENTE.....	53.225.746,70			
INSTALAÇÕES.....	28.437.041,80		867.007.126,20	
D - RESULTADOS PENDENTES				
JUROS E DESCONTOS.....	-/-			
IMPOSTOS.....	-/-			
DESPESAS CERAIS E OUTRAS CONTAS.....	-/-		-/-	
E - CONTAS DE COMPENSAÇÃO				
VALORES EM GARANTIA.....		5.927.816.065,20		
VALORES EM CUSTÓDIA.....		609.996.238,00		
TÍTULOS A RECEBER DE C/ALHEIA.....		10.090.444.062,40		
OUTRAS CONTAS.....		1.100.394,00	16.629.356.759,60	
			49.181.529.157,80	

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "LUCROS E

D E B I T O				
DESPESAS CERAIS				
HONORÁRIOS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL.....	2.120.000,00			
ORDENADOS DO PESSOAL.....	415.308.700,00			
CONTRIBUIÇÃO AO INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS BANCÁRIOS.....	32.283.641,10			
DESPESAS DIVERSAS				
ALUGUÉIS.....	19.243.816,00			
OUTRAS DESPESAS.....	119.240.417,10	138.484.233,10	588.196.574,20	
GASTOS DE MATERIAL.....			36.729.112,40	624.925.686,60
IMPOSTOS.....				60.368.809,70
DESPESAS DE JUROS.....				296.705.358,80
OUTRAS CONTAS:				
COMISSÕES PAGAS OU CREDITADAS.....				12.883.064,00
AMORTIZAÇÕES DO ATIVO				
FUNDO DE AMORTIZAÇÃO DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS.....		13.537.134,90		
ABATIMENTO NA CONTA DE DESPESAS DE INSTALAÇÃO.....		3.724.812,40		17.261.947,30
PERDAS DIVERSAS.....				3.015.234,10
		SUBTOTAL.....		1.015.160.100,30
FUNDO DE PREVISÃO.....				180.000.000,00
DIVIDENDO AOS ACIONISTAS				
44% DIVIDENDO DE 12% AO ANO, SENDO CR\$12,00 POR AÇÃO DAS QUE SE ACHAVAM INTEGRA LIZADAS ATÉ OUTUBRO DE 1961 E CR\$9,60 POR AÇÃO DAS QUE FORAM INTEGRALIZADAS DE OUTUBRO EM DIANTE.....				56.416.692,00
PERCENTAGENS A PAGAR AOS DIRETORES				
AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO, 6% SOBRE CR\$363.594.575,20, LUCRO LÍQUIDO DÊSTE SEMESTRE (ART. 18, § 2º DOS ESTATUTOS).....				21.815.674,50
PERCENTAGEM E GRATIFICAÇÕES A PAGAR AOS FUNCIONÁRIOS				
6% SOBRE CR\$363.594.575,20, LUCRO LÍQUIDO DÊSTE SEMESTRE (ART. 26 DOS ESTATUTOS).....		21.815.674,50		
GRATIFICAÇÕES AOS FUNCIONÁRIOS.....		78.000.000,00		99.815.674,50
DONATIVOS				
DONATIVO À FUNDAÇÃO "CASTÃO VIDIGAL" PARA AS OBRAS E MANUTENÇÃO DA COLÔNIA DE FÉRIAS DOS EMPREGADOS DO BANCO.....				4.000.000,00
SALDO QUE SE TRANSFERE P/O EXERCÍCIO SEGUINTE.....				6.092.721,40
				1.383.300.862,90

SÃO PAULO, 4

(a) J. J. CARDOZO DE MELLO NETO - Presidente. MARCIO DA COSTA BUENO - Vice-Presidente. ANTONIO AYMORÉ
OLAVO EGYDIO DE SOUZA ARANHA - Membros do Conselho de Administração. JOÃO CAMPIONI, OSWALDO MORELLI,
5.108). NOTA: - Deixa de assinar o Dr. Gastão Eduardo de Bueno Vidigal, por se achar licenciado.

Reservas: Cr\$ 924.530.423,00 — Lucro não distribuído: Cr\$ 6.092.721,40
Agências — MATRIZ — São Paulo: “Prédio Gastão Vidigal” (Fundador)
 Paulo; 1 no Estado da Bahia; 5 no Estado da Guanabara; 1 no Estado de Mato
 Rio de Janeiro; 1 no Estado do R. Grande do Sul e 1 no Estado de Santa Catarina

PERDAS" EM 30 DE DEZEMBRO DE 1961

DE JANEIRO DE 1962.

PEREIRA LIMA, FABIO DA SILVA PRADO, GASTÃO MESQUITA FILHO, ISRAEL KLABIN, LAURO CARDOSO DE ALMEIDA, PAULO AYRES DE ALMEIDA FREITAS FILHO, RUBENS OPICE - Diretores-Gerentes. JAVERT VIEIRA DA SILVA (C.L.C.R.C.)

BALANÇO EM 30 DE DEZEMBRO DE 1961 — COMPREENDENDO

A T I V O

DISPONÍVEL

Cr\$

Caixa:

Em moeda corrente.....	13.283.866.402,10	
Em outras espécies.....	9.641.116,50	13.293.507.518,60
Agências no exterior (total do disponível).....		64.672.967,70
		13.358.180.486,30

REALIZÁVEL

Operações de câmbio, à ordem do Tesouro Nacional:

Correspondentes no exterior:

Equivalência de saldos em moeda estrangeira.....	5.115.944.815,60	
Outras contas vinculadas a câmbio.....	150.100.731.816,80	155.216.676.632,40

EMPRESTIMOS EM CONTA

Da Carteira de Crédito Geral

Ao Tesouro Nacional:

Contribuição para o Fundo Monetário Internacional..	3.884.929.442,50	
Governo Federal, financiamentos de exportações - Instrução 215 da SUMOC.....	130.000.000,00	
Outros débitos.....	286.836.959.052,00	290.851.868.494,50

A governos estaduais.....	14.356.662.735,70	
A governos municipais.....	241.682.421,00	
A outras entidades públicas....	9.649.019,40	
A autarquias.....	11.736.996.275,40	
A entidades de economia mista..	435.278.324,50	

A bancos:

Por conta própria.....	683.115.374,20	
Por conta da Caixa de Mobilização Bancária.....	10.441.523.622,20	

Ao comércio (operações específicas sobre café, trigo nacional e estrangeiro, algodão, juta e cêra de carnaúba).....	3.890.451.094,90	
Ao comércio (outras operações).....	7.973.006.880,70	

A indústria (operações específicas sobre café, trigo nacional e estrangeiro, algodão, juta e cêra de carnaúba).....	254.279.260,90	
A indústria (outras operações).....	20.574.802.456,30	

A lavoura (operações específicas sobre café, trigo nacional e estrangeiro, algodão, juta e cêra de carnaúba).....	3.508.403.359,90	
A lavoura (outras operações)...	86.361.373,60	

A pecuária.....	106.294.019,70	
-----------------	----------------	--

A particulares.....	472.539.889,90	
---------------------	----------------	--

A diversos, em moratória.....	71.921.192,30	365.694.855.795,10
-------------------------------	---------------	--------------------

Da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial

Agrícolas.....	56.546.162.632,00	
Agro-industriais.....	858.441.682,80	
Agropecuários.....	2.311.271.641,90	
Pecuários.....	18.282.961.990,20	
Industriais.....	23.234.249.608,30	
Em letras hipotecárias.....	379.243,90	

Sobre produtos agrícolas decorrentes de contratos com o Governo Federal (gêneros de produção nacional - Lei 1.506, de 19-12-51).....	877.797.848,10	
--	----------------	--

A cooperativas.....	3.833.799.655,90	
---------------------	------------------	--

Fundiários e para investimentos.....	465.751.564,10	
--------------------------------------	----------------	--

Diversos, em moratória.....	728.083.931,60	107.138.904.798,80
		472.833.760.593,90

DIREÇÃO GERAL E AGÊNCIAS NO PAÍS (472) E NO EXTERIOR (4)

P A S S I V O

N Ã O E X I C Í V E L

Cr\$

Capital.....	600.000.000,00	
Fundo de reserva.....	751.550.793,60	
Fundo de previsão.....	8.168.222.385,80	
Fundo de amortização de imóveis, móveis e utensílios	7.326.954.040,50	
Fundo para prejuízos eventuais.....	3.126.574.822,70	19.373.302.042,60
Fundo para o desenvolvimento de iniciativas de interesse público.....	116.077.951,30	
Agências no exterior (total do não exigível).....	80.917.323,90	20.170.297.317,80

E X I C Í V E L

Operações de câmbio, à ordem do Tesouro Nacional:

Correspondentes no exterior (Equivalência de saldos em moeda estrangeira).....	28.003.429.564,70	
Depósitos obrigatórios (Decreto 24.038, de 26-3-34).....	5.904.254,20	
Depósitos especiais (Instrução 204, da SUMOC).....	24.637.643.886,60	
Outras contas vinculadas a câmbio.....	55.256.703.275,80	107.903.680.981,30

DEPÓSITOS À VISTA E A CURTO PRAZO

Do Tesouro Nacional:

À disposição de entidades federais.....	2.770.492.138,80	
Fundo de indenizações (Decreto 25.147, de 29-6-48).....	25.360.103,20	
Fundo de renovação agrícola....	710.652.717,20	
Fundo de pavimentação de estradas de rodagem (Lei 2.698, de 27-12-55).....	2.243.130.295,50	
Governo Federal, fundo de consolidação e fomento da agro-indústria canavieira.....	517.588.321,90	
Fundo de recuperação econômico-rural da lavoura cacauzeira....	1.000.000.000,00	
Fundo para amparo à lavoura cafeeira.....	814.446,30	
Fundo especial para concessão de subsídio a fabricantes no país (Lei 3.244, de 14-8-57 - Art. 58).....	180.430.319,50	
Outros créditos.....	14.798.625.722,60	22.247.094.065,00
De governos estaduais.....	2.791.660.796,70	
De governos municipais.....	565.140.080,10	
De outras entidades públicas.....	17.393.035.785,00	

De autarquias:

Superintendência da Moeda e do Crédito:

Conta de fundos.....	61.015.152.627,10	
Conta de juros.....	1.557.653.239,60	
Depósitos vinculados à Instrução 214 da SUMOC...	2.856.305.647,40	
Fundo Monetário Internacional.....	7.214.115.197,10	
Banco Interamericano de Desenvolvimento.....	379.957.995,00	
Diferenciais de câmbio de exportação de cacau	1.014.601.229,10	
Fundo de reserva de fesa do cacau.....	78.324.011,10	
Promessas de licenças de importação.	1.255.777.191,30	
Fundo de reserva de fesa do café	37.422.236.786,50	112.794.123.924,20
Caixa de Mobilização Bancária..	3.427.624.881,50	
Outras autarquias.....	66.255.060.890,70	182.476.809.696,40
De entidades de economia mista.....	23.593.384.040,50	
De bancos.....	78.714.754.800,20	

BALANÇO EM 30 DE DEZEMBRO DE 1961 — COMPREENDENDO

(Contas)

A T I V O

TÍTULOS DESCONTADOS

Da Carteira de Crédito Geral

A governos estaduais.....	100.000.000,00	
A governos municipais.....	74.960.029,10	
A autarquias.....	136.370.933,20	
A entidades de economia mista.....	355.602.537,40	
A bancos:		
Por conta própria.....	77.031.197,00	
Por conta da Caixa de Mobilização Bancária.....	158.011.238,10	
Ao comércio (operações específicas sobre café, trigo nacional e estrangeiro, algodão, juta e cêra de carnaúba).....	26.512.964.327,10	
Ao comércio (outras operações).....	20.059.038.028,20	
A indústria (operações específicas sobre café, trigo nacional e estrangeiro, algodão, juta e cêra de carnaúba).....	12.764.099.965,30	
A indústria (outras operações).....	56.173.936.943,80	
A lavoura (operações específicas sobre café, trigo nacional e estrangeiro, algodão, juta e cêra de carnaúba).....	12.684.809.018,30	
A lavoura (outras operações).....	3.716.197.587,30	
A pecuária.....	3.694.976.872,70	
A particulares.....	124.123.588,00	136.632.122.205,50

OUTROS CRÉDITOS E VALORES

Créditos

Títulos a receber de conta própria.....	8.417.992.116,00
Créditos em liquidação.....	2.109.004.969,50
Superintendência da Moeda e do Crédito, n/entrega correspondente a depósitos obrigatórios (Decreto-lei 9.159, de 10-4-46).....	27.165.212,10
Superintendência da Moeda e do Crédito, c/depósito obrigatório.....	9.086.068.231,30
Compra e venda de produtos exportáveis.....	13.554.596.301,30
Compra e venda de produtos de importação.....	3.663.906.920,50
Carteira de Comércio Exterior, conta de financiamento de aquisição de produtos para exportação...	5.660.487.977,90
Caixa de Mobilização Bancária, conta de transferência de depósitos bancários (Decreto 36.783, de 18-1-55).....	686.432.069,60
Comissão executiva do plano de recuperação econômico-rural da lavoura cacauzeira (Decreto 40.987, de 20-2-57).....	800.000.000,00
Correspondentes no país.....	187.333.486,90
Carteira de Colonização, conta de aplicações.....	42.956.154,00
Outras contas.....	8.022.318.904,30

Valores

Títulos e valores mobiliários:

Apólices e outras obrigações federais.....	284.875.116,50	
Apólices estaduais.....	32.590,00	
Outros títulos e valores mobiliários.....	1.354.776.985,90	1.639.684.692,40
Imóveis não destinados a uso do Banco.....	5.824.338.476,50	59.722.285.562,30
Direção Geral e Agências (contas de relações internas).....		979.924.002.131,20
Agências no exterior (total do realizável).....		1.539.312.826,80
		1.805.868.159.952,10

I M O B I L I Z A D O

Imóveis de uso do Banco.....	6.504.267.286,40	
Móveis e utensílios.....	1.374.990.370,90	
Material de expediente.....	602.781.079,00	8.482.038.736,30
Agências no exterior (total do imobilizado).....		143.645.436,20
		8.625.684.172,50

D E R E S U L T A D O P E N D E N T E

Contas de resultado pendente.....	2.841.623.803,90	
Agências no exterior (total de resultado pendente).....	12.680.508,30	2.854.304.312,20
		1.830.706.328.923,10

D E C O M P E N S A Ç Ã O

Valores em garantia.....	432.276.034.078,50	
Valores depositados:		
Ouro do Tesouro Nacional (253.200.560,740 g).....	6.126.262.494,00	
Outros valores depositados.....	115.865.406.378,10	121.991.668.872,10
Efeitos a receber de conta alheia.....		554.267.702.950,60
Outras contas de compensação.....		282.528.532.177,00
Agências no exterior (total de compensação).....		272.001.311.050,00
		1.631.428.460,90
		1.110.428.974.638,50
		2.941.135.303.561,60

NEY NEVES CALVÃO
Presidente

BRASÍLIA, D.F..

BRASIL S. A.

DIREÇÃO GERAL E AGÊNCIAS NO PAÍS (472) E NO EXTERIOR (4)

ação)

P A S S I V O

Do público (compulsórios):			
Judiciais (Decreto-lei 3.077, de 26-2-41).....	5.974.826.670,80		
De empresas concessionárias de serviços públicos (Decreto-lei 3.077, de 26-2-41).....	551.492.396,10		
Obrigatórios de lucros extraordinários (Decreto-lei 9.159, de 10-4-46).....	27.070.234,20		
Depósitos para investimentos (Lei 3.470, de 28-11-58).....	474.715.068,10		
Depósitos para obtenção de letras (Instrução 204, da SUMOC).....	5.574.945.000,00		
Outros depósitos obrigatórios..	103.032.146,80	12.706.081.516,00	
Do público (diversos):			
Sem limite.....	40.389.614.067,70		
Limitados.....	2.489.445.502,90		
Populares.....	13.190.903.326,50		
Sem juros.....	4.197.914.265,10		
Outros depósitos.....	4.214.440.268,00	64.482.317.430,20	
Saldos credores de empréstimos.....	142.694.009,70	405.112.972.219,80	
DEPÓSITOS A PRAZO			
De autarquias.....	2.972.029.896,50		
De entidades de economia mista.....	13.894.992,50		
Do público (compulsórios):			
Judiciais (Decreto-lei 3.077, de 26-2-41).....	22.059.212,00		
Do público (diversos):			
De aviso prévio.....	1.057.062.212,90		
A prazo fixo.....	357.742.623,30	1.414.804.836,20	4.422.788.937,20
OUTRAS RESPONSABILIDADES			
Títulos e contratos redescontados.....	171.704.010.922,60		
Mobilização de créditos em moratória.....	2.000.000.000,00		
Caixa de Mobilização Bancária (suprimentos).....	4.085.581.681,30		
Carteira de Colonização, conta de recursos.....	153.705.645,80		
Bônus e letras hipotecárias da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, em circulação.....	751.189.300,00		
Correspondentes no país.....	132.464.011,90		
Ordens de pagamento.....	5.824.131.069,30		
Cobrança efetuada, em trânsito.....	4.222.037.112,90		
Clientes do país.....	3.261.573.236,70		
Dividendos a pagar:			
Anteriores não reclamados.....	11.144.224,80		
111º dividendos, a distribuir..	60.000.000,00	71.144.224,80	
Letras a pagar (Instrução 192, da SUMOC).....	799.902.000,00		
Letras a pagar (Instrução 204, da SUMOC).....	61.438.067.000,00		
Outras contas do passivo exigível.....	7.216.738.402,40	261.660.544.607,70	
Direção Geral e Agências (contas de relações internas).....	987.298.349.391,00		
Agências no exterior (total do exigível).....	1.645.629.551,70	1.768.043.965.688,70	
DE RESULTADO PENDENTE			
Contas de resultado pendente.....	42.458.301.053,20		
Agências no exterior (total de resultado pendente).....	33.764.863,40	42.492.065.916,60	
		1.830.706.328.923,10	
DE COMPENSAÇÃO			
Depositantes de valores (SUMOC, c/reserva especial). 5.000.000.000,00			
Outros depositantes de valores (em garantia e custódia).....	549.267.702.950,60	554.267.702.950,60	
Depositantes de efeitos para cobrança:			
Do país.....	271.785.003.162,60		
Do exterior.....	10.743.529.014,40	282.528.532.177,00	
Outras contas de compensação.....	272.001.311.050,00		
Agências no exterior (total de compensação).....	1.631.428.460,90	1.110.428.974.638,5	
		2.941.135.303.561,5	

24 DE JANEIRO DE 1962.

OSWALDO ROBERTO COLIN
Chefe Interino do Departamento de Contabilidade
Contador - C.R.C. - GB nº 8.679
C.R.C. - DF - I.S.

BANCO DO BRASIL S. A.

DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS E PERDAS

Em 30 de dezembro de 1961

(Compreendendo Direção Geral e Agências no país)

D É B I T O		CRÉDITO	
	Cr\$		Cr\$
I - DESPESAS FINANCEIRAS		I - RENDAS	
Juros e descontos.....	9.723.180.658,50	Juros e descontos.....	21.785.827.776,30
II - DESPESAS ADMINISTRATIVAS		Comissões.....	8.592.616.088,00
Honorários da Diretoria.....	11.492.251,10	Outras rendas..	49.323.736,80
Honorários do Conselho Fiscal.....	300.000,00		30.427.767.601,10
Despesa do pessoal:		II - LUCROS DIVERSOS	
Vencimentos do pessoal em exercício.....	7.395.574.850,10	Em operações de exercícios anteriores.....	1.179.301.800,50
Adicionais de comissionamento, abonos familiares, diárias, gratificações, ajudas-de-custo, licenças-premio e transportes.....	2.676.027.366,50	Reajuste e alienação de valores patrimoniais.....	23.575.652,70
Pensões de pessoal inativo.....	994.740.859,50		1.202.877.453,20
Contribuições patronais.....	702.723.407,60		
Despesas de impostos e taxas.....	233.779.581,20		
Despesas de material consumido.....	111.881.756,60		
Despesas de comissões por serviços prestados pelos correspondentes.....	39.449.365,20		
Amortização do valor dos imóveis próprios de uso do Banco e dos móveis e utensílios.....	1.184.233.846,60		
Publicações de interesse do Banco.....	9.223.171,30		
Doativos para assistência social.....	8.181.512,40		
Despesas gerais - locação de imóveis e de equipamento mecânico, comunicações, despesas de viagem dos funcionários portadores de suprimentos de numerário, frete de material de expediente, fiscalização, in-loco, da aplicação de empréstimos, material para manutenção do serviço médico-cirúrgico, auxílios a herdeiros de funcionários e outras despesas.....	1.351.803.703,10		
	14.718.911.671,20		
III - PERDAS DIVERSAS			
Em operações de exercícios anteriores.....	30.037.455,40		
Reajuste e alienação de valores patrimoniais.....	4.166.188,20		
	34.203.643,60		
IV - PROVISÕES			
Para ocorrer a despesas e encargos normais previstos, tais como: instalação de novas agências; complementação da transferência e da instalação da nova sede; mecanização geral dos serviços; instalação de serviços de telecomunicações; instalação de unidades móveis de crédito rural; e, quanto ao funcionalismo, encargos de aposentadoria, férias e assistência social... Destinada ao "Fundo para prejuízos eventuais", instituído pelo art. 41, § único, dos Estatutos.....	4.280.000.000,00		
	287.127.869,50		
	4.567.127.869,50		
V - DISTRIBUIÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE - Art. 41, § único, dos Estatutos:			
Fundo de reserva, cota de 10%.....	258.722.121,20		
Porcentagem da Diretoria.....	3.000.000,00		
Dividendos aos acionistas, à razão de 20% ao ano, máximo-estatutário.....	60.000.000,00		
Fundo de beneficência dos funcionários, cota 1%.....	25.872.212,10		
Fundo de provisão, cota de reforço.....	2.239.626.878,20		
	2.587.221.211,50		
	31.630.645.054,30		
			31.630.645.054,30

Brasília, DF, 24 de janeiro de 1962.

NEY NEVES GALVÃO
Presidente

OSWALDO ROBERTO COLIN
Chefe Interino do Departamento de Contabilidade
Contador - C.R.C. - CB nº 8.679
C.R.C. - DF - I.S.



CARTA PATENTE N.º 3.948

RIO DE JANEIRO — MATRIZ: Rua da Quitanda ns. 40/80-A — **SÃO PAULO — FILIAL:** R. Boa Vista n.º 230 — **BELO HORIZONTE — FILIAL:** Av. Amazonas, 322 — **SALVADOR — FILIAL:** Praça da Inglaterra, 6 — **RECIFE — FILIAL:** Av. Marquês de Olinda, 225 — **BRASÍLIA — FILIAL:** S. Q. 104, Bloco C, lojas 28/29. **AGÊNCIAS:** **RIO DE JANEIRO — CASTELO —** Av. Calógeras, 7-B — **COPACABANA —** Av. N. S. de Copacabana, 1.362 — **GAMBOA —** Rua Barão de São Félix, 3-A — **GOMES FREIRE —** Av. Gomes Freire, 639 — **GONÇALVES DIAS —** R. Gonçalves Dias, 19 — **HADDOCK LÔBO —** R. Haddock Lôbo, 181-A — **MADUREIRA —** Estrada do Portela, 24-26 — **ROSÁRIO —** Rua do Rosário, 114 — **SÃO BENTO —** Rua Cons. Saraiva, 45 — **SIQUEIRA CAMPOS —** Av. N. S. Copacabana, 581-E — **SÃO PAULO — BRAZ —** Av. Rangel Pestana, 2232 — **D. JOSÉ —** R. D. José de Barros, 172 — **ITAQUERA —** R. Gregório Ramalho, 100 — **MERCADO —** Rua Pagé, 172 — **PARI —** R. Silva Telles, 333 — **PINHEIROS —** Rua Cardeal Arco Verde, 2628 — **RIBEIRÃO PIRES —** Rua Comércio, 38 — **SANTA CECÍLIA —** R. Duque de Caxias, 193 — **SETE DE ABRIL —** Rua 7 de Abril, 173 — **RECIFE —** S. ANTÔNIO — Av. Dantas Barreto, Ed. Igarassu — **SALVADOR — CALÇADA —** Trav. Arthur Catrambi, 9 — **PIEDADE —** Av. 7 de Setembro, 119 — **BELO HORIZONTE — CURITIBA —** R. Curitiba, 454 — **METRÓPOLE —** R. Goitacazes, 29 — **MERCADO —** Rua Curitiba, 1181 — **HORTO FLORESTAL —** R. Pouso Alegre, 2878 — **JUIZ DE FORA —** Av. Rio Branco, 2257 — **SÃO JOÃO DEL REI —** Av. Rui Barbosa, 183.

BALANÇO GERAL DA MATRIZ, FILIAIS E AGÊNCIAS EM 30 DE DEZEMBRO DE 1961

A T I V O		P A S S I V O	
DISPONÍVEL		NÃO EXIGÍVEL	
Caixa		Capital.....	420.000.000,00
Em moeda corrente.....	285.463.637,10	Fundo de Reserva Legal.....	56.000.000,00
Em dep. no Banco do Brasil.....	1.093.206.000,90	Fundo de Provisão.....	435.000.000,00
Idem à ordem da SUMOC.....	489.021.800,00	Outras reservas.....	89.000.000,00
Em outras espécies.....	192.646.866,90		1.000.000.000,00
	2.060.338.304,90	EXIGÍVEL	
REALIZÁVEL		Depósitos	
Empréstimos em C/Correntes....	339.572.028,00	à vista e a curto prazo:	
Títulos Descontados.....	4.700.128.587,00	de Autarquias.....	51.390.581,80
Agências no País.....	2.538.154.462,20	de Poderes Públicos.....	60.863.033,90
Correspondentes no País.....	124.930.647,20	em C/C. sem limite.....	3.534.005.250,40
Correspondentes no Exterior..	730.015.860,00	em C/C. Populares.....	3.000.921.026,30
Outros Créditos.....	1.684.523.186,80	em C/C. Sem Juros.....	30.435.692,70
	10.117.324.771,20	em C/C. de Aviso.....	15.281.290,80
IMOVEIS	138.816.813,40	Outros depósitos.....	151.437.905,00
Títulos e valores mobiliários:		a prazo:	6.844.334.780,90
Apólices e Obrigações Fede-		de diversos:	
rais.....	33.932.223,70	A Prazo Fixo.....	176.968.247,40
Letras do Tesouro (no valor		De Aviso Prévio.....	24.053.323,30
nominal de Cr\$215.600.000,00)	215.600.000,00		7.045.356.351,60
Letras do Banco do Brasil S/A.		OUTRAS RESPONSABILIDADES	
{Instr. 192 e 204} (no valor		Títulos Redescontados.....	-,-
nominal de Cr\$1.440.000,00)..	1.392.600,00	Obrigações Diversas.....	-,-
Ações e Debêntures.....	86.758.633,30	Agências no País.....	2.645.765.864,90
	337.683.457,00	Correspondentes no País.....	94.967.412,60
IMOBILIZADO		Correspondentes no Exterior..	637.328.301,30
Edifícios de uso do Banco....	253.062.506,30	Ordens de Pagamento e outros	
Móveis e Utensílios.....	163.523.526,60	créditos.....	1.701.562.277,10
Material de Expediente.....	35.094.523,40		5.079.623.855,90
Instalações.....	87.058.444,90	RESULTADOS PENDENTES	
	538.739.001,20	Contas de Resultados.....	70.840.941,30
RESULTADOS PENDENTES		CONTAS DE COMPENSAÇÃO	
Juros e Descontos.....	2.918.801,10	Depositantes de valores em ga-	
Impostos.....	-,-	rantia e em custódia.....	2.121.388.158,90
Despesas Gerais e outras con-		Depositantes de títulos em co-	
tas.....	-,-	brança:	
CONTAS DE COMPENSAÇÃO		do País.....	4.305.266.945,60
Valores em Garantia.....	563.311.983,10	do Exterior.....	161.058.631,30
Valores em Custódia.....	1.558.076.175,80	Outras Contas:	
Títulos a receber de C/Alheia	4.466.325.576,90	Bens Administrados.....	5.222.224.034,30
Outras Contas:		Apólices depositadas de C/Pró	
Bens em Administração.....	5.222.224.034,30	pria.....	239.757.000,00
Banco do Brasil - C/Dep. de		Apólices caucionadas de C/Pró	
Títulos à ordem da SUMOC....	239.757.000,00	pria.....	1.000.000,00
Tesouro Nacional.....	1.000.000,00	Diversas Contas.....	5.521.638.178,00
Diversas Contas.....	5.521.638.178,00		10.984.619.212,30
	17.572.332.948,10		17.572.332.948,10
Soma.....	Cr\$ 30.768.154.096,90	Soma.....	Cr\$ 30.768.154.096,90

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1961.

DIRETORES: DAVID ANTUNES DE OLIVEIRA GUIMARÃES, JOÃO ALVES DE MOURA, LEOPOLDO PEREIRA DE SA, NELSON PARENTE RIBEIRO, CERALDO MARTINS OURIVIO, CARLOS CARDOSO.
DIRETORES ADJUNTOS: ADRIANO CRUZ, ANTÔNIO SIMÕES CELESTINO, CAETANO ARMANDO DIACOVO, ALAIR ALVARES FERNANDES, MANOEL COELHO BELLIDO - Contador - C.R.C. 4.347 - GR.

BANCO DA PROVÍNCIA DO RIO GRANDE DO SUL S. A.

FUNDADO EM 1858

CAPITAL: Cr\$ 800.000.000,00 — FUNDOS DE RESERVA: Cr\$ 370.000.000,00 — OUTRAS RESERVAS: Cr\$ 180.571.057,40

SEDE — PÔRTO ALEGRE: Rua 7 de Setembro, 1177

Filiais nas principais praças do Rio Grande do Sul, no Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Curitiba e Paranaguá, além de agências urbanas em Pôrto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo

BALANÇO EM 30 DE DEZEMBRO DE 1961

A T I V O		P A S S I V O	
A - DISPONÍVEL		F - NÃO EXIGÍVEL	
Caixa		Capital.....	800.000.000,00
Em moeda corrente.....	473.606.315,30	Fundos de reserva:	
Em depósito no Banco do Brasil S.A.	369.542.286,70	Legal.....	69.000.000,00
Em depósito à ordem da Superintendência da Moé- da e do Crédito.....	895.000.000,00	Estatutário.....	301.000.000,00
Em outras espécies.....	249.436.051,20	Outras Reservas:	
	1.987.584.653,20	Fundo de amortização de móveis	67.830.832,00
B - REALIZÁVEL		Fundo de amortização dos imó- veis de uso do Banco.....	23.976.200,00
Empréstimos em C/C.....	2.239.243.055,60	Provisão para liquidação de dí- vidas ativas.....	88.764.025,40
Títulos descontados.....	7.525.229.861,10		180.571.057,40
Agências no País.....	3.603.472.489,70		1.350.571.057,40
Correspondentes no País.....	157.899.360,00	G - EXIGÍVEL	
Correspondentes no exterior...	232.393.856,80	DEPÓSITOS	
Outros valores em moeda estran- geira.....	1.824.647,90	A vista e a curto prazo	
Capital a realizar.....	152.554.200,00	de poderes públicos.....	110.951.903,10
Outros créditos.....	233.267.961,40	de autarquias.....	17.955.206,60
Imóveis.....	95.976.616,70	em C/C sem limite.....	3.916.032.442,90
Títulos e Valores Mobiliários		em C/C limitadas.....	380.305.219,10
Apólices e obrigações federais, inclusive as do valor nominal de Cr\$ 99.909.150,00 deposita- das no Banco do Brasil S. A., à ordem da Sup. da Moeda e do Crédito.....	70.952.152,30	em C/C populares.....	3.396.007.643,50
Depositadas para efeitos do De- creto-lei n° 9.602, no valor nominal de Cr\$ 1.000.000,00..	675.000,00	em C/C sem juros.....	535.043.299,40
Apólices estaduais.....	71.627.152,30	em C/C de aviso.....	453.223.775,30
Apólices municipais.....	33.850,00	Outros Depósitos.....	341.968.189,30
Ações e debêntures.....	5.634.166,50		9.151.487.679,20
Outros valores.....	206.217.290,50	A prazo	
Letras do Tesouro no valor nominal e contábil de	30.993.106,20	de poderes públicos.....	10.021.905,20
	250.000.000,00	de autarquias.....	236.131,30
	14.206.367.614,70	de diversos:	
C - IMOBILIZADO		a prazo fixo.....	141.969.151,70
Edifícios de uso do Banco.....	366.281.549,70	de aviso prévio.....	586.409.985,80
Idem - Correções monetárias... 180.000.000,00	546.281.549,70		738.637.174,00
Móveis e utensílios.....	153.882.381,40		9.890.124.853,20
Material de expediente.....	41.223.437,00	OUTRAS RESPONSABILIDADES	
	741.387.368,10	Títulos redescontados.....	655.383.824,80
D - RESULTADOS PENDENTES		Idem financiamento da produção.....	103.611.502,50
Juros e descontos.....	22.270.031,60	Idem financiamento de café.....	692.736.600,00
Impostos.....	31.919,00	Agências no País.....	3.351.887.313,90
Despesas gerais.....	-/-	Correspondentes no País.....	77.585.304,20
Outras contas.....	22.832.397,30	Correspondentes no exterior.....	39.697.685,60
	45.134.347,90	Ordens de pagamento e outros créditos.....	667.513.967,10
E - CONTAS DE COMPENSAÇÃO		Dividendos a pagar.....	19.151.300,00
Valores em garantia.....	3.671.957.672,00		15.497.692.351,30
Valores em custódia.....	660.087.276,30	H - RESULTADOS PENDENTES	
Títulos a receber de c/alheia.....	4.405.438.257,10	Contas de resultados.....	132.210.575,20
Outras contas.....	9.524.381.451,30	I - CONTAS DE COMPENSAÇÃO	
	18.261.864.656,70	Depositantes de valores em garantia e em custó- dia.....	4.332.044.948,30
	Cr\$ 35.242.338.640,60	Depositantes de títulos em cobrança:	
		do País.....	4.267.268.404,00
		do exterior.....	138.169.853,10
		Outras contas.....	9.524.381.451,30
			18.261.864.656,70
			Cr\$ 35.242.338.640,60

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA LUCROS E PERDAS EM 30 DE DEZEMBRO DE 1961

D	É	B	I	T	O	C	R	É	D	I	T	O
Despesas Gerais						Receita de Operações Bancárias: Juros, Comissões, Descontos (menos os do exercício seguinte), Lucro em Operações de Câmbio, Proventos de Títulos e Valores Mobiliários e Outros.....						
Despesas com o Pessoal:												
Ordenados, Comissões de Cargo, Gratificações e Remuneração de Horas Extraordinárias.....						350.936.545,10						962.908.352,00
Auxílios e Medicamentos.....						9.450.606,80						
Contribuições para o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, Legião Brasileira de Assistência, Serviço Social Rural e Seguros Diversos.....						31.606.761,20						3.674.187,40
Honorários da Diretoria e do Conselho Fiscal.....						391.993.913,10						
Outras Despesas.....						1.590.000,00						
						84.609.022,10						
						478.192.935,20						
Gastos de Material.....						12.121.317,70						
Impostos.....												490.314.152,90
Juros Abonados e Redescontos.....												32.528.948,50
Outras Contas.....												229.755.674,20
Amortização do Ativo.....												26.109.222,70
												7.874.541,10
Fundo de Reserva Legal.....												786.582.539,40
Fundo de Reserva Estatutário.....												9.000.000,00
Dividendo aos Acionistas.....												102.348.700,00
Porcentagem Estatutária a Pagar aos Diretores e Funcionários.....												19.151.300,00
												49.500.000,00
												966.582.539,40
												Cr\$

VICTOR AZEVEDO BASTIAN
VIRGILIO B. CORTESE
Diretores

VALDÍVIO BRANDÃO FISCHER
Chefe da Contabilidade
Tec. Cont. - CRCRS 1243

PEDIDOS DE ASSINATURA

FUNDAÇÃO
GETÚLIO VARGAS

PRAIA DE BOTAFOGO,
186 — RIO DE JANEIRO

SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES — TELEFONE:
46-4010 — RAMAL: 15

AGÊNCIA EM SÃO PAULO:
M. M. de Oliveira Marques
Rua Quirino de Andrade,
193 — Conjunto 71 —
Telefone: 36-1187 —
São Paulo

BANCO DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA S. A.

MATRIZ: BELÉM — PARA — AGÊNCIAS em Abaetetuba, Alenquer, Altamira, Bacabal, Balsas, Belém, Benjamin Constant, Bragança, Breves, Boa Vista, Cáceres, Cametá, Capanema, Castanhal, Coari, Coroatá, Cruzeiro do Sul, Cuiabá, Eirunepé, Fortaleza, Guajará-Mirim, Guiratinga, Itacoatiara, Macapá, Manaus, Marabá, Maués, Monte Alegre, Oriximiná, Parintins, Pedro Afonso, Pôrto Alegre, Pôrto Nacional, Pôrto Velho, Rio Branco, Santarém, São Luiz, São Paulo, Sena Madureira, Soure, Tarauacá, Tocantinópolis, Xapuri e no RIO DE JANEIRO — Rua da Assembléia, 62

BALANÇO EM 30 DE DEZEMBRO DE 1961 — Compreendendo Matriz e Agências

A T I V O			P A S S I V O		
A - DISPONÍVEL			F - NÃO EXIGÍVEL		
Caixa			Capital.....		
Em Moeda Corrente.....	133.361.037,40			150.000.000,00	
Em Depósito no Banco do Brasil S/A.....	257.459.835,20		Fundo de Reserva Legal.....	176.718.919,70	
Em Depósito à Ordem da Superintendência da Moeda e do Crédito.....	43.847.871,30	434.668.743,90	Fundo de Provisão.....	2.964.661.471,30	
			Outras Reservas.....	1.703.624.531,20	4.995.004.922,20
B - REALIZÁVEL			G - EXIGÍVEL		
Empréstimos em Conta Corrente.....			Depósitos		
Títulos Descontados.....	3.670.242.596,30		a vista e a curto prazo		
Letras a Receber de Conta Própria.....	1.786.700.531,70		de Poderes Públicos.....	263.375.539,20	
Agências no País.....	40.916.379,50		de Autarquias.....	10.818.439,30	
Correspondentes no País.....	8.948.698.192,60		em C/C Sem Limite.....	457.084.988,10	
Outros Créditos.....	5.417.715,20		em C/C Limitadas.....	15.883.878,70	
	3.420.651.354,30	17.872.626.769,60	em C/C Populares.....	223.432.625,50	
Imóveis.....	43.678.520,70		em C/C Sem Juros.....	69.666.002,80	
			Outros Depósitos.....	84.219.215,90	1.124.480.689,50
Títulos e Valores Mobiliários			a prazo		
Ações e Debêntures.....	19.704.500,00	17.936.009.790,30	de diversos		
			A Prazo Fixo.....	12.009.894,90	
			Letras a Prêmio.....	250.062,40	12.259.957,30
					1.136.740.646,80
C - IMOBILIZADO			Outras Responsabilidades		
Edifícios de Uso do Banco.....	129.347.990,10		Obrigações Diversas.....	574.668.442,90	
Móveis e Utensílios.....	111.546.924,80		Letras a Pagar.....	86.600.000,00	
Material de Expediente.....	33.532.764,60		Agências no País.....	8.555.487.382,00	
Instalações.....	11.552.261,30	285.979.940,80	Correspondentes no País.....	5.201.415,30	
			Ordens de Pagamento e Outros Créditos.....	2.978.650.810,60	
D - RESULTADOS PENDENTES			Dividendos a Pagar.....	129.970.342,70	12.330.578.893,50
Outras Contas.....		8.981.853,50			13.467.319.040,30
E - CONTAS DE COMPENSAÇÃO			H - RESULTADOS PENDENTES		
Valores em Garantia.....	7.393.415.671,20		Contas de Resultado.....		203.316.366,00
Valores em Custódia.....	1.055.685.885,60				
Títulos a Receber de Conta Alheia.....	504.572.590,40		I - CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
Outras Contas.....	3.178.252.983,50	12.131.927.130,70	Depositantes de Valores em Garantia e em Custódia	8.449.101.556,80	
			Depositantes de Títulos a Cobrança no País.....	504.572.590,40	
			Outras Contas.....	3.178.252.983,50	12.131.927.130,70
					Cr\$ 30.797.567.459,20
					Cr\$ 30.797.567.459,20

NOTA: — Na verba "Outros Créditos" está incluída a borracha adquirida e em estoque..... 1.505.891.751,00

Belém (Pa.), 30 de dezembro de 1961.

RAIMUNDO DE ALCÂNTARA FIGUEIRA
Presidente

JOÃO MOUSINHO COELHO
Chefe do Departamento de Contabilidade e Cadastro
Reg. 64.189 - C.R.C. 0383

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA "LUCROS E PERDAS" EM 30 DE DEZEMBRO DE 1961

D E B I T O			C R E D I T O		
JUROS abonados a depositantes e outras despesas de juros.....		42.564.422,50	RECEITAS DE JUROS.....		210.331.818,60
DESPESAS GERAIS Honorários da Diretoria, do Conselho Fiscal, vencimentos e gratificações dos funcionários, aluguel de imóveis e outras despesas gerais.....	407.348.903,70		DESCONTOS.....	105.537.485,80	
GASTOS DE MATERIAL.....	4.248.898,20	411.597.801,90	Menos os do exercício seguinte.....	30.669.856,60	74.867.629,20
IMPOSTOS.....		9.189.242,60	COMISSÕES RECEBIDAS OU DEBITADAS.....		310.863.500,70
OUTRAS CONTAS.....		52.015.878,50	RENDAS DE CAPITAIS NÃO EMPREGADOS EM OPERAÇÕES SOCIAIS.....		643.423,90
AMORTIZAÇÃO DO ATIVO.....		8.848.546,00	OUTRAS RENDAS.....		268.014.695,70
PERDAS DIVERSAS.....		137.582.247,60			
<u>Distribuição do Lucro Líquido</u>					
FUNDO DE RESERVA LEGAL.....	10.146.146,40				
FUNDO DE PREVISÃO.....	180.159.865,10				
FUNDO DE ASSISTÊNCIA AOS FUNCIONÁRIOS - (Artigo 48 dos Estatutos).....	4.058.458,60				
FUNDO DE ASSISTÊNCIA AOS SERINGUEIROS - (2%)....	4.058.458,60				
DIVIDENDO à razão de 6% a.a.	4.500.000,00	202.922.929,00			
	Cr\$	864.721.068,10			Cr\$ 864.721.068,10

Belém (Pa.), 30 de dezembro de 1961.

RAIMUNDO DE ALCÂNTARA FIGUEIRA
Presidente

JOÃO MOUSINHO COELHO
Chefe do Departamento de Contabilidade e Cadastro
Reg. 64.189 - C.R.C. 0383

EDIÇÕES DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Divulgam os resultados de suas pesquisas e trabalhos de autores nos seguintes campos:

- Administração
- Economia
- Direito Administrativo
- Direito Público e Ciência Política
- Psicotécnica

Através de obras avulsas e dos periódicos

- CONJUNTURA ECONÔMICA (MENSAL)
- Revista Brasileira de Economia (trimestral)
- Revista de Direito Administrativo
- Arquivos Brasileiros de Psicotécnica — Idem
- Revista de Direito Público e Ciência Política (quadrimestral)
- Revista de Administração de Empresas (idem)

Vendas e Assinaturas em seu Serviço de Publicações

Praia de Botafogo, 186
Caixa Postal, 4081
Rio de Janeiro, GB

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-educativo, instituída em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, visando aos problemas da organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativo e social, e a conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro, terá como objetivo:

- I — prover à formação, à especialização e ao aperfeiçoamento de pessoal para empreendimentos públicos ou privados;
- II — promover estudos e pesquisas nos domínios das atividades públicas ou privadas;
- III — constituir-se em centro de documentação para sistematizar e divulgar conhecimentos técnicos;
- IV — incumbir-se do planejamento e da organização de serviços ou empreendimentos, tomar o encargo e executá-los, ou prestar-lhes a assistência técnica necessária;
- V — concorrer para melhor compreensão dos problemas de administração, propiciando o seu estudo e debate.

**PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO
LUIZ SIMÕES LOPES**

**DIRETOR EXECUTIVO
ALIM PEDRO**

CONSELHO DIRETOR: Presidente — LUIZ SIMÕES LOPES

Vice-Presidente — Eugênio Gudin

VOGAIS : Jorge Oscar de Mello Flôres, João Carlos Vital e José Joaquim Sá Freire Alvim.

SUPLENTE: Alberto Sá Souza de Brito Pereira e Rubens D'Almada Horta Pôrto.

**CONSELHO CURADOR: Presidente — Embaixador MAURÍCIO NABUCO
Vice-Presidente — ALBERTO PIRES AMARANTE**

MEMBROS: Antonio Garcia de Miranda Neto, Antonio Ribeiro França Filho, Apolônio Jorge de Faria Salles, Artur Hehl Neiva, Ary Frederico Tôres, Brasílio Machado Neto, Carlos Alberto de Carvalho Pinto, Celso Timponi, César Reis de Cantanhede e Almeida, Francisco Montojos, Heitor Campelo Duarte, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Joaquim Bertino de Moraes Carvalho, José Nazareth Teixeira Dias, Jurandir Lodi, Mário Paulo de Brito, Paulo de Tarso Leal, Alzira Vargas do Amaral Peixoto e Astério Dardeau Vieira.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

Presidente — EUGÊNIO GUDIN

Vice-Presidente — OCTAVIO GOUVÊA DE BULHÕES

COMISSÃO DIRETORA: Membros — Roberto de Oliveira

Campos, Jorge Kingston, Alexandre Kafka (Diretor de Pesquisas)

UNIDADES:

Centro de Análise da Conjuntura Econômica — JOSÉ GARRIDO TORRES

Centro de Estudos Fiscais — EDUARDO LOPES RODRIGUES

Centro de Estudos de Relações Inter-Industriais — ISAAC KERSTENEZKY

Equipe de Estudos da Renda Nacional — JULIAN MAGALHÃES CHACEL

Serviço de Estatística e Econometria — JORGE KINGSTON

**SEDE: PRAIA DE BOTAFOGO, 186 — CX. POSTAL, 4081 — FONE: 46-4010
RIO DE JANEIRO — BRASIL**



No campo de componentes estruturais, as resinas Epikote * são preferidas pela sua alta qualidade. Caracterizam-se pelo baixo peso associado à boa resistência mecânica, precisão dimensional, custo de fabricação reduzido, facilidade de manufatura e reparação, elevada estabilidade dimensional e boa resistência à abrasão. As ferramentas de resinas Epikote * são ideais para emprego em muitas operações de estampagem de metais e, em muitos casos, substituem as matrizes convencionais de aço.

EPIKOTE

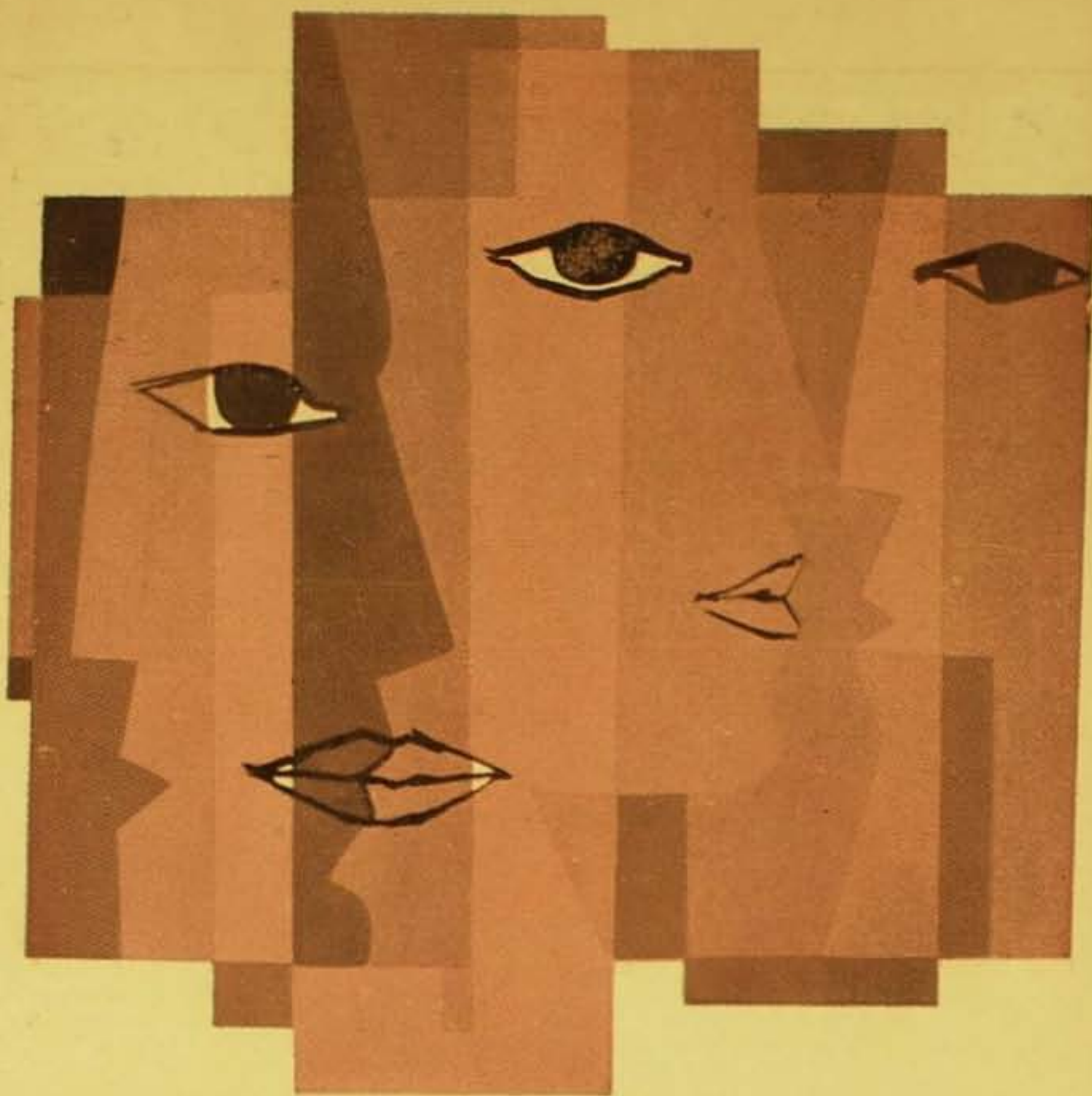
* Marca Registrada

NA INDÚSTRIA E NA AGRICULTURA

PRODUTOS QUÍMICOS



• QUALIDADE E SUPRIMENTO •



A SENSIMATIC TEM MUITAS FACES

Versátil, a Sensimatic foi especialmente criada para solucionar *todos* os problemas que possam surgir em contabilidade.

A presença da Burroughs Sensimatic em seu escritório ou departamento de contabilidade significa absoluta flexibilidade — e maior rapidez — em seus trabalhos contábeis.



Burroughs

BURROUGHS DO BRASIL S. A.

Rio de Janeiro • São Paulo • Pôrto Alegre • Recife • Salvador • Brasília.
Fábrica em Santo Amaro, Estado de São Paulo. Distribuidores em todo o Brasil.

